

Perspectivas Económicas em África 2011

TEMA ESPECIAL:
África e os Seus Parceiros Emergentes

África do Sul
Angola
Argélia
Benim
Botswana
Burkina Faso
Burundi
Cabo Verde
Camarões
Comores
Chade
Congo, Rep. Dem.
Congo, República
Costa do Marfim
Djibouti
Egito
Etiópia
Gabão
Gana
Guiné
Guiné-Bissau
Guiné Equatorial
Gâmbia
Lesoto
Libéria
Líbia
Madagáscar
Malawi
Mali
Marrocos
Mauritânia
Maurícias
Moçambique
Namíbia
Nigéria
Niger
Quênia
República Centro-Africana
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Seychelles
Suazilândia
Sudão
Tanzânia
Togo
Tunísia
Uganda
Zâmbia
Zimbabwe



BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO



Comissão Económica para África



Perspectivas Económicas em África

2011



Comissão
Económica
para África

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZAÇÃO
PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA



As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta publicação não refletem necessariamente a posição do Banco Africano de Desenvolvimento, a OCDE, o Centro de Desenvolvimento, o Programa de Desenvolvimento de Nações Unidas, a Comissão Económica de NU para África, a União Europeia, o Secretariado do Grupo de Estados de África, Caribe e Pacífico ou os estados membros de quaisquer das instituições anteriores.

ISBN 978-92-64-11360-2 (print)

ISBN 978-92-64-11355-8 (PDF)

© Banco Africano de Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comissão Económica para África (2011).

O conteúdo desta publicação pode ser copiado, baixado ou impresso para uso pessoal. Partes do conteúdo dela, bases de dados e produtos multimídia também podem ser utilizadas em documentos, apresentações, blogs, sites e materiais pedagógicos, após reconhecimento da BAfD, OCDE, PNUD, CEA como fonte e proprietária do copyright. As solicitações de permissão para uso público e comercial e os direitos de tradução devem ser enviadas a rights@oecd.org. A permissão para a reprodução parcial para uso público e comercial desta publicação pode ser obtida diretamente através do Copyright Clearance Center (CCC), info@copyright.com, ou do Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) contact@cfcopies.com.



Prefácio

A presente é a décima edição do *African Economic Outlook* (AEO), o qual, ao longo da última década, se tornou a principal análise anual do estado da economia africana. Quando o primeiro AEO foi lançado, em 2002, como projecto conjunto do Centro de Desenvolvimento da OCDE e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), África acabou de passar por um período de crescimento lento e um nível de vida em declínio que haviam causado um afro-pessimismo generalizado. Deu-se uma enorme mudança desde então e podemos agora olhar em retrospectiva para uma década de Renascimento Africano, com um crescimento médio de quase 6% entre 2001 e 2008. África também revelou considerável resistência à profunda crise económica global de 2008/2009.

Este AEO retrata um continente em expansão económica. Mas África enfrenta ventos contrários, nomeadamente devido aos elevados preços dos alimentos e dos combustíveis e a revoltas políticas numa série de países. Na África Subsariana o crescimento deve continuar forte, mas deve diminuir na África do Norte, levando a média de crescimento do continente para pouco menos de 4% em 2011. Pressupondo o retorno da normalidade económica, o crescimento deverá acelerar para quase 6%, em 2012, regressando, depois, aos níveis alcançados antes da crise.

A nossa análise também mostra que África tem atraído fluxos crescentes de investimento directo estrangeiro (IDE). No entanto, até agora, cerca de três quartos das entradas de IDE em África são investidos em países exportadores de petróleo, enquanto os países importadores de petróleo beneficiam relativamente pouco. Os países têm, assim, de melhorar o ambiente empresarial para investidores nacionais e estrangeiros. Devem melhorar as infra-estruturas e o fornecimento de energia e reduzir a burocracia, a qual continua a restringir o sector privado em muitos países. Os recentes tumultos sociais revelaram a necessidade de maior responsabilização e melhor governação em África.

Este relatório destaca os desafios enfrentados para impulsionar ainda mais o crescimento e, simultaneamente, a necessidade de alargar as fontes de crescimento a mais sectores e regiões. A redução da desigualdade nos rendimentos e uma melhoria da saúde e da educação são vitais para o alívio da pobreza e para tornar o crescimento económico mais inclusivo, para que toda a população possa colher os benefícios.

O capítulo temático do AEO debruça-se sobre “África e os seus parceiros emergentes”. Mostra que África beneficia cada vez mais da cooperação no comércio, no investimento e na economia em geral com economias emergentes, tais como o Brasil, a China, a Índia, a Coreia e a Turquia. Este facto complementa as ligações com outras economias avançadas, que continuam a desempenhar um papel fundamental, enquanto parceiros do continente. Novas parcerias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e um novo paradigma em torno do crescimento e do desenvolvimento apoiarão a prosperidade africana, criarão oportunidades para os povos em África e construirão um pilar essencial na nossa luta conjunta contra a pobreza.

O nosso compromisso conjunto na produção deste relatório consiste em oferecer conselhos de políticas com base em provas dadas acerca de desafios ao desenvolvimento, partindo de análises sólidas e objectivas, da aprendizagem de pares e da boa governação.

Donald Kaberuka

Presidente,
Banco Africano de
Desenvolvimento,
Tunis

Angel Gurría

Secretário geral,
Organização para
a Cooperação e
Desenvolvimento
Económicos, Paris

Helen Clark

Administrador,
Programa de
Desenvolvimento de
Nações Unidas,
Nova York

Abdoulie Janneh

Secretário executivo,
Comissão Económica
de NU para África,
Addis Abeba



Agradecimentos

O *African Economic Outlook* foi preparado por um consórcio de quatro equipas do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o Centro de Desenvolvimento da OCDE, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA). O *Outlook* beneficiou, assim, da orientação geral de Mthuli Ncube (economista chefe e vice-presidente do BAfD), Mario Pezzini (director do Centro de Desenvolvimento da OCDE), Pedro Conceição (economista chefe e director do Grupo Consultivo Estratégico do Escritório Regional para África, do PNUD) e Emmanuel Nnadozie (director da Divisão de Comércio, Finanças e Desenvolvimento Económico da UNECA). Willi Leibfritz teve a função de coordenador.

A *task team* do BAfD foi liderada por Charles Lufumpa, Léonce Ndikumana e Désiré Vencatachellum. Alguns membros essenciais da equipa foram Peter Walkenhorst, Beejaye Kokil, Barfour Osei, Alex Mutebi Mubiru e Ahmed Moummi. A equipa do Centro de Desenvolvimento da OCDE foi liderada por Helmut Reisen, Henri-Bernard Solignac-Lecomte e Jean-Philippe Stijns, a equipa do PNUD, por Janvier Nkurunziza e a equipa da UNECA, por Adam Elhiraika.

A parte I, relativa ao desempenho e perspectivas africanas, foi elaborada por Willi Leibfritz, com base nas previsões do Departamento Estatístico do BAfD (capítulo 1), por Jan Rieländer (capítulo 2), Stephen Karingi, Daniel Tanoe, Emmanuel Chinyama e Laura Páez (capítulo 3), Janvier Nkurunziza (capítulo 4) e Jan Rieländer, Bakary Traoré, Said Adejumobi e Kaleb Demeksa (capítulo 5). A parte II, relativa aos parceiros emergentes de África, foi coordenada por Jean-Philippe Stijns e Alberto Amurgo Pacheco, com valiosa contribuição de Vinaye Dey Ancharaz e uma muito competente ajuda à investigação de Bakary Traoré, Gregory De Paepe, Myriam Dahman-Saidi e Christina Wolf.

Os apontamentos dos países foram elaborados por Kossi Robert Eguida (Argélia), Laura Recuero Virto e Sebastian Nieto Parra (Angola), Olivier Manlan (Benin), Wilberforce Mariki e Roger Dhiwayo (Botsuana), Tankien Dayo (Burkina-Faso), Janvier Nkurunziza (Burundi), Aissatou Gueye (Camarões), Laura Recuero Virto e Bakary Traoré (Cabo Verde), Kalidou Diallo (República Centro Africana), Facinet Sylla (Chade), Léonce Yapo (Comores), Ahmed Moummi (Rep. do Congo), Steve Gui-Diby (Rep. Democrática do Congo), Wautabouna Ouattara (Côte d'Ivoire), Audrey Vergnes (Djibuti), Alberto Amurgo Pacheco e Andrew Mold (Guiné Equatorial), Alemayehu Geda (Etiópia), Sylvain Ndo (Gabão), Hee-Sik Kim (Gâmbia), Barfour Osei (Gana), Mohamed Ben Abdallah (Guiné), Alberto Amurgo Pacheco e Gregory De Paepe (Guiné-Bissau), Laureline Pla and Désiré Vencatachellum (Quénia), Albert Mafusire (Lesoto), Richard Schiere (Libéria), Emmanuele Santi (Líbia), Marco Stampini e Laureline Pla (Madagáscar), Adeleke Salami (Malawi), Léandre Bassolé e Mamadou Diagne (Mali), Mohamed Safouane Ben Aïssa (Mauritânia), John Anyanwu (Maurícias), Fatima Zohra Allaoui (Marrocos), Laura Recuero Virto e Gregory De Paepe (Moçambique), Souleymane Abdallah (Níger), Barfour Osei (Nigéria), Shimeles Abebe (Ruanda), Gregory De Paepe e John Mullally (São Tomé e Príncipe), Peter Ondiege (Seychelles), Zuzana Brixiova e Jamal Zayid (Serra Leoa), Emelly Mutambatsere e Jean-Philippe Stijns (África do Sul), Adam Elhiraika (Sudão), Edirissa Nseera (Suazilândia), Alex Mutebi Mubiru (Tanzânia), Marcellin Ndong-Ntah (Togo), Audrey Verdier-Chouchane (Tunísia), Edward Sennoga (Uganda), Emmanuel Chinyama (Zâmbia), Barbara Barungie Kupukile Mlambo (Zimbabué) e pelos seguintes institutos de investigação: Centre de Recherches Economiques Appliquées (CREA, Senegal) e Egyptian Centre for Economic Studies (ECES, Egipto). O trabalho relativo aos apontamentos dos países beneficiou largamente das contribuições inestimáveis de consultores locais.

O comité de revisão por pares dos apontamentos dos países incluiu: Elizabeth Asiedu, Sylvain Eloi Dessy, Anne-Marie Geourjon, Mwangi Kimenyi, Caroline Lambert, Bertrand Laporte e Pierre Pestieau.

O quadro macroeconómico e a base de dados utilizados para produzir o anexo de previsões e estatísticas foram geridos por Beejaye Kokil, do Banco Africano de Desenvolvimento. Foram feitas preciosas contribuições estatísticas para a actualização da base de dados e a execução do modelo do AEO por Mohamed Safouane Ben Aïssa, Anouar Chaouch, Ousman Gajigo, Hilaire Kadisha, Koua Louis Kouakou, Fessou Emessan Lawson e Nirina Letsara, do Departamento de Estatística do BAfD, bem como por Vararat Atisophon e Gregory De Paepe, do Centro de Desenvolvimento da OCDE. Aymen Dhib, Michèle Girard, Aissatou Gueye e Josiane Koné deram assistência estatística e organizacional muito importante.



O projecto beneficiou, igualmente, da assistência de Rhoda Bangurah, Yvette Chanvoédou e Abiana Nelson.

Os mapas dos países foram elaborados por Magali Geney, que foi também responsável pela concepção visual e apresentação do relatório. Os mapas e diagramas usados nesta publicação não implicam, de forma alguma, reconhecimento de estados ou fronteiras políticas por parte do grupo Banco Africano de Desenvolvimento, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e respectivo Centro de Desenvolvimento, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, da Comissão Económica das Nações Unidas para África, da União Europeia ou dos autores.

O relatório beneficiou de contribuições e comentários extremamente valiosos por parte de um grande número de representantes de governo africanos, operadores do sector privado, membros da sociedade civil, economistas nacionais e especialistas de sector nos departamentos de operações dos países do BAfD e gabinetes locais, especialistas nas delegações da Comissão Europeia em África, assim como da Direcção para a Cooperação no Desenvolvimento, a Direcção para Assuntos Financeiros e Empresariais e o Departamento de Economia da OCDE. A parte II, relativa aos parceiros emergentes de África baseou-se grandemente nos conhecimentos de especialistas internacionais, reunidos em Paris, em 12 de Outubro de 2010, bem como em artigos específicos cedidos por Vinaye Dey Ancharaz (BAfD), Helmut Asche (Universidade de Leipzig), Xavier Cirera (IDS, Sussex), Ricardo Markwald (FUNCEX, Brasil), Catherine Grant, Memory Dube e Geoffrey Chapman (SAIIA, Joanesburgo), Philippe Hugon (Université de Paris Ouest), Raphael Kaplinsky (The Open University, Milton Keynes), Peter Kragelund (Universidade Roskilde), Dorothy McCormick (IDS, Nairobi), Marc Raffinot (Université Paris Dauphine, LEDA-DIAL) e Dieudonné Bleossi Dahoun (Ministério das Finanças do Benin) e ainda Edouard Turkisch e Christina Wolf (Centro de Desenvolvimento da OCDE).

Adrià Alsina e Vanda Legrandgérard geriram o processo editorial e supervisionaram o desenvolvimento do sistema de gestão de conteúdos. Orientaram a produção da publicação tanto em formato papel como electrónico, com a ajuda de Michèle Girard, Roger Hobby, Ly Na Dollon e Elizabeth Nash, do Centro de Desenvolvimento da OCDE. A dedicação da equipa de edição, tradução e revisão foi essencial para a produção atempada deste relatório.

Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade dos autores e não pode de forma alguma, ser tomado como expressão das posições da União Europeia. O apoio do Grupo de Estados Africanos, das Caraíbas e do Pacífico foi essencial para iniciar e manter o projeto, assim como o apoio adicional da Bélgica, França, Irlanda, Portugal e Espanha.

This book has...



Look for the *StatLinks* at the bottom right-hand corner of the tables or graphs in this book. To download the matching Excel® spreadsheet, just type the link into your Internet browser, starting with the <http://dx.doi.org> prefix. If you're reading the PDF e-book edition, and your PC is connected to the Internet, simply click on the link. You'll find *StatLinks* appearing in more OECD books.



Perspectivas Económicas em África

Resumo	9
10ª edição das Perspectivas Económicas em África	17
<i>Primeira parte : Desempenho e perspectivas em África</i>	21
Capítulo 1: Situação macroeconómica e perspectivas futuras	23
Capítulo 2: Fluxos financeiros externos	45
Capítulo 3: Políticas comerciais e integração regional	56
Capítulo 4: Desenvolvimento humano	63
Capítulo 5: Governança política	73
<i>Segunda parte: África e os seus parceiros emergentes</i>	91
Capítulo 6: África e os seus parceiros emergentes	93
<i>Terceira parte : Estudos de países</i>	147

Os estudos dos países lusófonos completos em português estão disponíveis na página seguinte : www.africaneconomicoutlook.org

Angola

Cabo Verde

Guiné-Bissau

Moçambique

São Tomé e Príncipe

O Anexo Estatístico está disponível em Inglês e francês em: www.africaneconomicoutlook.org



Resumo

As economias de África aguentaram relativamente bem a crise económica e financeira global e recuperaram em 2010. Espera-se que o continente continue no seu percurso de recuperação, embora fortes ventos de frente pesem sobre o ímpeto para a expansão em 2011, nomeadamente os acontecimentos políticos no norte de África e os elevados preços dos combustíveis e dos alimentos. A lúgubre situação na Líbia e na Côte d'Ivoire mostra, novamente, como os cidadãos sofrem e as economias estagnam quando as transições políticas não são levadas a cabo de forma pacífica.

A parte I do *African Economic Outlook* deste ano analisa os desenvolvimentos macroeconómicos e estruturais de África. Examina o modo como o continente africano, as suas regiões e países, se saiu durante a crise global e prevê desenvolvimentos económicos em 2011 e 2012. Descreve as mudanças nos fluxos financeiros externos e discute políticas comerciais e medidas para fomentar a integração regional. Além disso, discute o porquê de a redução da pobreza se ter mantido relativamente vagarosa em África e caracteriza o estado e as tendências do desenvolvimento humano.

A parte II explora a relação entre África e os seus parceiros emergentes e dá uma nova perspectiva sobre os impactos para o desenvolvimento africano.

Desempenho e perspectivas em África

Perspectivas macroeconómicas

As economias africanas recuperaram da depressão, que fora causada pela recessão global. Em 2010, a taxa de crescimento médio de África ascendia a 4.9%, subindo de 3.1%, em 2009. É provável que os acontecimentos políticos no norte de África diminuam o crescimento do continente para 3.7%, em 2011. No entanto, esta previsão está circundada por considerável incerteza. Os riscos estão relacionados com a economia global, nomeadamente o impacto do terramoto e da crise nuclear no Japão, e com África, especialmente os desenvolvimentos na Líbia e na Côte d'Ivoire e como tal afecta os países vizinhos. Pressupondo que a normalidade económica retorna a estes países, espera-se que o crescimento médio de África se precipite para 5.8%, 2012.

O norte de África deverá ser a única região com um crescimento mais baixo em 2011, em comparação com o ano anterior (menos de 1%, após os 4.6%, em 2010). Pressupondo um regresso à vida económica normal, espera-se que o crescimento da região recupere novamente, em 2012. A África Oriental deverá continuar no seu percurso de crescimento superior a 6% durante o período de projecção, enquanto se espera que o crescimento na África Ocidental desacelere para menos de 6% devido aos acontecimentos na Côte d'Ivoire. No sul de África e na África Central, projecta-se a precipitação do crescimento, mas mantendo-se inferior ao da África Oriental e Ocidental.

Espera-se que as políticas monetárias sejam gradualmente "apertadas", como resposta às preocupações de inflação relativas aos preços alimentares e energéticos mais elevados. Mas, visto que, na maioria dos países, as pressões inflacionárias subjacentes deverão manter-se sob controlo, não há necessidade de um "aperto" vigoroso. As políticas devem focar-se mais na inflação estrutural e nas expectativas inflacionárias do que no aumento temporário da inflação nominal.

Espera-se que o défice fiscal médio de África aumente em 2011 para abaixo dos 4% do PIB, mas que volte a cair para ligeiramente acima dos 3%, em 2012. Contudo, a média encobre grandes diferenças por entre os países. Ainda assim, se os desembolsos da APD ficarem aquém das expectativas, considerando que os países doadores enfrentam problemas fiscais, e, se os governos africanos introduzirem subsídios para alimentos e combustíveis, de forma a proteger as famílias dos preços elevados, os défices poderão ser significativamente maiores. Além do mais, o grande número de eleições nacionais no continente, este ano, traz o risco de que os dirigentes em exercício aumentem a despesa para obter apoio político dos eleitores e tal "política de ciclo eleitoral" iria, igualmente, comprometer a consolidação fiscal.

Após a deterioração, em 2009, que fora provocada pela queda dos preços das matérias-primas e volumes das exportações, as situações externas melhoraram à medida que os preços das matérias-



primas e volumes das exportações recuperaram. Mas as situações de conta corrente não retomaram, no geral, os níveis anteriores à crise global e, nalguns países importadores de petróleo, os desequilíbrios estão a agravar-se.

É provável que a actual recuperação económica em África reduza a componente cíclica do desemprego, mas o desemprego estrutural mantém-se elevado em muitos países. No norte de África, onde a actividade económica tem sido perturbada pelos tumultos políticos, é provável que o desemprego cresça mais, em 2011. *O desemprego juvenil* é, desde há muito, um enorme problema no norte de África (mas também em muitos outros países africanos) e contribuiu para os distúrbios políticos que levaram à queda dos governos na Tunísia e no Egipto. Os mercados de trabalho não têm sido suficientemente flexíveis para absorver a crescente oferta de jovens trabalhadores. Dado que a população de África se encontra em rápido crescimento, a pressão demográfica sobre os mercados de trabalho persistirá, em muitos países africanos. Mas no norte e no sul de África, a pressão demográfica sobre os mercados de trabalho acalmará, uma vez que se prevê que a população jovem se mantenha perto dos níveis actuais.

É necessária uma abordagem compreensiva para fazer face ao problema do desemprego, no geral, e ao do desemprego juvenil, em particular. São precisos melhoramentos, tanto no lado da oferta como no da procura dos mercados laborais. É necessário fazer mais para melhorar a qualidade da oferta laboral, para que corresponda melhor às competências exigidas pelos empregadores. Tal refere-se também aos licenciados das universidades, que ficam vulneráveis ao desemprego, se as suas competências não corresponderem às exigências profissionais. Simultaneamente, a procura laboral tem de ser estimulada através de melhores condições-quadro para o crescimento económico, no geral, e para a actividade do sector privado, em particular, incluindo pela criação de novas empresas.

Os responsáveis políticos africanos devem estar cientes de várias fontes de riscos globais e nacionais. A estabilidade económica e social tem de ser mantida, ou – onde estiver afectada – ser rapidamente restaurada. Os requisitos políticos são no sentido de seguir macro-políticas prudentes e, ao mesmo tempo, implementar medidas adequadas para lidar com o aumento dos preços dos produtos de base. Em países ricos em recursos, parte dos lucros inesperados pode, por exemplo, ser depositada em fundos soberanos, de forma a precaver-se para quando ocorrer nova queda dos preços ou se esgotarem os recursos. Dados os preços alimentares actualmente elevados, os governos que disponham dos recursos necessários, poderiam considerar proteger grupos vulneráveis da fome, disponibilizando subsídios direccionados e abstendo-se de subsídios para alimentos dispendiosos e combustíveis, para o público em geral. Acresce ainda que as condições-quadro para os agricultores devem ser melhoradas para que estes possam aumentar o investimento e a produtividade, como resposta aos preços mais elevados para a agricultura.

Fluxos financeiros externos

Durante a última década, os fluxos financeiros para África aumentaram rapidamente. Entre 2000 e 2010, o montante do investimento directo estrangeiro (IDE), do investimento de carteira e da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) aumentou quase cinco vezes, de 27 mil milhões de USD para 122 mil milhões de USD.

O IDE representa uma fonte de investimento especialmente importante em África e, a longo da última década, ascendeu a um quinto da formação bruta de capital fixo de África. O IDE para países africanos teve o seu ponto máximo em 2008, com 72 mil milhões de USD, cinco vezes o valor das receitas de IDE em 2000. Durante a crise global de 2009, a entrada de IDE em África caiu em 20%, para 59 mil milhões de USD. Estimativas para 2010 apontam para nova queda, rondando os 50-52 mil milhões de USD. No futuro, a recuperação global, com crescimento elevado nos países emergentes, preços elevados para as matérias-primas e melhorias nas condições económicas em muitos países africanos deverá dar novo estímulo ao IDE em África. No entanto, os recentes acontecimentos políticos em certas partes de África, nomeadamente o norte de África, com a guerra na Líbia, Irão, provavelmente, afastar os investidores estrangeiros desta região. Nos anos mais recentes, o norte de África tem sido a principal região de destino para o IDE em África, recebendo um pouco mais de um terço de todos os fluxos de IDE para África.



A entrada de IDE em África continua a ser distribuída de forma desigual, indo a maior fatia para as indústrias extractivas, num número restrito de países. Cerca de três quartos do IDE de África são investidos em países exportadores de petróleo. A atracção de investimento para sectores diversificados e de maior valor acrescentado permanece um desafio. Têm sido feitos alguns progressos, recentemente, no sector dos serviços, liderado pelas telecomunicações, que atrai cada vez mais o interesse dos investidores.

Os países da OCDE constituem a mais importante fonte de fluxos de IDE para países africanos, representando mais de 70% da entrada de IDE em África, entre 2000 e 2009. A África do Sul, o Egipto e a Nigéria foram os principais beneficiários do investimento da OCDE em África e a maioria do IDE da OCDE em África veio do Reino Unido, da França e dos Estados Unidos.

É difícil obter dados relativos ao IDE para África de países não membros da OCDE. Segundo o respectivo boletim estatístico, a China investiu 5.5 mil milhões de USD na África subsariana, em 2008, representando quase 10% do seu IDE passivo. Este investimento da China cresceu de 70 milhões de USD, em 2003, mas decresceu para 1.1 mil milhões de USD, em 2009. Contudo, este valor subvaloriza o envolvimento da China, visto que as actividades de empresas do estado implicam, muitas vezes, toda uma gama de outros instrumentos financeiros e não são contabilizadas como IDE.

O IDE de outras economias emergentes também é grandemente em indústrias extractivas, mas, por vezes, combina investimento mineiro com o desenvolvimento de complexos industriais para estes sectores e a construção de infra-estruturas necessárias. Além disso, as economias emergentes investem cada vez mais também na indústria transformadora.

O IDE intra-africano tem, igualmente, ganhado importância, sendo a maioria efectuado em países vizinhos e centrando-se na indústria e nos serviços, estimulando, assim, a integração regional e contribuindo também para a diversificação. A África do Sul é a fonte mais vital de IDE intra-africano. A Líbia investiu em muitos países africanos e o Egipto, Marrocos e a Tunísia também têm grande parte dos respectivos *stocks* de IDE passivo investidos em África. Considerando a importância do norte de África enquanto fonte de IDE intra-africano, os recentes tumultos políticos nesta região terão, certamente, consequências adversas na entrada de IDE de países africanos, a curto prazo.

A APD para África tem sofrido um incremento estável ao longo da última década, de 15 mil milhões de USD, em 2000, para 48 mil milhões de USD, em 2009. Não obstante este aumento, os doadores arriscam-se a não cumprir os compromissos de Gleneagles, assumidos em 2005. Em 2009, a APD total para África ficou quase um quarto aquém da meta. A APD bilateral líquida dos doadores CAD para África totalizou 28 mil milhões de USD, em 2009, dos quais 25 mil milhões foram para a África subsariana. Este montante representa um aumento de 3% em termos reais sobre 2008, para toda a África, e um aumento de 5.1%, para a África subsariana, aumento este que ajudou os países a mitigar o efeito negativo da crise económica global.

Entre os não membros do CAD, a China, a Índia e a Arábia Saudita são os mais importantes fornecedores de empréstimos concessionais e subsídios a África. Os países em desenvolvimento que se assumem como parceiros tendem a associar interesses comerciais e de desenvolvimento e modalidades de financiamento. Por exemplo, os créditos à exportação não são abrangidos pela definição da APD, mas desempenham um papel cada vez maior nas relações entre África e os países em desenvolvimento que se assumem como parceiros.

Políticas comerciais e integração regional

O comércio africano recuperou em 2010, incitado pela recuperação do comércio global e, em especial, pela procura dos mercados emergentes. O comércio de serviços em crescimento também tem estado de acordo com as tendências globais, ao longo dos últimos anos, assinalando o potencial e as perspectivas crescentes de África em diversos subsectores de serviços.

Os progressos no âmbito das negociações da Ronda de Doha para o Desenvolvimento (RDD) e dos Acordos de Parceria Económica (APE) continuam lentos e altamente dependentes de compromissos entre as partes, que pretendem equilibrar o espaço político, objectivos de desenvolvimento e um maior acesso ao mercado. Acresce que a dinâmica de outras relações comerciais para África, nomeadamente



ao abrigo de regimes de comércio preferencial, como o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) e a cooperação Sul-Sul, ganhou, através do comércio e investimento com a China, uma importância crescente no desenvolvimento económico africano e na agenda de diversificação, ao longo dos últimos anos.

Os líderes africanos tomaram uma série de iniciativas destinadas ao avanço do processo de integração regional em África. Em especial, o desenvolvimento de Programas de Integração do Milénio, a racionalização das Comunidades Económicas Regionais (REC) e o reconhecimento de oito REC como os principais pilares da União Africana ajudaram estas comunidades a continuar a desempenhar um papel significativo para atingir a visão de integração regional africana.

Algumas REC, tais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e Comunidade da África Oriental (EAC), criaram Zonas de Comércio Livre, enquanto outras, tal como a Comunidade dos Estados do Sahel e do Sahara (CEN-SAD), estão a trabalhar consistentemente para este objectivo. Além disso, a EAC e a COMESA lançaram as respectivas uniões aduaneiras em 2005 e 2009, respectivamente, enquanto a SADC e a ECCAS deverão fazê-lo brevemente e a ECOWAS, em 2015, segundo as expectativas. A União do Magrebe Árabe (UMA), a CEN-SAD e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) ainda deverão implementar os respectivos projectos de união aduaneira no futuro próximo. Para além destes grandes passos, algumas REC também procuram harmonizar as agendas para a criação de Zonas de Comércio Livre (ZCL) e, conseqüentemente, de blocos comerciais mais amplos, como uma grande ZCL entre SADC, COMESA e EAC.

Apesar destes promissores desenvolvimentos, os desafios que afectam significativamente as REC incluem: a prevalência de instabilidade política nalgumas partes do continente, falta de diversificação económica, contínuas adesões múltiplas e sobrepostas na qualidade de membros, recursos financeiros inadequados para sustentar os processos de integração e débil implementação de protocolos e decisões comumente acordadas.

Também existem desafios no que respeita à conectividade. *O desenvolvimento de infra-estruturas regionais em África* é crucial para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável. Não obstante os esforços para a implementação de um programa de actividades coerente nas áreas da energias, transportes e comunicações, África permanece um dos continentes com fracas redes de infra-estruturas, o que contribui substancialmente para custos de produção e de transacção mais elevados e compromete a competitividade das empresas.

O presente estado dos desenvolvimentos de infra-estruturas em África mantém-se inconsistente. Alguns sectores registaram progressos significativos, ao passo que outros estão a ficar para trás. A situação no continente caracteriza-se por infra-estruturas insuficientes e de baixa qualidade, por um lado, e serviços ineficientes e caros, por outro. Por exemplo, apenas 20 por cento das redes rodoviárias em África estão pavimentadas e os serviços de transportes são caros devido aos cartéis dos fornecedores. Para ultrapassar estas falhas, os esforços continentais no campo do desenvolvimento rodoviário incluem auto-estradas trans-africanas.

Ainda menos satisfatória é a situação da rede ferroviária, que, em comparação com outras regiões e continentes, apresenta uma densidade muito reduzida. Além do mais, a rede é antiga, na generalidade, e tecnicamente antiquada, resultando numa baixa taxa de transporte ferroviário no comércio intra-africano.

Finalmente, a imagem geral da quota-parte de África no transporte aéreo mantém-se modesta, contando principalmente com três grandes aeroportos, nomeadamente, Joanesburgo, Nairobi e Addis Abeba. A South African Airways, a Kenya Airways e a Ethiopian Airlines permanecem as três principais companhias aéreas em África. Em 2004, a quota-parte de África foi 5.2 por cento do tráfego de passageiros e aproximadamente 3.6 por cento do transporte.



Desenvolvimento humano

A comunidade internacional estabeleceu o objectivo de erradicar a pobreza extrema e a fome na Declaração do Milénio, adoptada em 2000. A comunidade especificou duas metas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM): ao longo do período de 1990-2015, reduzir para metade a proporção de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar americano (USD) por dia, utilizando as paridades do poder de compra (PPC) de 1993, e reduzir para metade o número de pessoas que padecem de fome. O limiar de pobreza foi revisto para 1.25 USD nas PPC de 2005, após as estimativas das taxas de câmbio para a paridade do poder de compra terem sido revistas em finais de 2007. De 54%, em 1981, a taxa de pobreza aumentou para 59%, em 1996, antes de cair para 51%, em 2005, o último para o qual se dispõe de dados comparativos. Foi estimado que, como resultado de um crescimento mais lento, na sequência da crise global e da recuperação dos preços dos alimentos, a pobreza poderia ter crescido em 2009 e 2010.

Embora África tenha feito progressos na redução da pobreza entre 1996 e 2005, a taxa de redução da pobreza foi lenta em relação a outras regiões em desenvolvimento, devido a três factores de destaque: em primeiro lugar, África só obteve níveis de crescimento económico relativamente elevados desde 2000, pelo que as taxas de crescimento durante a década de '90 do século passado não eram altas o suficiente para ter um impacto substancial sobre a pobreza. Com o intuito de reduzir a pobreza para metade até 2015, uma análise económica transfronteiras estabeleceu que as economias africanas teriam de crescer, em média, 7% ao ano. Apesar de um desempenho de crescimento claramente melhorado na primeira década do novo século, com um crescimento médio de 5.3%, África manteve-se abaixo daquele valor. Em segundo lugar, o crescimento em África não tem sido suficientemente elevado em sectores onde os mais pobres habitam ou trabalham. Embora esta situação tenha melhorado em muitos países desde 1996, o crescimento africano surgiu, com frequência, em sectores com fracas ligações ao resto da economia, como os sectores dos minérios e do petróleo, de tal forma que a expansão económica teve pouco impacto na criação de empregos e na redução da pobreza. Em terceiro lugar, uma desigualdade relativamente elevada em África reflecte que o crescimento beneficiou uma pequena parte da população e que os benefícios para os mais pobres foram limitados. Neste aspecto, as políticas de redução da pobreza terão de associar um elevado crescimento económico a uma redução das desigualdades, garantindo, em simultâneo, que as fontes do crescimento económico são abrangentes.

As limitações das medidas de progresso e bem-estar baseadas nos rendimentos motivaram a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo PNUD, em 1990. Esta medida reflecte uma percepção do desenvolvimento centrada nas pessoas. Mede o desenvolvimento humano integrando indicadores da educação e da saúde juntamente com os rendimentos. Embora, até 2010, África, no seu todo, tivesse o IDH mais baixo de entre todas as regiões, a tendência entre 2000 e 2010 revela que todos os países africanos, excepto o Zimbabué, melhoraram o seu nível de desenvolvimento humano. A África subsariana teve, em média, o progresso mais rápido de todas as regiões. O seu IDH regional aumentou em 23%, seguida pela Ásia do Sul, onde o aumento foi de 17%, no mesmo período. Esta melhoria deveu-se ao incremento do rendimento *per capita* a partir de 2000, na maioria dos países africanos, e a um progresso genuíno no acesso ao conhecimento e melhores resultados de saúde.

Tal como esperado, um Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDH-D) espelha a associação entre níveis relativamente elevados de desigualdade nos rendimentos e um baixo desenvolvimento humano. Em contraste, o Índice de Desigualdade de Género (IDG) revela alguns países africanos com muito melhor desempenho do que nas outras dimensões do desenvolvimento humano. A implicação é que algumas dimensões do desenvolvimento humano (por ex., a igualdade de género) podem sofrer melhorias significativas mesmo em países muito pobres, uma vez que não exigem necessariamente recursos financeiros, o que constitui um dos maiores entraves ao desenvolvimento nestes países.

Para sustentar o progresso no desenvolvimento humano, África terá de agir simultaneamente em diversas frentes, ao invés de se focar apenas num objectivo. Por exemplo, o crescimento económico trará melhorias ao desenvolvimento humano se for inclusivo e a favor dos mais pobres. De modo semelhante, o investimento em sectores sociais produzirá desenvolvimento humano sustentável se o investimento for acompanhado de esforços para criar mais oportunidades económicas que beneficiem um maior segmento da população. Além disso, algumas dimensões do desenvolvimento humano, por



exemplo, a igualdade de género, melhorarão se os governos africanos escolherem, deliberadamente, incrementar políticas que promovam a igualdade de género. Neste aspecto, a qualidade da política económica será, provavelmente, tão importante como os recursos usados para fazer avançar a causa do desenvolvimento humano em África.

Governança económica e política

O primeiro trimestre de 2011 foi um dos mais turbulentos da história do continente africano. Na Tunísia e no Egipto, levantamentos populares pacíficos enfrentaram regimes autoritários. Na vizinha Líbia, os protestos acabaram por levar a uma situação de guerra civil e à intervenção militar da comunidade internacional. Não é fácil prever o que vai acontecer nestes três países, e nos países vizinhos, ou quais serão as repercussões para além do Norte de África.

O ano de 2011 será marcado por um número recorde de actos eleitorais, com 28 eleições a nível nacional, em 20 países. Um importante acto eleitoral foi o referendo no Sul do Sudão, em Janeiro último, onde se decidiu pacificamente a separação do Norte do Sul do país, que entrará em vigor em Julho de 2011.

Em 2010, tiveram lugar eleições pacíficas em 13 países. As eleições presidenciais na Guiné, que puseram fim à crise institucional gerada pelo golpe de Estado em 2008 e o pacífico referendo constitucional realizado no Quênia foram marcos importantes, após a violência pós-eleitoral de 2008. A crise e a violência generalizada na Costa do Marfim, após a polémica eleição presidencial, em Novembro, constitui-se como o ponto mais negativo.

Este capítulo dá conta da governação política e económica de África, em 2010, com base nos mesmos indicadores que apresentava o AEO do ano passado. As principais conclusões deste inventário são:

- 2010 foi um ano de intensificação dos protestos civis, de acordo com o número de demonstrações e greves, apontando para o elevado nível de insatisfações económicas e outras sentido por muitas populações africanas. Todavia, 2010 foi também um ano de decréscimo na violência, o que aponta para uma tendência positiva de expressões mais pacíficas e democráticas das exigências, sendo um bom agouro para o desenvolvimento de África.
- A violência explodiu em vários países, com maior destaque para a violência pós-eleitoral na Côte d'Ivoire e para os conflitos inter-religiosos na Nigéria e no Egipto. No entanto, das 13 eleições legislativas e presidenciais realizadas, apenas a da Côte d'Ivoire foi seguida de violência em grande escala. A violência em torno de outras eleições foi significativa, mas em menor escala.
- Apesar de um aumento nos protestos públicos, as respostas do governo sob a forma de violência e medidas políticas restritivas (proibições de imprensa, demonstrações, etc.) continuaram no seu caminho descendente. O nosso indicador de endurecimento político, que associa várias formas de opressão governamental numa única variável, indica que 2010 foi o ano com a postura de governos mais relaxada desde o início da série, em 1996.
- O Índice de Liberdade Política (ILP), da Freedom House, que mede os direitos políticos e as liberdades cívicas, classifica nove países africanos como "livres", 24 como "parcialmente livres" e 20 como "não livres", em 2010. Todos os países que passaram por revoltas em 2011 tinham valores muito baixos para liberdades cívicas e direitos políticos e foram classificados como "não livres". No que respeita à liberdade de imprensa, os progressos foram variados: 21 países melhoraram a sua classificação, enquanto, em 22 países, a situação da imprensa piorou.
- Apesar dos esforços significativos para combater a pirataria em redor do Corno de África, esta aumentou substancialmente nos últimos anos. O raio de acção dos piratas estende-se, agora, das costas de Omã à Tanzânia e quase chega às Maldivas, provocando danos económicos significativos aos comerciantes internacionais e aos países da região.
- A corrupção permanece um problema grave em África, com 27 dos 47 países africanos classificados como apresentando "corrupção galopante". Adicionalmente, em 17 países, a corrupção é encarada como um "sério desafio" por especialistas nacionais e empresários. Tal como em 2009, apenas no Botswana, Maurícias e Cabo Verde é que a corrupção é vista como um desafio menor.



- Um certo número de países africanos registou notáveis melhorias económicas quanto à **governança económica**. Segundo o *Doing Business 2011*, entre as trinta economias que mais melhorias tiveram, um terço delas pertence à África subsariana. Nas dez melhores, encontram-se três países da África subsariana: Ruanda, Cabo Verde e Zâmbia. As melhores condições são, geralmente, atribuídas a melhores regulações e a uma facilidade continuada de fazer negócio em muitos países africanos. As medidas centraram-se na facilidade de criação de empresas, melhor acesso a créditos bancários e melhor aplicação de contratos. Contudo, muito fica por fazer em África no sentido de elevar as condições empresariais até aos padrões internacionais.

África e os seus parceiros emergentes

A edição de 2011 do capítulo temático destas Perspectivas investiga a ascensão dos parceiros emergentes de África. Analisa opções políticas, para que os responsáveis políticos africanos possam tirar o máximo partido da rápida integração de África na economia global. A década que principiou no começo do novo século testemunhou a veloz ascensão dos parceiros emergentes de uma posição relativamente marginal para uma de parceiros de pleno direito. Os volumes comerciais de África com os seus parceiros emergentes duplicaram em valor nominal ao longo da década e ascendem agora a 37 por cento do comércio total de África. Não obstante a China representar o principal parceiro emergente de África, tendo ultrapassado em volume os Estados Unidos, o comércio do continente com os outros parceiros emergentes, em conjunto, é ainda superior ao seu comércio só com a China. Esta representa mais de um terço do comércio africano com parceiros emergentes.

A UE e os EUA mantêm-se as mais importantes fontes de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) para os países africanos. No que toca a Ajudas Públicas ao Desenvolvimento (APD), os parceiros tradicionais também dominam, embora a quota-parte dos parceiros emergentes esteja a crescer rapidamente. No entanto, trata-se apenas da ponta do icebergue: os parceiros emergentes oferecem a África toda uma gama de modalidades financeiras alternativas que desafiam as definições do IDE e da APD. Tendem a adoptar uma abordagem mais holística em relação à promoção das suas exportações, ao apoio ao investimento directo e à oferta de ajuda ao desenvolvimento.

As relações empresariais africanas com os parceiros emergentes são, muitas vezes, complementares às mantidas com os parceiros tradicionais. Devido à sua diversidade, os parceiros emergentes oferecem aos países africanos novas oportunidades para troca de bens, tecnologias e modelos de desenvolvimento. Tornam os bens de consumo de massas acessíveis, em preço, à nascente classe média africana e fornecem bens de produção adaptados às condições produtivas dos países em desenvolvimento. Estes bens encerram o potencial de ajudar as empresas africanas a aumentar a sua produtividade e a subir cadeias de valores globais.

As actividades de cooperação dos parceiros emergentes também são tipicamente complementares às dos parceiros tradicionais. Os últimos focaram a sua ajuda, principalmente através de APD, na redução da pobreza, saúde, educação e governação. Os parceiros emergentes, não apenas a China, estão mais focados na remoção dos estrangulamentos das infra-estruturas.

As exportações de fabrico africano duplicaram, em termos gerais, ao longo dos últimos 10 anos, impulsionados, na maior parte, pela procura dos parceiros emergentes. Os receios de que a colaboração intensificada com os parceiros emergentes esteja a incrementar o endividamento africano não são apoiados pelos indícios disponíveis. Todavia, persiste um risco de reendividamento, especialmente para os estados africanos mais fracos. Do mesmo modo, os indicadores de governação agregada existentes não revelam nenhum sinal de agravamento na corrupção. A autonomia política é afectada de maneira diferente para diferentes grupos de países africanos: aqueles que abundam em recursos deverão alargar o seu espaço político mais do que os outros.

No entanto, estas tendências benignas gerais não garantem diversificação económica e, assim, as políticas têm um papel a desempenhar. Os países africanos têm de enquadrar o seu envolvimento com os respectivos parceiros emergentes no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento nacional caseira, especialmente no que respeita às políticas industriais e agrícolas de longo prazo. Sempre que a capacidade de absorção for reduzida, os grandes investimentos em infra-estruturas têm de se fazer acompanhar por um orçamento adequado dos custos de manutenção e consistência com a estratégia de desenvolvimento do país.



A maioria dos países africanos ainda precisa de melhorar a sua posição de negociação face a parceiros tradicionais e emergentes, para garantir que estas parcerias são, realmente, mutuamente benéficas e que os países africanos recebem a sua quota-parte dos benefícios. As opções políticas incluem influenciar a subida dos preços das matérias-primas de forma a negociar o fornecimento de infra-estruturas para a diversificação, industrialização e desenvolvimento económico e manter os parceiros tradicionais responsáveis pelas suas promessas de ajuda.

É imperativo um progresso mais célere na integração regional, para que os países africanos não se envolvam em 'guerras de incentivos', tentando ultrapassar-se uns aos outros pelos IDE e ajudas. Melhor coordenação implica maior poder de negociação. Além do que, de uma perspectiva financeira, projectos regionais, de maior escala, atrairiam mais consideração por parte dos parceiros emergentes, especialmente os que utilizem fundos soberanos (SWF).

Para promover a integração regional, os países africanos podem influenciar complementaridades entre parceiros: os parceiros tradicionais dispõem dos mecanismos para apoiar os secretariados das Comunidades Económicas Regionais (REC), enquanto os parceiros emergentes podem oferecer um ímpeto adicional às infra-estruturas transfronteiras. Ajudariam, deste modo, a impulsionar o comércio intra-regional, contribuindo, por sua vez, para um ciclo virtuoso de maior integração económica e aproximando ainda mais as visões dos actores regionais.



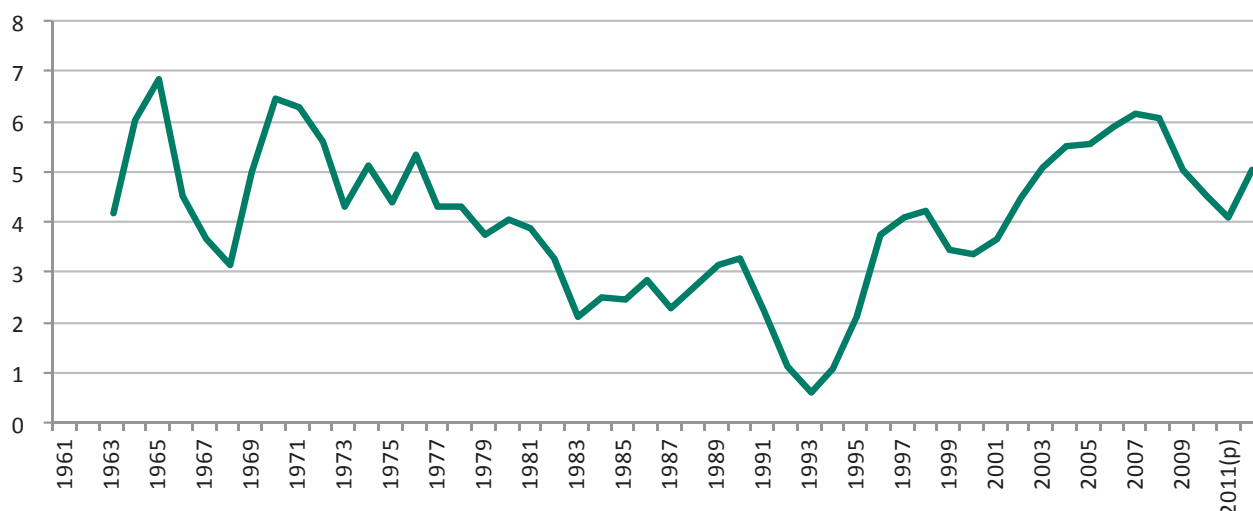
10ª edição das Perspectivas Económicas em África

Foi uma mudança sem precedentes no desempenho económico de África, e, com ela, uma alteração na forma como o mundo vê o continente, o que ocorreu desde a independência e precipitou-se marcadamente ao longo dos últimos dez anos. O *African Economic Outlook (AEO)*, que celebra o seu décimo aniversário este ano, tem monitorizado com grande pormenor o impulso económico de África e tem acompanhado o crescimento africano, estimulando o diálogo político, identificando as boas práticas e encorajando a reforma política.

O AEO oferece análises e dados comparativos e compreensivos de países africanos, abrangendo tendências económicas, sociais e políticas, salientando as histórias, recursos e sistemas políticos distintivos dos países africanos, de forma a perceber os condutores do desempenho dos países e uma perspectiva a curto prazo. Entre 2001 e 2011, o âmbito do AEO aumentou de 22 para 51 países.

A partir do ano 2000, a ligeira recuperação dos anos '90 sofreu nova aceleração e, para alguns países, transformou-se num verdadeiro *boom*. Antes da crise económica global de 2009, África gozou de um crescimento anual superior a 5% durante quase uma década.

Desempenho africano de 1961 a 2012: crescimento real do PIB (em percentagem)



Notas: Média móvel de três anos do crescimento do PIB; 2010 estimado; 2011-12 previstos.
Fonte: Cálculos com base em dados do *African Economic Outlook* e do Banco Mundial.

À primeira vista, ao olharmos para o sólido desempenho do continente ao longo da última década, os produtores de petróleo e de outros recursos naturais parecem ter tido a maior fatia do sucesso económico. Mas a recuperação de África não é simplesmente o resultado de preços favoráveis para as matérias-primas. Certos factores mais profundos estiveram em funcionamento ao longo dos últimos dez anos: *i)* Na última década, muitos países implementaram políticas económicas muito mais sólidas, como o demonstra o seu controlo da inflação, finanças públicas melhoradas e acumulação de reservas estrangeiras. *ii)* Há indícios de melhorias lentas, mas seguras, na governação, incluindo um aprofundamento da democracia e um fortalecimento da sociedade civil. *iii)* As relações com os doadores melhoraram substancialmente. A iniciativa Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) e a Iniciativa Multilateral para o Alívio da Dívida (*MDRI - Multilateral Debt Relief Initiative*) puseram um fim à crise do endividamento africano. A Declaração de Paris, de 2005, e o Fórum de Alto Nível de Acra, de 2008, reforçaram os compromissos assumidos pelos doadores para a melhoria da eficácia da



ajuda e a gestão de resultados do desenvolvimento. iv) As novas tecnologias oferecem oportunidades de crescimento e redução da pobreza: África é o mercado de telemóveis em mais rápido crescimento no mundo; e v) uma nova classe de líderes políticos e de empresários contribuiu para o progresso do continente na década passada.

Não obstante estas importantes mudanças, os países africanos enfrentam desafios intimidantes: o progresso geral para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) mantém-se vagaroso. Infra-estruturas inadequadas e sistemas de saúde e de educação ineficientes estão a reduzir o potencial de crescimento e a provocar mais desigualdades. O continente ainda é altamente vulnerável ao clima e à volatilidade dos preços, como demonstrado pela recente crise alimentar. Finalmente, ainda é necessário muito progresso para o aprofundamento da democracia e para o fortalecimento da qualidade das instituições e respectiva governação.

Como podem os países africanos explorar o progresso alcançado na década anterior de forma a conseguirem um crescimento sustentável e a redução da pobreza? O que podem os responsáveis políticos e a comunidade internacional fazer para ajudar a colocar a África num patamar estável de crescimento?

Em 2010, estas importantes questões levaram à adopção, em Seul, de um Consenso do G20 para um Crescimento Partilhado e um plano de acção plurianual para promover o crescimento nos países em desenvolvimento. O plano inclui acções sobre mobilização de recursos internos, inclusão financeira, investimento privado e criação de empregos, infra-estruturas, recursos humanos e desenvolvimento, segurança alimentar, crescimento duradouro e partilha de conhecimentos. Todos estes tópicos foram minuciosamente analisados pelo *African Economic Outlook*, tornando-os uma ferramenta especialmente oportuna e relevante.

O futuro do desenvolvimento de África assenta no conhecimento, no empreendedorismo e na governação. Estimulando o diálogo acerca do que funciona em África, promovendo a aprendizagem entre pares e partilhando conhecimentos sobre soluções fundamentais para os desafios do desenvolvimento, o AEO ajuda a fomentar um diálogo informado acerca das economias africanas e a construir uma massa crítica de cidadãos informados, os actores da mudança na África de hoje.

O poder dos meios sociais, ao trazer à rua centenas de milhar de pessoas, no norte de África, mostra claramente que as tecnologias de comunicação modernas baixaram largamente os custos do conhecimento e aumentaram também a capacidade dos cidadãos, uma vez informados, de se organizarem colectivamente em grupos de pressão. A difusão do conhecimento é, assim, crucial para construir cidadanias e sociedades informadas e para impulsionar a mudança.

Com tal objectivo em mente, o *African Economic Outlook* cresceu sob a forma de uma plataforma *on-line*, acessível gratuitamente em www.africaneconomicoutlook.org. A sua meta é filtrar e partilhar as lições aprendidas, salientar as boas práticas e oferecer uma plataforma para empresários africanos e não africanos, responsáveis políticos e activistas. Esta meta é tão importante hoje como o era há dez anos, quando este projecto foi lançado.



Este mapa é para fins ilustrativos e não envolve reconhecimento de estado ou soberania sobre todo o território abrangido.

Primeira parte
Desempenho e perspectivas em África





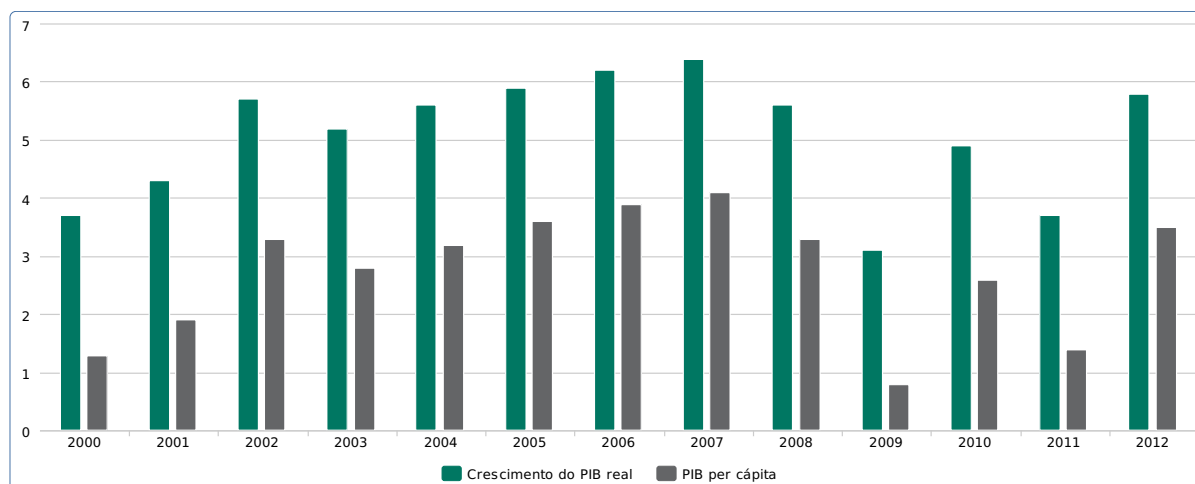
Capítulo 1: Situação macroeconómica e perspectivas futuras

Este capítulo analisa o desempenho e as perspectivas económicas do continente africano, dos seus países e regiões. Aborda igualmente os principais motores do seu desenvolvimento e debate as oportunidades e os riscos de uma recuperação sustentada. A principal conclusão é a aceleração do crescimento africano em 2010 – e a recuperação deverá continuar, se bem que a um ritmo mais moderado. O continente beneficia de um maior crescimento do comércio mundial e dos altos preços das mercadorias, bem como do alargamento da recuperação. Em paralelo, os elevados preços dos produtos alimentares e do petróleo estão a restringir o rendimento dos consumidores africanos. Em muitos países, nomeadamente no Norte de África e na Costa do Marfim, a recente agitação política e a incerteza reinante influenciarão as perspectivas de crescimento para 2011.

África continua a crescer, mas há riscos

As economias africanas estão em recuperação sobretudo fruto de um aumento dos preços das mercadorias e dos volumes de exportação. A crise financeira e económica global de 2008/2009 interrompeu o período de grande crescimento, com o PIB africano a passar de uma taxa de crescimento anual de cerca de 6% nos anos anteriores à crise, para 3,1%, em 2009. Desde então, o ambiente económico africano melhorou significativamente, e as expectativas têm sido globalmente favoráveis. Em 2010, a taxa média de crescimento africano chegou aos 4,9%, mas devido aos acontecimentos políticos no norte de África, o crescimento do continente abrandará para 3,7% em 2011. No momento em que se escreve, no entanto, persiste uma incerteza considerável em relação ao desenvolvimento de diversos países, em especial na Líbia, e acima de tudo aos efeitos desses acontecimentos no crescimento africano. Partindo do pressuposto de que a economia normalmente recupera é esperado que o crescimento médio de África possa acelerar para 5,8% em 2012 (ver Figuras 1.1 e 1.2 e Caixa 1.1). (Previsões macroeconómicas detalhadas para África e suas regiões são apresentadas na Tabela A.1, no final deste capítulo)

Figura 1.1: Crescimento económico em África

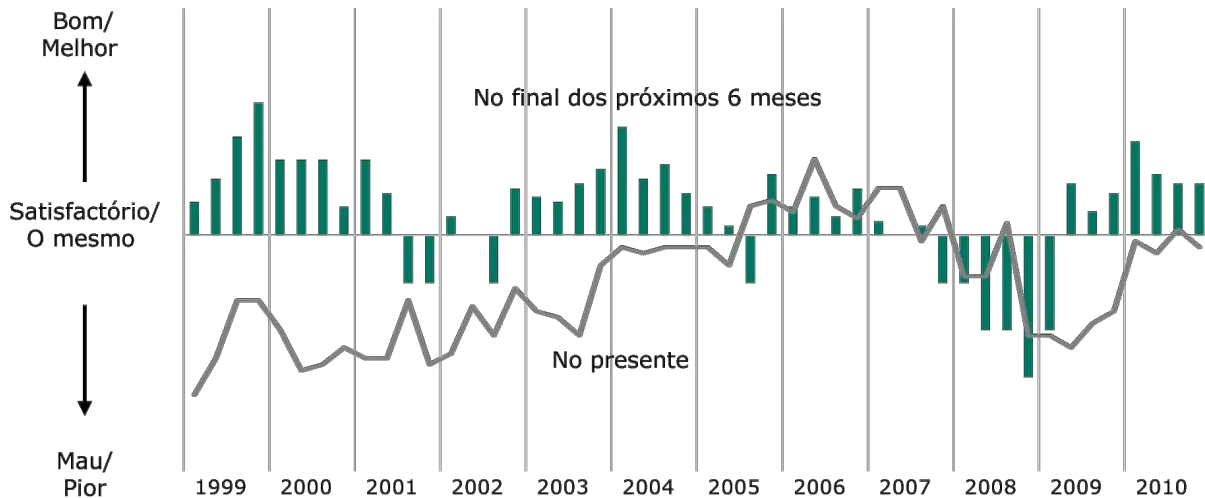


Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420311>



Figura 1.2: Situação económica actual em África e expectativas para os próximos seis meses



Fonte: Ifo Institute for Economic Research, Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420330>

Esta previsão para África baseia-se no pressuposto de que a economia mundial continuará a crescer, se bem que a um ritmo mais moderado do que em 2010 (ver Caixa 1.2).

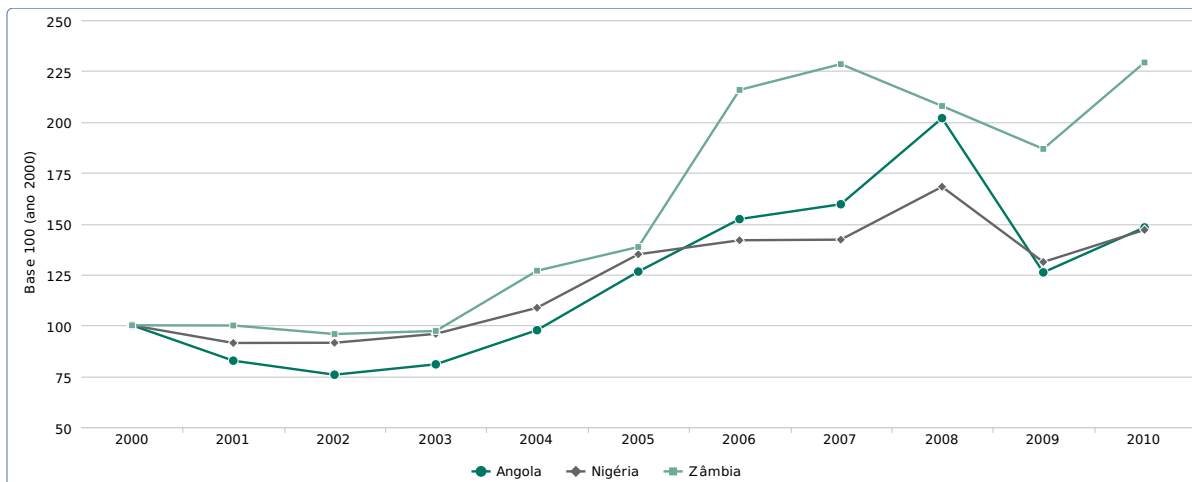
Caixa 1.1. Indicador de ambiente económico em África

Os indicadores apresentados nas Figuras 1.2 para África, são do Ifo World Economic Survey (WES). Este inquérito é realizado pelo German Ifo Institute for Economic Research Munich, em cooperação com a Câmara Internacional de Comércio (ICC), de Paris, e, para África, em cooperação com o Banco Africano de Desenvolvimento. Analisa trimestralmente as tendências da economia global, através de inquéritos a especialistas económicos, em todo o mundo, sobre os desenvolvimentos económicos nos seus respectivos países. Permite uma rápida e actualizada análise da situação económica dominante em todo o mundo. O questionário centra-se em informação qualitativa: na análise global da situação económica do país e nas expectativas em relação a importantes indicadores económicos. Provou ser um instrumento útil na medida em que revela alterações económicas mais cedo que as tradicionais estatísticas económicas. O inquérito alargou recentemente a sua cobertura de África, que integra agora 34 países, se bem que nalguns apenas com um número reduzido de participantes. O WES pretende desenvolver mais a cobertura nos países africanos, bem como o respectivo número de participantes.

Com a população Africana a crescer acima dos 2%, espera-se que o PIB *per capita* cresça, em média, de 1,4% em 2011 e 3,5% em 2012, depois de ter crescido menos de 1% em 2009. Embora a aceleração do crescimento *per capita* seja apreciável em 2011, não será suficiente para reduzir a pobreza de forma significativa. O crescimento do rendimento *per capita* será demasiado baixo em muitos países, sobretudo em países que sofrem de perdas em termos de trocas, consequência dos preços mais altos das importações de alimentos e de energia. Este é actualmente o caso dos países pobres em recursos, enquanto os países com recursos beneficiam de ganhos em termos de trocas, pelo que o seu rendimento real aumenta mais rapidamente que o seu produto real. (ver Figuras 1.3 e 1.4)¹. Para além disso, em muitos países, há uma desigualdade na distribuição do rendimento e da riqueza, pelo que um forte crescimento médio do rendimento não significa necessariamente uma redução da pobreza (ver capítulo 4).



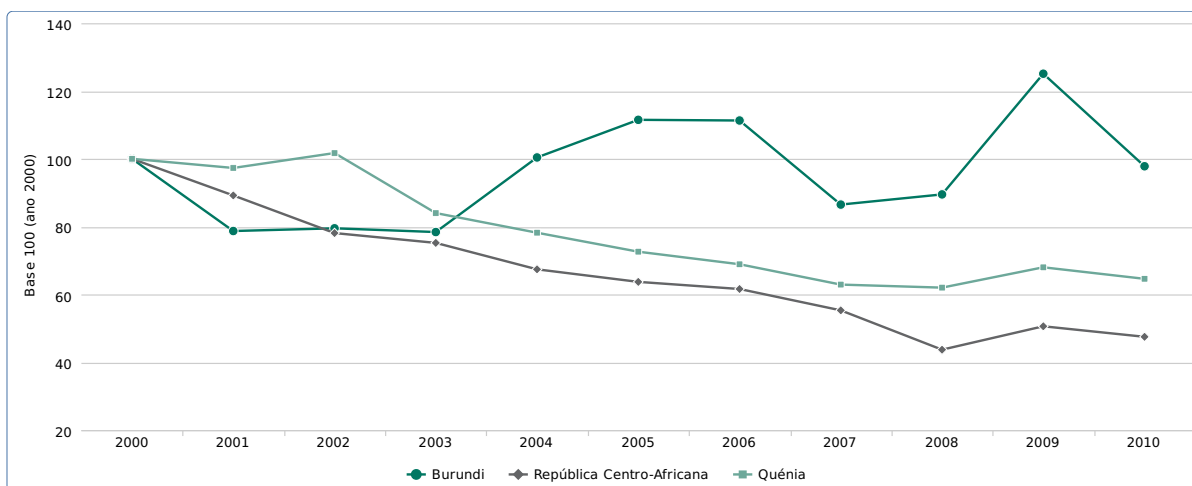
Figura 1.3: Variação em termos de trocas de alguns países, ricos em recursos (referido a Janeiro de 2000)



Source: Banco Africano de Desenvolvimento, com base em dados do FMI.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420349>

Figura 1.4: Variação em termos de trocas de alguns países, pobres em recursos



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento, com base em dados do FMI.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420368>

Alargamento da recuperação impulsionada pelas exportações

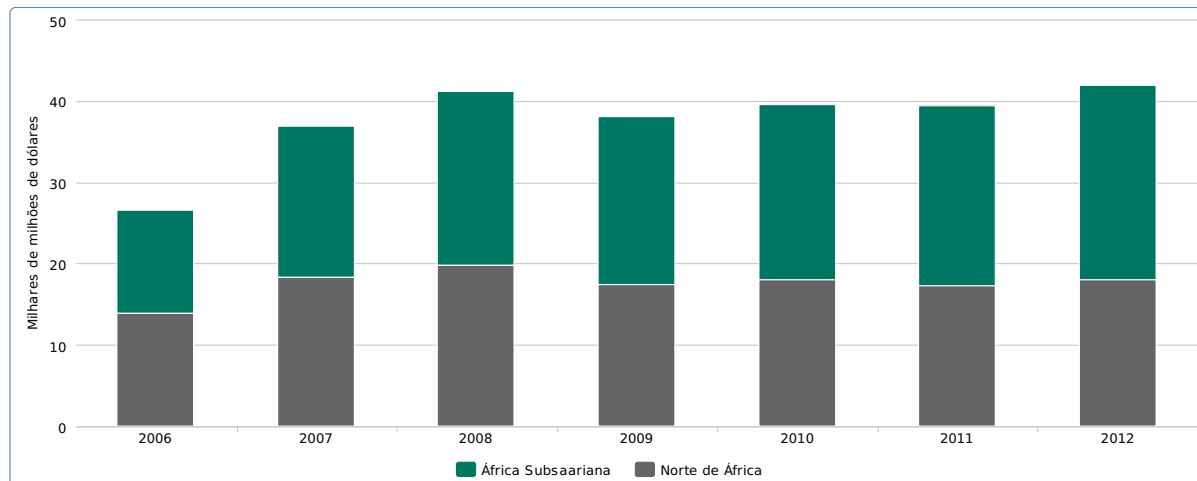
Em 2010 e já em 2011, a recuperação africana foi sobretudo impulsionada pelo volume das exportações e pelos preços das mercadorias. Em 2010, as exportações reais cresceram 3,1%, após um declínio de 2,5% em 2009. As exportações devem continuar a ser um importante motor de crescimento, mas a procura interna também está a crescer em muitos países. Alguns países ricos em recursos, como o Botsuana, a Argélia, o Chade, o Gabão e a Nigéria, usam os rendimentos adicionais do Estado provenientes dos recursos naturais para financiar os gastos governamentais de investimento em infraestruturas e no consumo público.

Por vezes os países utilizam igualmente estes recursos adicionais para apoiar os agregados familiares, aumentando assim a procura interna. Nalguns casos, como nos Camarões, no Quênia, na África do Sul, no Senegal e na Tanzânia, a procura interna deverá sustentar, em grande medida, o crescimento. Porém, a alta dos preços dos alimentos e do petróleo está a restringir, em muitos países, o consumo privado real.

Por outro lado, prevê-se que as remessas para África não cresçam em 2011, devido aos recentes acontecimentos políticos na Líbia e na Costa do Marfim, que estão a afectar seriamente as remessas para os países vizinhos² (ver Figura 1.5).



Figura 1.5: Remessas dos emigrantes para África



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento.

Estimativas para 2010 e previsões para 2011 e 2012.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420387>

Do lado da oferta, a expansão económica africana é impulsionada por alguns sectores, cuja influência varia em função das diferentes características dos países. Em países ricos em recursos, o sector da exploração mineral voltou a ser o principal motor do crescimento, e, nalguns países, novos campos petrolíferos estão a começar a produzir. Em países que usam os ganhos adicionais das exportações para o investimento em infraestruturas, também o sector da construção está em rápido crescimento.

Em muitos países africanos, o sector agrícola domina a actividade económica. Este sector representa 40% ou mais do PIB no Burundi, na República Centro Africana, na República do Congo, na Etiópia, na Guiné-Bissau, no Níger, na Libéria, na Serra Leoa e no Togo, e entre 20 a 40% no Benim, no Burkina-Faso, nos Camarões, no Chade, na Costa do Marfim, na Guiné Conacri, no Gana, no Quénia, em Madagáscar, no Malawi, em Moçambique, na Nigéria, na Tanzânia, no Sudão, no Uganda e na Zâmbia. Na maior parte do continente, o sector agrícola teve um desempenho relativamente bom em 2010, fruto de condições climáticas favoráveis – o que também ajudou a mitigar os efeitos negativos dos preços dos alimentos mais elevados, em termos globais.

Mas, em muitos países, como na Tunísia, a produção agrícola foi afectada, devido à seca, e no Benim e no Uganda, devido a cheias. Partindo do pressuposto de condições climáticas normais, espera-se que a produção agrícola africana aumente mais e que contribua para o crescimento do PIB. A agricultura, no entanto, continua a estar fortemente dependente da imprevisibilidade climática.

Também o sector dos serviços dá um importante contributo ao crescimento africano. Em muitos países, como a África do Sul (devido ao Campeonato do Mundo de Futebol), o Botsuana, as Maurícias, Marrocos, as Seychelles, a Tanzânia, o Egipto e a Tunísia, o turismo ganhou um novo impulso em 2010. No Egipto e na Tunísia, no entanto, o turismo deverá diminuir em 2011, perante os recentes acontecimentos políticos e as concomitantes preocupações com a segurança.

Outros serviços, como o comércio, os transportes, os serviços financeiros e o imobiliário, estão igualmente a contribuir para o crescimento. Para além disso, a difusão de novas tecnologias, como os telefones móveis e os computadores, continua a impulsionar a quantidade e qualidade dos serviços. A maioria do continente ainda tem um acesso reduzido a tecnologias de informação e comunicação (TIC), mas muitos países estão agora a promover a difusão das TIC, o que ajudará a reforçar o potencial de crescimento africano (PEA, 2009).

Em comparação com os países asiáticos em desenvolvimento, o sector da indústria transformadora em África continua a estar atrasado. Em muitos países africanos, o peso da indústria transformadora apenas contribui para o PIB com cerca de 10% ou menos. Os sectores das manufacturas são maiores (com percentagens do PIB entre 15 e 20%) em países tais como os Camarões, a Costa do Marfim, o Egipto, o Lesoto, Madagáscar, as Maurícias, Marrocos, a Namíbia, a África do Sul, a Tunísia e o Zimbabué. Diversos factores explicam a relativamente fraca actividade industrial em África. Estrangulamentos infraestruturais, fornecimento de energia pouco fiável e a burocracia continuam a ser obstáculos importantes em muitos países. As empresas que operam neste sector enfrentam igualmente a feroz concorrência das importações, sobretudo de países emergentes como a China. Para além disso, nos países ricos em recursos, a competitividade dos sectores não mineiros é enfraquecida se a exportação de mercadorias leva a uma subida das taxas de câmbio reais em relação às dos seus concorrentes (um efeito conhecido como doença Holandesa).



Os países ricos em recursos estão a tentar evitar uma apreciação excessiva das moedas através da intervenção nos mercados cambiais externos e pela acumulação de reservas, uma política que também é alvo de críticas. A acumulação de reservas – para lá dos níveis necessários para cobrir as importações, para proteger o país contra ataques especulativos e a queda dos preços dos recursos – não pode ser um fim em si mesma. Mas este «excesso de reservas» pode ser o resultado de intervenções na taxa de câmbio, para evitar a apreciação excessiva, que pode causar a doença holandesa e prejudicar as exportações da indústria transformadora. Uma rápida utilização dessas reservas para o financiamento de gastos sociais e consumo pode levar a uma subida da inflação e a uma apreciação real da moeda – o que a intervenção inicial do banco central tinha precisamente como objectivo evitar. A posse de reservas de moeda estrangeira em grande quantidade também envolve custos, pois a sua taxa real de retorno pode ser baixa. O excesso de reservas poderia, de outra forma, servir para financiar importações de bens de equipamento e outros gastos, que ajudam a aumentar o potencial de crescimento. Este tipo de utilização das reservas de moeda estrangeira conteria a inflação e os efeitos da doença Holandesa, contribuindo para o desenvolvimento económico. Presentemente há quinze Fundos Soberanos de Saúde (SWFs) em África, mas estes são geralmente pequenos e o seu principal objectivo é estabilizar a economia. Eles poderão desempenhar potencialmente um maior papel no desenvolvimento de África, mas isso requer ainda que a sua transparência fiscal e, além disso, a estrutura governamental associada sejam melhoradas. (Triki T. e Faye, 2011).

Diversos países ricos em recursos estão a tentar diversificar as suas economias, estimulando os sectores não mineiros. A Zâmbia, por exemplo, está a criar zonas económicas, e o Botsuana está a implementar a Acção de Diversificação Económica (EDD), que favorece a celebração de contratos públicos com indústrias e fornecedores de serviços locais.

A produção industrial sul-africana foi atingida pela recessão global em 2009; recuperou em 2010, mas ainda não alcançou o nível pré-crise. A produção industrial da África do Sul continua a ser prejudicada por estrangulamentos estruturais tais como estrangulamentos infra-estruturais, um relativamente fraco crescimento dos mercados de exportação para a Europa e uma forte taxa de câmbio do rand. O sector industrial egípcio, que também decaiu com a recessão global, recuperou em 2010, liderado pelas exportações. A indústria transformadora do Lesoto, dominada pelos têxteis e pelo vestuário, também diminuiu em 2009, e recuperou gradualmente em 2010. Desde que atingiu o seu pico, em 2004, o sector dos têxteis e vestuário perdeu um número significativo de postos de trabalho e continua a enfrentar uma feroz concorrência das empresas asiáticas. Na Namíbia, o principal motor da indústria transformadora são as conservas de peixe e de outros alimentos. Esta actividade resistiu à crise e assim continuou em 2010. Em 2011, os sectores industriais deverão expandir-se ainda mais, alicerçados pelo aumento das exportações. Obstáculos estruturais e a forte concorrência externa, porém, continuam a restringir o crescimento.

Caixa 1.2. Perspectivas para a economia internacional

A economia mundial conheceu uma impressionante recuperação, após a forte queda de 2009 (Fig. 1.6).

Políticas expansionistas nas principais regiões do mundo, ajudaram esta recuperação. Após um declínio de 0,5% em 2009, o produto mundial cresceu 5% em 2010. A recuperação da economia mundial deverá continuar em 2011 e 2012, se bem que a um ritmo mais moderado.

Enquanto os preços mais elevados dos alimentos e dos combustíveis devam afectar o consumo global, o sismo e o tsunami no Japão irão, temporariamente, reduzir o produto global. No momento em que se escreve o impacto na economia global dos acontecimentos no Japão é ainda muito incerto. Partindo do pressuposto de que os efeitos na economia global continuarão a ser moderados, o crescimento do produto mundial deverá ser na ordem dos 4,5%, tanto em 2011 como em 2012. O comércio mundial, em termos de volume, deverá crescer à volta de 7%, em 2011 e em 2012, um valor abaixo dos 12,4% registados em 2010.

As economias europeias alcançaram um crescimento médio de 1,8% em 2010. Em resposta à crise da dívida soberana que estalou na Grécia (nos primeiros meses de 2010), na Irlanda (em Novembro) e em Portugal (em Abril de 2011), os pacotes internacionais de resgate para estes países foram associados (110 biliões, 85 biliões, 80 biliões, respectivamente). Simultaneamente, foi criado o Fundo Europeu de Estabilização Financeiro (FEEF), um sistema permanente para enfrentar crises da dívida, que entrará em vigor em 2013.

Em 2011, espera-se que o BCE aumente moderadamente as taxas de juro. Numa primeira fase, em 7 de Abril, aumentou a taxa de juro de referência de 1% para 1,25%. Os governos europeus estão a retirar medidas de estímulo, a cortar na despesa e - algumas vezes - a aumentar impostos para reduzir os valores históricos que atingiram os défices orçamentais. Esta saída da política expansionista, em toda a Europa, deverá afectar a procura de curto prazo. Espera-se que o crescimento dos 27 países da União Europeia, aumente para cerca de 2% em 2011 e 2012, depois de 1,8% em 2010 e -4,1% em 2009. O crescimento continua a ser muito desigual por toda a Europa. Em alguns países europeus, como a Grécia, a Irlanda, Portugal e a Espanha as condições económicas continuarão frágeis.

A economia **norte-americana** também recuperou em 2010, com o crescimento de 2,8% a compensar o declínio do PIB de 2009 (-2,6%). Apesar de o produto ter recuperado, o desemprego continuou a atingir valores históricos. Os preços no consumidor cresceram menos de 1%, mantendo presente os riscos deflacionistas. A Reserva Federal respondeu com a recompra de obrigações do tesouro e de títulos garantidos por hipotecas (uma política conhecida como *quantitative easing* ou QE2). Ao mesmo tempo,



manteve-se uma política fiscal expansionista. Em 2011, os efeitos da reposição de *stocks*, que sustentaram a procura em 2010, estão a esmorecer. Adicionalmente, a capacidade instalada nos mercados imobiliários continua a deprimir o sector da construção. O alto nível de desemprego, o grau de endividamento das famílias e a subida dos preços do petróleo atingem o consumo, mas o forte desempenho dos mercados de títulos dá algum apoio, pela produção de riqueza. A recuperação do PIB desde a profunda recessão de 2009 continua a ser mais difícil do que aconteceu em crises anteriores, com o crescimento a ficar próximo dos 3% em 2011 e 2012.

A **economia japonesa** recuperou igualmente da forte recessão, com o PIB real a crescer perto de 4% em 2010, o que não foi suficiente para compensar o declínio de mais de 6%, em 2009. O crescimento foi sobretudo suportado pelo consumo privado, impulsionado por medidas de estímulos fiscais e pelas exportações. Já as actividades de investimento continuam modestas. A 11 de Março de 2011, o Japão foi atingido por um forte terramoto e por um tsunami, que causaram milhares de vítimas, provocaram danos sérios em centrais nucleares e perturbaram todo o funcionamento da economia. Antes da catástrofe, previa-se que o crescimento japonês seria da ordem de 1% a 2%, em 2011 e 2012. Como a economia foi fortemente perturbada pelo terramoto, o PIB deverá provavelmente decrescer no primeiro semestre de 2011, recuperando mais tarde, graças às actividades de reconstrução, apesar do tempo de recuperação e os efeitos globais em 2011 permanecerem incertos.

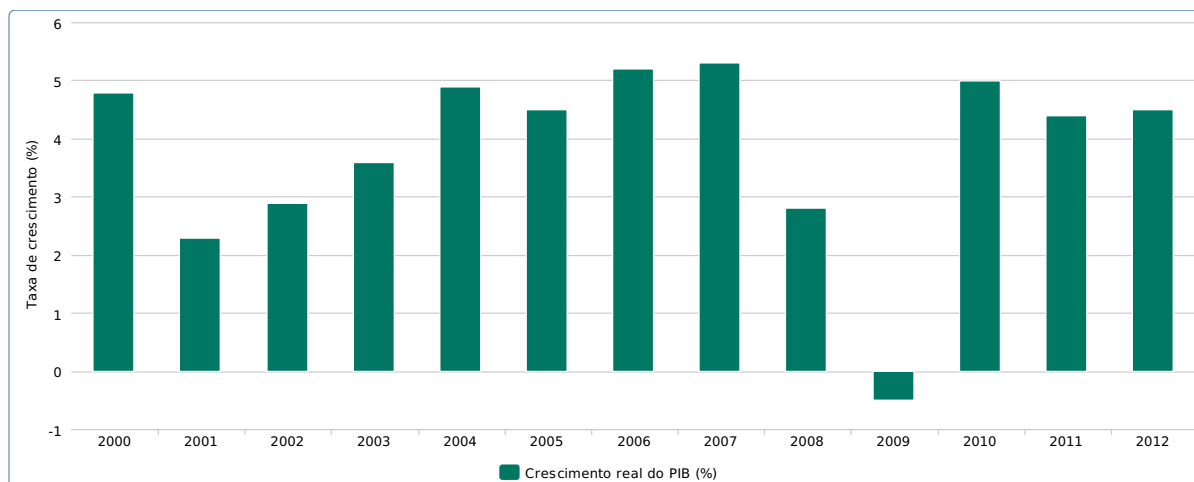
A **economia chinesa** aguentou muito bem a crise, com a ajuda de políticas fiscais expansionistas. Em 2009, o crescimento ultrapassou os 9%, e em 2010 voltou a acelerar, para valores superiores a 10%. Ao mesmo tempo, as pressões inflacionistas aumentaram, fruto da alta dos preços dos alimentos, causada principalmente por problemas de abastecimento, tanto na China como noutros pontos do globo. Também o forte crescimento económico e a elevada liquidez do sistema bancário incentivaram as pressões inflacionistas, sobretudo no sector imobiliário. O Banco Popular da China (BPC) respondeu com o aumento das taxas de reservas bancárias e com a subida das taxas de juro. Estas medidas, em conjunto com a moderação da procura externa, devem reduzir o crescimento para cerca de 9,5%, tanto em 2011 como em 2012. Em Março de 2011, a China divulgou o seu décimo segundo plano quinquenal (2011-2015), que tem como objectivo um crescimento mais moderado, na casa dos 7%. Este plano também sublinha um objectivo de desenvolvimento mais amplo, que inclui questões ambientais, uma maior equidade na redistribuição dos rendimentos e a alteração do padrão de crescimento: do crescimento das exportações e do investimento para o consumo privado e da indústria transformadora para os serviços. Se for bem sucedida, esta estratégia terá importantes implicações, não só para a China como também para os seus parceiros comerciais, incluindo África.

A **economia indiana** manteve um desempenho impressionante, com um crescimento acima dos 10% em 2010 (depois de ter alcançado 6,8% em 2009). O crescimento apoiou-se sobretudo na procura interna, principalmente no consumo privado e no investimento. As exportações de serviços (maioritariamente de *software*) mantiveram-se fortes, enquanto outras exportações contribuíram pouco para o crescimento. Com a subida das pressões inflacionistas, o Banco Central subiu as taxas de juro. A taxa de câmbio alta também ajudou a mitigar a inflação. Prevê-se que o crescimento abrande de forma gradual, chegando a cerca de 8% em 2011 e 2012. Mas a Índia também enfrenta estrangulamentos que afectam o crescimento de médio prazo, tanto em termos de infraestruturas (vias de comunicação rodoviárias, fornecimento de energia eléctrica) como de escassez de mão-de-obra qualificada e rigidez do mercado laboral.

As **economias latino-americanas** recuperaram da recessão de 2009, com os países a beneficiarem do crescimento dos preços das matérias-primas. O aumento do consumo público no período eleitoral contribuiu igualmente para a recuperação brasileira. Quando as pressões inflacionistas subiram, alguns dos países responderam com o aumento das taxas de juro. Mas esta opção, num quadro de perspectivas económicas favoráveis, atraiu a importação de capitais, fez subir as taxas de câmbio e reduzir a competitividade internacional. Alguns países optaram pela intervenção nos mercados cambiais e pela restrição à importação de capital, aumentando as taxas, como fez o Brasil. O crescimento na América Latina deverá abrandar, em consequência da descida da procura nos países industriais. Espera-se que o crescimento no Brasil se situe na ordem dos 4,5% em 2011 e à volta dos 4% em 2012 depois de 7,5% em 2010 e -0,6% em 2009.



Figura 1.6: Crescimento Económico Mundial



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420406>

A turbulência política abranda o crescimento no Norte de África

Em 2010, a expansão económica situou-se acima da média nos países ricos em recursos que beneficiaram da recuperação da procura de mercadorias, dos preços do petróleo e de bens não petrolíferos, e do comércio. Para 2011, prevê-se que o crescimento acelere na maioria dos países africanos, com algumas importantes excepções. Alguns países africanos estão confrontados, não só com o aumento das facturas dos alimentos e do petróleo, mas também com a instabilidade política e a agitação social. As convulsões políticas e a concomitante incerteza no Norte de África, nos primeiros meses de 2011, perturbaram seriamente a actividade económica. Na **Tunísia** e no **Egipto**, as greves e as manifestações, causaram quebras de produção nos primeiros meses do ano, e a situação de insegurança levou ao abrandamento do turismo, uma das principais fontes de receita das exportações, nestes dois países. Na Líbia, o recente conflito armado está a causar uma queda de dois dígitos na produção de petróleo e na receita associada. Devido a estes acontecimentos, o crescimento no **Norte de África** deverá abrandar para menos de 1% em 2011, uma quebra desde os 4,7% de 2010. Partindo do pressuposto do regresso a uma actividade económica normal, o crescimento na região deverá acelerar para quase 5%, em 2012. Estas projecções têm uma grande margem de erro. Dado que o peso do PIB do Norte de África é cerca de um terço do PIB de todo o continente, os acontecimentos nesta região estão a fazer abrandar o crescimento em 2011 para além de um ponto percentual.

A **África Oriental** deverá continuar a sua via de crescimento, acima dos 6%, no período de projecção, enquanto se espera que o crescimento na África Ocidental desacelere para um valor inferior a 6%, devido aos acontecimentos na Costa do Marfim. A **África Austral**, a única região africana com crescimento negativo em 2009, recuperou em 2010 e assim deverá continuar, e mesmo reforçar, com o crescimento a atingir os 4,5% em 2011 e 5,5% em 2012. Prevê-se que o crescimento na **África Central** acelere para os 5,3% em 2011 e 5,7% em 2012 (Table 1.1 e Fig. 1.7).

Tabela 1.1: Crescimento por regiões (Crescimento do PIB real em percentagem)

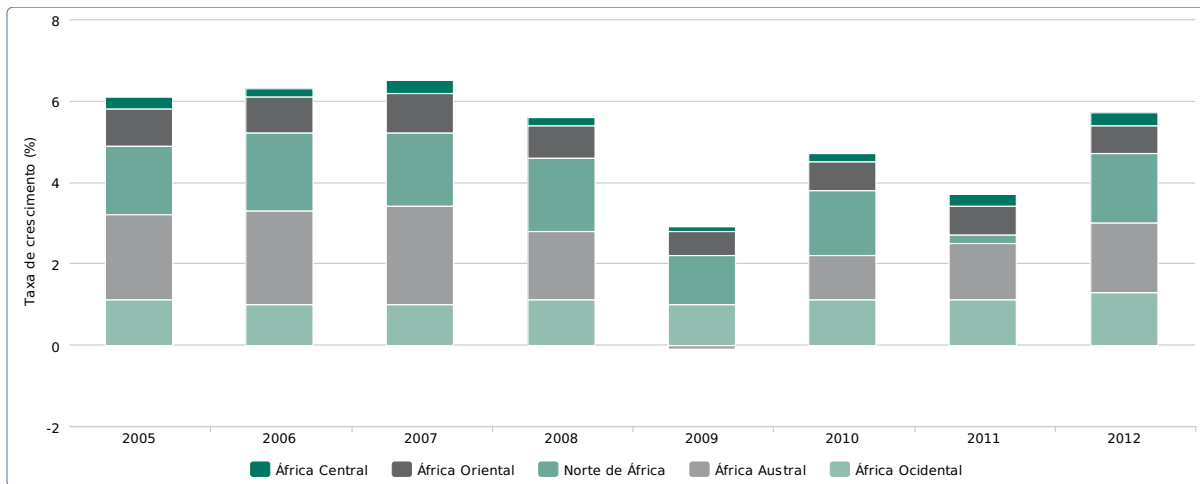
	2009	2010	2011	2012
África	3.1	4.9	3.7	5.8
África Central	2.6	4.7	5.3	5.7
África Oriental	5.7	6.2	6.7	6.7
Norte de África	3.5	4.6	0.7	5.1
África Austral	-0.5	3.3	4.5	5.5
África Ocidental	5.6	6.7	6	6.8

Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421147>



Figura 1.7: Contribuição das Regiões para o crescimento Africano



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento.

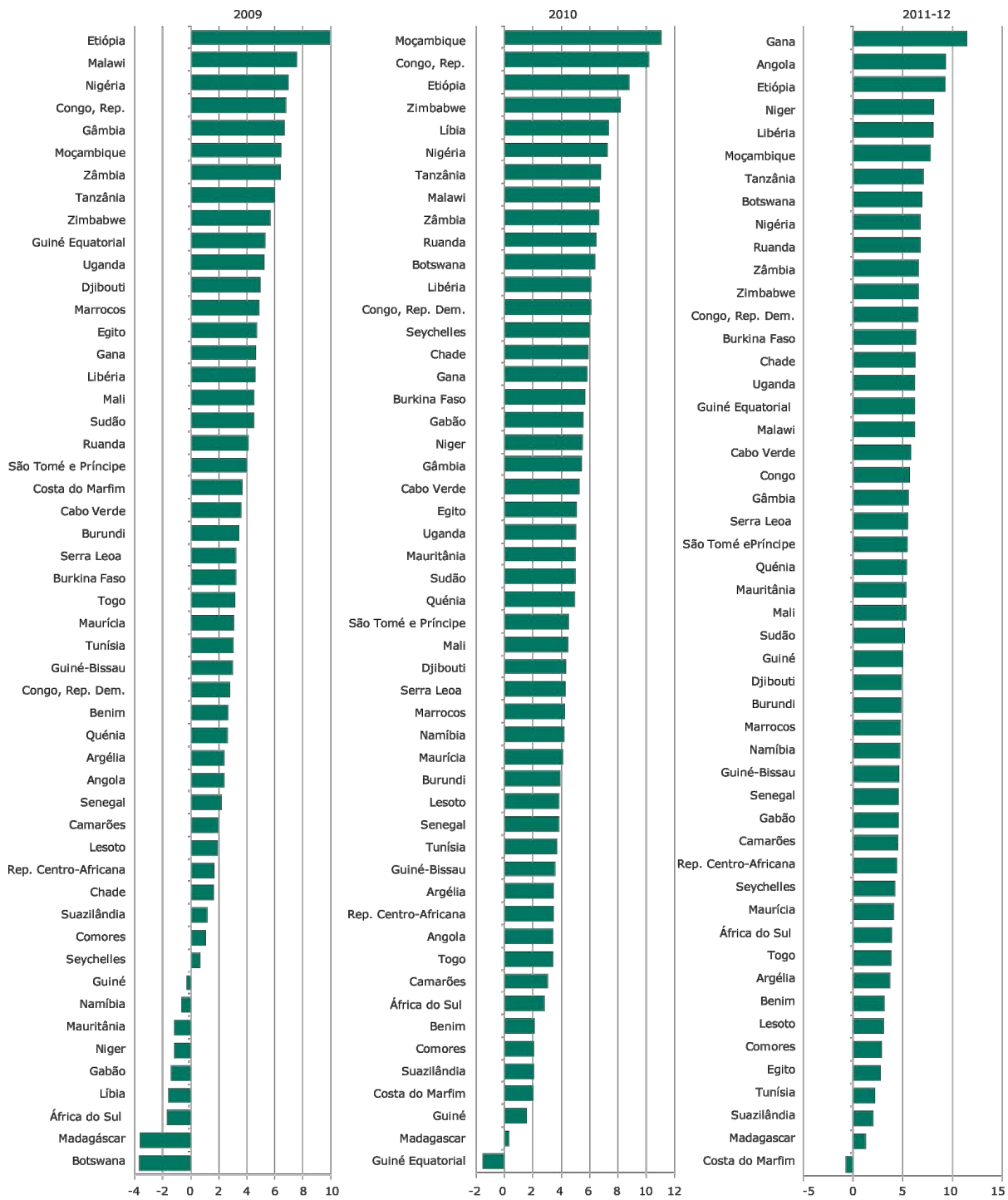
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420425>

O aumento dos preços e da produção de petróleo continua a ser o motor do crescimento dos **países africanos exportadores de petróleo**. A situação na Líbia, no entanto, afecta a média de crescimento do PIB deste grupo de países, que se espera que desacelere abaixo de 3% em 2011, antes de voltar a acelerar para cerca de 6%, em 2012 (supondo um regresso a uma actividade económica normal na Líbia). Nos países importadores de petróleo, o crescimento médio acelerou em 2010, para os 4,2% (em 2009, ficou abaixo dos 2%) e deverá reforçar o crescimento para 4,9% e para 5,4% em 2012. (ver Anexo Tabela 1.A).

Considerando individualmente cada país, a projecção aponta para que o Gana, a Etiópia e Angola estejam no topo do *ranking* de crescimento em 2011 e 2012. Em contraste os conflitos políticos estão a causar queda das exportações na Líbia e na Costa do Marfim. Os acontecimentos no Egipto e na Tunísia e a incerteza em Madagáscar, estão também a afectar o crescimento nestes países (Ver Figs. 1.8 e 1.9 e o Anexo Estatístico).



Figura 1.8: Crescimento do PIB (%)

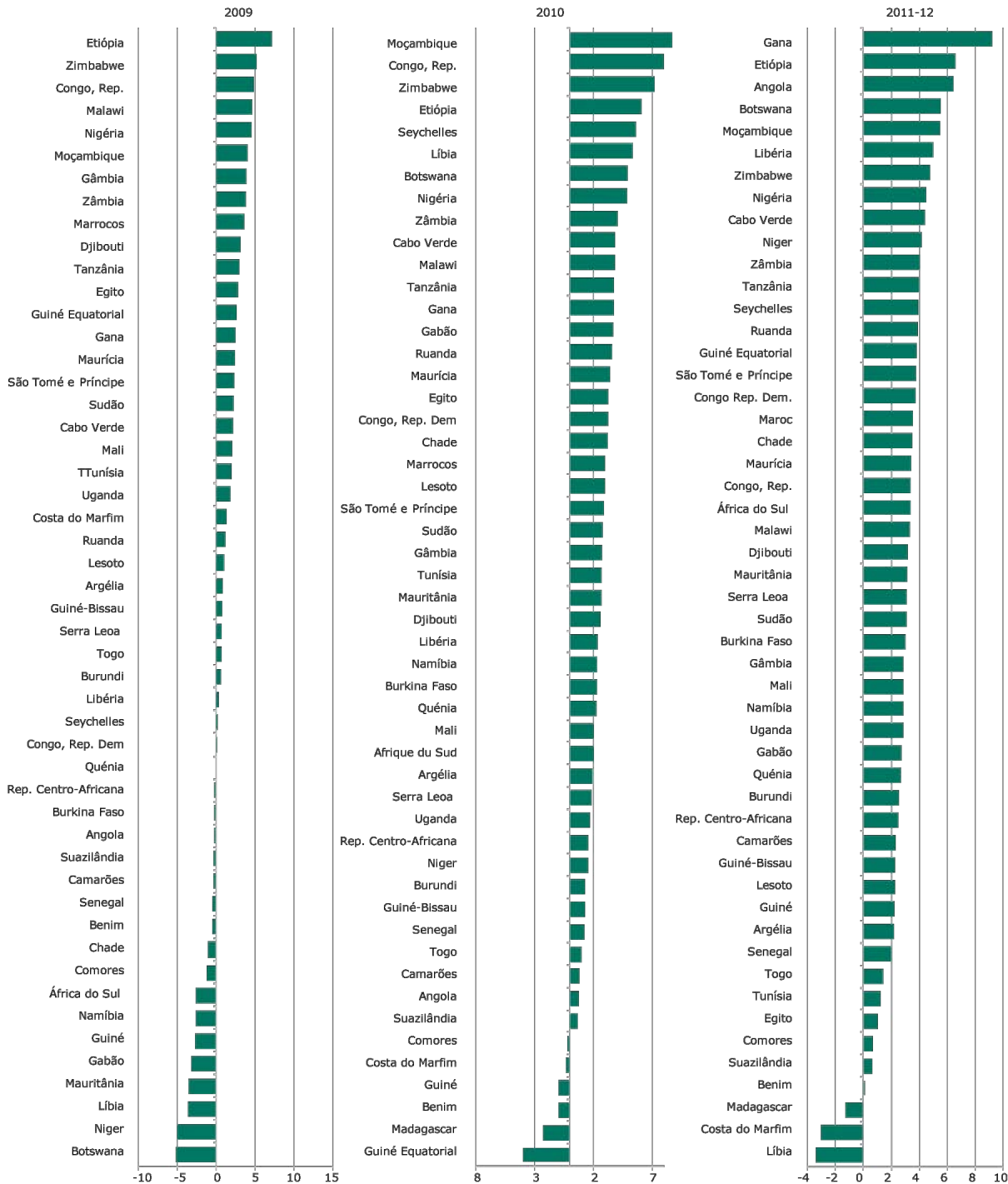


Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420444>



Figura 1.9 : Crescimento do PIB per capita (%)



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420463>

Preços altos estão a dinamizar o crescimento dos exportadores de mercadorias

Alicerçados na expansão da procura global, os preços das mercadorias continuaram a aumentar em 2010 e nos primeiros meses de 2011 alguns preços alcançaram novos máximos históricos (ver Figuras 1.10 - 1.13). O **preço do crude** (barril de Brent) aumentou significativamente, dos cerca de 30 USD por barril, em Dezembro de 2008, e está, no momento em que se escreve, a flutuar à volta dos 110 USD, o que representa cerca de três quartos do seu máximo histórico: 145 USD, em Julho de 2008. A mais recente subida dos preços - entre 110 e 120USD - foi causada pelos acontecimentos na Líbia. As alterações nos preços do crude dependem da evolução



dos acontecimentos políticos nos países produtores de petróleo, sobretudo na Líbia, mas também da resposta do lado da oferta à recente subida dos preços. Alguns países da OPEP, como a Arábia Saudita, aumentaram a produção em resposta à subida dos preços, mas nem todos seguiram esta posição. Este relatório baseia-se no pressuposto de que, no período de projecção 2011/2012, o preço médio do petróleo será de 90 USD por barril. A incerteza sobre o preço do petróleo continuará a ser o maior factor de risco para o crescimento da economia nos próximos tempos. Os exportadores de petróleo africanos, nomeadamente Nigéria, Argélia, Angola e Sudão, estão a beneficiar deste “boom” de crescimento dos preços. A Líbia, apesar de ter as maiores reservas de petróleo de África não se encontra na mesma situação, pois a agitação política causou um acentuado declínio na actividade petrolífera e na produção agregada. Se os países exportadores de petróleo beneficiam com os ganhos inesperados das exportações, balança de transacções e taxas alfandegárias, os países importadores estão a sofrer perdas nas exportações e a piorar as suas balanças de pagamentos. Isto é um facto ainda mais flagrante para os países pobres altamente endividados (PPAE/HIPCs). O impacto de preços mais elevados do petróleo nas economias depende também da maneira como os países respondem ao choque petrolífero. Se os governos conseguem conter o impacto do choque controlando os preços do petróleo e/ou providenciando subsídios às exportações, estas cairão menos a curto prazo, mas o défice esperado aumentará, o que pode causar perdas nas exportações, a longo prazo.

O **preço do ouro** manteve a sua trajectória ascendente em 2010, o que se continua a verificar em 2011, sustentada na procura global, mas procura refúgio relativamente aos riscos dos mercados financeiros e das taxas de câmbio. A escalada da violência na Líbia aumentou ainda mais os preços do ouro. Esta situação beneficia países como a África do Sul, o Gana, o Zimbabué, a Tanzânia, a Guiné Conacri e o Mali, os maiores produtores de ouro. África representa cerca de 30% da produção global de ouro.

Preços de outros metais recuperaram no início de 2009, com o aumento da procura global. O preço do **cobre** alcançou um novo pico histórico, gerando ganhos excepcionais para os países produtores. A Zâmbia é o maior produtor de cobre em África, seguindo-se a República Democrática do Congo e a África do Sul. O preço do **alumínio** recuperou a um ritmo mais moderado. A África do Sul e Moçambique são os maiores produtores do continente, seguindo-se o Egipto, o Gana, a Nigéria e os Camarões.

Os preços das exportações de produtos agrícolas aumentaram no decorrer de 2010 e no início de 2011. O **algodão** registou a maior subida de preços, fruto do aumento da procura global (sobretudo da China) e de quebras no fornecimento causadas por fracas colheitas no Paquistão e pelas restrições à exportação na Índia. No continente africano, o Burkina-Faso, o Chade, o Mali e o Benim são os maiores produtores de algodão. O preço do **cacau** ficou marcado por fortes oscilações, em consequência dos acontecimentos na Costa do Marfim, o maior produtor mundial. O preço caiu com o anúncio de uma boa colheita na Costa do Marfim, mas disparou com a proibição de exportações de cacau imposta pela UE. Esta proibição teve como objectivo cortar as fontes de financiamento do candidato derrotado, Mr. Gbabo, e apoiar Mr. Ouattara, o internacionalmente reconhecido vencedor das eleições presidenciais, mas acabou por afectar os agricultores. Depois de Mr. Gbabo ter sido detido, a proibição das exportações foi levantada.

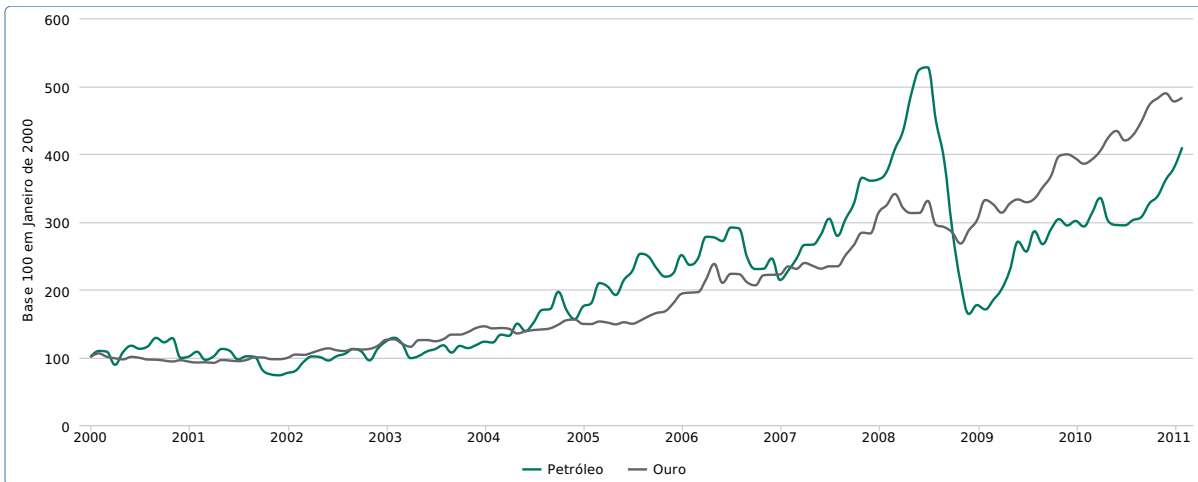
Os preços do **café** estão também a recuperar rapidamente devido a colheitas pobres nos principais países produtores tais como a Colômbia e o Brasil. A subida de preços tem beneficiado os produtores africanos, como a Etiópia e Quénia e ajudado a absorver o impacto de uma produção mais reduzida, consequência de más condições atmosféricas nalgumas regiões produtoras de café.

Os preços dos produtos alimentares de primeira necessidade subiram significativamente no decurso de 2010, com destaque para o trigo e o milho, com um ritmo mais acelerado de crescimento do que o do arroz. Os agricultores africanos beneficiaram desta alta dos preços agrícolas, mas os consumidores, especialmente nas áreas urbanas, estão a ser muito afectados. Em muitos países, as difíceis condições de vida da população contribuem para uma grande agitação política - sendo certo que outros problemas, como as altas taxas de desemprego jovem e a falta de liberdade política, estão paralelamente na base da contestação política.

Diversas causas estão na origem desta subida dos preços dos alimentos, como o crescimento da procura global e as dificuldades de fornecimento. A especulação dos mercados financeiros tem sido criticada e apontada como amplificadora desta subida, se bem que a dimensão dos seus efeitos é controversa (ver Caixa 1.3).



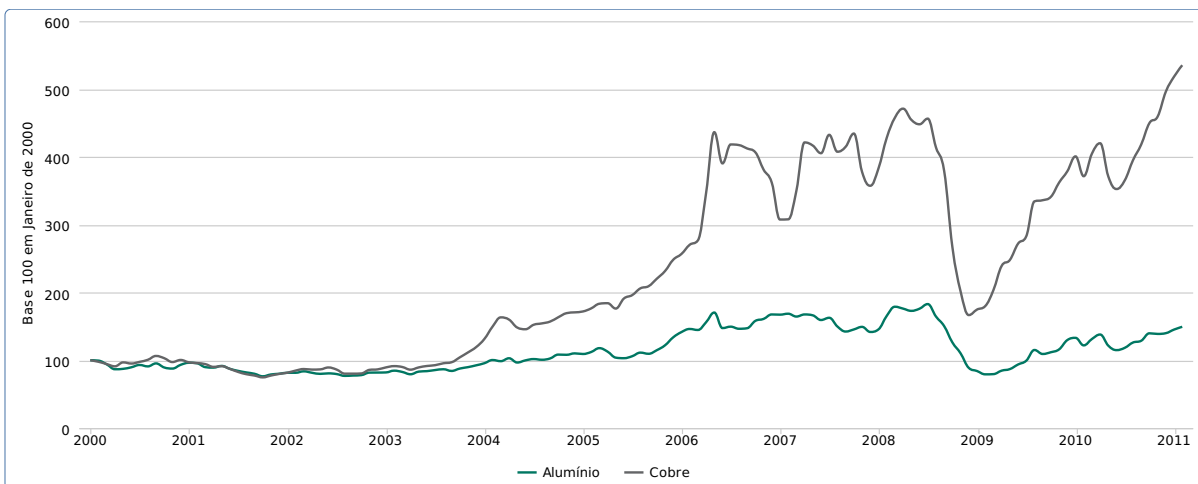
Figura 1.10: Preço do petróleo e do ouro (base: Janeiro de 2000)



Fonte: Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420482>

Figura 1.11: Preço do cobre e do alumínio (base: Janeiro de 2000)



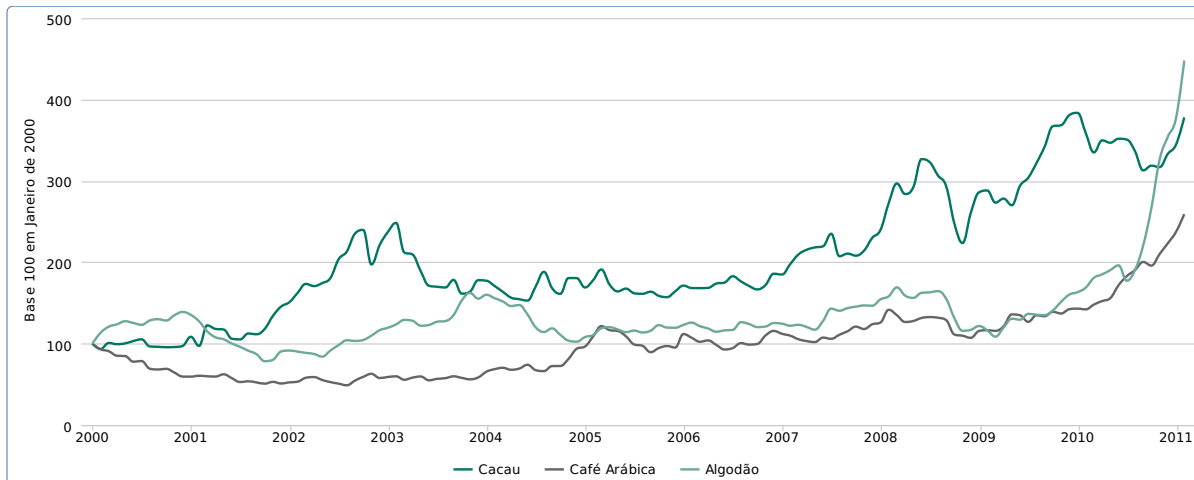
Fonte: Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420501>

Como o continente africano é um importador líquido de alimentos, a forte subida dos preços faz crescer a factura das importações, o que pressiona a balança de pagamentos e aumenta a inflação. Naqueles países onde os governos aumentaram os subsídios aos alimentos para proteger as suas populações, o fardo transfere-se para o orçamento de Estado, gerando subidas do défice e/ou cortes noutras despesas. Os países do grupo de países de baixos rendimentos, deficitários em alimentos (LIFCD), são particularmente vulneráveis à subida dos preços alimentares⁵. Segundo a classificação de 2010 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), dos 77 países deste grupo, em todo o mundo, 43 são africanos – cerca de 80% dos países do continente. Para prevenir (ou dar respostas) a situações de agitação social, os países estão a tomar medidas para enfrentar os efeitos dos altos preços dos produtos alimentares. No Egipto, por exemplo, que é um grande importador de alimentos – importa 40% do total dos bens alimentares de primeira necessidade e 60% do trigo que consome – o número de utilizadores de cartões de racionamento aumentou.



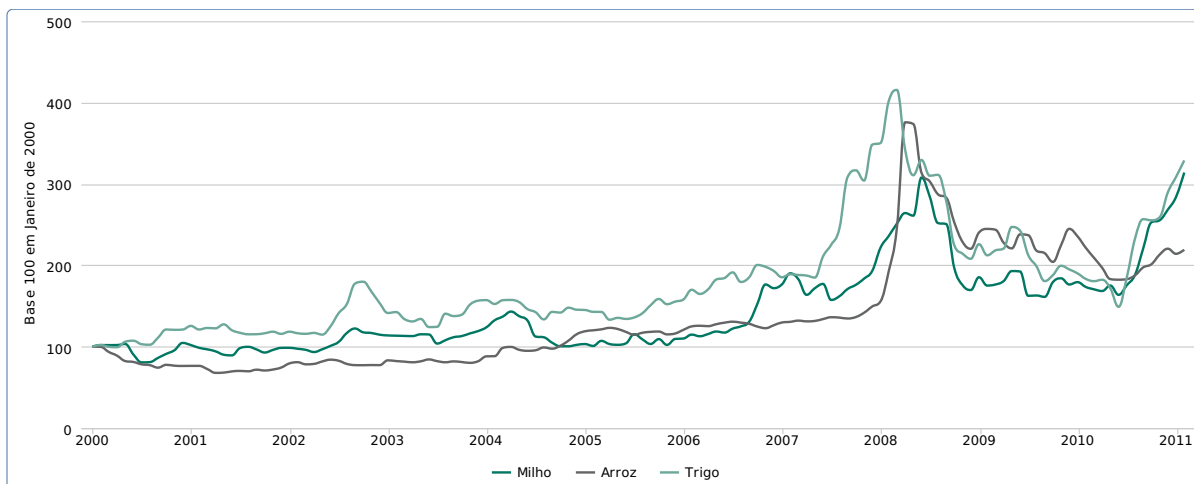
Figura 1.12: Preços de exportação de produtos agrícolas (base: Janeiro de 2000)



Fonte: Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420520>

Figura 1.13: Preços de importações de bens alimentares de primeira necessidade (base: Janeiro de 2000)



Fonte: Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420539>

Caixa 1.3: Causas da inflação dos preços dos produtos alimentares

Depois de terem atingido o pico, na segunda metade de 2008, os preços internacionais dos produtos alimentares baixaram, para depois retomarem a tendência de alta em 2009 e 2010. Os preços dos cereais, óleos alimentares e açúcar foram os que mais subiram, tendo a carne aumentos mais moderados. Na base desta recente subida parece estar a oferta global e os desequilíbrios na procura nos mercados de bens agrícolas.

Do lado da oferta, condições climáticas desfavoráveis em vários países produtores de relevo afectaram os preços do açúcar e do trigo. O Brasil, o mais importante produtor de açúcar, foi afectado pelo tempo seco, e, na Índia, a produção de açúcar no Uttar Pradesh (a região onde mais se planta cana) foi reduzida pelas fortes chuvas, infestações e pragas. Relativamente ao trigo, a campanha australiana foi afectada pelas chuvas, e muitos outros países produtores conheceram condições climáticas pouco favoráveis. Na sequência da fraca colheita de trigo, afectada pela seca, a Federação Russa proibiu as exportações de cereal, diminuindo a oferta nos mercados internacionais. Adicionalmente, as más condições atmosféricas afectaram a produção agrícola em muitos países africanos, como o Benim, Madagáscar, Marrocos, Moçambique, a Tunísia e o Zimbabué. Outros países conheceram a situação inversa, com boas condições atmosféricas a gerarem boas colheitas, ajudando a mitigar os efeitos da alta global dos preços dos



alimentos. De qualquer modo, a segurança alimentar continua a ser uma questão crítica para os grupos vulneráveis.

Do lado da procura, o crescimento da população mundial é muitas vezes apontado como o principal responsável pelos preços dos alimentos. Embora seja verdade, a médio e longo prazo, não explica o recente pico dos preços. Assim, juntamente com os problemas existentes do lado da oferta, outros factores do lado da procura parecem ser mais importantes, nomeadamente o facto de os países estarem a aumentar os seus stocks, numa medida de protecção das populações perante subidas adicionais. Outros factores influenciam os preços, tanto do lado da procura como da oferta: os custos da energia e a expansão da produção de biocombustíveis. O acentuado aumento dos preços do petróleo faz subir os custos de produção (incluindo os preços dos fertilizantes) e o transporte de produtos regionais, mas também torna mais atractiva a transformação de produtos agrícolas em biocombustíveis. Os regulamentos (na União Europeia, por exemplo) dos subsídios ao etanol (como nos Estados Unidos) estimulam o uso de biocombustíveis. A procura adicional de produtos agrícolas que podem ser utilizados para a produção de biocombustíveis aumenta os seus preços. À medida que os consumidores alteram a sua procura para produtos mais baratos, esses preços também sobem. Simultaneamente, os agricultores consideram mais lucrativo usar as suas terras para cultivar produtos susceptíveis de transformação em biocombustíveis, o que reduz a oferta de alimentos e, logo, faz aumentar os seus preços.

Para além das condicionantes directamente ligadas aos mercados agrícolas, outros factores, como a relativamente fraca taxa de câmbio do dólar norte-americano, são apontados como originando a subida dos preços dos alimentos. Como os preços das mercadorias tem paridade em dólares norte-americanos, um dólar fraco encoraja o aprovisionamento dos stocks, aumentando, assim, a procura, enquanto os produtores pedem preços mais altos (em dólares norte-americanos), o que faz subir os preços. Não é fácil, no entanto, isolar os efeitos das taxas de câmbio de outros factores que mudam em simultâneo, nomeadamente a recuperação da economia global. A especulação dos mercados financeiros também é apontada como causa da volatilidade e da recente subida dos preços das mercadorias. É certo que, nos anos mais recentes, o dinheiro está a entrar mais nos mercados de mercadorias, também em resultado do excesso de liquidez dos mercados financeiros, causado por políticas monetárias expansionistas. Existem, no entanto, diferentes perspectivas sobre os efeitos que tal pode ter nos preços, pois a relação causal entre os preços do mercado à vista e os preços do mercado de futuros não é muito clara.

A inflação está a subir de novo devido à subida dos preços dos produtos alimentares e do petróleo

A taxa de inflação média de África, que desceu para os 7,7% em 2010 (em 2009 foi de 10,1%), deverá subir marginalmente para os 8,4% em 2011, para depois recuar novamente para 7,4%, em 2012. A mediana da inflação, que não é afectada pelos países com taxas extremamente elevadas, registou 4,7% em 2010 (uma descida em relação aos 7,1% de 2009), e prevê-se que acelere para 5,9%, em 2011, antes de voltar a descer para 5,3%, em 2012. A principal causa para a subida da inflação em 2011 é o aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares. Entre os 51 países cobertos por este relatório, a maioria registará taxas de inflação entre os 2 e os 5,5%, em 2011 e 2012. Não é uma taxa excessiva, principalmente para países em desenvolvimento, pois parte deste aumento advém da subida dos preços de importação de energia e de alimentos, pelo que a inflação base é baixa. Mas em alguns países (tais como, a Etiópia, Sudão, Egipto e Angola) espera-se que a inflação permaneça acima dos 10%.

Política monetária: a passagem para uma contracção moderada

Perante pressões inflacionistas moderadas, em 2010, muitos bancos centrais africanos consideraram a oportunidade de flexibilizar mais as políticas monetárias. No entanto, em muitos países, as taxas de juro de empréstimos continuaram relativamente altas, e os créditos bancários ao sector privado mantiveram-se baixos. Esta situação corrobora a existência de uma transmissão relativamente fraca das medidas de política monetária para as actividades do sector privado (Kasekende and Brownbridge, 2010). Em 2011, as políticas monetárias terão que conciliar o desafio de controlar a inflação, dada a existência de uma inflação importada, com os altos preços do petróleo e dos alimentos, com a necessidade de acautelar a recuperação económica.

Prevê-se que as políticas monetárias em África sejam gradualmente mais restritivas, de forma a responder às preocupações com a inflação. Como na maioria dos países as pressões inflacionistas são moderadas, não há necessidade de pôr em prática grandes restrições. As políticas deverão centrar-se mais na inflação de base e nas expectativas em relação à inflação do que no aumento temporário do índice, causado pelos preços da energia e dos alimentos. As condições das autoridades monetárias, porém, são muito diversas, tanto entre países como entre grupos regionais.

As políticas monetárias dos países africanos são implementadas em três quadros diferentes: a) regimes de taxa de câmbio fixo, como é o caso da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)³, da União Económica e Monetária da África Central (CEMAC)⁴ e a Área Monetária Comum (AMC)⁵ na África Austral; b)



selecção de agregados monetários, como a massa monetária, em sentido lato, como meta intermédia, e os fundos de reserva, como metas operacionais, e c) dirigidas à inflação. Existem igualmente sistemas híbridos, com países (como o Quênia) a combinar elementos dos diferentes sistemas (Kasekende e Brownbridge, 2010).

A inflação continuou a descer em 2009 e 2010, na maioria dos países africanos, independentemente dos quadros de política monetária. Nos regimes de taxas de câmbio fixas, a paridade com o euro está claramente a contribuir para o controle da inflação. Na verdade, os países que têm taxas de câmbio ligadas ao euro tendem a ter taxas de inflação mais baixas do que os países que não têm essa paridade. No entanto, a política monetária de «tamanho único» também tem custos, pois as condições monetárias (ou seja, o *mix* taxa de juro-taxa de câmbio) podem ser demasiado rígidas para alguns países e demasiado brandas para outros. No Senegal, por exemplo, a taxa de inflação estava abaixo da média da UEMOA (cerca de -1%, em 2009, e aproximadamente 1% em 2010), o que sugere que as condições monetárias aplicadas foram talvez demasiado apertadas para este país. Em contraste, na Guiné Equatorial, onde a inflação tende a ser superior à média da CEMAC, a taxa de câmbio real tem tendência a valorizar-se, o que reduz a competitividade dos sectores não petrolíferos.

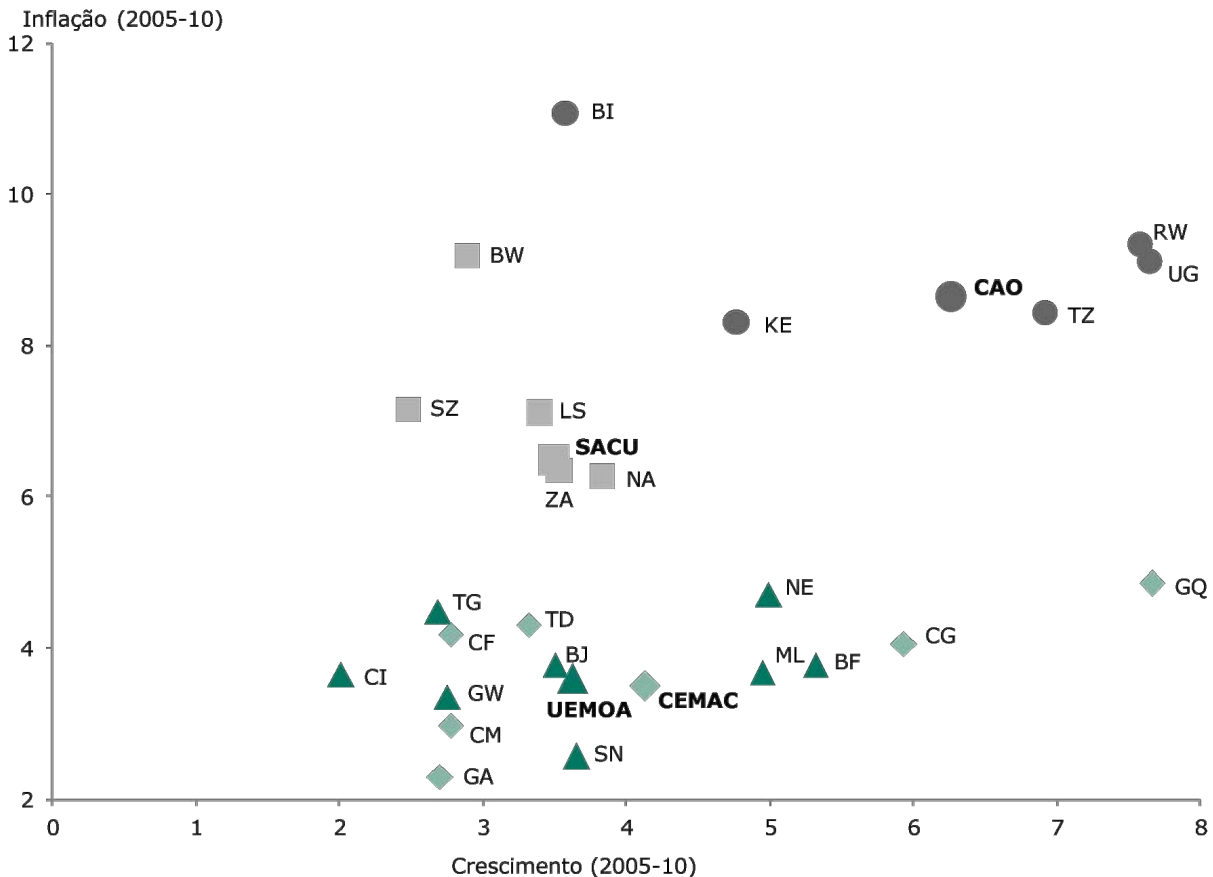
Os países que têm regimes de agregados monetários (Etiópia, Tanzânia, Uganda e Moçambique, por exemplo) têm sido mais flexíveis. Estes países têm usado políticas monetárias e cambiais para controlar a inflação e, ao mesmo tempo, tentar manter a competitividade. Se as pressões inflacionistas tendem a declinar, o nível de inflação permaneceu, de uma forma geral, mais alto do que em países com regimes de câmbios fixos. Na Etiópia, na Tanzânia, no Uganda e em Moçambique, as taxas de câmbio nominais depreciaram-se em 2010, o que beneficiou as exportações mas fez aumentar os preços das importações. Nestes países, em 2010, a inflação situou-se entre os 9 e os 10%. Se nos primeiros três países a inflação baixou em relação ao ano precedente, em Moçambique foi significativamente mais alta.

A África do Sul tem uma política monetária de controlo da inflação. Quando a taxa de inflação se aproximou da margem inferior do intervalo - 3 a 6% - impulsionada pela valorização do rand, o banco central baixou as taxas de juro. No Gana, que prossegue uma política monetária semelhante, a inflação desceu de forma significativa, passando de valores na ordem dos 19%, em 2009, para 8%, em 2010 - mas ainda acima da meta dos 5%. A valorização da taxa de câmbio (pauta média ponderada), na sequência de uma prévia e acentuada depreciação, ajudou a aliviar as pressões inflacionistas.

Nos últimos cinco anos, os países da CEMAC e da UEMOA conheceram taxas de inflação mais elevadas do que os membros da Comunidade da África Oriental (CAO) e da União Aduaneira da África Austral (SACU). A CAO registou, em média, o maior crescimento no quadro destas regiões. Se é evidente que taxas de inflação muito elevadas prejudicam o crescimento, quando estamos a níveis mais baixos já não é tão clara a inter-relação entre a inflação e o crescimento. Pode existir um *trade-off* entre o crescimento e a manutenção de níveis baixos de inflação, por exemplo, através do estabelecimento de uma paridade fixa com um país, ou grupo de países, como a zona euro, pois as condições monetárias podem tornar-se demasiado apertadas. Permitir taxas mais altas, no entanto, não é uma panaceia para aumentar o crescimento, que necessita igualmente de outras condições. Os membros da SACU, por exemplo, têm em média uma inflação maior do que os países da CEMAC e da UEMOA, mas não têm um crescimento maior (ver Figura 1.14). Esta situação explica-se parcialmente pelo forte impacto da recessão na SACU, que levou a um crescimento negativo em 2009. Nos quatro anos anteriores à crise (2005-2008), a SACU teve um crescimento maior (4,9%) do que a UEMOA (3,8%) e a CEMAC (4,6%), mas ainda assim menor do que o da CAO/EAC (6,9%).



Figura 1.14: Crescimento e inflação em regiões africanas



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420558>

As posições fiscais e externas são afectadas pelos preços das mercadorias

Dado que o peso do PIB do Norte de África é cerca de um terço do PIB de todo o continente, os acontecimentos nesta região estão a fazer abrandar o crescimento em 2011 para além de um ponto percentual.

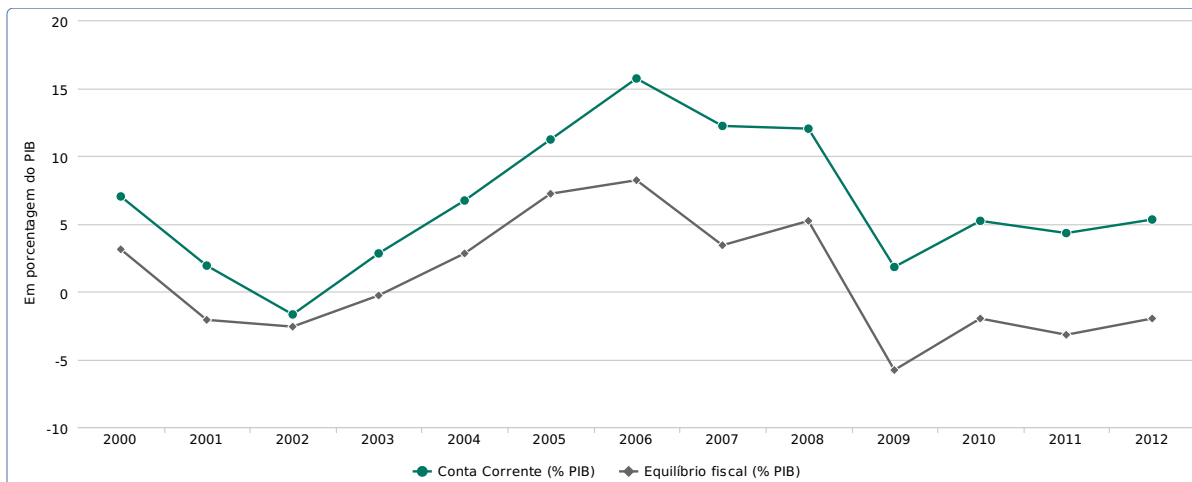
A **África Oriental** deverá continuar a sua via de crescimento, acima dos 6%, no período de projecção, enquanto se espera que o crescimento na África Ocidental desacelere para um valor inferior a 6%, devido aos acontecimentos na Costa do Marfim.

A **África Austral**, a única região africana com crescimento negativo em 2009, recuperou em 2010 e assim deverá continuar, e mesmo reforçar, com o crescimento a atingir os 4,5% em 2011 e 5,5% em 2012. Prevê-se que o crescimento na **África Central** acelere para os 5,3% em 2011 e 5,7% em 2012 (Table 1.1 e Fig. 1.14).

Considerando individualmente cada país, a projecção aponta para que o Gana e a Etiópia estejam no topo do *ranking* de crescimento em 2011. Em contraste, os conflitos políticos estão a causar queda das exportações na Líbia e na Costa do Marfim. Os acontecimentos no Egito e na Tunísia e a incerteza em Madagáscar, estão também a afectar o crescimento nestes países (Ver Figs. 1.16 e 1.17).



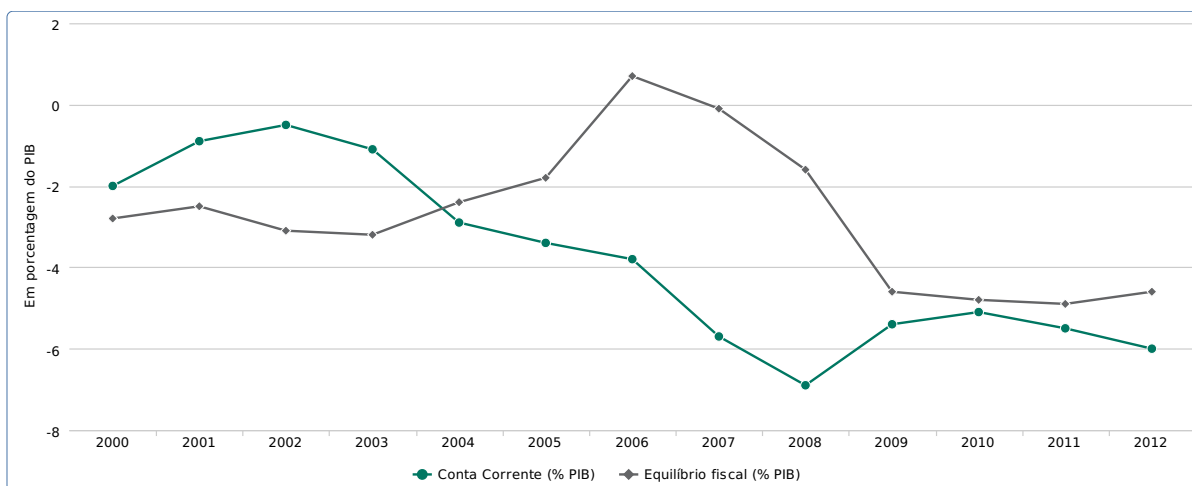
Figura 1.15: Contas correntes e equilíbrios fiscais nos países exportadores de petróleo



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420577>

Figura 1.16: Contas correntes e equilíbrios fiscais nos países importadores de petróleo



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420596>

O desafio da redução do desemprego jovem

A actual recuperação económica deverá reduzir a componente cíclica do desemprego em África, porém, o desemprego estrutural manter-se-à muito elevado em diversos países. No norte de África, onde a actividade económica foi seriamente perturbada pelas convulsões políticas, o desemprego deverá crescer ainda mais em 2011. Nesta região, o desemprego jovem é um problema considerável que muito contribuiu para a agitação política que levou ao derrube dos governos na Tunísia e no Egipto. Segundo um estudo recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa de desemprego jovem no norte de África atingiu os 23,7% em 2009 (mas abaixo dos 26,5% de 1998) e estima-se que esteja, em 2010, nos mesmos níveis (OIT, 2010). É o dobro da taxa da África Subsaariana, que registou 11,9% de desemprego jovem em 2009 (uma descida em relação ao valor de 1998 - 13,5%) (OIT, 2010).

Esta relativa baixa taxa de desemprego jovem na África Subsaariana, registada neste estudo da OIT, não deixa de ser surpreendente. Como é muito difícil ter acesso a dados fiáveis sobre o mercado de trabalho, parte desta baixa taxa pode ter, na origem, problemas estatísticos. No entanto, com os altos níveis de pobreza e a ausência de alternativas melhores, no mercado de trabalho ou na educação, esta relativa baixa taxa de desemprego também reflecte a necessidade de sobrevivência das pessoas, o que as leva a aceitar qualquer tipo de emprego, incluindo trabalhos indignos (OIT, 2010). Outra razão é que as pessoas desistiram de procurar emprego, dada a falta de oportunidades e não estão contabilizadas como desempregadas.



Nalgumas zonas do continente africano, os mercados de trabalho não têm sido suficientemente flexíveis para absorver a crescente oferta de mão-de-obra jovem. Com o constante crescimento da população africana, a pressão sobre o mercado de trabalho continua a aumentar. Na última década, a população de África aumentou mais de 217 milhões, sendo superior a mil milhões. Um quinto da população está na faixa etária dos 15 aos 25 anos, a idade de entrada no mercado de trabalho e conseqüente procura de emprego. Tanto a população total como a jovem aumentaram 23%, ou 2,3% anuais, de 2000 a 2010. Na presente década, as projecções apontam para um crescimento da população superior a 23% (2,1% ao ano), e a população jovem deverá crescer quase 20% (1,8% por ano). Se na África Oriental, Central e Ocidental continuam as pressões demográficas sobre os mercados de trabalho, já no norte de África e na região subsaariana, onde o crescimento populacional é mais moderado, a população jovem deixará de crescer, permanecendo nos níveis actuais (ver Tabela 1.2).

É necessária uma abordagem abrangente para responder ao problema do desemprego, de uma forma geral, e do desemprego jovem, em particular. São necessárias alterações tanto do lado da oferta como do lado da procura, com desenho de políticas adequadas às especificidades de cada país. Em muitos países, é preciso fazer mais para melhorar a qualidade da oferta de mão-de-obra, para se ajustar de forma mais adequada às competências de que as empresas necessitam. Isto também se aplica aos detentores de graus universitários, que são vulneráveis ao desemprego se as suas competências não se ajustam às exigências do trabalho. Simultaneamente, é preciso impulsionar a procura de mão-de-obra, através da melhoria das condições para o crescimento económico, de uma forma geral, e para a actividade do sector privado em particular, incluindo a criação de novas empresas.

Tabela 1.2: Tendências Demográficas em África (milhões pessoas)

	2000	2010	2020	2000/2010 (Variação em %)	2010/2020 (Variação em %)
África	-	-	-	-	-
População	819.5	1033.1	1276.4	25.8	23.6
Grupo etário dos 15-24	166	208.9	250.3	26.1	19.8
Norte de África	-	-	-	-	-
População	179.5	212.9	247.6	18.6	16.3
Grupo etário dos 15-24	37.9	42.6	42.4	12.4	-0.5
África Oriental	-	-	-	-	-
População	252.7	327.2	420.2	29.5	28.4
Grupo etário dos 15-24	50.7	67.1	85.5	32.3	27.4
África Ocidental	-	-	-	-	-
População	237.8	306.1	383.2	28.7	25.2
Grupo etário dos 15-24	47.8	61.1	76.9	27.8	28.8
África Central	-	-	-	-	-
População	98.1	128.9	164.3	31.4	27.5
Grupo etário dos 15-24	19	26.3	33.9	38.4	28.9
África Austral	-	-	-	-	-
População	51.4	58	61.1	12.8	5.3
Grupo etário dos 15-24	10.6	11.8	11.6	11.3	-1.7

Fonte: World Population Prospects: revisão de 2008; Base de dados de Nações Unidas, variação média.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421166>

Riscos e desafios para as economias africanas

Esta previsão para África, para 2011 e 2012, baseia-se nalguns pressupostos, que se podem revelar como demasiado optimistas ou pessimistas. Assumiu-se que a recuperação da economia e do comércio mundiais seria sustentada e que os preços das mercadorias (petrolíferas e não petrolíferas) continuariam altos, se bem que a níveis mais baixos do que os registados no primeiro trimestre de 2011. Existem, no entanto, riscos nos dois sentidos, tanto positivos como negativos, nesta previsão.



Em termos positivos, a recuperação global pode ser mais forte do que o esperado, à medida que a confiança aumente em muitas regiões do mundo – o que dinamizaria mais o crescimento africano. Mas os acontecimentos recentes na economia global, na sequência do sismo e da crise nuclear no Japão, tornam este risco de subida mais reduzido.

Em termos negativos, a recuperação global pode ser mais fraca do que o que aqui se assumiu. Se os preços do crude continuarem altos, a níveis entre os 110 e os 120 USD, o crescimento global pode retrair-se. A subida do preço do crude está a transferir riqueza dos países importadores de petróleo para os países exportadores, aumentando as poupanças globais nestes países (pois os exportadores têm normalmente uma taxa de poupança mais alta do que os importadores), enquanto naqueles aumenta a inflação global e se reduz a procura real. Se as políticas monetárias dos importadores de petróleo forem rígidas, em resposta ao aumento da inflação, o crescimento global pode retrair-se ainda mais.

Para além destes riscos externos, existem igualmente riscos positivos e negativos em África. O mais importante será a forma como os países irão responder ao descontentamento social e à tensão política, que floresceram em muitos países. Actualmente ainda não é claro quando é que a paz será restabelecida na Líbia.

No entanto, nos países com sectores agrícolas consideráveis, o produto global depende da produção agrícola, logo também das condições climáticas. O pressuposto técnico de condições climáticas normais, deste relatório, pode acabar por ser demasiado pessimista ou optimista.

Finalmente, com os elevados preços dos alimentos e da energia – e com a realização de vários processos eleitorais – alguns países africanos podem vir a conhecer uma ainda maior agitação social e política.

Os decisores políticos africanos devem estar conscientes destes riscos globais e domésticos. É necessário que a estabilidade económica e social seja sustentada, ou, em caso de perturbações, que a normalidade seja rapidamente reposta.

Politicamente, é necessário prosseguir políticas macroeconómicas prudentes e, em simultâneo, pôr em prática as medidas apropriadas para responder aos desafios dos elevados custos das mercadorias. Nos países ricos em recursos, parte das receitas adicionais deve ser posta em fundos soberanos, de forma a assegurar recursos em caso de diminuição dos preços ou de esgotamento dos recursos.

Perante os altos preços dos alimentos, os governos que tenham os recursos necessários, devem proteger os grupos mais vulneráveis da fome, através da concessão de apoios de custo efectivo destinados a alvos seleccionados, em vez de optarem pelos subsídios, em termos alimentares e de energia, à população em geral.

Para além disso, devem ser melhoradas as condições comerciais na agricultura, garantindo que os agricultores possam aumentar o investimento e a produtividade, em resposta aos elevados preços dos produtos agrícolas.



Tabela 1a: Desenvolvimentos macroeconómicos em África

	2009	2010	2011	2012
Crescimento do PIB real (%)				
África Central	2.6	4.7	5.3	5.7
África Oriental	5.7	6.2	6.7	6.7
Norte de África	3.5	4.6	0.7	5.1
África Austral	-0.5	3.3	4.5	5.5
África Ocidental	5.6	6.7	6.0	6.8
África	3.1	4.9	3.7	5.8
Rubricas pró memória				
Norte de África (Incluindo o Sudão)	3.6	4.6	1.1	5.1
África Subsariana	2.7	5.0	5.5	6.2
Países exportadores de petróleo	4.1	5.4	2.7	6.1
Países importadores de petróleo	1.9	4.2	4.9	5.4
Preços no consumidor (Inflação em %)				
África Central	10.0	5.5	4.8	4.4
África Oriental	16.7	9.3	11.3	9.3
Norte de África	9.1	7.1	8.8	7.7
África Austral	8.0	6.4	6.6	6.7
África Ocidental	10.3	10.4	9.2	7.3
África	10.0	7.7	8.4	7.4
Rubricas pró memória				
Norte de África (Incluindo o Sudão)	9.3	7.7	9.3	7.9
África Subsariana	10.5	7.8	7.8	7.1
Países exportadores de petróleo	11.5	10.0	10.4	8.7
Países importadores de petróleo	8.3	5.0	6.1	5.8
Equilíbrio Orçamental incluindo donativos (% do PIB)				
África Central	-2.3	0.5	-0.2	0.2
África Oriental	-2.6	-3.3	-3.5	-4.2
Norte de África	-4.0	-2.4	-6.9	-5.3
África Austral	-6.5	-3.3	-2.8	-2.2
África Ocidental	-8.0	-6.1	-2.0	-1.2
África	-5.2	-3.3	-3.9	-3.2
Rubricas pró memória				
Norte de África (Incluindo o Sudão)	-3.8	-2.3	-6.1	-4.9
África Subsariana	-6.1	-3.9	-2.6	-2.1
Países exportadores de petróleo	-5.8	-2.0	-3.2	-2.0
Países importadores de petróleo	-4.6	-4.8	-4.9	-4.6
Balança de transacções correntes, incluindo donativos (% do PIB)				



África Central	-6.0	-3.1	-2.3	-2.4
África Oriental	-7.4	-8.3	-7.7	-9.2
Norte de África	0.1	3.2	0.1	1.3
África Austral	-5.7	-2.8	-4.0	-3.2
África Ocidental	6.4	7.0	10.0	9.7
África	-1.6	0.4	-0.2	0.2
Rubricas pró memória				
Norte de África (Incluindo o Sudão)	-0.8	2.0	-0.6	0.3
África Subsariana	-2.1	-0.5	0.0	0.2
Países exportadores de petróleo	1.8	5.2	4.3	5.3
Países importadores de petróleo	-5.4	-4.9	-5.5	-6.0

Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932421185>



Notas

1. Como o PIB real mede o produto/produção, desvia-se do rendimento real em termos de trocas comerciais. Se os preços das importações aumentam mais do que os das exportações, em termos de trocas deterioram-se e o rendimento real *per capita* aumenta menos do que o PIB *per capita*. Pelo contrário, se os preços das exportações aumentam mais do que os das importações, em termos de trocas melhoram e o rendimento real aumenta mais do que o produto.
2. Para uma discussão geral sobre os efeitos económicos das remessas, ver Ratha *et al.* (2011).
3. Os membros da UEMOA são Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.
4. Os membros da CEMAC são: Camarões, República Centro Africana, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial e Gabão.
5. Na AMC, as moedas do Lesoto e da Suazilândia têm paridade fix com o rand sul-africano.

Referências

- Banco Africano de Desenvolvimento e OCDE (2009), *Perspectivas Económicas em África*, OCDE, Paris.
- Banco Africano de Desenvolvimento (2011), "Towards Food Security in Africa: Challenges, Policies and the Role of the Bank", *Brief* para a reunião do C-10 em Adis Abeba, Março de 2011.
- Chauvin, S. e A. Geis (2011), "Who Has Been Affected and Why? The Spillover of the Global Financial Crisis to Sub-Saharan Africa and Ways to Recovery", *European Central Bank Occasional Paper Series*, No. 124.
- Drummond, P. e G. Ramirez (2009a), "Spillovers from the Rest of the World into Sub-Saharan African Countries", *IMF Working Paper*, No. 09/155.
- Drummond, P. and G. Ramirez (2009b), "Spillover Effects and the East African Community: Explaining the Slowdown and Recovery", *IMF African Departmental Paper Series*, No. 09/2.
- Irwin, S.H. e D.R. Sanders (2010), "The Impact of Index and Swap Funds on Commodity Futures Markets", *OECD Food, Agriculture and Fisheries Working Papers*, No. 27, OCDE, Paris.
- Kasekende, L. e M. Brownbridge (2010), "Post Crisis Monetary Frameworks in Sub-Saharan Africa", comunicação apresentada na African Economic Conference, Tunis, Outubro de 2010.
- Organização Internacional do Trabalho (2010), *Global Employment Trends for Youth*, Genebra.
- Ratha, D., S. Mohapatra, C. Özden, S. Plaza, W. Shaw e A. Shimeles (2011), "Leveraging Migration for Africa, Remittances, Skills, and Investments", relatório para a Unidade de Migrações e Remessas do Banco Mundial e para a Unidade de Pesquisa de Desenvolvimento do Banco Africano de Desenvolvimento.
- Salami, A., Z. Brixiova, H. Kandil y A. Mafusire (2011), "Towards Food Security in Africa: Challenges, Policies and the Role of the Bank", *African Development Bank ECON Brief*, Abril 2011.
- WES, Ifo World Economic Survey, <http://www.cesifo-group.de/portal/page/portal/ifoHome/bpubl/b2journal/50publwes>.
- World Population Prospects (the 2008 revision), base de dados das Nações Unidas sobre a população.



Capítulo 2: Fluxos financeiros externos

A última década foi marcada por mudanças significativas no volume e composição dos fluxos financeiros dirigidos a África. Entre 2000 e 2010, o total de investimento directo estrangeiro (IDE), investimento de carteira e Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) praticamente quintuplicou, passando de 27 mil milhões de USD para os estimados 126 mil milhões de USD (OCDE/CAD, 2010 a; UNCTAD, 2010 a; FMI, 2010). Porém é a alteração da composição destes fluxos que melhor representa o novo dinamismo económico africano: Desde 2005, o Continente Africano atraiu mais fluxos de IDE do que de APD. Por outro lado, a parte africana nos fluxos globais de IDE cresceu na última década, de 0,7%, em 2000, para 4,5% em 2010. Este dados são um impressionante testemunho da mudança do papel de África no mundo e da sua crescente capacidade para tirar partido das oportunidades da globalização. Alguns desafios, no entanto, ainda persistem.

O Investimento Directo Estrangeiro em África continua a concentrar-se nalguns países e sectores, com 15 exportadores de petróleo a receber 75% dos fluxos de IDE, o que aponta para a necessidade de uma maior diversificação. Muitos governos estão a enfrentar este desafio e têm demonstrado o seu empenhamento na melhoria dos quadros institucionais. As perspectivas para os fluxos de IDE para África em 2011 são genericamente boas, tendo em consideração a forte recuperação económica em muitas partes do mundo e o aumento dos preços dos recursos. A actual incerteza no Norte de África torna mais difícil fazer previsões, pois a região tem sido, nos últimos 5 anos, o principal destino do IDE em África.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento atingiu globalmente o valor de 120 mil milhões de USD em 2009, o que representa um aumento em termos reais de 0,7% em relação a 2008. Apesar da crise financeira e do seu severo impacto nos orçamentos governamentais dos países doadores, a APD cresceu. A APD líquida bilateral dos doadores membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) para África chegou aos 28 mil milhões de USD em 2009, dos quais 25 mil milhões tiveram como destino a África subsaariana. Isto representa um crescimento de 3%, em termos reais em relação a 2008, para o total de África, e um crescimento de 5,1% para a África subsaariana.

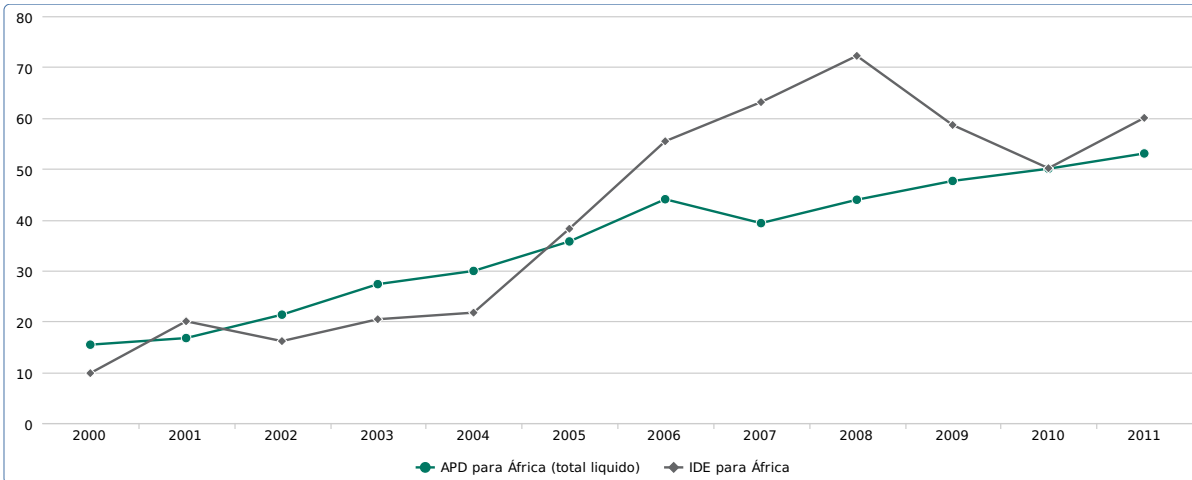
Fluxos de Investimento Externo

O IDE é uma fonte especialmente importante de investimento em África. Nas últimas décadas, a percentagem do IDE na formação líquida de capital físico em África alcançou os 20% - o dobro da média global e 8% acima dos números de outros países em desenvolvimento (UNCTAD, 2010 b). A importância do IDE está em crescimento em todo o continente, mas mantém-se um padrão desigual de distribuição. Uma grande parte do IDE é dirigida para as indústrias extractivas, num número limitado de países. Atrair investimento para sectores mais diversificados e com maior valor acrescentado continua a ser um desafio premente em África. Muitos governos estão a enfrentar este desafio e a demonstrar empenhamento na melhoria dos quadros institucionais.

A Figura 2.1 mostra que o IDE nos países africanos atingiu o seu pico em 2008, com 72 mil milhões de USD (UNCTAD 2010 a), um valor cinco vezes maior do que o registado no ano 2000. O crescimento do IDE até 2008 foi suportado pela alta dos preços das matérias-primas, particularmente o petróleo, que desencadeou uma grande expansão nos investimentos dirigidos às mercadorias. A crise financeira global teve efeitos duplamente negativos. Por um lado, os investidores foram afectados e reduziram os seus investimentos, por outro, a crise levou a uma diminuição da procura das mercadorias africanas. Esta quebra na procura reduziu o investimento de capital naqueles sectores e países onde historicamente se concentra a recepção de fluxos de investimento externo. Em consequência, os fluxos de IDE para os países africanos decresceram 20%, registando, em 2009, 59 mil milhões de USD. Para 2010, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) prevê ainda um declínio para os 50 mil milhões de USD, enquanto os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para 52 mil milhões de USD.



Figura 2.1: Fluxos de IDE e APD em África 2000-11 (milhares de milhões de USD, preços correntes)



Fonte: CAD/OCDE para ADP, CNUCED para IDE 2000-2010.

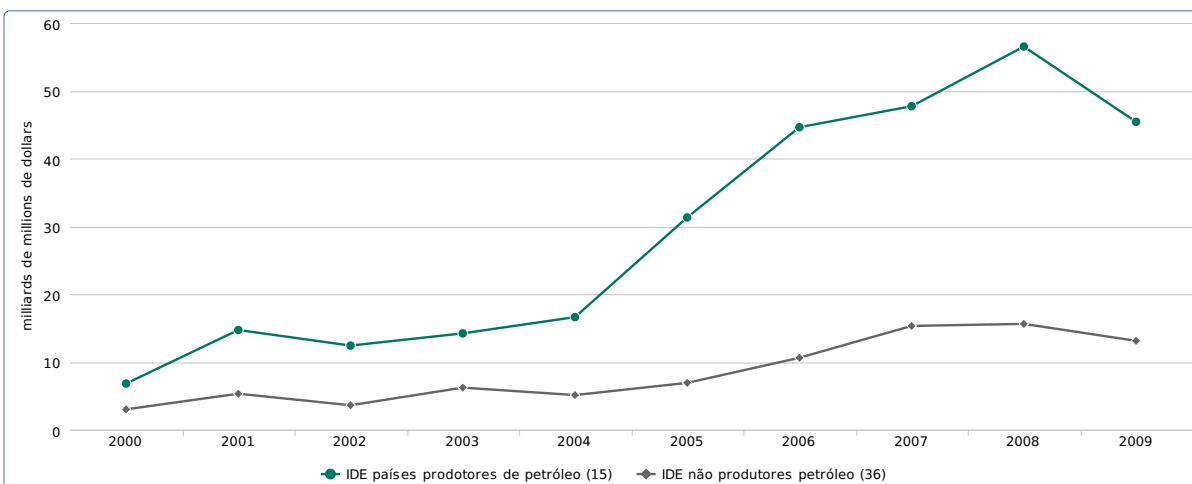
Pojecções para 2011: IDE: FMI; APD: projecção simples, calculos do autor

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420615>

Quando medidos em percentagem do IDE global, os fluxos para países africanos têm aumentado de forma consistente na última década, passando de 0,7% em 2000 para 5,3% em 2009. No entanto, a percentagem de África no IDE global caiu ligeiramente em 2010, alcançando os 4,5% – um decréscimo que se fica a dever, em grande medida, a uma mais acelerada recuperação da crise financeira em termos dos fluxos de IDE noutras regiões do mundo.

Em termos de sectores, os serviços, liderados pela indústria de telecomunicações, foram em 2009, o maior receptor de IDE, e atraíram a maior fatia de fusões e aquisições (F&A) transfronteiriças em África (UNCTAD, 2010 b). O sector primário, por seu lado, foi pressionado pelos baixos preços das mercadorias e pela falta de crédito. O IDE em África, porém, continua a estar concentrado em poucos países e sectores, o que aponta para a necessidade de uma maior diversificação. Como a Figura 2.2. mostra, entre 2000 e 2010, cerca de 75% do IDE em África teve como destino os países exportadores de petróleo. No que respeita a IDE com origem em países membros da OCDE, esta percentagem é ainda maior: 85%.

Figura 2.2: Fluxos de IDE para países exportadores de petróleo vs. países sem petróleo 2000-09 (milhares de milhões de USD, preços correntes)



Fonte: Dados do IDE da UNCTAD; cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420634>

De 2008 a 2009, as F&A transfronteiriças líquidas caíram muito mais acentuadamente do que o IDE global: 75%, do maior valor registado – 21 mil milhões de USD, em 2008 – para os 5 mil milhões em 2009. Estas F&A transfronteiriças acabaram por conhecer uma recuperação de 50% em 2010, para os 8 mil milhões de USD –



quando a recuperação global foi de apenas 37% (UNCTAD, 2010 b). A maior operação de F&A em África foi a aquisição pela empresa indiana de telecomunicações dos activos africanos na koweitiana Zain, no valor de 10,7 mil milhões de USD. Este valor, no entanto, não está incluído nos dados precedentes por não envolver fluxos financeiros com destino a África mas apenas uma troca de propriedade de activos africanos por empresas estrangeiras. Já a japonesa Nippon Telegraph and Telephone's adquiriu a sul-africana Dimension Data Holdings por 3 mil milhões de USD, num fluxo financeiro significativo para África. Os mais relevantes negócios em termos de mercado de títulos incluem a oferta pública inicial da africana Barrick Gold no mercado londrino, no valor de aproximadamente 900 milhões de USD, enquanto a maior emissão de dívida pública soberana, da África do Sul, chegou a cerca de 2 mil milhões de USD (Thomson Reuters, 2010).

Uma miríade de factores vai influenciar o IDE em África em 2011. Do lado positivo, a economia global continua a recuperar da crise financeira, especialmente nas economias emergentes, que desempenham um papel cada vez mais importante em África. Em conjunto com o aumento do preço das mercadorias, esta recuperação económica proporciona um cenário positivo para os países exportadores de recursos naturais, que podem esperar um crescimento dos fluxos de IDE. À medida que os investidores, particularmente os dos países emergentes, vão ficando mais confortáveis com o clima de negócios africano, a recuperação global irá também levar, provavelmente, a um aumento dos investimentos noutros sectores.

Alguns factores negativos podem, por seu turno, influenciar o IDE em África. Desde o início de 2011, os desenvolvimentos políticos no Norte de África e no Médio Oriente, especificamente, deverão ter, no futuro próximo, um impacto negativo no IDE e nos fluxos de investimentos de carteira, através de dois canais. O Norte de África tem sido importante como destino de fluxos de IDE provenientes do exterior do continente e tem sido fonte de IDE intra-africano. Dada a actual incerteza política, os investidores externos irão, possivelmente, afastar-se da região e os investidores norte-africanos serão muito menos activos nos outros países do continente. Em menor grau, uma avaliação similar pode ser feita para o Médio Oriente, que tem sido uma fonte chave de investimento em África. As consequências da situação no Norte de África poderão ainda ser maiores para o IDE se os investidores interpretarem os recentes acontecimentos na região como sinal de uma crescente instabilidade política por todo o continente.

Destino do IDE em África

Em 2009¹ Angola recebeu o maior montante de IDE, com 13,1 mil milhões de USD. Seguiu-se o Egipto (6,7 mil milhões de USD), a África do Sul e a Nigéria (5,7 mil milhões cada)². Em 2010 (todos os dados de 2010 são estimativas do FMI, com data de Outubro de 2010) estima-se que Angola tenha recebido 7,9 mil milhões de USD, o equivalente a 15% de todo o IDE em África nesse ano. Seguem-se o Egipto, com 6,8 mil milhões de USD, e a Nigéria, com 4,5 mil milhões. A Líbia, Marrocos, a República do Congo e o Sudão receberam cada um entre 3 e 4 mil milhões de USD de IDE em 2010, enquanto a África do Sul ocupou o oitavo posto, com 2 mil milhões de USD de IDE.

Em termos agregados regionais, o *Norte de África* foi o principal destino de IDE do continente, entre 2004 e 2008 e novamente em 2010, recebendo um pouco mais de um terço do total de fluxos de IDE em África. O Norte de África, assim, beneficiou substancialmente do forte incremento do IDE para o continente. Para além dos atractivos recursos petrolíferos da Argélia, da Líbia, do Egipto, do Sudão e da Tunísia, este crescimento fica a dever-se aos esforços desenvolvidos por alguns países da região em termos de abertura das economias a mais investimento estrangeiro. Em 2010, o Norte de África recebeu 20 mil milhões de USD, uma subida em relação aos 18,3 mil milhões de 2009 - mas ainda longe do pico alcançado em 2008: 24 mil milhões de USD. O Egipto foi, de longe, o maior receptor de IDE no Norte de África, mas a sua quota regional decresceu, dos quase 40% de 2008 para os 34% de 2010. Também a Argélia conheceu um declínio do IDE, de 2,5 mil milhões de USD para os 1,5 mil milhões em 2010. Estima-se que o IDE para a Líbia tenha aumentado, passando dos 2,7 mil milhões em 2009 para os 3,8 mil milhões em 2010.

A *África Central* tem sido, nos últimos anos, o segundo destino do IDE. Alcançou o primeiro lugar em 2009, com 18,7 mil milhões de USD, um terço do IDE do continente, mas retrocedeu para os 14 mil milhões em 2010. O centro destes investimentos está ligado à indústria petrolífera. Angola é, de longe, o maior receptor de IDE da região, e regista cerca de dois terços dos investimentos. Segue-se a República do Congo, com 2 mil milhões de USD em 2009 e 3,2 mil milhões em 2010, surgindo depois a Guiné Equatorial (1,7 mil milhões em 2009 e 1,4 mil milhões em 2010).



Tabela 2.1: Fluxos de IDE para Regiões Africanas 2005-10 (milhares de milhões de USD, a preços correntes)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
África	38.2	55.4	63.1	72.2	58.6	52.3
Norte de África	12.2	23.1	24.8	24.1	18.3	19.7
África Central	9.4	12.1	15.7	20.9	18.7	14.4
África Ocidental	7.1	16.0	9.5	11.1	10.0	9.1
África Austral	7.3	0.6	7.1	10.4	6.6	3.1
África Oriental	2.1	3.6	6.0	5.7	5.0	6.0

Fonte: 2005-09 UNCTAD; 2010 estimativas do FMI (Outubro de 2010).

A *África Ocidental* recebeu cerca de 20% do IDE em África nos últimos cinco anos, atraindo 10 mil milhões de USD em 2009 e 9 mil milhões em 2010. A indústria petrolífera nigeriana é o principal destino na região. A Nigéria recebeu quase 6 mil milhões de USD em 2009 e 4,5 mil milhões em 2010, sendo responsável por 50% do IDE na região. O Gana é o segundo maior receptor de IDE na região, com 1,5 mil milhões em 2010 - o IDE para o Gana decuplicou nos últimos cinco anos, um processo relacionado com as recentes descobertas de petróleo (a produção começará em 2011). Este dinamismo só é superado pelo Níger, que recebeu 900 milhões de USD em 2010, uma subida relativamente aos 30 milhões de 2005, e pela Libéria, que passou praticamente de zero, em 2005, a 350 milhões em 2010.

À *África Austral* foram destinados, nos últimos cinco anos, cerca de 11% do IDE, alcançando 6,6 mil milhões de USD em 2009, menor do que os 10 mil milhões de 2008. Já em 2010, o IDE na região voltou a decrescer, registando 3 mil milhões de USD. A África do Sul é o principal destino regional de IDE, representando 85% entre 2007 e 2009. Ao contrário da maioria dos restantes países do continente, muito do investimento externo na África do Sul tem como destino o sector das manufacturas. Especialmente na indústria automóvel, a África do Sul tem conseguido aplicar com sucesso incentivos ao investimento para desenvolver uma indústria manufactureira de exportação (ISA - International Strategic Analysis, 2011b). Nos restantes países da região, o investimento externo será direccionado aos vastos sectores da mineração e do turismo, em países como a Namíbia e o Botswana (International Strategic Analysis, 2011a).

A *África Oriental* é a região com menor percentagem de IDE, registando 8% nos últimos cinco anos. Para 2010, o IDE para a África Oriental está estimado em 6 mil milhões de USD, uma subida em relação aos 5 mil milhões de 2009. O principal receptor é a Zâmbia, com cerca de mil milhões anuais nos últimos 3 anos, dirigidos à indústria mineira. Moçambique foi o país que registou a maior taxa de crescimento de IDE em África, com um incremento de quase 900% nos últimos cinco anos. Este crescimento baseia-se principalmente em megaprojectos de indústrias de extracção mineral, nomeadamente carvão e alumínio. Estes megaprojectos recompensam os esforços do país na criação de zonas económicas especiais (ZEE) e na implementação de condições legais e fiscais atractivas para os investidores. À excepção do Uganda, onde foram recentemente descobertas reservas de petróleo, os outros países da região não têm recursos minerais significativos, atraindo menores montantes de IDE. Apesar dos baixos valores, a percentagem da África Oriental, em termos de números de projectos, é significativa. No primeiro trimestre de 2010, 25% do total africano dos investimentos em projectos de raiz ocorreram nesta região, reflectindo o foco na procura de mercado nos sectores produtivo e dos serviços, que são muito menores em valor do que os projectos da indústria extractiva.

Fontes do IDE

Os países desenvolvidos são a mais importante fonte dos fluxos de IDE para países africanos, representando, entre 2000 e 2008, 72% do total (UNCTAD, 2010 c). Fortemente atingidos pela crise económica global, os países da OCDE reduziram substancialmente as suas actividades de investimento externo. De acordo com os dados do IDE na origem, compilados pela OCDE (s.d.), os países membros reduziram os seus fluxos de IDE em 43%, passando de 1,8 biliões de USD, em 2008, para um bilião, em 2009. Os fluxos de IDE provenientes da OCDE e com destino à África foram também afectados, se bem que, em menor grau: de 34 mil milhões de USD em 2008 para 29 mil milhões de USD em 2009. Em consequência, a percentagem dos fluxos de IDE provenientes da OCDE com destino à África cresceu de 2%, em 2008, para 3%, em 2009, quando no ano 2000 era inferior a 1%. Apesar destes desenvolvimentos positivos, o IDE proveniente da OCDE está concentrado em poucos países e sectores e não atinge o continente de forma equitativa. Entre 2007 e 2009, 60% do investimento da OCDE em África teve como destino três países (África do Sul, Egipto e Nigéria). Os maiores investidores da OCDE em África são empresas do Reino Unido, de França e dos Estados Unidos que, desde há largos anos, vêm investindo nas indústrias extractivas.



É difícil obter dados para o IDE proveniente de países que não são membros da OCDE. Numa amostra de dez países africanos, cujos bancos centrais forneceram às PEA os seus próprios dados sobre o IDE³, os membros da OCDE representavam, entre 2005 e 2010, 83% dos fluxos. O Médio Oriente é a segunda região mais importante, seguindo-se os países africanos (investimento intra-africano). A China e a Índia são origem de cerca de 3% do IDE destes dez países africanos, sendo a parcela indiana maior do que a chinesa. Segundo o boletim estatístico chinês, o país investiu, em 2008, 5,5 mil milhões de USD na África subsaariana, representando 9,82% do seu investimento externo. Este investimento da China representa uma subida em relação aos 70 milhões de 2003, mas decresceu relativamente a 2009, quando alcançou 1,1 mil milhões de USD (FMI, 2011). A África do Sul, onde o banco chinês Industrial and Commercial Bank adquiriu uma posição de 20% no Standard Bank, representa a maior parcela deste crescimento em 2008.

Estes números podem parecer baixos. No entanto, os dados dos fluxos de IDE das economias emergentes para África devem ser vistos no contexto da grande variedade de mecanismos de financiamento que estes países fornecem ao continente. Os créditos à exportação, por exemplo, têm um papel muito mais significativo nos investimentos de carteira africanos das economias emergentes do que nos países da OCDE. De uma forma geral, os investimentos que entidades privadas de economias emergentes fazem em África são, provavelmente, registados como IDE, enquanto negócios que envolvam empresas estatais envolvem, frequentemente, uma diversidade de instrumentos de financiamento que não são contabilizadas como IDE.

Mesmo ainda estando maioritariamente centrados nas indústrias extractivas, os crescentes investimentos das economias emergentes em África têm potencial para se transformar em factores chave do desenvolvimento económico. Alguns negócios de parceiros emergentes em África combinam o desenvolvimento da extracção de recursos com o desenvolvimento de complexos industriais e a construção das necessárias infraestruturas. Por outro lado, as economias emergentes investem cada vez mais noutros sectores, começando a criar competências em manufacturas, localmente.

Os investidores africanos são igualmente uma fonte crítica para uma maior diversificação do IDE. A maioria do investimento africano no continente faz-se em países vizinhos, e centra-se mais nas manufacturas e nos serviços do que nas matérias-primas primárias. O investimento intra-africano, assim, beneficia e ajuda a integração regional e um desenvolvimento económico equilibrado em África. O crescente volume da IDE intra-africano é, desta forma, muito positivo.

A África do Sul é a mais importante fonte de IDE intra-africano e o segundo investidor no conjunto dos países em desenvolvimento. A parcela de IDE sul-africano que se destina a países africanos chegou quase a 11 mil milhões de USD em 2008, representando 22%, quando no ano 2000 foi 5%. Em 2009, a África do Sul investiu 1,6 mil milhões de USD de IDE noutros países africanos, uma alteração relativamente às actividades de desinvestimento de 2008 e um regresso a uma estratégia activa de investimento na região.

O Norte de África é a segunda fonte de IDE intra-africano. O fundo soberano líbio, Libyan Africa Portfolio Fund for Investment (LAP), tem mais de 5 mil milhões de USD em capitais e investimento, tanto directamente como através das suas subsidiárias, numa vasta gama de sectores, em muitos países africanos. A egípcia Orascom também tem vastos investimentos de carteira por todo o continente, sobretudo em telecomunicações e na construção. 55% dos fluxos marroquinos de IDE e 84% dos tunisinos têm como destino o Norte de África (FMI, 2010 a). Perante a relevância do Norte de África como origem do IDE intra-africano, a recente agitação política na região deverá afectar negativamente esses fluxos no futuro próximo.

O IDE com origem em África

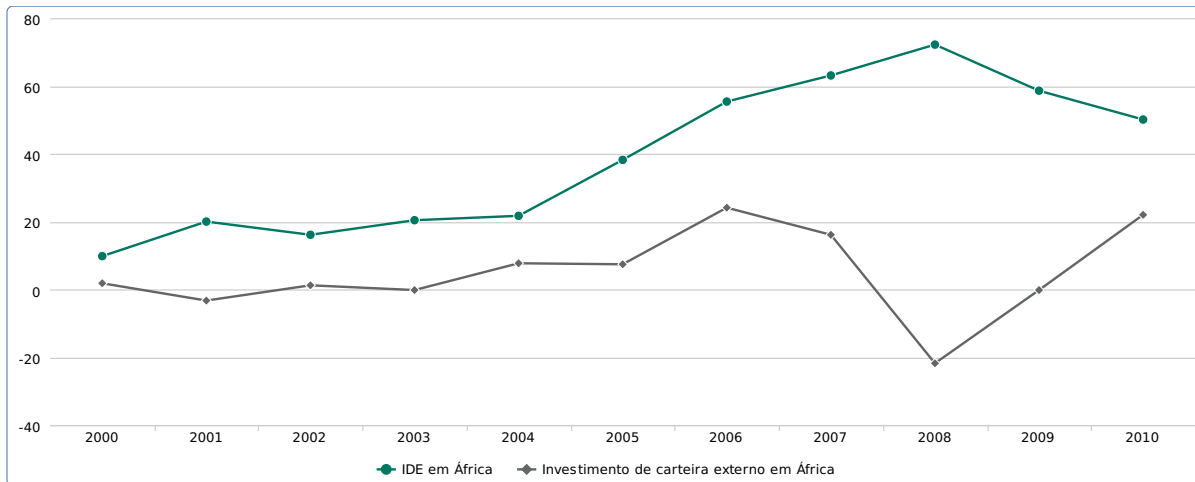
Apesar do crescimento e importância do investimento intra-africano, este ainda não representa a maioria dos fluxos que têm origem no continente. Entre 2000 e 2009, 63% dos fluxos de IDE com origem em África foram investidos nos países da OCDE. Em 2009, este rácio foi de 56%, num total de investimento de 5 mil milhões de USD (dados combinados da UNCTAD, 2010a e da OCDE, s.d.). Por um lado, este investimento pode desempenhar um papel fulcral para a entrada de *expertise* no continente, através de aquisições em economias mais avançadas. Por outro lado, esta larga percentagem de investimento africano que se dirige à OCDE, em vez de ter como destino outros países africanos, apresenta um potencial inexplorado.

Investimento de Carteira

A Figura 2.3 mostra que, por comparação com o IDE em África, o investimento de carteira ainda é reduzido, tendo, porém, uma crescente importância. Com apenas 2 mil milhões de USD, ou 13% do IDE, em 2000, o investimento de carteira começou a ser importante em África por volta de 2004, com um volume de 8 mil milhões de USD (23% do IDE). Atingiu o pico em 2006, com 24 mil milhões de USD, e caiu drasticamente nos anos seguintes, sendo essa queda da ordem dos 22 mil milhões de USD em 2008. Desde então, tem do mesmo modo registado uma impressionante recuperação: em 2010, os fluxos de investimento de carteira em África somaram 22 mil milhões de USD, apenas 2 mil milhões abaixo do pico de 2006 (24 mil milhões de USD), equivalentes a 30% do IDE.



Figura 2.3: Investimentos directo e de carteira em África (milhares de milhões de USD, preços correntes)



Fonte: UNCTAD para IDE; FMI para investimentos de carteira.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420653>

A África do Sul é, destacadamente, o mais importante destino africano para investimento de carteira. Entre 2000 e 2010, os investimentos de carteira dirigidos aos países representaram 128% do total de fluxos para o continente (sobretudo porque a Líbia teve fluxos negativos de carteira, neste período, de 28 mil milhões de USD). Em 2010, a África do Sul recebeu 17,5 mil milhões de USD em investimentos de carteira - 80% do total do continente. Outros 8 mil milhões (36% do total) tiveram como destino o Egipto, enquanto a Líbia foi origem de um fluxo líquido de 4 mil milhões, ou 18% do volume total de investimentos de carteira no continente. Os elevados fluxos líquidos com origem na Líbia são reflexo da actividade do seu fundo soberano, que é um actor central no investimento africano.

O Inquérito Coordenado sobre o Investimento de Carteira do FMI (Coordinated Portfolio Investment Survey - CPIS) reúne informação sobre os montantes transfronteiriços de títulos de capital e títulos de dívida de 35 países investidores (FMI 2010 b).⁴ Em 2009, o stock de investimento de carteira destes 35 países em África totalizava um montante de 150 mil milhões de USD, 72% dos quais em títulos de capital e 28% em títulos de dívida. Esta proporção foi consistente no resto da década. Os Estados Unidos detinham um stock de investimento de carteira de 66 mil milhões de USD, em 2009 - 44% do total do stock dos países abrangidos pelo inquérito - seguidos pelo Luxemburgo, com 19 mil milhões de USD, e pelas Maurícias e pelo Reino Unido, cada qual com 8 mil milhões de USD. Estes dados reflectem o papel central das Maurícias como porta de entrada do investimento em África.

Para além das Maurícias, que são, destacadamente, a mais importante fonte de investimento de carteira intra-africano, as dinâmicas deste tipo de investimento são similares às do IDE, com a África do Sul e os países do Norte de África a serem as principais origens. Os únicos países do continente inquiridos no CPIS foram o Egipto, com 0,2%, e a África do Sul, com 0,8% do stock de investimento de carteira em África.

Caixa 2.1: Um vislumbre ao desenvolvimento das políticas de investimento africanas

As tendências globais do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) estão frequentemente ligadas ao desenvolvimento da política de investimento. É certo que os fluxos de IDE em África aumentaram substancialmente nas últimas décadas, em paralelo com a liberalização das políticas de investimento - particularmente na África subsaariana. As reformas políticas são essenciais para criar um ambiente que propicie impulsos ao investimento, tanto interno como externo, como meio para que os governos africanos possam alcançar os seus objectivos de desenvolvimento.

Nos anos mais recentes, o continente africano fez mais progressos do que qualquer outra região em termos de liberdade económica, com países como o Ruanda a juntar-se à lista dos maiores reformadores globais (Heritage Foundation, *Index of Economic Freedom*; Banco Mundial, *Doing Business Index*). Muitos países africanos, porém, continuam a demonstrar algumas deficiências regulatórias, como, por exemplo, no registo de propriedade e de títulos fundiários, que inibem a atracção de mais e melhor investimento.

Os governos africanos estão a levar a cabo iniciativas políticas de promoção do investimento e de maior liberalização dos seus quadros reguladores para o investimento. Estas iniciativas incluem:

Maior promoção e facilitação do investimento:

A Agência de Desenvolvimento da Zâmbia facilitou a formação de *joint ventures* entre investidores locais e estrangeiros, ao garantir um instrumento de convergência de interesses e a



racionalização dos processos de licenciamento dos negócios;

Moçambique lançou reformas para melhorar a protecção dos investidores e reforçou o quadro legislativo para a concessão de Parcerias Público-Privadas (PPP) e de megaprojectos;

O Ruanda, Moçambique e o Uganda reforçaram os seus quadros legislativos, pela criação ou reforço da legislação sobre o direito das sociedades, com o objectivo de facilitar os procedimentos de criação de empresas;

O Burkina Faso criou a Autoridade de Regulação dos Mercados Públicos, um organismo regulador que pretende reforçar a transparência dos procedimentos de contratos públicos;

A *Namíbia* aprovou medidas que autorizam a abertura de sucursais por instituições bancárias estrangeiras;

O Burundi extinguiu os processos de escrutínio aos investidores estrangeiros.

Reformas na Política Fiscal:

A *África do Sul* lançou um programa de incentivos fiscais para os investidores na indústria transformadora;

A *Namíbia* baixou em 1% a taxa de imposto sobre as sociedades para as empresas não mineiras (Legislação do Imposto sobre o Rendimento de 2010);

O Burundi enveredou pela isenção de impostos na aquisição de imóveis relativos a novos investimentos e na aquisição de bens para a criação de novas empresas;

Os Camarões eliminaram a taxa sobre o registo colectivo, através da Lei sobre os rendimentos de 2010.

Regulamentação do Investimento Internacional:⁵

Moçambique e a Espanha assinaram um tratado de investimentos bilaterais (BIT);

As Maurícias e a Austrália assinaram um tratado de tributação de rendimentos.

O Recente Foco no Investimento na Agricultura: Com 60% das terras aráveis ainda não cultivadas do mundo (McKinsey Global Institute, 2010), a África começou a atrair investimentos de larga escala para a produção agrícola. Políticas recentes, a nível nacional, para atrair mais e melhor investimento incluem:

O Burkina Faso adoptou legislação de gestão das zonas rurais que assegura o acesso equitativo à terra e uma gestão eficiente de litígios sobre propriedade para promover a produtividade agrícola. Por outro lado, o país racionalizou o registo de propriedade, ao permitir que os impostos sobre a transferência de propriedade sejam pagos no registo predial.

O Quénia criou um sistema de seguro para os pastores no norte do país.

Apesar destas iniciativas, a atracção de mais e melhor investimento para o sector agrícola continua a ser um desafio para os políticos africanos. A este respeito, iniciativas internacionais – como os Princípios para um Investimento Responsável na Agricultura, que respeite Direitos, Modos de Vida e Recursos, do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da UNCTAD e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD); ou as Orientações Voluntárias para a Governança Responsável de propriedade de terrenos e outros recursos naturais, da FAO – podem auxiliar os governos na concepção de quadros políticos adequados para um investimento agrícola responsável. Outros instrumentos, como o Quadro Político para o Investimento em Agricultura (PFIA), da OCDE, podem igualmente ajudar os governos africanos a reforçar a coerência das políticas de investimento agrícola. Estes esforços complementam os avanços da NEPAD para o incremento do investimento para o desenvolvimento agrícola africano, através do Programa Global de Desenvolvimento da Agricultura Africana (CAADP).

De uma forma geral, os países africanos continuaram a reforçar os seus quadros de investimentos. Este, juntamente com uma melhor gestão macroeconómica, foi um dos factores que contribuíram para a resistência africana à recente crise financeira global. Por outro lado, o IDE continua a ser uma fonte vital de crescimento e desenvolvimento para os cidadãos e para as economias africanas, particularmente através do impulso à criação de emprego, à transferência de tecnologia e conhecimento, e à diversificação de exportações.

Fonte: Baseado na Iniciativa para o Investimento em África, NEPAD-OCDE



Crescimento da ajuda a África

APD Global

Com a crise financeira e os seus severos impactos orçamentais nos países doadores, os volumes globais de APD decresceram ligeiramente, de 121,5 mil milhões de USD, em 2008, para 120 mil milhões em 2009. Apesar desta descida, a APD de 2009 representa uma maior parcela dos produtos nacionais brutos combinados dos países do CAD, fruto da contracção económica nestas economias: em 2009, a APD representava 0,31%, enquanto em 2008 era 0,30%⁶. Estes números, no entanto, subestimam o importante incremento no financiamento fundamental do desenvolvimento. Se se excluir o alívio da dívida⁷ e a ajuda humanitária, a ajuda bilateral a programas e projectos de desenvolvimento cresceu, em termos reais, 8,5%. Esta é uma forte tendência dos últimos anos.

Na reunião do G8 de Gleneagles e na Cimeira do Milénio+5, em 2005, os doadores assumiram compromissos concretos de crescimento da sua ajuda. Quando quantificados pelo Secretariado da OCDE, os compromissos implicavam uma subida da ajuda, dos cerca de 80 mil milhões de 2004, para cerca de 130 mil milhões, em 2010. A preços constantes de 2004, esses compromissos representam, em 2010, 0,36% do Produto Nacional Bruto (PNB). A OCDE estima agora que a recente contracção económica tenha, pela redução do PNB nominal, reduzido o valor dos compromissos assumidos para 2010 para cerca de 126 mil milhões de USD (em dólares norte-americanos a preços constantes de 2004), ou seja, 46 mil milhões de USD acima do nível de 2004. Estima-se que os doadores⁸ tenham alocado 108 mil milhões de USD em 2010, ficando abaixo da meta de Gleneagles, de 18 mil milhões (em dólares norte-americanos a preços constantes de 2004).

No entanto, o aumento da ajuda desde 2004 é significativo: 28 mil milhões de USD (preços constantes de 2004) em relação à base de 2004, com o rácio APD/PNB a crescer, no mesmo período, de 0,26% para os estimados 0,32%. Este é o maior aumento do volume de APD, em períodos iguais, e não depende de um grande aumento de operações de alívio da dívida, que estiveram na base do crescimento dos números da ajuda entre 2005 e 2007. O aumento contínuo da APD demonstra que os compromissos de ajuda são eficazes quando apoiados em recursos adequados, vontade política e programação plurianual de gastos. A APD continuará a crescer em 2010, ao contrário de outros fluxos financeiros dirigidos aos países em desenvolvimento, que caíram substancialmente desde o início da crise financeira global.

Relativamente a outras categorias de fluxos financeiros internacionais, estão a entrar novos actores na ajuda ao desenvolvimento, com recursos financeiros adicionais e novas formas de envolvimento com o continente africano. A ajuda ao desenvolvimento dos 23 membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE representa cerca de 90% do total dos fluxos globais de ajuda, com base nos métodos contabilísticos do CAD. Os fluxos brutos totais de ajuda ao desenvolvimento provenientes de países que não são membros do CAD foram estimados em 12 mil milhões de USD, em 2009. Estima-se que a ajuda ao desenvolvimento da China se situe entre os 2 e os 3 mil milhões, 800 milhões para a Rússia, 500 milhões para a Índia, 360 milhões para o Brasil e 100 milhões para a África do Sul (Smith and Zimmermann, no prelo).

África

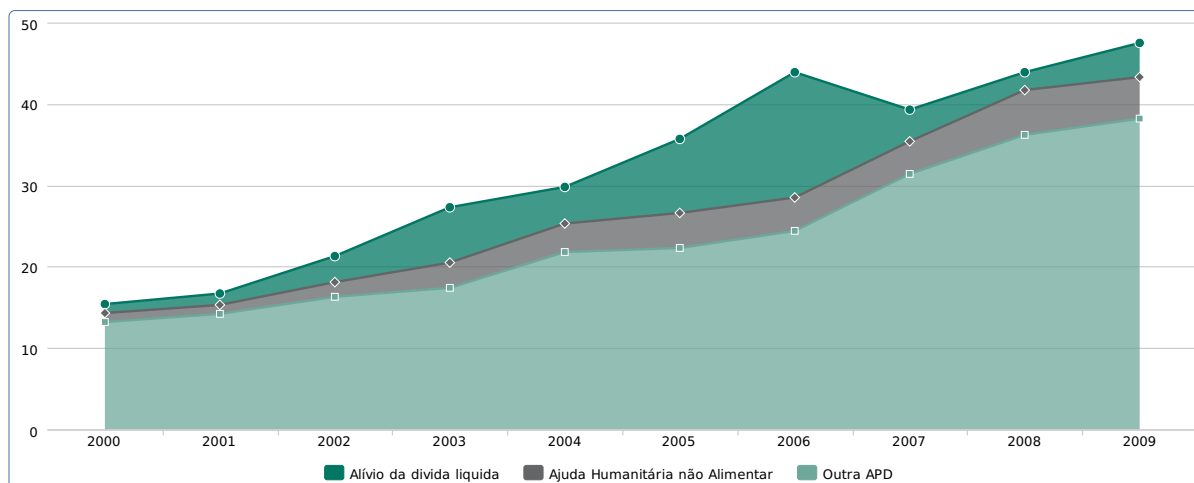
A APD para África tem subido gradualmente na última década, de 15 mil milhões, no ano 2000, para 30 mil milhões em 2004 (a base para o compromisso de Gleneagles) e 48 mil milhões em 2009. Apesar desta subida, os doadores correm o risco de não conseguirem cumprir os compromissos assumidos em Gleneagles, em 2005. Em termos reais (dólares norte-americanos de 2004, a base dos compromissos de Gleneagles), a APD global para África em 2009 alcançou os 38 mil milhões de USD e estima-se que os números de 2010 sejam 42 mil milhões⁹, o que faz com que estejam 13 mil milhões (ou 24%) abaixo da meta.

A APD bilateral líquida para África, em 2009, foi de 28 mil milhões de USD, dos quais 25 mil milhões tiveram como destino a África subsaariana. Este número representa uma subida de 3%, em termos reais, relativamente a 2008 e um acréscimo de 5,1% para a região subsaariana. Os dados do CAD indicam que a ajuda humanitária decaiu ligeiramente, de 5,5 mil milhões de USD, em 2008, para 5,2 mil milhões em 2009. O alívio da dívida bilateral duplicou, de 2 mil milhões em 2008 para 4 mil milhões, em 2009. Os outros fluxos do CAD aumentaram e chegaram aos 38 mil milhões de USD em 2009, quando em 2008 foram 36 mil milhões de USD. (Figura 2.4).

Um país que está a fornecer recursos financeiros adicionais é a China, cuja cooperação com África está em franco crescimento. No quarto Fórum para a Cooperação China-África (FOCAC), que decorreu em Novembro de 2009, a China comprometeu-se a fornecer 10 mil milhões de USD em empréstimos concessionais a países africanos. Comprometeu-se igualmente com mil milhões de USD em empréstimos especiais para pequenas e médias empresas africanas.



Figura 2.4 Desembolsos líquidos de APD para África 2000-09 (milhares de milhões de USD, preços correntes)



Fonte: OCDE/CAD.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420672>

Também a Índia prometeu ajudar África e, na primeira Cimeira do Fórum Índia-África, em 2008, assumiu o compromisso de garantir 5,4 mil milhões de USD em empréstimos e 500 milhões em subsídios, nos cinco a seis anos subsequentes. As maiores iniciativas incluem o projecto pan-africano e-Network Project, o Techno-Economic Approach for Africa-India Movement (TEAM 9) e o Special Commonwealth African Assistance Programme (SCAAP).

Para além da China e da Índia, a cooperação para o desenvolvimento sul-africano alcançou um montante de 108,7 milhões de USD no ano fiscal de 2009/10. A esmagadora maioria da cooperação para o desenvolvimento do país tem como destino o continente africano, centrando-se particularmente nos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O maior doador árabe foi a Arábia Saudita, com 5,5 mil milhões de USD em APD bruta, em 2008. O Fundo Saudita para o Desenvolvimento financia projectos de investimento através de empréstimos concessionais, dirigidos aos sectores das infraestruturas de transportes e energia (60%), à agricultura (18%) e a sectores sociais (13%). Destes empréstimos, 28% têm como destino países da África subsaariana.

A concentração na ajuda ao desenvolvimento, de acordo com a definição do CAD de APD¹⁰ não fornece o retrato completo dos fluxos financeiros direccionados para o desenvolvimento, na relação entre a África e outros países em desenvolvimento. O financiamento ao desenvolvimento proveniente das economias emergentes com destino a África tem, na sua grande maioria, modalidades diferentes daquelas fornecidas pelos parceiros tradicionais. No quadro da eficácia da ajuda, os doadores do CAD passaram a última década a pôr em prática uma série de regras rígidas de separação entre a ajuda ao desenvolvimento e outras formas de cooperação económica, como o comércio e o investimento. A ajuda *ligada* – fundos de ajuda ao desenvolvimento que estavam ligados a produtos e serviços do país doador – foi, em grande medida, ultrapassada, com o objectivo de promover uma competição justa pelos contratos de ajuda e para garantir a eficácia, o *value for money* (2001 OCDE/CAD Recommendation on Untying Official Development Assistance e Agenda de Acção de Accra, 2008). Já os parceiros que são países em desenvolvimento, por seu lado, prosseguem uma estratégia diferente, combinando os interesses comerciais com os interesses de desenvolvimento e as modalidades de financiamento.

Os créditos à exportação, por exemplo, não entram na definição de APD, mas desempenham um papel cada vez mais importante nas relações entre África e os seus parceiros em desenvolvimento. O somatório de todos os créditos à exportação concedidos pela China, em 2006, chega perto de 1,2 mil milhões de USD. No caso da Índia, estes créditos passaram de 50 milhões, em 2004, para 89 milhões, em 2010 (Chanana, 2009). Os parceiros emergentes utilizam igualmente o que se designa por *créditos mistos*, ou seja, pacotes financeiros que combinam empréstimos concessionais e a taxas de mercado (Brautigam, 2010 a). Para a China, Brautigam (2010 b) estima uma média anual de 7,1 mil milhões de USD deste tipo de financiamento, no período 2007 a 2009. Esta estimativa é muito maior do que a do CAD para 2009, que regista apenas financiamentos concessionais, no valor de 1,9 mil milhões de USD.

A Parte II deste relatório integra uma discussão aprofundada sobre os parceiros emergentes de África e as suas crescentes interacções com o continente, incluindo o IDE e a ajuda ao desenvolvimento que neles têm origem.



Notas

1. Dados até 2009: UNCTAD (2010 a); estimativas de 2010: FMI (2010 A).
2. Para Angola, o FMI regista 4,2 mil milhões de USD em 2009. Para os outros países, os dados registados são iguais.
3. Marrocos, República do Congo, Djibouti, Gabão, Tânzania, Maurícias, Malawi, Nigéria, Ruanda e Uganda.
4. Inquiridos: Argentina, Aruba, Austrália, Áustria, Bahamas, Bahrein, Barbados, Bélgica, Bermudas, Brasil, Bulgária, Canadá, Ilhas Caimão, Chile, Colômbia, Costa Rica, Chipre, República Checa, Dinamarca, Egipto, Estónia, Finlândia França, Alemanha, Gibraltar, Grécia, Guernsey, RAE Hong Kong, Hungria, Islândia, Índia, Indonésia, Irlanda, Ilha de Man, Israel, Itália, Japão, Jersey, Cazaquistão, República da Coreia, Kuwait, Letónia, Líbano, Luxemburgo, RAE Macau, Malásia, Malta, Maurícias, México, Países Baixos, Antilhas Holandesas, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Panamá, Filipinas, Polónia, Portugal, Roménia, Federação Russa, Singapura, República Eslovaca, Eslovénia, África do Sul, Espanha, Suécia, Tailândia, Turquia, Ucrânia, Reino Unido, Estados Unidos da América, Uruguai, Vanuatu e Venezuela.
5. Estas medidas foram assinadas em 2010 e ainda não foram ratificadas.
6. Dados específicos disponíveis em stats.oecd.org/qwids
7. As operações de alívio da dívida foram especialmente elevadas em 2005 e 2006, devido a pacotes excepcionais do Clube de Paris em relação ao Iraque e à Nigéria, mas decresceram substancialmente desde então.
8. Os dados da APD para 2010 estarão disponíveis em Abril de 2011.
9. O CAD/OCDE divulgará os dados de 2010 em Abril de 2011.
10. O CAD define a APD como “fluxos para países e territórios que constam da Lista de Receptores de APD do CAD e para instituições de desenvolvimento multilaterais, que são: i) fornecidos por agências oficiais, incluindo governos locais e regionais, ou pelas suas agências executivas; e, ii) que cada transacção: a) tenha como principal objectivo a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar dos países em desenvolvimento; e, b) tenha um cariz concessional, com um elemento de donativo de pelo menos 25% (calculado com uma taxa de desconto de 10%)”. Ver www.oecd.org/dac/stats/methodology.

Referências:

- Agenda de Acção de Accra, 2008 www.oecd.org/dataoecd/30/63/43911948.pdf
- Banco Mundial (2011), Ease of Doing Business Index, www.doingbusiness.org
- Brautigam, D., 2010a. China, Africa and the international aid architecture. Working Paper No. 107. Tunis: African Development Bank Group.
- Brautigam, D., 2010b. Chinese Finance of Overseas Infrastructure. preparado para a OECD-IPRCC China-DAC Study Group. Paris: Organisation for Economic Cooperation and Development.
- Chanana, D. (2009), India's Transition to a Global Donor - Limitations and Prospects, Area: International Cooperation and Development ARI, 123/2010, Elcano Royal Institute of International and Strategic Studies, Madrid.
- FMI (Fundo Monetário Internacional) (2010 a), World Economic Outlook Database, 6 de Outubro de 2010
- FMI (2010 b), Coordinated Portfolio Investment Survey Database, www.imf.org/external/np/sta/pi/datarsl.htm, actualizado em Novembro de 2010.
- FMI (2011), New Growth Drivers for Low-Income Countries: The Role of BRICs, preparado pelo Strategy, Policy and Review Department, Washington.
- Heritage Foundation (2011), 2011 Index of Economic Freedom, www.heritage.org/index/
- International Strategic Analysis (2011a), Regional Report Sub-Saharan Africa March 2011, Cleveland.
- International Strategic Analysis (2011b), South Africa Country Report March 2011, Cleveland.
- McKinsey Global Institute (2010), Lions on the Move: The Progress and Potential of African Economies, www.mckinsey.com/mgi/publications/progress_and_potential_of_african_economies/pdfs/MGI_african_economies_full_report.pdf
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (s.d.), International Direct Investment



Database, acess+ivel através de OECD.StatExtracts, stats.oecd.org, acedido a 25 de Março de 2011.

OCDE/CAD (OCDE/Comité de Ajuda ao Desenvolvimento) (2001), DAC Recommendation on Untying Official Development Assistance to the Least Developed Countries, OECD Document: DCD/DAC(2001)12/FINAL, www.oecd.org/dataoecd/14/56/1885476.pdf

OCDE/CAD (2010 a), Development Aid Rose in 2009 and Most Donors Will Meet 2010 Aid Targets, 14 April 2010, www.oecd.org/document/11/0,3746,en_2649_37413_44981579_1_1_1_37413,00.html

Smith, K. and Zimmermann, F. (forthcoming), "More Actors, More Money, More Ideas for International Development Co-Operation", Journal of International Development. (no prelo)

<http://www.oecd.org/dataoecd/14/56/1885476.pdf>

http://www.oecd.org/document/11/0,3746,en_2649_37413_44981579_1_1_1_37413,00.html



Capítulo 3: Políticas comerciais e integração regional

Depois da crise económica internacional, o comércio africano recuperou, estimulado maioritariamente pela crescente procura dos mercados emergentes. O comércio no sector dos serviços também aumentou, sublinhando o crescente potencial de África em diferentes subsectores de serviços.

Mais uma vez, as negociações da Ronda de Desenvolvimento de Doha (RDD) e dos Acordos de Parceria Económica (APE) registaram em 2010 um avanço reduzido. Um resultado positivo nestas negociações dependerá dos compromissos que as partes envolvidas estejam dispostas a assumir, contrabalançando preocupações políticas com objectivos de desenvolvimento e de acesso aprofundado a mercados. Dado o impasse das negociações, os acordos de preferência comercial como o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) e o acordo de Cooperação Sul-Sul com parceiros como a China ganharam uma nova atenção na agenda de desenvolvimento e de diversificação em África.

O processo de integração regional no continente tem avançado graças a importantes iniciativas como o desenvolvimento de Programas de Integração Mínima e a racionalização das Comunidades Económicas Regionais (CER). Algumas CER lançaram já as suas áreas de livre comércio, enquanto outras estão a trabalhar firmemente neste sentido.

Apesar dos desenvolvimentos positivos, a maioria das CER continua a enfrentar desafios que incluem a instabilidade política, a reduzida diversificação económica, a participação múltipla e sobreposta em diferentes instituições, os recursos financeiros insuficientes para sustentar os processos de integração e a fraca implementação dos protocolos e decisões comumente acordados.

O crescimento económico e o desenvolvimento sustentável de África dependem em grande parte da melhoria das infraestruturas regionais. No entanto, implementar um programa coerente de actividades que inclua os sectores da energia, dos transportes e das comunicações continua a ser uma das principais dificuldades do continente, minando a sua competitividade. Para ultrapassar estas deficiências e incrementar a competitividade regional, o desenvolvimento destes programas deve ter como alvo infraestruturas de baixa qualidade, antiquadas e insuficientes. Os esforços regionais devem focar as debilidades das infraestruturas em África, particularmente no sector dos transportes.

Desenvolvimentos nas Negociações de Comércio Internacional durante 2010

À semelhança dos anos anteriores, África registou, em 2010, reduzidos avanços nas negociações da Ronda de Desenvolvimento de Doha (RDD) da Organização Mundial de Comércio (OMC). Apesar do fim das negociações ter estado previsto para Dezembro de 2005, as discussões têm progredido lentamente desde 2008 e, em 2010, praticamente não ultrapassaram os encontros informais, o que resultou no adiamento de negociações entre sectores. No entanto, em 2010 destacam-se também alguns pontos como o acordo sobre o comércio de bananas - «*Banana Deal*» (BAfD, OCDE e UNECA, 2010) e os avanços registados nas negociações do comércio de algodão e de barreiras não-tarifárias, com um progresso notável do Grupo Africano neste último domínio. (UNECA e AUC, 2011).

Apesar do compromisso sobre o fim das negociações da Ronda de Doha ter sido renovado ao mais alto nível no Fórum Económico Mundial, em Janeiro de 2011, tornou-se claro que, dado o virtual impasse das negociações, não será possível uma aplicação separada e antecipada «*early harvest*» para os países menos avançados (PMA). Esta situação não só levanta dúvidas sobre os benefícios de desenvolvimento procurados pela maioria das nações africanas, como também justifica uma reavaliação sobre a forma como a Ronda de Doha está a lidar com as preocupações de desenvolvimento nas actuais negociações. Para além disso, se o espaço de negociação política não for adequadamente considerado, tendo em conta elementos como a flexibilidade, o tratamento especial e diferenciado e o compromisso de um acesso alargado a mercados de relevância para África, a capacidade dos países africanos para prosseguirem os seus objectivos de transformação económica e industrialização através da sua agenda comercial pode vir a ser seriamente comprometido no futuro.¹

O impasse nas negociações desde 2005 levou também a um desviar das atenções para outros tipos de relações comerciais em África. Os acordos de preferência comercial, como o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) (ver caixa 3.1) e o acordo de Cooperação Sul-Sul com outras economias em desenvolvimento como a China, a Índia e o Brasil constituem importantes mecanismos no apoio à agenda de diversificação e desenvolvimento económico de África.



Caixa 3.1: Revisitando as Parcerias Comerciais: Uma Década de Preferências Comerciais no quadro do African Growth and Opportunity Act (AGOA)

Desde 2000, o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) tem regulado com algum sucesso as relações comerciais entre os EUA e África. As exportações africanas para os Estados Unidos aumentaram de 23 mil milhões de USD em 2000 para 81 mil milhões em 2008, apesar da exclusão de exportações-chave como açúcar, amendoim, leite e tabaco. Durante este período, o investimento directo estrangeiro (IDE) e o emprego também aumentaram, com a criação de cerca de 300 000 novos empregos em África.

Apesar destes avanços, é frequentemente argumentado que o AGOA não tem sido capaz de contribuir para o crescimento, o desenvolvimento e uma maior diversificação comercial. Os benefícios do AGOA têm sido distribuídos de modo desigual entre países e sectores, estendendo-se a cerca de metade dos países elegíveis da África Subsaariana e apenas em alguns sectores. A incapacidade da África em diversificar o seu comércio de produtos agrícolas, que representam menos de 1% das exportações do AGOA, deve-se em parte às quotas estabelecidas sobre o açúcar, o tabaco, o leite e o amendoim. Para além disso, apesar do AGOA ter sido alargado até 2015, devido ao seu futuro incerto, os investimentos necessários têm sido mantidos a um nível mínimo, deixando pouco tempo à África para aumentar a sua capacidade produtiva e para consolidar os ganhos deste acordo preferencial.

O prolongamento do AGOA para além de 2015 permitiria que os investidores tivessem tempo suficiente para recuperar o retorno dos investimentos, retirando assim pleno proveito do AGOA. Porém, é igualmente necessário dar resposta a outros desafios que os beneficiários do AGOA enfrentam. Por exemplo, desde a eliminação do Acordo Multi-Fibras (AMF), a competição aumentou com a abertura do sector do vestuário aos países asiáticos. Esta abertura de mercado levou à erosão das preferências, ao desinvestimento e ao desemprego em países onde o AGOA tinha inicialmente promovido alguma industrialização no sector têxtil. Ao mesmo tempo, o AGOA não tem em conta o impacto sobre outros parceiros regionais da retirada de um país africano da lista de beneficiários do acordo, destruindo a criação da cadeia de valor regional existente. Finalmente, o AGOA carece ainda de mecanismos para a promoção de ideias inovadoras relativamente a parcerias público-privadas de investimento em infraestruturas, especialmente no que concerne à regulação do sector dos transportes em África.

Apesar do AGOA poder ter tido um impacto positivo no passado, necessita de ser melhorado para dar resposta a estes novos desafios. A revisão deste acordo deve centrar-se em assegurar mais integração, acessibilidade e durabilidade pois isso permitirá não só estender os benefícios a todos os países da África Subsaariana, como promover uma variedade maior de produtos de exportação. Esta revisão deverá também reorientar o IDE no sentido da agricultura, para além dos sectores do petróleo, dos têxteis e do vestuário. Tal pode ser feito apoiando os beneficiários no cumprimento de padrões sanitários e fitossanitários, bem como combatendo as limitações à oferta. Finalmente, será ainda necessário incluir a diversificação de exportações e a criação de sectores-alvo, de forma a evitar a erosão das preferências comerciais no futuro.

Fonte: Ver ERA 2011 e Páez, *et al.* (2010).

Tal como aconteceu com a Ronda de Doha, as negociações dos APE registaram um avanço reduzido durante 2010. O debate continua a girar em torno das mesmas divergências dos anos anteriores, as quais incluem: as questões de desenvolvimento nos APE, as definições de «substancialmente todo o comércio» e de «nação mais favorecida», as taxas de exportação, a integração regional, as restrições quantitativas, as garantias agrícolas especiais, a cláusula de reencontro «*rendez-vous clause*» e as regras de origem, entre outras. (AU, 2010b).

Tal como nas negociações comerciais multilaterais, a utilização estratégica das políticas comerciais africanas na prossecução dos seus objectivos de desenvolvimento e industrialização será condicionada pela forma como o acordo final lidar com estes assuntos contenciosos. Por exemplo, uma proibição nas taxas de exportação dos APE significará que alguns países africanos podem não ter suficiente espaço de acção política para fazer face a preocupações com receitas adicionais que estão no centro dos objectivos das suas políticas fiscais e industriais. Como tal, estes países podem necessitar de alargar a sua base fiscal para compensar a perda de receitas. Da mesma forma, uma definição vaga de «substancialmente todo o comércio» e da cláusula da nação mais favorecida podem pôr término a oportunidades de futuros acordos comerciais com terceiros. Assim sendo, estas definições podem ir colocando obstáculos a políticas de transformação económica direccionadas para o crescimento com base nas exportações. Estas regras irão também reduzir o impacto das políticas de integração regional que têm como objectivo combater o isolamento em relação ao litoral através de medidas de facilitação do comércio, entre outras.

Tendo em conta os desafios, o consenso sobre os APE num futuro próximo parece pouco provável. Num *paper* de posição sobre os APE (AU, 2010a), os países africanos manifestaram a sua vontade de considerar a viabilidade destes acordos relativamente a outras alternativas que incluem: *i*) diferir e sequenciar os APE para processos de integração regional; *ii*) adiar as negociações dos APE até que estejam concluídas as negociações do artigo XXIV do Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT); *iii*) em alternativa aos APE, estender a iniciativa «*Everything but Arms*» (EBA) a todos os países africanos; *iv*) melhorar o Sistema de Preferências Generalizadas (SGP) da União Europeia, ou *v*) descontinuar os APE e focar em contrapartida a integração regional e a Cooperação Sul-



Sul. Esta última alternativa, em particular, evidencia uma vez mais o interesse crescente nas parcerias de comércio e investimento com economias asiáticas como a China (ver caixa 3.2).

Caixa 3.2: Cooperação Sul-Sul: A Importância Crescente das Parcerias África-China

A África e a China têm celebrado parcerias nas áreas do comércio, do investimento e da ajuda. Estas três áreas estão frequentemente inter-relacionadas, reflectindo relações de complementaridade e/ou competição entre ambas as partes. Por exemplo, o investimento estrangeiro da China, motivado pela procura de recursos como minerais e petróleo para exportação, tem uma componente de ajuda através da construção de infraestruturas, como tem acontecido no Sudão e em Angola. Ainda que necessário, o desenvolvimento de infraestruturas não deve ser obtido à custa da exaustão de recursos e da degradação ambiental. Políticas direccionadas para o desenvolvimento sustentável e a ligação das actividades industriais com a comunidade local ajudarão a equilibrar a balança entre a exploração de recursos e a industrialização em África.

O IDE da China no comércio a retalho é outro exemplo das relações de complementaridade e comercialização dos produtos chineses em África. Em alguns países africanos como a Nigéria e o Gana, estas relações traduziram-se numa preferência pelos produtos chineses agrícolas e manufacturados. Por sua vez, devido à diferença de preços, esta preferência cria pressão sobre os produtos locais e regionais, mesmo nos casos em que os produtos chineses são de menor qualidade que esses produtos locais e regionais. A balança comercial pesa assim a favor da China. Regras claras sobre a promoção da diversificação regional, a criação de cadeias de valor e a protecção contra a erosão de preferências poderiam contribuir para maximizar os benefícios das relações comerciais China-África sem enfraquecer as questões de integração regional e protecção dos consumidores.

O IDE *learning-seeking* e *market-seeking* são exemplares no sector dos serviços que se tem tornado também um alvo importante do investimento externo da China em África. Por exemplo, a África do Sul beneficia de complementaridades porque as empresas financeiras chinesas detêm largos mercados e capitais, mas carecem de competências internacionais que a África do Sul possui. Com o investimento chinês, as empresas financeiras da África do Sul alargam a sua base de capital, permitindo-lhes expandirem-se não só em África, mas também a nível internacional para outros mercados financeiros de países em desenvolvimento.

A cooperação Sul-Sul entre China e África enfrenta grandes desafios. Em primeiro lugar, é necessário assegurar que o aumento do IDE e do comércio chinês estão ligados à economia, desde trás, através de parcerias e das potencialidades locais. Relativamente à ajuda, África não necessita apenas de aumentar o volume de ajuda direccionado ao continente, mas sim de formular objectivos concretos, tendo em conta os seus impactos em termos de desenvolvimento sustentável. Finalmente, o espaço económico africano podia replicar as condições de mercado chinesas se o continente fosse considerado como um mercado comum. Neste sentido, é possível identificar oportunidades de ganhos mútuos na troca de bens, serviços e capital entre os dois mercados, especialmente se, no seu diálogo com os parceiros chineses, os líderes africanos colocarem o desenvolvimento como ponto de destaque.

Fonte: AERC (2010) e ver a Parte II deste relatório.



Desenvolvimentos na Integração Regional em África

A integração regional continua a ser um importante meio para fortalecer o desenvolvimento e as possibilidades de crescimento de África, incluindo a promoção do comércio dentro e fora do continente. Através das decisões da União Africana, os líderes do continente têm levado a cabo várias iniciativas que têm como objectivo fortalecer o processo de integração regional. Entre estas iniciativas incluem-se a transformação da Organização da Unidade Africana (OUA) na União Africana (UA), a implementação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), a racionalização das CER através de uma moratória na criação de novas comunidades e o reconhecimento de apenas 8 CER como os principais blocos centrais da União Africana. A Comissão da União Africana (CAU) está a implementar Programas de Integração Mínima para assegurar que todas as CER põem em prática as fases do Tratado de Abuja dentro do mesmo quadro temporal.

As CER continuam a desempenhar um papel significativo na prossecução da integração regional africana através da promoção e implementação de vários programas. Nas áreas do comércio e da integração de mercados, algumas CER lançaram as suas áreas de livre comércio, como foi o caso da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade da África Oriental (EAC). Outras CER, como a CENSAD, estão a trabalhar activamente neste sentido. A EAC é já uma união aduaneira em pleno desde 2005, enquanto o COMESA lançou a sua união aduaneira mais recentemente, em 2009. A CEDEAO pretende lançar a sua em 2015 e a agenda das uniões aduaneiras da SADC e da CEEAC, cuja entrada em vigor estava programada para 2010, tem agora efectivação prevista para 2011. A União do Magrebe Árabe (UMA), a Comunidade dos Estados do Sahel-Sahara (CENSAD) e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) têm ainda de implementar as suas uniões aduaneiras. Para além destes avanços, existe também a oportunidade de algumas CER harmonizarem as suas áreas de livre comércio, de forma a alargar os blocos comerciais. A iniciativa corrente de uma grande Área de Livre Comércio empreendida pela SADC, pela CEDEAO e pela EAC é um bom exemplo desta nova tendência de unificação dos mercados sub-regionais.

Apesar destes desenvolvimentos positivos, algumas CER continuam a enfrentar vários desafios que afectam significativamente o seu avanço no sentido do aprofundamento da agenda de integração. Estes desafios podem também travar o objectivo do continente de implementar um mercado comum num futuro próximo. Entre os principais desafios incluem-se: a persistência da instabilidade política em algumas regiões do continente, a ausência de diversificação económica, a participação múltipla e sobreposta em diferentes organismos, a ausência de recursos financeiros adequados para reforçar os processos de integração, a falta de ligação entre as políticas de desenvolvimento nacional e regional/continental e a fraca implementação dos protocolos e das decisões comumente acordadas a nível regional e continental.

Os conflitos em África têm exacerbado a pobreza no continente, tornando mais difícil acelerar a sua agenda de desenvolvimento e crescimento económico. Os conflitos têm resultado na perda de vidas humanas e na deslocação de pessoas, causando também um elevado número de refugiados e crianças-soldado, para além da forte incidência da vulnerabilidade e da exclusão social, da destruição das infraestruturas sociais e económicas e do enfraquecimento das capacidades institucionais.

A implementação de actividades e programas de integração regional, por parte das CER e de outras instituições pan-africanas, continua a ser condicionada pela ausência de recursos financeiros adequados e pela sua capacidade de absorção. As contribuições dos países membros da OCDE não são suficientes para financiar a execução de actividades e programas. Para além disso, a duplicação de funções e programas, bem como a sobreposição de participações em organizações sub-regionais e pan-africanas exercem pressão sobre os recursos limitados dos países membros da OCDE, contribuindo para fracos resultados de execução.

Implementação dos Programas de Integração Mínima

O Programa de Integração Mínima (PIM) foi desenvolvido pela Comissão da União Africana, em estreita colaboração com as CER. O PIM inclui um conjunto de actividades, projectos e programas para implementação pelas CER, de forma a acelerar o processo de integração regional e continental. O Programa concentra-se nas seguintes áreas-chave da agenda de integração: comércio, desenvolvimento de infraestruturas, liberdade de circulação, paz e segurança. O PIM foi aprovado pela Conferência dos Ministros Africanos Encarregues da Integração Regional e foi subsequentemente aprovado pela Assembleia da União Africana.

A Comissão da União Africana desenvolveu um Plano de Acção para a implementação do Programa de Integração Mínima, mas esse plano enfrenta actualmente vários desafios, incluindo a ausência de financiamento. No entanto, as agências de implementação, compostas pelas CER, pelos países membros e pela Comissão da União Africana têm encetado vários esforços para mobilizar recursos. Um desses principais esforços consiste numa proposta da União Africana para estabelecer um fundo de integração dedicado a apoiar as actividades e os programas do PIM. A Assembleia da União Africana apoiou esta iniciativa e a Comissão da UA irá realizar brevemente um estudo de pré-viabilidade sobre o estabelecimento do fundo. Para além disso, as CER estão a sensibilizar os seus países membros para os planos de acção e a incluí-los nos seus programas.

Todas as instituições pan-africanas, incluindo as CER, estão a desenvolver esforços para acelerar a implementação das actividades e dos programas de integração regional em África. Entre os esforços de maior destaque inclui-se a actual Área de Livre Comércio Tripartida entre os membros da EAC, do COMESA e da SADC. A caixa 3.3 apresenta alguns dos desenvolvimentos mais actuais nesta área.



Caixa 3.3: Áreas de Livre Comércio Propostas em África

Num esforço de acelerar a implementação de uma Comunidade Económica Africana, conforme estabelecido no Tratado de Abuja, as CER estão a executar várias actividades e programas onde se inclui a recente decisão tomada pelos Chefes de Estado e de governo dos países-membros do COMESA, da SADC e do EAC para estabelecer uma única área de livre comércio. Espera-se que a área de livre comércio de comunidades económicas inter-regionais contribua para expandir os mercados africanos, desbloquear o potencial produtivo e aumentar o comércio dentro do continente. A abertura das fronteiras contribuirá também para facilitar a livre circulação de empresários entre as CER. Ao mesmo tempo, enquanto mercado e bloco económico mais alargado, o continente tornar-se-á mais atractivo ao investimento directo estrangeiro, em particular no que está ligado a economias de escala.

A Comissão Económica das Nações Unidas para África (CENUA) está a desenvolver um estudo para ajudar a acelerar a implementação de zonas de livre comércio entre regiões em África. Entre outras coisas, o estudo irá analisar o impacto destas zonas nas economias africanas, avaliar os custos e benefícios para os países, bem como o impacto sobre a eficiência e a eficácia das CER. O estudo irá também considerar o impacto das áreas de livre comércio entre CER sobre os APE que os países africanos estão actualmente a negociar com a União Europeia. O estudo ajudará os países a tomar uma decisão informada sobre a sua participação nas áreas de livre comércio entre CER.



Desenvolvimentos nas Infraestruturas Regionais

O desenvolvimento das infraestruturas regionais, particularmente nos sectores dos transportes, das comunicações, da energia e dos serviços, é crucial para o crescimento económico e para o desenvolvimento sustentável. Apesar dos esforços para pôr em prática um programa de actividades nestas áreas, África continua a ser um dos continentes onde as redes de infraestruturas são mais fracas, o que contribui para aumentar os custos de produção e transacção, enfraquecendo a competitividade dos seus negócios.

Estudos recentes comprovam que as infraestruturas não só são responsáveis por mais de metade do recente avanço na performance económica de África, como têm potencial para um contributo ainda maior no futuro. As redes de infraestruturas africanas estão bastante atrasadas comparativamente a outros países em desenvolvimento e são caracterizadas pela ausência de ligações regionais e pela estagnação no seu acesso às famílias. (*World Bank*, 2010). As conclusões dos mesmos estudos indicam que as infraestruturas em África necessitarão de um investimento de cerca de 93 mil milhões por ano, durante os próximos 10 anos. Mesmo após calcular os ganhos em eficiência e tendo também em conta as projecções do gasto doméstico e externo, manter-se-à ainda um *gap* financeiro de cerca de 31 mil milhões de USD por ano, maioritariamente no sector da energia.

O crescimento económico não se concretizará pelo simples desenvolvimento das infraestruturas necessárias e dos seus serviços. Como tal, o investimento nas infraestruturas e nos serviços deve ser acompanhado pelo apoio a reformas de governação e de regulação destes sectores, bem como pela facilitação do comércio, entre outras medidas, de forma a permitir aos consumidores finais redução de custos e poupança de tempo.

Iniciativas de Desenvolvimento de Infraestruturas no Continente

Desde 1970 que os líderes africanos têm bem presente a importância de infraestruturas acessíveis e eficientes como veículos de promoção da integração regional. O período entre 1978 e 2000 foi dedicado ao programa das Nações Unidas para a Década de Transportes e Comunicações em África (UNTACDA), acompanhado pelo *Sub-Saharan Africa Transport Policy Programme* (SSATP) para o desenvolvimento destes sectores. Estes programas foram incorporados por outras iniciativas recentes, incluindo o NEPAD, o *Medium to Long Term Strategic Framework* (MLTSF) e o Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PDIA).

A Comissão da União Africana (AUC), o Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB), a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), bem como as Comunidades Económicas Regionais (CER) encontram-se actualmente num processo de criação do Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PDIA). Este programa tem como objectivos a promoção do desenvolvimento socioeconómico e a redução da pobreza em África através da melhoria do acesso a redes e a serviços integrados de infraestruturas regionais e continentais.

O actual estado de desenvolvimento das infraestruturas africanas continua bastante diferenciado, uma vez que alguns sectores registaram um progresso significativo comparativamente a outros. A situação actual é, em geral, insatisfatória, pois é caracterizada, por um lado, por infraestruturas insuficientes e de baixa qualidade e, por outro lado, por serviços extensos e ineficientes. A título de exemplo, a extensão total das redes de estradas cartografadas em África está estimada em cerca de 2,3 milhões de km, dos quais 20% se encontram pavimentados. Em comparação, o nível desejado e necessário de desenvolvimento económico e social está avaliado numa média de 7,6 km por 100 km quadrados. Outros desenvolvimentos no sector das estradas incluem as auto-estradas Trans-Africanas 1; 5 e 7 (TAH1, TAH5 e TAH7).

O desenvolvimento dos caminhos de ferro é ainda menos satisfatório que o do sector das estradas. A rede ferroviária de África consiste em cerca de 89.000 km dentro de uma área de cerca de 29,6 milhões de km quadrados, o que corresponde a uma densidade de ocupação de 2,5 km por 1.000 km quadrados. Este valor é bastante baixo quando comparado com a média europeia de 40 km por 1.000 km quadrados. Dentro dos países continentais de África, 14 não têm linhas de comboio ou secções de linhas internacionais. Ao mesmo tempo, as redes ferroviárias em África são normalmente antigas e tecnicamente desactualizadas. O mau estado destas redes tem resultado numa baixa percentagem de transporte ferroviário de mercadorias no comércio intra-africano. Para alterar esta situação são necessários mais investimentos neste sector.

A quota global de África no transporte aéreo continua a ser modesta e está ligada apenas a três eixos principais: Joanesburgo, Nairobi e Addis Abeba. A South African Airways, a Kenya Airways e a Ethiopian Airlines continuam a ser as três principais companhias aéreas de África. Em 2004, a participação Africana no tráfego mundial de passageiros situou-se em cerca de 5,2%, enquanto a percentagem relativa ao tráfego de mercadorias rondou os 3,6%. Ao longo do mesmo ano, o transporte aéreo (passageiros e mercadorias) gerou 470.000 empregos no continente, o que resultou num aumento de rendimento estimado em 11,3 mil milhões USD (1,7% do PIB africano). Para além da criação de oportunidades de emprego, o sector do transporte aéreo desempenha também um papel de crescente importância na competitividade dos produtos africanos nos mercados mundiais, particularmente para o transporte de cargas mais sensíveis como os produtos hortícolas e frutícolas. O mesmo acontece para os países do interior do continente.



Notas

1. As negociações ministeriais sobre comércio na OMC seguem o princípio do «compromisso isolado» (single undertaking), o que significa que as negociações podem ser adoptadas pelos países quando estão concluídas em todos os seus aspectos. Por conseguinte, ainda que alguns assuntos possam ter sido concluídos com sucesso, os mesmos não podem ser implementados até que seja alcançado um acordo nas temáticas restantes. O “Early Harvest” foi proposto como uma forma de permitir que os PMA beneficiassem de um consenso prévio em algumas matérias, reconhecendo-se assim que o «compromisso isolado» poderia levar mais tempo a ser alcançado que o desejável. Ver ICTSD (2010).

Referências

AERC (African Economic Research Consortium) (2010), Proceedings from the Conference on Africa-China Relations, Hilton Hotel, 28-30 September, Addis Abeba.

AfDB (African Development Bank), OECD (Organization for Economic Co-operation and Development) e UNECA (United Nations Economic Commission for Africa) (2010), African Economic Outlook 2010, OECD, Paris.

AfDB, OECD and UNECA (2011), African Economic Outlook 2011, OECD, Paris.

African Union (2010a), “African Union Commission-Regional Economic Communities Common Position Paper on EPAs”, AU Conference of Ministers of Trade, 6th Ordinary Session, 29 October – 2 November 2010, Kigali.

African Union (2010b), “EPA Negotiations Coordination Meeting Report”, AU Conference of Ministers of Trade, 6th Ordinary Session, 29 October – 2 November 2010, Kigali.

AUC (African Union Commission) (2004), The Mission, Vision and Strategic Framework of the African Union Commission (2004-2007), African Union Commission, Addis Abeba.

AUC (2006), The Review of Millennium Development Goals and the Millennium Declaration: An African Common Position, African Union Commission, Addis Abeba.

International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) (2010), “No Early Harvest for LDCs’ Top WTO Priorities”, Bridges, Vol. 14, No. 1, ICTSD, Geneva, p. 6.

Mkwezalamba, M. e E. Chinyama (2007), “Implementation of Africa’s Integration and Development Agenda: Challenges and Prospects”, African Integration Review, Vol. 1.

OAU (Organization of African Unity) (2000), Constitutive Act of the African Union, OAU, Addis-Abeba.

OAU (1991), Treaty Establishing the African Economic Community, OAU, Addis Ababa.

Páez, L., et al. (2010), “A Decade (2000-2010) of African-U.S. Trade Under the African Growth and Opportunity Act (AGOA): Challenges, Opportunities and a Framework for Post AGOA Engagement”, paper presented at the African Economic Conference 2010, Tunis, 27-29 October, www.uneca.org/atpc/work_in_progress.asp

UNECA, AfDB and AUC (2010), Assessing Regional Integration in Africa IV: Enhancing Intra-African Trade, Economic Commission for Africa, Addis Abeba.

UNECA e AUC (forthcoming), Economic Report on Africa 2011: Governing Development in Africa. The Role of the State in Economic Transformation, Economic Commission for Africa, Addis Abeba.

World Bank (2010), “Africa’s Infrastructure: A Time for Transformation”, The World Bank, Washington D.C.



Capítulo 4: Desenvolvimento humano

Este capítulo analisa a taxa de redução da pobreza em África em comparação com outras regiões em desenvolvimento e caracteriza o actual estado e as tendências do desenvolvimento humano em África, com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Relativamente à questão da redução da pobreza, na Declaração do Milénio adoptada no ano 2000, a comunidade internacional traçou como objectivo erradicar a pobreza extrema e a fome. Especificamente, foram traçadas duas metas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM): para o período entre 1990 e 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 USD por dia e reduzir para metade o número de pessoas afectadas pela fome. Apesar de África ter progredido na redução da pobreza, a região tem registado, neste domínio, uma taxa de redução inferior relativamente a outras regiões em desenvolvimento, o que se deve a três factores principais. Em primeiro lugar, os elevados níveis de crescimento económico em África apenas se têm registado desde o ano 2000, pelo que as taxas médias de crescimento desde os anos 1990 não eram suficientemente elevadas para terem um impacto substancial sobre a pobreza. Em segundo lugar, o crescimento em África não tem sido suficientemente elevado nos sectores onde a população pobre reside ou trabalha. Apesar desta situação ter melhorado em vários países desde 1996, o crescimento africano resulta normalmente de sectores que têm uma fraca ligação com o resto da economia, não tendo por isso um impacto significativo na criação de emprego e na redução da pobreza. Em terceiro lugar, a desigualdade relativamente elevada em África demonstra que o crescimento tem beneficiado uma pequena parte da população, sendo os benefícios limitados para os mais pobres. Desta forma, as políticas de redução da pobreza necessitam de combinar um crescimento económico elevado com a redução da desigualdade, assegurando ao mesmo tempo que os sectores de crescimento económico têm uma abrangência maior.

No que concerne ao desenvolvimento humano, a criação do Índice de Desenvolvimento Humano pelo PNUD em 1990 foi motivado pelas limitações do rendimento nacional como medida de desenvolvimento. A criação deste Índice reflecte uma abordagem do desenvolvimento centrada no indivíduo. Apesar de África no seu conjunto ter apresentado, em 2010, o IDH mais baixo de todas as regiões, os dados revelam que entre 2000 e 2010 todos os países africanos, à excepção do Zimbabwe, melhoraram o seu desenvolvimento humano. Em média, a África Subsaariana registou o maior progresso de todas as regiões. O IDH desta região aumentou cerca de 23%, seguido do sul da Ásia onde o aumento foi de 17% durante o mesmo período. Este avanço resultou do aumento do rendimento per capita na maioria dos países africanos durante a última década e de um progresso real no acesso ao conhecimento e a cuidados de saúde melhorados. De certa forma, o avanço assinalado em termos de desenvolvimento humano entre 2000 e 2010 ficou a dever-se também aos reduzidos níveis iniciais de IDH registados no ano 2000 após o declínio deste índice entre 1990 e 2000.

Para manter os avanços alcançados em matéria de desenvolvimento humano, África necessitará de empreender acções em vários domínios, e não apenas focar-se num único objectivo. A título de exemplo, o crescimento económico permitirá melhorar o desenvolvimento humano se for direccionado para os pobres. Da mesma forma, para que o investimento em sectores sociais produza um desenvolvimento humano sustentado, tem de ser acompanhado por medidas que visem a criação de mais oportunidades económicas que beneficiem largos segmentos da população. Para além disso, algumas dimensões do desenvolvimento humano, como é o caso da igualdade de género, só serão melhoradas se os governos africanos fizerem uma escolha deliberada na adopção de políticas que promovam este objectivo em particular. Neste aspecto, a qualidade das políticas económicas será provavelmente tão importante como os recursos utilizados para promover o desenvolvimento humano em África.

Crescimento Económico, Desigualdade e Pobreza: Porque tem sido lenta a redução da pobreza em África?

Com a adopção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) na Cimeira do Milénio em 2000, a comunidade internacional definiu como objectivo erradicar a pobreza extrema e a fome, como duas metas específicas. Em primeiro lugar, reduzir para metade, entre 1990 e 2015, o número de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 USD por dia e, em segundo lugar, reduzir para metade o número de pessoas afectadas pela fome. Contabilizar a pobreza é importante não apenas para determinar o avanço que tem sido alcançado na prossecução destes objectivos, mas também para avaliar de que forma o crescimento económico e as políticas sócio-económicas influenciam o processo de redução da pobreza.

Quando os ODM foram estabelecidos, para avaliar o progresso na redução da pobreza foi escolhido como indicador a incidência de pobreza extrema, medida através do cálculo da população que vive com menos de 1 USD por dia, de acordo com a paridade do poder de compra (PPC) de 1993. Após o ajustamento das taxas da paridade do poder de compra nos finais de 2007, a linha de pobreza extrema foi elevada para 1,25 USD relativamente à PPC de 2005. Esta forma de medir a pobreza é conhecida como rácio por pessoa.

A complexidade do conceito de pobreza e da sua fórmula de cálculo têm suscitado um intenso debate sobre as metodologias empregues para medir a pobreza, as linhas que devem ser utilizadas para comparar a sua incidência entre países e os diferentes resultados que têm sido produzidos por diferentes linhas de pobreza e metodologias. Tem sido igualmente argumentado que, avaliar a pobreza através dos dados recolhidos junto das famílias dificulta a análise das dinâmicas da pobreza em África, devido ao intervalo de tempo entre a realização dos inquéritos às famílias e a sua publicação. Porém continuam a ser contestadas as tentativas para corrigir este



problema através da utilização de outros métodos e de fontes de dados diferentes.¹

Utilizando a linha de pobreza de 1,25 USD por dia de acordo com a PPC de 2005, a percentagem de população da África Subsaariana que vive no limiar da pobreza aumentou de 54% em 1981 para 59% em 1996. Em 2005, que é o ano mais recente para o qual existem dados disponíveis para comparação, a percentagem tinha diminuído para 51% (Chen and Ravallion, 2008). Como tal, entre 1996 e 2005, a percentagem de população pobre em África sofreu uma redução de 8%. No entanto, devido à crise financeira que tem afectado a economia mundial desde 2007, estima-se que o número de pobres em África possa ter aumentado em cerca de 50 milhões em 2009 e mais 39 milhões em 2010 (Ravallion, 2009a), relativamente a um cenário de referência sem crise. Esta situação pode ter feito diminuir o progresso que o continente tinha registado até à eclosão da crise.

As dinâmicas de pobreza parecem reflectir a evolução das taxas de crescimento económico. De acordo com as taxas de paridade do poder de compra em 2005, nos anos 80 o rendimento médio per capita nos países africanos era de 1.955 USD. Em 1996 o rendimento médio per capita tinha diminuído para 1.887 USD, sendo que em 2005 era de 2.163 USD. Como consequência da crise económica, as taxas de crescimento económico em África diminuíram. De uma taxa média de crescimento de 6% ao ano entre 2006 e 2008, a taxa de crescimento caiu para 2,9% em 2009. Segundo as previsões do *African Economic Outlook 2010*, o crescimento em 2010 deveria ser de cerca de 4,5% e em 2011 rondaria os 5,2%. (BAfD, OCDE, CEA, 2010). Tendo em conta a taxa média de crescimento populacional de cerca de 2,5% por ano, estas taxas de crescimento económico indicam que o rendimento per capita de 2009 a 2010 foi bastante inferior relativamente ao período de 1996 a 2008. Na verdade, a taxa de crescimento económico em 2009 sugere que não houve qualquer aumento do rendimento per capita durante esse ano.

As estatísticas sugerem que o aumento do rendimento per capita reduz a pobreza.² Num cenário onde as restantes condições se mantêm inalteradas, à medida que o crescimento económico aumenta o rendimento per capita, um maior número de pessoas consegue sair da situação de pobreza, reduzindo assim a percentagem de pessoas pobres dentro da população. Porém, até que ponto pode o crescimento económico contribuir para a redução da pobreza em África e porque razão a redução da pobreza neste continente tem sido mais lenta do que noutras regiões?

Devido à escassez de dados fiáveis sobre a incidência da pobreza em África e as suas causas, são poucos os estudos que têm procurado abordar estas questões a nível regional. Dados quantitativos demonstram que três factores chave explicam a fraca resposta da pobreza ao crescimento económico em África. De acordo com o primeiro factor, apesar do aumento das taxas de crescimento durante o período de 1996 a 2008, a média das taxas de crescimento em África não foi suficientemente elevada para ter um forte impacto na redução da pobreza, conforme aconteceu noutras regiões. Em segundo lugar, o processo de crescimento em África tem tido uma ligação mais fraca à redução da pobreza do que noutras regiões. Finalmente, o terceiro factor indica que níveis de desigualdade relativamente elevados, bem como altos níveis de pobreza, têm impedido a redução da pobreza neste continente.

Numa tentativa inicial de avaliar a pobreza a nível continental utilizando uma análise quantitativa entre países, a Comissão Económica para África (CEA) (1999) concluiu que a África Subsaariana necessitaria de crescer cerca de 7% por ano para cumprir o primeiro ODM de reduzir para metade a pobreza em 2015.³ Esta conclusão sugere que a razão pela qual os países africanos estão a reduzir a pobreza de forma mais lenta do que outras regiões pode estar no facto das taxas de crescimento do continente não terem sido suficientemente elevadas. Na verdade, entre 2001 e 2009, a taxa média de crescimento económico do continente foi de 5,3% por ano. Entre 53 países, apenas 9 registaram taxas de crescimento médio do PIB que foram iguais ou superiores a 7% por ano - Angola, Chade, Guiné Equatorial, Etiópia, Moçambique, Nigéria, Serra Leoa, Sudão e Uganda (BAfD, OCDE, CEA, 2010). Por conseguinte, para ter um impacto mais substancial sobre a redução da pobreza, é necessário que mais países africanos apresentem um crescimento económico mais elevado do que aquele que se tem registado.

Uma análise mais profunda da relação entre o crescimento económico e a redução da pobreza em África demonstra que, na maioria dos países de crescimento mais rápido (classificados como os países com taxas de crescimento superiores à média africana de 5,3% do PIB entre 2001 e 2009), o crescimento económico teve um efeito mais fraco sobre a redução da pobreza.⁴ Entre os 44 países para os quais existe informação disponível sobre as elasticidades do crescimento da pobreza, 14 registaram taxas de crescimento económico elevadas de acordo com a definição aqui apresentada.⁵ O conjunto destes países é composto por: Angola, Burquina Faso, Cabo Verde, Chade, Etiópia, Gana, Mali, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda e Zâmbia. No entanto, apenas três países (Cabo Verde, Etiópia e Gana), ou cerca de 1/5 dos países de crescimento mais rápido, têm um crescimento elevado de elasticidade da pobreza, definido em termos de elasticidade superior à média africana de -1,717 (ver tabela 4.1). Entre os países de crescimento mais rápido, nenhum exportador de petróleo ou de recursos minerais tem um crescimento elevado de elasticidade da pobreza. Em contrapartida, os produtores de petróleo com elevado crescimento de elasticidade da pobreza têm baixas taxas de crescimento, ainda que alguns deles sejam produtores de reduzida dimensão.⁶



Tabela 4.1: Elasticidades da pobreza em termos de crescimento e desigualdade (1.25 USD de acordo com a PPC de 2005)

	Elasticidades		Rácio Comparativo
	Crescimento (1)	Desigualdade (2)	ABS (1)/(2)
Leste da Ásia e Pacífico	-2.5	3.4	0.7
Europa de Leste e Ásia Central	-4.0	6.4	0.6
América Latina e Caraíbas	-3.1	5.1	0.6
Médio Oriente e Norte de África	-3.2	4.9	0.7
Sul da Ásia	-2.0	2.5	0.8
África Subsaariana	-1.5	1.7	0.9
África	-1.7	2.0	0.9

Fonte: Com base em Fosu (2011).

A quarta coluna apresenta o valor absoluto do rácio elasticidade do crescimento/elasticidade da desigualdade, tratando-se apenas de uma forma de demonstrar a relativa importância de ambas. Um valor inferior a 1 significa que os efeitos da desigualdade são superiores aos efeitos do crescimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421223>

O fraco crescimento da elasticidade da pobreza sugere que África não tem sido capaz de reduzir a pobreza da forma necessária, mesmo em alguns países onde a taxa de crescimento foi relativamente alta. Daqui se depreende que o crescimento por si só não é condição suficiente para reduzir a pobreza, levantando-se a questão de perceber por que razão o crescimento em África não está tão ligado à redução da pobreza comparativamente a outras regiões. Tal como a tabela 4.1 comprova, a África Subsaariana tem o menor crescimento médio de elasticidade da pobreza,⁷ correspondendo a metade da elasticidade da América Latina e Caraíbas e a apenas 2/5 da elasticidade da Europa de Leste e da Ásia Central.

A fraca resposta da redução da pobreza ao crescimento económico pode estar relacionada com o facto do processo de crescimento económico não ser suficientemente inclusivo, o que em parte se deve ao facto de não estar fortemente ligado a actividades e a sectores onde as populações pobres se encontram. Esta situação pode ter sido causada por o crescimento não ter ocorrido em sectores onde a população pobre trabalha (ex. da agricultura) ou reside (áreas rurais), ou então por não ter envolvido essa mesma população através da sua força de trabalho. Dado que os sectores dos combustíveis e dos minerais representam a maior parte das exportações do continente, é sabido que durante o período de 1996 a 2008 o processo de crescimento de várias economias africanas de crescimento mais rápido foi fortemente influenciado pelos elevados preços das matérias-primas minerais e energéticas (BAfD, OCDE, CEA, 2010).⁸ Estas matérias-primas, principalmente os combustíveis, são produzidas em indústrias de «enclave», as quais utilizam tecnologias intensivas em capital que tendem a excluir os mais pobres. Por conseguinte, mesmo um crescimento rápido pode ter um impacto limitado na redução da pobreza se tivermos em conta que esse crescimento resulta de sectores com uma ligação limitada ao resto da economia, particularmente nas áreas onde uma larga parte da população pobre é activa. O impacto limitado do crescimento económico na redução da pobreza cria um círculo vicioso, uma vez que a elevada pobreza diminui ainda mais a capacidade do crescimento económico contribuir para a sua redução (Ravallion, 2009b).

Países com níveis de pobreza elevados podem melhorar o impacto do crescimento sobre a pobreza se as suas estratégias de crescimento derem destaque aos investimentos em sectores onde a população pobre é mais activa. Uma vez que o emprego é o principal meio através do qual o crescimento económico pode influenciar a pobreza, este necessita de estar associado à criação de emprego, particularmente nas áreas rurais onde reside a maioria dos pobres. (Nkurunziza, 2007). Porém, e apesar da situação se ter de certa forma alterado em alguns países, não tem sido este o caso na maioria dos países africanos. A este respeito, espera-se que a recente tendência de re-centralizar o desenvolvimento económico em África nos sectores da agricultura e do desenvolvimento rural possa ter um impacto maior sobre a redução da pobreza, uma vez que transformará a agricultura e a economia rural em importantes fontes de crescimento económico.

A desigualdade económica é o terceiro factor que condiciona a resposta da pobreza ao crescimento económico. Os efeitos do crescimento são mais fortes em sociedades mais equitativas onde diferentes segmentos da população partilham os benefícios do crescimento económico de forma mais igualitária. Em sociedades menos equitativas, o rendimento adicional gerado pelo crescimento económico é apropriado por um pequeno segmento da população que concentra uma parte desproporcionalmente elevada do rendimento nacional. Para cada país em específico, saber até que ponto o crescimento económico pode reduzir a pobreza dependerá do nível de desigualdade, uma vez que o crescimento económico e a desigualdade têm um efeito oposto sobre a pobreza. Apesar de no seu conjunto África ter a menor desigualdade de elasticidade de pobreza, em média e relativamente a outras regiões, a última coluna da tabela 4.1 demonstra que os efeitos negativos da



desigualdade sobre a pobreza superam os efeitos positivos do crescimento económico. As estimativas relativamente à elasticidade da pobreza demonstram que 61% dos países africanos têm elasticidades de desigualdade superiores às elasticidades de crescimento, sendo que quatro em cada cinco das mais elevadas elasticidades de pobreza em termos de desigualdade encontram-se nos países do norte de África. (Fosu, 2011).

Com base nestes factores, as políticas de redução da pobreza centradas apenas no crescimento económico terão um impacto mais limitado nos casos em que os níveis iniciais de desigualdade são elevados e persistentes. De facto, se o rendimento adicional que resulta do crescimento económico fosse equitativamente distribuído, reduzindo assim o efeito negativo da desigualdade sobre a redução da pobreza, os níveis de pobreza diminuiriam a um ritmo mais rápido do que na actualidade. (Bigsten and Shimeles, 2003). Tendo em conta que a desigualdade na África Subsaariana tem sido persistente entre 1981 e 2005, o ritmo lento na sua redução contribui para explicar a razão pela qual o impacto do crescimento sobre a pobreza tem sido constantemente tão baixo. Para acelerar a taxa de redução da pobreza, o progresso alcançado em termos do aumento do crescimento económico terá de ser alargado, procurando-se ao mesmo tempo estratégias de redução da desigualdade.

O Estado do Desenvolvimento Humano em África de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano

É notório que a centralização no crescimento económico como única estratégia de combate à pobreza é ineficaz. A desigualdade em termos de rendimentos e sob outras formas é igualmente um factor determinante da pobreza e do bem-estar. A tendência para focalizar o discurso sobre o desenvolvimento no aumento do rendimento nacional deixa de lado várias dimensões do desenvolvimento humano, tais como a saúde, o acesso a educação de qualidade e a uma justiça igualitária. A criação do IDH pelo PNUD em 1990 foi motivada pelas limitações do rendimento nacional como medida de progresso nesta área. O índice foi desenvolvido com o objectivo de reflectir uma abordagem do desenvolvimento mais centrada nas pessoas. A abordagem de Amartya Sen, um dos arquitectos do IDH, sobre as capacidades individuais forneceu o quadro teórico do paradigma de desenvolvimento humano que serve de base a este índice.⁹ O IDH combina várias dimensões do bem-estar entre as quais se incluem uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um nível de vida digno. Outros índices compostos produzidos pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) têm explorado as desigualdades de género e várias outras dimensões da pobreza. Na edição de 2010 do RDH, o PNUD introduziu alterações na fórmula de cálculo do IDH de forma a permitir o seu ajustamento à inclusão das questões do rendimento e das desigualdades de género. A caixa 4.1 contém informação detalhada sobre a construção destes índices e a tabela 4.2 apresenta os valores do IDH e de outros índices referidos na mesma caixa.

Caixa 4.1: A Construção do IDH e de Outros Índices

O IDH consiste numa medida composta que resume os avanços alcançados em três dimensões diferentes do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um nível de vida digno. Até à edição de 2010 do RDH, o progresso registado na área da saúde era medido pela esperança média de vida à nascença; a taxa de alfabetização de adultos (com um peso de 2/3) era utilizada para medir o nível de conhecimentos, em combinação com taxas brutas de escolarização (com um peso de 1/3) ao nível do ensino primário, secundário e superior; e o PIB per capita em termos de paridade de poder de compra em USD servia como eixo de referência relativamente a um nível de vida digno. A escala destes indicadores foi redimensionada de forma a assumirem valores entre 0 e 1 e o IDH foi calculado como uma média simples de três índices.¹⁰

A edição de 2010 do RDH introduziu inovações na forma de cálculo do IDH. Em primeiro lugar, os indicadores do nível de conhecimentos foram alterados das taxas de alfabetização e escolarização para a média de anos de escolaridade e os anos de escolaridade esperados. Estes dois indicadores foram agregados através de uma média geométrica. Em segundo lugar, dado o criticismo de que a fórmula de agregação linear utilizada para calcular o IDH permitia a substituição perfeita entre as três dimensões, o novo IDH utiliza uma média geométrica dos três sub-índices. Com uma média geométrica há uma substituíbilidade imperfeita entre os diferentes indicadores do desenvolvimento humano.¹¹

O RDH de 2010 introduziu um Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) que é calculado como uma média geométrica das médias geométricas de cada uma das dimensões do desenvolvimento humano contidas no IDH tradicional. As desigualdades em cada sub-índice são contabilizadas «descontando» o valor médio de cada dimensão de acordo com o seu nível de desigualdade em toda a população. Isto significa que, em casos de perfeita igualdade, o IDH é igual ao IDHAD. Quando a desigualdade é elevada, o IDHAD é inferior ao IDH. Por conseguinte, o IDH pode ser interpretado como um índice de desenvolvimento humano potencial na ausência de desigualdade, enquanto o IDHAD representa o índice real de desenvolvimento humano. A diferença entre os dois índices indica a posição de um país relativamente ao seu potencial perante condições de perfeita igualdade (ver tabela 4.2.).¹²

O Índice de Desigualdade de Género foi igualmente modificado. Construído com base no antigo Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género, que era calculado com base nos mesmos indicadores do IDH mas através de uma decomposição entre as suas componentes masculina e feminina, o novo Índice utiliza diferentes indicadores para avaliar a desvantagem das mulheres em três dimensões: (1) saúde reprodutiva, através dos indicadores de taxa de mortalidade materna e taxa de fertilidade adolescente; (2), capacitação,



através dos indicadores da representação parlamentar e do nível de educação secundária e superior; (3) presença no mercado de trabalho, através da taxa de participação na força de trabalho. O Índice é calculado pela agregação inicial dos indicadores por género utilizando uma média geométrica, de acordo com o procedimento estabelecido para os outros índices; as médias geométricas calculadas separadamente são depois agregadas usando uma média harmónica entre géneros.¹³

A tabela 4.2 apresenta os índices de desenvolvimento humano relativamente aos países africanos: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) e o Índice de Desigualdade de Género (IDG). A informação da tabela permite também analisar as tendências no Índice de Desenvolvimento Humano, de forma a avaliar os avanços que África registou ao longo dos anos nesta matéria.



Tabela 4.2: Índices de desenvolvimento humano

	IDH 1990	IDH 2000	IDH 2010	IDG 2008
Argélia	0.5	0.6	0.7	0.6
Angola	-	-	0.4	-
Benim	0.3	0.4	0.4	0.8
Botswana	0.6	0.6	0.6	0.7
Burkina Faso	-	-	0.3	-
Burundi	0.2	0.2	0.3	0.6
Camarões	0.4	0.4	0.5	0.8
Cabo Verde	-	0.5	0.5	-
República Centro-Africana	0.3	0.3	0.3	0.8
Chade	-	0.3	0.3	-
Comores	-	-	0.4	-
Congo, República	0.5	0.5	0.5	0.7
Congo, Rep. Dem.	0.3	0.2	0.2	0.8
Costa do Marfim	0.4	0.4	0.4	0.8
Djibouti	-	-	0.4	-
Egito	0.5	0.6	0.6	0.7
Guiné Equatorial	-	0.5	0.5	-
Etiópia	-	0.2	0.3	-
Gabão	0.6	0.6	0.6	0.7
Gâmbia	0.3	0.3	0.4	0.7
Gana	0.4	0.4	0.5	0.7
Guiné	-	0.3	0.3	-
Guiné-Bissau	-	0.3	0.3	-
Quênia	0.4	0.4	0.5	0.7
Lesoto	0.5	0.4	0.4	0.7
Libéria	-	0.3	0.3	0.8
Líbia	-	0.7	0.8	0.5
Madagáscar	-	0.4	0.4	-
Malawi	0.3	0.3	0.4	0.8
Mali	0.2	0.2	0.3	0.8
Mauritânia	0.3	0.4	0.4	0.7
Maurícias	0.6	0.7	0.7	0.5
Marrocos	0.4	0.5	0.6	0.7
Moçambique	0.2	0.2	0.3	0.7
Namíbia	0.6	0.6	0.6	0.6
Niger	0.2	0.2	0.3	0.8
Nigéria	-	0.4	0.4	-



Ruanda	0.2	0.3	0.4	0.6
São Tomé e Príncipe	-	0.5	0.5	-
Senegal	0.3	0.4	0.4	0.7
Serra Leoa	0.2	0.2	0.3	0.8
África do Sul	0.6	0.6	0.6	0.6
Sudão	0.3	0.3	0.4	0.7
Suazilândia	0.5	0.5	0.5	0.7
Tanzânia	0.3	0.3	0.4	-
Togo	0.4	0.4	0.4	0.7
Tunísia	0.5	0.6	0.6	0.5
Uganda	0.3	0.3	0.4	0.7
Zâmbia	0.4	0.3	0.4	0.8
Zimbabwe	0.3	0.2	0.1	0.7
África Subsaariana	0.4	0.3	0.4	0.7
África	0.4	0.4	0.4	0.7
Leste da Ásia e Pacífico	0.5	0.6	0.6	0.5
Ásia do Sul	0.4	0.4	0.5	0.7
América Latina & Caraíbas	0.6	0.7	0.7	0.6
OCDE	0.8	0.9	0.9	0.3

Fonte: Com base em UNDP (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421242>

As tendências do IDH mostram que entre 2000 e 2010 todos os países africanos, à excepção do Zimbabué, registaram avanços no seu desenvolvimento humano. Apesar dos países africanos ainda estarem classificados como tendo o menor nível de desenvolvimento humano relativamente a outras regiões, a África Subsaariana registou, em média, o maior avanço no período 2000-2010. O IDH regional aumentou cerca de 23%, seguido pela África do Sul onde o aumento foi de 17% no mesmo período.

Esta evolução positiva em África entre 2000 e 2010 ficou a dever-se a três factores principais. Em primeiro lugar, a maioria dos países africanos registou taxas de crescimento económico mais elevadas do que na década anterior. Dado que o nível de rendimento é uma das componentes do IDH, o aumento do PIB acaba, de certa forma, por se reflectir também na melhoria do desenvolvimento humano. Em segundo lugar, houve um verdadeiro progresso nas outras duas dimensões do desenvolvimento humano. O acesso ao conhecimento e os cuidados de saúde melhoraram com o aumento dos investimentos no sector social da maioria dos países africanos durante a última década. Assim, quase todos os países tiveram IDH mais elevados em 2010 do que em 2000. Na liderança estiveram o Ruanda, a Serra Leoa, a Etiópia, Moçambique, o Burundi, o Mali, o Níger e o Uganda que aumentaram o seu IDH em mais de 20% durante o período referido.

Em terceiro lugar o forte avanço do desenvolvimento humano em África entre 2000 e 2010 reflecte, de alguma forma, uma recuperação dos retrocessos económicos e sociais da década de 90. África é a única região onde o desenvolvimento humano piorou entre 1990 e 2000, diminuindo de uma média de 0,354 para 0,319. Durante o mesmo período, e dentro dos 35 países para os quais existem dados disponíveis, 11 registaram um declínio no seu IDH. Em alguns países, a diminuição do desenvolvimento humano é principalmente explicada pela instabilidade política e pelo conseqüente declínio em termos de rendimento, saúde e educação. No sudeste do continente, o declínio do desenvolvimento humano nos anos 90 pode ser o resultado do flagelo do HIV/SIDA que devastou esta região mais do que qualquer outra em África e a sua expansão só foi relativamente estabilizada a partir de 2000. Na República Democrática do Congo, na República do Congo, no Lesoto, na África do Sul e na Zâmbia, o IDH em 2010 tinha aumentado comparativamente ao ano 2000 mas era ainda inferior aos valores registados em 1990.

Tal como esperado, introduzir a desigualdade no cálculo do IDH reduz sistematicamente os valores do IDH tradicional, apesar das classificações entre os dois índices não serem significativamente afectadas. A diferença entre o IDH e o IDHAD parece ser mais pronunciada em países com desigualdades elevadas. Apesar de África registar em média as posições mais baixas de IDH e IDHAD, a diferença entre as suas regiões é mais acentuada em relação ao IDHAD, o que indica que em África existe uma desigualdade mais generalizada do que em



qualquer outra região. Por exemplo, enquanto a posição média de África no IDH é metade da posição OCDE, o IDHAD de África é 1/3 deste mesmo índice na OCDE. Esta situação verifica-se também quando comparamos África com outras regiões em desenvolvimento. O IDH (IDHAD) é 2/3 do valor do Leste da Ásia e da região do Pacífico. Estes resultados corroboram as conclusões acerca do forte efeito negativo da desigualdade sobre o desenvolvimento humano. Porém, adoptando uma abordagem positiva, África pode melhorar substancialmente o seu desenvolvimento humano se combater as desigualdades registadas.

O Índice de Desigualdade de Género revela que alguns países africanos tiveram resultados bem melhores neste domínio do que em outras dimensões do desenvolvimento humano. Dos 169 países incluídos tanto no IDH como no IDG, o Burundi, que é um dos países mais pobres do mundo, subiu 87 lugares em comparação com o IDH, passando da posição a 166 para o 79. Este avanço deveu-se, em primeiro lugar, à sua reduzida taxa de fertilidade adolescente e também à promoção relativamente elevada de lugares femininos no parlamento. Outros países que registaram um avanço significativo em termos da igualdade de género comparativamente ao panorama global do desenvolvimento humano incluem o Ruanda, as Maurícias e Moçambique. Destes resultados se conclui que mesmo os países muito pobres podem realizar avanços significativos em algumas dimensões do desenvolvimento humano, uma vez que para isso nem sempre são necessários os recursos financeiros que estes países não têm.

Em termos genéricos, as tendências demonstram que o continente africano tem registado avanços em termos de desenvolvimento humano, mas terá ainda de empreender muito mais esforços para igualar o nível alcançado em outras regiões. Para confinar o actual hiato, África terá de progredir a um ritmo muito mais rápido do que as restantes regiões. Tal como comprovam os avanços do Burundi, do Ruanda, das Maurícias e de Moçambique em termos de IDG, África tem capacidade para, de certa forma, melhorar rapidamente o seu desenvolvimento humano, pelo menos em termos de algumas dimensões que não requerem recursos que estão fora do seu alcance. A título de exemplo, aumentar a representação das mulheres nos organismos públicos pode ser facilmente exequível num curto espaço de tempo, conforme demonstram os exemplos do Burundi e do Ruanda. Espera-se igualmente que, no futuro, sejam proveitosos os esforços empreendidos por alguns países africanos nos últimos dez anos para melhorar os seus sectores sociais através de um forte investimento nas áreas da educação e da saúde. Se estes esforços forem mantidos, em termos de desenvolvimento humano, África irá aumentar as suas hipóteses de reduzir o hiato que a separa de outras regiões em desenvolvimento. Realisticamente, os avanços serão relativamente lentos em algumas áreas. Alguns países, por exemplo, irão demorar vários anos para aumentarem o seu rendimento per capita para níveis capazes de reduzir substancialmente a pobreza. Reduzir as desigualdades levará também o seu tempo tendo em conta que irá ser necessário alcançar um equilíbrio entre os diferentes interesses das sociedades africanas.

Perante as questões discutidas neste capítulo, é importante ter presente que, para acelerar significativamente o desenvolvimento humano em África, não será suficiente uma resposta única. Para ser bem-sucedida nesta tarefa, África terá de adoptar acções simultâneas em vários domínios. Por exemplo, o crescimento económico só melhorará o desenvolvimento humano se for inclusivo e orientado para os pobres, o que significa que as políticas adoptadas terão de estimular um processo de crescimento mais alargado e que beneficie o maior número de pessoas possível. Da mesma forma, o investimento nos sectores sociais não produzirá resultados em termos de desenvolvimento humano se os investimentos não forem acompanhados por esforços que criem oportunidades económicas para o benefício de uma larga faixa populacional. Para além disso, mesmo que se verifique um crescimento económico elevado e uma redução das desigualdades de rendimentos, algumas dimensões do desenvolvimento humano, como por exemplo a igualdade de género, só serão melhoradas se os governos africanos fizerem uma aposta política deliberada nesse sentido. A este respeito, e adicionalmente aos recursos votados à melhoria do desenvolvimento humano, a qualidade das políticas económicas será determinante para o progresso que os países africanos venham a conseguir alcançar.



Notas

1. Ver, por exemplo, o estudo de Pinkovskiy e Sala-i-Martin (2010) e algumas críticas e contra-críticas em blogs.worldbank.org/africacan/is-african-poverty-falling e www.salaimartin.com/academics-and-books/65-altres/552-response-to-martin-ravallion-and-the-world-bank.html
2. Sobre os efeitos positivos do crescimento económico na redução da pobreza, ver também Dollar e Kraay (2002).
3. Como exemplo da limitação dos dados, mesmos os estudos mais influentes foram baseados na CEA (1999) e Ali e Thorbecke (2000), bem como Fosu (2008; 2010), utilizaram uma amostra de apenas 16 países africanos, com um ponto por dados cada para a pobreza urbana e rural.
4. Os resultados na tabela 4.1 têm por base o seguinte modelo de pobreza: o crescimento na taxa de pobreza é definido como uma função negativa do crescimento do rendimento e uma função positiva do crescimento da desigualdade, sendo a desigualdade inicial medida pelo coeficiente de Gini, bem como o rácio da linha de pobreza/rendimento. A redução da pobreza é especificada como dependendo da interação entre: o aumento do rendimento e o nível inicial de desigualdade, o aumento do rendimento e o rácio linha de pobreza/rendimento, o aumento da desigualdade e o nível inicial de desigualdade, e o aumento da desigualdade e o rácio linha de pobreza/rendimento (Fosu, 2011). O alcance da importância destes factores é empiricamente determinado e representado pelas elasticidades da pobreza em termos de rendimento e desigualdade (tabela 4.1). As elasticidades são definidas como o rácio entre a variação percentual da pobreza medida em PO e a variação percentual do rendimento per capita expresso na PPC de 2005, bem como o rácio entre a variação percentual da pobreza e a variação percentual da desigualdade medida pelo coeficiente de Gini. Os dados são do Banco Mundial (2010b).
5. As elasticidades foram calculadas utilizando um número limitado de inquéritos às famílias a nível nacional. Como tal, devem ser tratadas apenas como indicadores da força da relação entre o crescimento económico, a desigualdade e a redução da pobreza. Para além disso, tendo em conta que o quadro temporal para o qual existem dados sobre a pobreza varia de país para país, a comparação das elasticidades entre países deve ser feita com prudência.
6. As elasticidades foram calculadas utilizando um número limitado de inquéritos às famílias a nível nacional. Como tal, devem ser tratadas apenas como indicadores da força da relação entre o crescimento económico, a desigualdade e a redução da pobreza. Para além disso, tendo em conta que o quadro temporal para o qual existem dados sobre a pobreza varia de país para país, a comparação das elasticidades entre países deve ser feita com prudência.
7. Ver também Banco Mundial (2010a).
8. O crescimento dos países exportadores de matérias-primas não minerais tem sido também elevado, mas volátil
9. Para uma análise detalhada sobre as origens do IDH e da teoria que lhe serviu de base, ver Fukuda-Parr and Kumar (2003).
10. Os indicadores de dimensão foram redimensionados para índices utilizando a seguinte fórmula: $(\text{valor actual} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$, funcionando os valores máximos e mínimos como balizas escolhidas para cada indicador. Por exemplo, a baliza de valor máximo para a taxa de alfabetização de adultos era 100, com uma baliza de valor mínimo de 0. Os valores mínimos foram considerados como valores de «subsistência» ou zeros «naturais». No RDH de 2010, o valor mínimo para a esperança de vida era 20 anos, 0 anos para as variáveis da educação e 163 USD para o rendimento nacional bruto (PNUD, 2010).
11. Estas alterações de metodologia deram origem a um intenso debate teórico (ver, por exemplo, aidwatchers.com/2010/12/page/2/ e hdr.undp.org/en/humandev/lets-talk-hd/2010-12a/)
12. O cálculo do IDHAD é baseado na unidade de medidas de desigualdade de Atkinson (1970) Para mais detalhes técnicos, ver Nota Técnica 2 em PNUD (2010).
13. As taxas de mortalidade materna e de fertilidade adolescente estão codificadas como «na» (não aplicável) no caso do género masculino. Ver Nota Técnica 3 em PNUD (2010) para mais detalhes sobre o cálculo da média dos sub-índices.



Referências:

- BAfD (Banco Africano de Desenvolvimento), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento) e CEA (Comissão Económica para a África) (2010), *African Economic Outlook 2010*, OECD, Paris.
- Ali, A.A. e E. Thorbecke (2000), "The State and Path of Poverty in Sub-Saharan Africa: Some Preliminary Results", *Journal of African Economies*, Vol. 9, Supplement 1, Oxford University Press, Oxford, pp. 9-40.
- Atkinson, A. (1970), "On the Measurement of Inequality", *Journal of Economic Theory*, Vol. 2, No. 3, pp. 244-263.
- Bigsten, A. e A. Shimeles (2003), "Prospect for Pro-Poor Growth Strategies in Africa", WIDER Research Paper, No. 42/2004, Helsínquia.
- BM (Banco Mundial) (2010a), *Global Monitoring Report 2010: The MDGs after the Crisis*, World Bank, Washington, D.C.
- BM (Banco Mundial) (2010b), *POVCAL Online 2010*, On-line tool for poverty measurement developed by the Development Research Group of the World Bank. World Bank, Washington, D.C. iresearch.worldbank.org/PovcalNet/povcalSvy.html
- Chen, S. e M. Ravallion (2008), "The Developing World is Poorer than We Thought, but No Less Successful in the Fight against Poverty", *Policy Research Working Paper*, No. 4703, The World Bank, Washington, D.C.
- Dollar, D. e A. Kraay (2002), "Growth is Good for the Poor", *Journal of Economic Growth*, Vol. 7, No. 3, pp. 195-225.
- CEA (Comissão Económica para a África) (1999), *Economic Report on Africa*, ECA, Addis Abeba.
- Fosu, A. (2008), "Inequality and the Growth-Poverty Nexus: Specification Empirics Using African Data", *Applied Economics Letters*, Vol. 15, No. 7, pp. 563-566.
- Fosu, A. (2010), "Income Distribution and Growth's Ability to Reduce Poverty", *The American Journal of Economics and Sociology*, Vol. 69, No. 3, pp. 1034-1053.
- Fosu, A. (2011), "Growth, Inequality, and Poverty Reduction in Developing Countries: Recent Global Evidence", *Working Paper*, No. 2011/01, UNU-WIDER, Helsínquia.
- Fukuda-Parr, S. and A.K.S. Kumar (eds.) (2003), *Readings in Human Development*, Oxford University Press, Oxford.
- Nkurunziza, J.D. (2007), "Generating Rural Employment in Africa to Fight Poverty", in J.A. Ocampo and K.S. Jomo (eds.), *Towards Full and Decent Employment*, Orient Longman Publisher, pp. 158-190.
- Pinkovskiy, M. and X. Sala-i-Martin (2010), "African Poverty is Falling... Much Faster than You Think!", NBER Working Paper, No. 15775, NBER, Cambridge, MA.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2010), "The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development", *Human Development Report 2010*, UNDP, Nova Iorque.
- Ravallion, M. (2009a), "The Crisis and the World's Poorest", *Special Report*, The World Bank, pp. 16-18.
- Ravallion, M. (2009b), "Why Don't We See Poverty Convergence?", *Policy Research Working Paper*, No. WPS4974, World Bank, Washington, D.C.
- Young, A. (2009), "The African Growth Miracle", *Working Paper*, Department of Economics, LSE, Londres.



Capítulo 5: Governação política

O ano de 2010 ficou marcado pelo recrudescimento dos protestos civis, com origem naquilo que muitos africanos sentem como injustiças, tanto em termos económicos como em termos mais globais. No entanto, apesar do aumento dos protestos públicos, tem vindo a registar-se uma diminuição de respostas governamentais violentas e de medidas restritivas da actividade política (limitações à liberdade de imprensa, proibição de manifestações, etc.) desde 2009. A resposta governamental tem sido muito menos violenta do que em 2008. A *Freedom House*, porém, continua a classificar vinte e um países africanos como «não livres».

Em 2010, tiveram lugar eleições pacíficas em 13 países. As eleições presidenciais na Guiné, que puseram fim à crise institucional gerada pelo golpe de Estado em 2008 e o pacífico referendo constitucional realizado no Quênia foram marcos importantes, após a violência pós-eleitoral de 2008. A crise e a violência generalizada na Costa do Marfim, após a polémica eleição presidencial, em Novembro, constitui-se como o ponto mais negativo.

O primeiro trimestre de 2011 foi um dos mais turbulentos da história do continente africano. Na Tunísia e no Egipto, levantamentos populares pacíficos enfrentaram regimes autoritários. Na vizinha Líbia, os protestos acabaram por levar a uma situação de guerra civil e à intervenção militar da comunidade internacional. Não é fácil prever o que vai acontecer nestes três países, e nos países vizinhos, ou quais serão as repercussões para além do Norte de África.

O ano de 2011 será marcado por um número recorde de actos eleitorais, com 28 eleições a nível nacional, em 20 países. Um importante acto eleitoral foi o referendo no Sul do Sudão, em Janeiro último, onde se decidiu pacificamente a separação do Norte do Sul do país, que entrará em vigor em Julho de 2011.

Este capítulo leva em conta os acontecimentos do início de 2011 para descrever o panorama político da África em 2010. A análise é baseada num conjunto de dados que abrangem a tensão civil nos últimos 15 anos na forma de greves, manifestações, vítimas de violência por parte de agentes não governamentais. Também leva em conta as respostas do governo sob a forma de violência, as detenções, as proibições, toques de recolher e os estados de emergência como medidas de repressão, bem como o levantamento dessas proibições, liberações de presos políticos e outras medidas de conciliação em 25 países Africanos¹. Ver metodologia do anexo estatístico para mais detalhes. A análise também é baseada nas medições de liberdade e democracia da *Freedom House* e Repórteres Sem Fronteiras.

Protestos públicos, violência e conflitos

Alguns dos acontecimentos dos finais de 2010 e do início de 2011 podem ser interpretados como resultados de processos que já estavam em curso em anos anteriores. Já o ano de 2010 se caracterizou pela intensificação dos protestos civis, numa demonstração tanto de dificuldades económicas como de outras injustiças sentidas por muitas populações africanas. Em Setembro de 2010, houve grande agitação popular em Maputo, capital de Moçambique, em protesto contra o alto custo de vida, numa acção que paralisou a cidade por mais de uma semana. Com o aumento dos preços dos alimentos e da energia (que representam uma larga fatia dos cabazes básicos de consumo em África), que começou na segunda metade de 2010 e que ainda não abrandou, existe um grande potencial para a existência, em 2011, de mais protestos públicos.

Em 2010, o índice de manifestações utilizado no presente relatório atingiu o seu pico mais alto desde 2006 – e o segundo mais alto da série temporal, iniciada em 1996 (ver Figura 5.1). Na amostra, as greves foram de maior dimensão do que em anos anteriores. O número de greves com mais de 5.000 participantes foi maior do que no passado², o que aponta para o aumento da pressão social e para uma maior capacidade de mobilização da sociedade civil. A maior envergadura dos protestos e, particularmente as recentes revoluções no Norte de África, também são testemunho do importante papel da acessibilidade a novos meios de informação e comunicação e as novas tecnologias como instrumentos de organização social.

Mas, 2010 também foi um ano de diminuição da violência. O índice de violência de actores não-governamentais foi muito menor do que em 2009 (nos 25 países da amostra). A combinação entre diminuição da violência e aumento dos protestos públicos aponta para uma tendência positiva de possibilidade de expressão de exigências, de forma pacífica e democrática, o que é um bom augúrio para o desenvolvimento africano. A expressão do descontentamento público, através de greves e manifestações, como forma de exigir a melhoria dos serviços públicos, melhores condições de vida ou a mudança social, pode ser um importante factor de desenvolvimento.

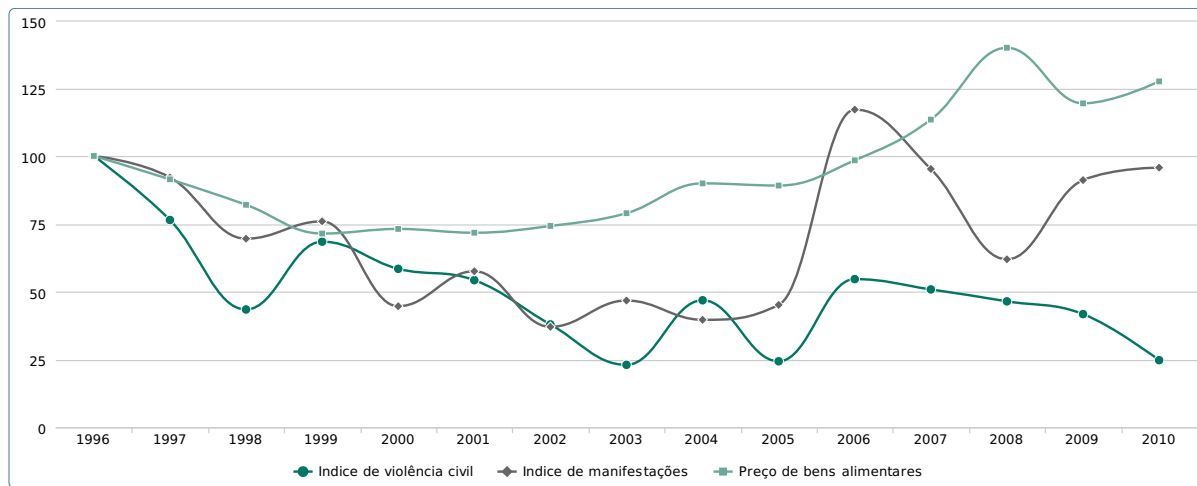
A violência inter-comunitária, mas 2010 demonstrou que este tipo de violência pode emergir por uma série de razões. A Nigéria conheceu confrontos sérios, desencadeados por questões de acesso à terra e de conflitos inter-religiosos (cristãos e muçulmanos), na região de Jos, no início de 2010, que causaram entre mil e duas mil vítimas mortais. Em Abril de 2011, a violência irrompeu de novo na sequência das eleições presidenciais que culminaram com a vitória do actual presidente M. Jonathan, um cristão do sul da Nigéria, contra M. Buhari, um muçulmano do norte do país. No Egipto, em Janeiro de 2010, um ataque aos Coptas causou sete mortos, a que se seguiram grandes protestos e, em Dezembro, irromperam protesto idênticos depois de uma bomba matar 21 pessoas numa igreja Copta. No entanto, foi visível que os muçulmanos e os coptas se uniram durante a revolta pacífica contra o regime autoritário de Mubarak.

Para se obter o retrato completo, estas manifestações de violência pós-eleitoral e de conflitos entre



comunidades devem ser vistas no contexto eleitoral mais global. Das treze eleições legislativas e presidenciais que ocorreram em 2010, somente o acto eleitoral da Costa do Marfim gerou violência em larga escala. A violência que rodeou outros actos eleitorais registou uma escala menor e há muitos exemplos positivos de processos eleitorais no continente (ver em baixo).

Figura 5.1: Protestos e violência públicos e índice de preços de alimentos (ano de base 1996 = 100)



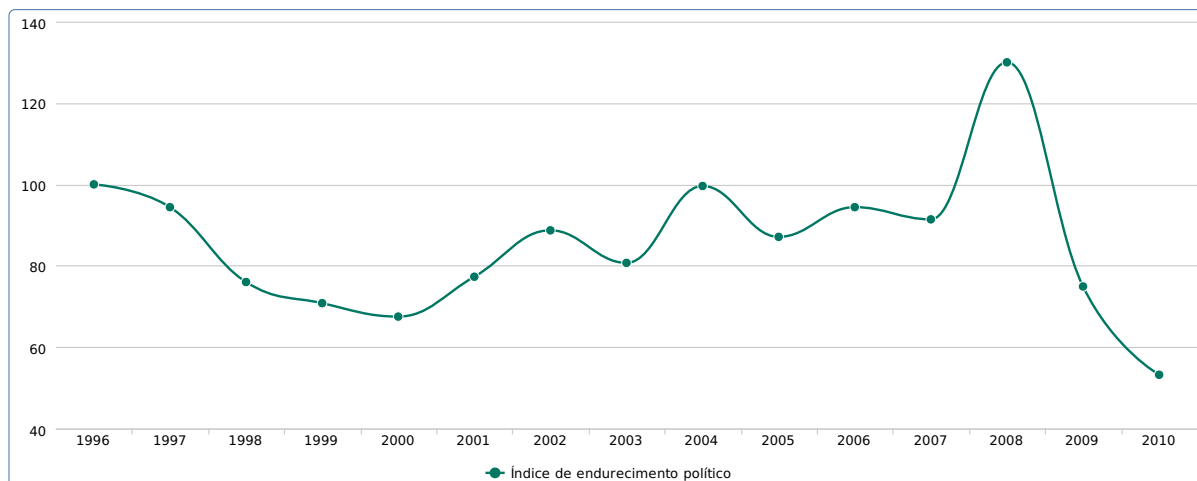
Fonte: Violência e protestos públicos: índice do Centro de Desenvolvimento da OCDE, baseado em informação da AFP; Índice de Preços de Mercadorias: FMI.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420691>

Respostas governamentais e liberdade política

Apesar do aumento dos protestos públicos, as respostas governamentais, em termos de violência e imposição de restrições políticas (censura, proibição de manifestações, etc.), continuaram a tendência de descida de 2009 e foram muito menos agressivas do que em 2008. O índice de violência exercida pelas forças governamentais foi, em 2010, 30% menor do que em 2009. As detenções de manifestantes, jornalistas e de membros da sociedade civil e da oposição, por outro lado, subiram 20% relativamente a 2009. Este aumento das detenções em 2010, mesmo ainda estando longe do pico de 2008 (65%), sugere que os governos passaram a usar esta medida como forma de reagir ao aumento dos protestos públicos (todos os dados são da série de dados de 25 países das PEA). Como a figura 5.2 mostra, em termos do indicador de endurecimento político, que combina as diversas formas de opressão governamental numa única variável, 2010 foi o ano de maior moderação das acções governamentais desde o início da série, em 19

Figura 5.2: Índice de endurecimento político (ano base 1996 = 100)



Fonte: Índice do Centro de Desenvolvimento da OCDE, baseado em informação da AFP.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420710>



A observação de uma postura governamental mais branda, em 2010, deve ser vista no contexto mais vasto das liberdades políticas e civis. Como a Tabela 5.1 mostra, o Índice de Liberdade Política (ILP), da *Freedom House*, que mede os direitos políticos e as liberdades civis³, classifica 9 países africanos como «livres», 24 como «parcialmente livres» e 21 como «não livres». Com a transição de um regime militar para um governo democraticamente eleito, a Guiné mudou de classificação, passando de «não livre» para «parcialmente livre». Nas diversas categorias, o ILP regista avanços mas também retrocessos. Para além da Guiné, também o Quênia, a Nigéria e a Tanzânia registaram melhorias em direitos civis e políticos, enquanto outros 4 países (Burundi, Costa do Marfim, Djibouti e Etiópia) conheceram retrocessos. Como consta da Tabela 5.1, a Tunísia, o Egipto, a Líbia e a Costa do Marfim, países onde ocorreram revoltas nos primeiros meses de 2011 registaram valores muito baixos de liberdades civis e direitos políticos em 2010 e foram classificados como «não livres».

Os Repórteres sem Fronteiras elaboram anualmente um Índice de Liberdade de Imprensa, que reflecte «o grau de liberdade dos jornalistas e das organizações noticiosas em cada país, e os esforços das autoridades para respeitar e assegurar o respeito desta liberdade». Em África, 21 países melhoraram a sua situação em 2010. Em 22 países a liberdade de imprensa piorou. A Namíbia, Cabo Verde, o Gana, o Mali, a África do Sul e a Tanzânia alcançaram o nível «satisfatório», como muitos países da OCDE, por exemplo, a França, o Reino Unido e os Estados Unidos da América. No lado oposto da escala, 7 países africanos (Eritreia, Sudão, Ruanda, Guiné Equatorial, Tunísia, Somália e Líbia), caíram para o grupo de 20 países que ocupam os lugares mais baixos da lista. A Tunísia e a Líbia, dois dos países com piores classificações, estão no centro das revoltas públicas que assolaram o Norte de África.

Em retrospectiva, o índice de endurecimento político mostra que 2008 foi o ano em que os governos mais «endureceram» as suas posições desde o início da série, em 1996. A comparação entre as Figuras 5.1 e 5.2 no que se refere a 2008, mostra, por um lado, o aumento da opressão governamental e, por outro, a queda dos protestos civis, mesmo com um cenário de elevados preços dos alimentos⁴. Assumindo que os preços dos alimentos levariam a mais protestos do que nos anos adjacentes, a diminuição indica um potencial endurecimento e a adopção de medidas preventivas por parte dos governos. Em 2008, 9 governos da amostra de 25 proibiram as greves e manifestações por 26 vezes, quando em 2007⁵ tal tinha acontecido em cinco países, em 12 ocasiões; em 2009, apenas se registam 3 países, por 3 vezes. Assim, uma vez que o preço dos alimentos pode permanecer elevado, África pode conhecer demonstrações similares de endurecimento e de acções preventivas por parte dos governos no futuro próximo.



Tabela 5.1: Liberdade em África em 2010

País	Estatuto	Direitos Políticos	Liberdades Civis
África do Sul*	Livre	2	2
Angola	Não livre	6	5
Argélia	Não livre	6	5
Benim*	Livre	2	2
Botsuana*	Livre	3	2
Burkina Faso	Parcialmente livre	5	3
Burundi	Parcialmente livre	5 (Retrocesso)	5
Cabo Verde*	Livre	1	1
Camarões	Não livre	6	6
Chade	Não livre	7	6
Comores*	Parcialmente livre	3	4
Costa do Marfim	Não livre	7 (Retrocesso)	6 (Retrocesso)
Djibouti	Não livre (Retrocesso)	6 (Retrocesso)	5
Egipto	Não livre	6	5
Eritreia	Não livre	7	7
Etiópia	Não livre (Retrocesso)	6 (Retrocesso)	6 (Retrocesso)
Gabão	Não livre	6	5
Gâmbia	Parcialmente livre	5	5
Gana*	Livre	1	2
Guiné	Parcialmente livre (Melhoria)	5 (Melhoria)	5 (Melhoria)
Guiné-Bissau	Parcialmente livre	4	4
Guiné Equatorial	Não livre	7	7
Lesoto*	Parcialmente livre	3	3
Libéria*	Parcialmente livre	3	4
Líbia	Não livre	7	7
Madagáscar	Parcialmente livre	6	4
Malawi*	Parcialmente livre	3	4
Maldivas*	Parcialmente livre	3	4
Mali*	Livre	2	3
Maurícias*	Livre	1	2
Mauritânia	Não livre	6	5
Marocos	Parcialmente livre	5	4
Moçambique	Parcialmente livre	4	3
Namíbia*	Livre	2	2
Níger	Parcialmente livre	5	4
Nigéria	Parcialmente livre	4 (Melhoria)	4
Quênia	Parcialmente livre	4	3 (Melhoria)



República Centro-Africana	Parcialmente livre	5	5
Rep. Dem. do Congo	Não livre	6	6
Rep. do Congo	Não livre	6	5
Ruanda	Não livre	6	5
São Tomé e Príncipe*	Livre	2	2
Senegal*	Parcialmente livre	3	3
Seychelles*	Parcialmente livre	3	3
Sierra Leoa*	Parcialmente livre	3	3
Somália	Não livre	7	7
Suazilândia	Não livre	7	5
Sudão	Não livre	7	7
Tanzânia*	Parcialmente livre	3 (Melhoria)	3
Togo	Parcialmente livre	5	4
Tunísia	Não livre	7	5
Uganda	Parcialmente livre	5	4
Zâmbia*	Parcialmente livre	3	4
Zimbabué	Não livre	6	6

Fonte: Índice de liberdade no Mundo em 2011, Índice de liberdade política, Freedom House. Os ratings reflectem eventos acontecidos entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010; 1 representa o mais livre e 7, o menos livre; * indica o status do país como uma democracia eleitoral; (melhoria) ou (retrocesso) indica melhoria ou declínio na classificação ou estado do país desde o último relatório.

Processos eleitorais

Em 2010, tiveram lugar eleições presidenciais em 9 países: Burkina Faso, Burundi, Comores, Costa do Marfim, Guiné, Ruanda, Sudão, Tanzânia e Togo. Houve igualmente eleições legislativas em 7 países: Burundi, Egipto, Etiópia, Maurícias, São Tomé e Príncipe, Sudão e Tanzânia. O Quénia e Madagáscar realizaram referendos. Em 2011, já decorreram 5 eleições presidenciais (Benim, República Centro-Africana, Níger, Nigéria e Uganda) e 5 legislativas (Cabo Verde, República Centro-Africana, Chade, Nigéria e Uganda). Este será um ano eleitoral recorde em África, com um total de 28 actos eleitorais, de nível nacional. Adicionalmente, já decorreram dois referendos fundamentais no primeiro semestre de 2011 (ver Tabela 5.2). Em Janeiro, o referendo no Sul do Sudão confirmou a separação entre o Norte e o Sul do país. Em Março, a população egípcia foi às urnas no primeiro referendo constitucional após a revolução de Janeiro e Fevereiro contra o regime de Mubarak.

As eleições presidenciais na Guiné, que decorreram de uma forma globalmente pacífica, foram as primeiras eleições democráticas no país desde a independência em 1958 e pôs termo à crise institucional gerada pelo golpe de estado de 2008, na sequência da morte do Presidente Lansana Conté. Moussa Daddis Camara, líder da Junta Militar, abandonou o país, após ter ficado ferido numa tentativa de homicídio nos finais de 2009. O então vice-presidente, Sékouba Konaté, assumiu a liderança governamental e focou-se na organização de eleições presidenciais, às quais não concorreu. Depois de vários adiamentos da segunda volta das eleições, Alpha Condé derrotou o seu adversário, Cellou Dalein Diallo, com 52,52% dos votos. As eleições foram, em geral, um sucesso, mas a violência que as rodeou causou centenas de feridos e entre cinco e dez vítimas mortais.

Outro acto eleitoral em África, que provocou uma mudança na liderança, ocorreu nas Comores, em Novembro e Dezembro de 2010. As Comores iniciaram o seu processo democrático, após um legado de ditadura militar. A legislação eleitoral entrou em vigor em 2005 e as primeiras eleições democráticas decorreram em 2006. Sendo uma Federação de três ilhas, Anjouan, Mohéli e Grande Comore, a presidência federal é rotativa, mudando a cada quatro anos. Em 2010 foi a vez de Mohéli. Na primeira volta, só votaram os eleitores de Mohéli. Na segunda volta, eleitores das três ilhas elegeram Ikililou Dhoinine para a presidência, do grupo de três candidatos que ficaram à frente na primeira volta. O presidente eleito Dhoinine tomará posse a 26 de Maio de 2011, último dia do período oficial de transição.

Em África, os partidos da oposição enfrentam frequentemente dificuldades de acesso ao espaço público, tanto em termos de campanha eleitoral como de debate, o que leva a uma competição democrática deturpada. Por exemplo, a Etiópia passou de «parcialmente livre» para «não livre», na classificação da *Freedom House*, devido à «repressão massiva no período das eleições nacionais» (*ibid.*). O partido governante e os seus aliados



obtiveram 99% dos votos apurados, o que confirma esta avaliação. O Ruanda e o Burundi também causam preocupações «fruto da intensa repressão no período pré-eleitoral». Nos dois países, os presidentes conseguiram a reeleição, com resultados acima dos 90%. Para além disso, os dois países tiveram incidentes violentos no período eleitoral. No Burkina Faso, Blaise Compaoré está no poder desde o sangrento golpe de Estado de 1987. Com alegações de fraude generalizada, Compaoré foi reeleito em 2010 com 80,2% dos votos, uma percentagem praticamente igual à que tinha alcançado cinco anos antes. No início de 2011, a capital Ouagadougou tem sido palco de enormes protestos, algumas vezes violentos, por parte de civis e militares. As eleições legislativas no Egito, ganhas pelo partido no poder de Mubarak, com 95% dos votos, foram vistas, a *posteriori*, como uma demonstração clara do carácter repressivo do governo, contra o qual o povo se revoltou em 2011.

Na Costa do Marfim, após seis adiamentos, desde 2005, as duas voltas das eleições presidenciais decorreram a 21 de Outubro e a 28 de Novembro. Pela primeira vez, os três principais adversários políticos (o então Presidente Laurent Gbagbo, Alassane Ouattara e Henri Konan Bédié - que foi primeiro-ministro e presidente antes do golpe de Estado de 2002) defrontaram-se num acto eleitoral. Na segunda volta, Ouattara venceu Gbagbo com 54,1% dos votos, segundo a Comissão Eleitoral Independente. Em resposta, o Conselho Constitucional declarou os resultados nulos. Depois, cada um dos candidatos proclamou-se como vencedor e legítimo Presidente. A comunidade internacional, incluindo as Nações Unidas, a União Africana, a CEDEAO, a União Europeia e os Estados Unidos, declararam o seu apoio a Ouattara e apelaram a Gbagbo para se retirar do poder - o que foi recusado. Após o fracasso das diversas tentativas de mediação da CEDEAO e da União Africana, em Março eclodiram violentos confrontos entre os partidários de Gbagbo e de Ouattara. As tropas rebeldes tomaram o controlo da capital e prenderam Gbagbo. Ouattara assumiu a presidência desde então. As tropas das NU e francesas intervieram nos combates, bombardeando as posições das tropas de Gbagbo afim de prevenir a utilização de armas pesadas contra civis.

Em termos referendários, o pacífico referendo constitucional que decorreu no Quênia, a 4 de Agosto de 2010, e a anuência dos eleitores à nova constituição, apoiada pelos dois principais partidos da oposição, marca um grande progresso relativamente à violência pós-eleitoral de 2008. Esta violência pós-eleitoral no Quênia impulsionou o papel do Tribunal Penal Internacional (TPI; fundado em 1998) no que respeita à instauração de processos penais relacionados com violência eleitoral. Num caso sem precedentes internacionais, em Dezembro de 2010, o TPI indiciou seis indivíduos, contra os quais irá instaurar processos, incluindo dois ministros e o director-geral da administração pública do Quênia. O Parlamento Queniano respondeu com um voto esmagador de abandono do TPI, mas até ao momento, o país está a cooperar. Os seis suspeitos começarão a ser interrogados no TPI, em Haia, a 7 de Abril de 2011. Perante os continuados actos de violência relacionados com eleições em África, o papel do TPI no caso Queniano será muito importante para todo o continente.

O ano de 2011 será um recorde no que respeita a eleições em África, com um total de 28 eleições a nível nacional. Nos primeiros quatro meses já tiveram lugar cinco eleições presidenciais (Benim, República Centro-Africana, Níger, Nigéria e Uganda) e cinco eleições legislativas (Cabo Verde, República Centro-Africana, Chade, Nigéria e Uganda). A maioria destas eleições decorreu de forma relativamente pacífica, com excepção da Nigéria onde, como foi acima mencionado, a violência irrompeu após as eleições presidenciais.

Para além das eleições, decorreram no primeiro trimestre de 2011 dois referendos da maior importância. Em Janeiro, o referendo no Sul do Sudão determinou a separação do Sul do Norte do país. Num quadro de receio profundo de violência, este histórico acto acabou por decorrer sem incidentes, entre 9 e 15 de Janeiro, e os observadores internacionais classificaram-no como livre e justo. Dos eleitores do Sul do Sudão, 98,83% votaram pela independência em relação ao Norte, que entrará em vigor a 9 de Julho de 2011. Este referendo é um dos itens do Acordo de Paz de 2005, que pôs termo ao conflito entre o Norte e o Sul do país.

Após a revolução contra o regime de Mubarak, entre Janeiro e Fevereiro, no mês de Março a população egípcia foi às urnas no primeiro referendo constitucional. Naquele que foi o primeiro referendo com origem em protestos populares no Norte de África, 77,27% dos eleitores aprovaram as reformas constitucionais, incluindo a limitação dos mandatos presidenciais (dois mandatos de quatro anos), a supervisão judicial das eleições, uma comissão para redigir a nova constituição, após as eleições legislativas, e a facilitação da possibilidade de concorrer às eleições presidenciais. Ao referendo seguir-se-á a realização das eleições legislativas, no segundo semestre de 2011. Estavam previstas eleições presidenciais para 2011, mas com a revolução deverão ser adiadas para 2012.

Na Tunísia, após a revolução e a destituição do ex-Presidente Ben Ali, depois de 23 anos no poder, o governo interino anunciou eleições, a terem lugar em 24 de Julho de 2011, destinadas à eleição dos membros de um conselho de representantes que terá como objectivo rever a Constituição. Uma vez eleito, o Conselho Constitucional poderá nomear um novo governo ou, em alternativa, pedir ao actual executivo para continuar até às eleições presidenciais ou legislativas a realizar em data a indicar (BBC, Março de 2011).

No Níger, as eleições presidenciais terminaram pacificamente, a 12 de Março, com a segunda volta, em que o candidato vencedor foi Mahamadou Issoufou, com 58% dos votos. Esta eleição pôs termo à crise constitucional que vigorava desde 2009, quando o então Presidente Mamadou Tandja continuou no cargo, já depois do final do seu mandato. Em Fevereiro de 2010, uma junta militar, designada «Conselho Supremo para a Restauração da Democracia», tomou o poder com um golpe de Estado e capturou o Presidente Tandja.

As eleições presidenciais no Benim, de 13 de Março de 2011, decorreram de forma pacífica e foram consideradas «livres e justas» pela missão de observadores da UA⁶. O Presidente Boni YaYi foi reeleito para um segundo mandato com 53% dos votos. A Comissão Nacional Eleitoral confirmou os resultados após um curto



período em que se registaram veementes protestos e acusações de fraude por parte do candidato Houngbedji, que ficou em segundo lugar nas eleições.

Tanto a República Centro-Africana como o Uganda tiveram actos eleitorais normais, que confirmaram a já esperada reeleição dos respectivos líderes, tal como era esperado. Yoweri Museveni governa o Uganda há 25 anos e foi reeleito com 68% dos votos. François Bozizé também foi reeleito Presidente da República Centro-Africana, com 64% dos votos, depois de ter chegado ao poder como líder de um exército rebelde, em 2003.



Table 5.2: National elections in Africa in 2010 and 2011

	2010	2011
África do Sul		
Angola		
Argélia		
Benim		Presidenciais (13 Março), Legislativas (17 Abril)
Botsuana		
Burkina Faso	Presidenciais (21 Novembro)	
Burundi	Legislativas e Presidenciais (Junho e Julho)	
Cabo Verde		Legislativas (6 Fevereiro), Presidenciais (Julho)
Camarões		Presidenciais (Outubro)
Chade		Presidenciais (Maio) e Legislativas (13 Fevereiro)
Comores	Presidenciais (7 Novembro e 26 Dezembro)	
Costa do Marfim	Presidenciais (31 Outubro e 28 Novembro)	
Djibouti		Presidenciais (8 Abril)
Egipto	Legislativas (Novembro)	Referendo (19 Março) (presidenciais originalmente previstas para 2011 deverão ser adiadas para 2012)
Etiópia	Legislativas (23 Maio)	
Gabão		Legislativas (Dezembro)
Gâmbia		
Gana		
Guiné	Presidenciais (27 Junho e 7 Novembro)	
Guiné-Bissau		
Guiné Equatorial		
Lesoto		
Libéria		Presidenciais, Legislativas (Outubro)
Madagáscar	Referendo (17 Novembro)	Presidenciais (marcadas para Maio, deverão ser adiadas para Setembro), Legislativas (Setembro)
Malawi		
Mali		
Marocos		
Maurícias	Legislativas (Julho)	
Mauritânia		Legislativas (Novembro)
Moçambique		
Namíbia		
Níger	Referendo (31 Outubro)	Presidenciais (8 Janeiro e 12 Março)
Nigéria		Legislativas (2 Abril), Presidenciais (9 Abril)
Quénia	Referendo (4 Agosto)	



República Centro-Africana	Legislativas (Janeiro e Março) e Presidenciais (23 Janeiro)	
Rep. Dem. do Congo	Presidenciais e Legislativas (primeira volta a 27 Novembro)	
Rep. do Congo		
Ruanda	Presidenciais (9 Agosto)	
São Tomé e Príncipe	Legislativas (1 Agosto)	Presidenciais (Julho)
Senegal		
Seychelles	Presidenciais (primeira volta 21 Maio)	
Sierra Leoa		
Suazilândia		
Sudão (sul)	"Legislativas e Presidenciais (11 Abril)	
Referendo (Julho)"	Referendo (9 Janeiro)	
Tanzânia	Legislativas e Presidenciais (31 Outubro)	
Togo	Presidenciais (4 Março)	
Tunísia	Assembleia Constituinte (24 de Julho)	
Uganda	Presidenciais e Legislativas (18 Fevereiro)	
Zambia	Presidenciais, Legislativas (Outubro)	
Zimbabué	Possíveis presidenciais, mas há muita pressão para que sejam adiadas.	

Paz e Segurança

Dos quatro golpes de Estado que ocorreram em 2010, um teve sucesso. No Níger, as forças militares, lideradas pelo Coronel Salou Djibo derrubaram o Presidente Mamadou Tandja, a 18 de Fevereiro. Numa reacção ao derrube ilegítimo do governo no Níger, a UA suspendeu a participação do país na organização, logo no dia seguinte ao golpe. Em Madagáscar ocorreram duas tentativas de golpe contra o Presidente Andry Rajoelina – que também chegou à liderança do país através de um golpe militar, em Março de 2009. Já a Guiné-Bissau testemunhou a quarta tentativa de golpe, no espaço de três anos.

Duas áreas de conflitos, inter-relacionados, muito violentos e por vezes transfronteiriços continuam a caracterizar a África Subsaariana (*Heidelberg Institute for International Conflict Research*, 2010). Na primeira área, que abrange a Nigéria⁷, o Chade, o Sudão, a Etiópia e a Somália, a maioria dos conflitos continua a ser marcada por uma grande violência. A segunda grande área de conflitos inclui os Estados da região dos Grandes Lagos: Burundi, Ruanda, Uganda, República Centro-Africana e República Democrática do Congo. Nesta região, a tendência para os conflitos ultrapassarem fronteiras aumentou – um grupo rebelde do Burundi recomeçou as actividades no leste da RD Congo, e o *Lord's Resistance Army*, do Uganda, continuou muito activo no Sudão, na RD Congo e na República Centro-Africana.

A África Subsaariana, a exemplo do que sucedeu nos anos anteriores, foi a região com mais operações de manutenção de paz da ONU (6), administradas pelo Departamento de Missões de Manutenção de Paz (DPKO). A missão de manutenção da paz na RDC (MONUC) foi a maior missão até 2010, tendo passado, nesse ano, a Missão de Estabilização da ONU na RD Congo (MONUSCO) com uma redução do contingente de 2.000 soldados. As outras missões da ONU no continente são: Costa do Marfim (UNOCI), desde 2004; República Centro-Africana e Chade (MINURCAT), desde 2007; Sudão (UNMIS), desde 2005 e Libéria (UNMIL), desde 2003.

Para além de missões de paz, a comunidade internacional aplicou sanções com o objectivo de manter ou restaurar a paz e a segurança. Em 2010, a ONU manteve seis comités de sanções relativos à África Subsaariana (Costa do Marfim, RD Congo, Libéria, Ruanda, Somália e Sudão), menos um do que em anos precedentes – o comité relativo à Serra Leoa foi encerrado. Foi, contudo, imposto um embargo de venda de armas e restrições à circulação à Eritreia, sancionando o seu apoio a militantes anti-governamentais na Somália.

Em 2010, a União Africana envolveu-se em duas missões activas: a AMISOM, na Somália, e a missão híbrida ONU-UA no Darfur (UNAMID), com o apoio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). A AMISOM



acabou por transportar, pela primeira vez, o conflito da Somália para o Uganda, um dos países com maior número de tropas na missão. O grupo Somali Al-Shabaab reivindicou dois atentados simultâneos que ocorreram na capital Ugandesa, a 11 de Julho, que causaram mais de 80 vítimas mortais.

A NATO, além de apoiar a UNAMID, lidera a operação contra a pirataria ao largo do Corno de África. Apesar dos seus significativos esforços, de acordo com o *National Geospatial Intelligence Agency's Maritime Safety Portal*, a pirataria na região aumentou muito nos últimos anos, de 146 ataques de piratas contra embarcações, em 2008, para 376, em 2010. O raio de acção dos piratas estende-se agora da costa de Oman à Tanzânia, quase chegando às Maldivas. O pedido de resgate médio passou de 150 mil USD, em 2004, para 5,4 milhões, em 2010. Em 2009, foram pagos cerca de 177 milhões de USD em resgates a piratas somalis. Este total subiu para uns estimados 238 milhões de USD em 2010 (Bowden, 2010). Bowden (2010) estima o custo anual global da pirataria entre 7 e 12 mil milhões de USD, incluindo 2 mil milhões para cobrir as operações militares internacionais em redor do Corno de África. Estes custos representam menos de 0,1% do comércio mundial (Chalk, 2008), mas alguns países africanos têm de suportar elevados custos. O Egipto, por exemplo, foi afectado pela redução do tráfego, causado sobretudo pela pirataria. Estima-se que as receitas do Canal do Suez caíam de 5,1 mil milhões de USD, no ano fiscal de 2008, para 3,6 mil milhões, em 2010, um decréscimo de 30% em dois anos (Wasser, 2009). Bowden (2010) estima o custo anual que o Egipto paga por causa da pirataria somali em 642 milhões de USD, sendo o valor para o Quênia de 414 milhões de USD.

Para além destes custos directos dos conflitos, muitos países africanos serão, muito provavelmente, confrontados com as gravosas consequências da escalada dos conflitos na Líbia e na Costa do Marfim. A guerra civil líbia causou um aumento adicional dos preços do crude, afectando negativamente os países importadores. Os conflitos na Costa do Marfim, que vêm já desde 2002, têm um impacto negativo nos seus vizinhos sem acesso ao mar, como o Mali e o Burkina Faso, que dependem historicamente do porto de Abidjan para o seu comércio. Com o regresso da violência à Costa do Marfim, os dois países sofreram o aumento dos preços dos produtos importados.



Corrupção

Mesmo com os esforços observados em alguns países africanos e com a crescente atenção interna e externa, a corrupção continua a ser um problema sério no continente. De acordo com o Índice de Percepção da Corrupção⁸ da *Transparency International*, que ordena os países segundo a percepção da corrupção no sector público, em 2010, 34 dos 47 países africanos analisados receberam menos de 3 pontos (numa escala de 10), o que indica que o fenómeno continua a proliferar. Outros 16 países situaram-se entre o nível 3 e o nível 5, casos em que a corrupção é considerada por peritos nacionais e empresários como um desafio sério. Tal como em 2009, só o Botsuana, as Maurícias e Cabo Verde obtiveram resultados acima de 5. A situação na África do Sul continua a deteriorar-se: em 2007 estava entre os países com melhor desempenho, em 2010 o seu resultado caiu para 4,5, quando tinha obtido 4,7 em 2009 e 4,9 em 2008.

De uma forma geral, o ano de 2010 regista mais avanços do que retrocessos, com 26 países a subir na escala, relativamente a 2009, e 17 a descer. Países com resultado igual ou superior a 3,0, que são percepcionados como relativamente menos corruptos, ainda enfrentam desafios de monta no combate à corrupção, desafios esses que são exacerbados pela fraca capacidade de aplicação das leis anti-corrupção. Nestes países, continuam a ser frequentes os relatos de casos e escândalos de corrupção ao mais alto nível, o que prejudica a estabilidade política, bem como a capacidade governamental para o fornecimento de serviços básicos de forma eficaz. Infelizmente, o Senegal e o Madagáscar mantêm a tendência de descida desde 2009 e registaram pontuações abaixo de 3 - o que significa uma passagem da corrupção como «problema sério» para «proliferante». Mas, nalguns países, como o Ruanda, o Gana e o Lesoto, a situação melhorou, apesar de continuar a ser um desafio sério.

Tal como no passado, os resultados do CPI revelam claramente que a corrupção é um desafio particularmente sério em Estados frágeis, exacerbando a instabilidade política. A Somália, mais uma vez, surge no fim da tabela, com um resultado de 1,1. Os conflitos permanentes e a corrupção lançam o país para o colapso político e económico, impedindo a aplicação de reformas estruturais. O Burundi, que só recentemente emergiu de uma situação de guerra civil, está apenas ligeiramente melhor, com um resultado de 1,8. No fundo da tabela, também com resultados iguais ou inferiores a 2,0, estão países como Angola, a RD Congo, a Guiné, a Guiné Equatorial, o Chade e o Sudão.



Tabela 5.3: Índice de Percepção da Corrupção

	Posição Global 2009	CPI 2009	Posição Global 2010	CPI 2010
Botswana	37	5.6	33	5.8
Maurícias	42	5.4	39	5.4
Cabo Verde	46	5.1	45	5.1
Seychelles	54	4.8	49	4.8
África do Sul	55	4.7	54	4.5
Namíbia	56	4.5	56	4.4
Tunísia	65	4.2	59	4.3
Gana	69	3.9	62	4.1
Ruanda	89	3.3	66	4
Lesoto	89	3.3	78	3.5
Malawi	89	3.3	85	3.4
Marrocos	89	3.3	85	3.4
Libéria	97	3.1	87	3.3
Djibouti	111	2.8	91	3.2
Gâmbia	106	2.9	91	3.2
Suazilândia	79	3.6	91	3.2
Burkina Faso	79	3.6	98	3.1
Egito	111	2.8	98	3.1
São Tomé e Príncipe	111	2.8	101	3
Zâmbia	99	3	101	3
Argélia	111	2.8	105	2.9
Senegal	99	3	105	2.9
Benim	106	2.9	110	2.8
Gabão	106	2.9	110	2.8
Etiópia	120	2.7	116	2.7
Mali	111	2.8	116	2.7
Moçambique	130	2.5	116	2.7
Tanzânia	126	2.6	116	2.7
Eritreia	126	2.6	123	2.6
Madagáscar	99	3	123	2.6
Niger	106	2.9	123	2.6
Uganda	130	2.5	127	2.5
Nigéria	130	2.5	134	2.4
Serra Leoa	146	2.2	134	2.4
Togo	111	2.8	134	2.4
Zimbabwe	146	2.2	134	2.4
Mauritânia	130	2.5	143	2.3



Camarões	146	2.2	146	2.2
Costa do Marfim	154	2.1	146	2.2
Líbia	130	2.5	146	2.2
República Centro-Africana	158	2	154	2.1
Comores	143	2.3	154	2.1
Congo, República	162	1.9	154	2.1
Guiné-Bissau	162	1.9	154	2.1
Quênia	146	2.2	154	2.1
Congo, Rep. Dem.	162	1.9	164	2
Guiné	168	1.8	164	2
Angola	162	1.9	168	1.9
Guiné Equatorial	168	1.8	168	1.9
Burundi	168	1.8	170	1.8
Chade	175	1.6	171	1.7
Sudão	176	1.5	172	1.6

Fonte: Transparency International.

O Índice de Percepção da Corrupção classifica os países segundo a percepção da corrupção no setor público em uma escala de 10 (muito limpo) para 0 (muito corrupto).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932421261>



Governança económica

Um bom número de países africanos registou melhorias económicas notáveis nos anos mais recentes. De acordo com o *Doing Business 2011*, entre as trinta economias que mais melhoraram, um terço pertence à África subsariana. Nos dez melhores, encontram-se três países da África subsariana: Ruanda, Cabo Verde e Zâmbia. As economias melhoradas são, geralmente, atribuídas a regulações mais adequadas e a uma facilidade continuada de fazer negócio em muitos países africanos. O relatório *Doing Business 2011* também identificou várias áreas de melhoria na governança económica de muitos países africanos.

Na área dos impostos, melhorias significativas tiveram lugar em muitas partes do continente. O Zimbabué reduziu a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) de 30% para 25%; também baixou o imposto de capitais de 20% para 5% e simplificou o pagamento do IRC, permitindo pagamentos trimestrais através de bancos comerciais. O Burundi também introduziu legislação que simplificaria o pagamento de impostos, substituindo o imposto de transacções por um imposto de valor acrescentado (IVA). De um modo semelhante, a República do Congo reduziu o IRC de 38% para 36%, em 2010. Cabo Verde eliminou o imposto de selo em vendas e controlos. O Madagáscar continuou a reduzir o IRC, enquanto a Serra Leoa substituiu os impostos sobre vendas e serviços por um imposto sobre bens e serviços. Por outro lado, o Chade aumentou os impostos sobre o rendimento por meio de alterações às suas taxas de contribuição para a segurança social. O Quênia também incrementou os encargos administrativos do pagamento de impostos, tornando obrigatória a declaração fiscal trimestral.

O indicador de início de actividade empresarial também registou alterações positivas em muitos países. A Zâmbia ofereceu facilidades à criação de empresas, eliminando o requisito de capital mínimo. Os Camarões também tornaram mais fácil a criação de empresas, estabelecendo um novo balcão único e suprimindo regras que exigissem a verificação das instalações da empresa e taxas associadas. O Zimbabué facilitou a criação de empresas ao diminuir as taxas de registo e acelerar o processo. O Quênia facilitou a criação de empresas, reduzindo o tempo de espera para a obtenção do contrato social, fundindo os procedimentos de registo fiscal e de registo de IVA e digitalizando registos no notário. Moçambique também tomou medidas para facilitar a criação de empresas, introduzindo um processo de licenciamento simplificado.

Uma forma importante de medir a boa governança económica num dado país é avaliando a sua capacidade de fazer valer acordos contratuais. Neste aspecto, vários países africanos tomaram medidas importantes para melhorar a aplicação de contratos. A Zâmbia, por exemplo, melhorou a aplicação de contratos introduzindo um sistema electrónico de gestão de casos nos tribunais; o sistema oferece referências electrónicas de casos e uma base de dados da legislação. A Guiné-Bissau criou um novo tribunal comercial, o que ajudou a acelerar a aplicação de contratos. O Malawi simplificou a aplicação de contratos alterando a legislação que elevou o limite para as reivindicações comerciais que podem ser apresentadas aos tribunais de primeira instância. Outros países também tomaram medidas para melhorar a eficiência dos respectivos sistemas jurídicos, reduzindo grandemente o tempo necessário para apresentar e responder a alegações.

A obtenção de crédito continua a representar um enorme problema para empresas individuais, bem como para sociedades. No entanto, alguns países conseguiram contornar este obstáculo. O Gana, por exemplo, melhorou o acesso ao crédito criando um registo colateral centralizado e concedendo uma licença de funcionamento a uma agência de crédito privado que abriu portas em Abril de 2010. O Ruanda também melhorou o acesso ao crédito, permitindo aos potenciais mutuários a inspecção dos respectivos relatórios de crédito e a solicitação de que os empréstimos, independentemente do montante, sejam comunicados ao registo de crédito público do banco central. O Uganda melhorou o acesso ao crédito criando uma nova agência de crédito privado.

Contudo, apesar das mudanças positivas, a África subsariana permanece em último, em sete das dez componentes de liberdade económica medidas no "Índice de Liberdade Económica" de 2010, publicado anualmente pelo *The Wall Street Journal* e a fundação The Heritage. Embora não existam dúvidas de que a África subsariana tem um longo caminho a percorrer para a melhoria do seu ambiente de governança económica, muitos analistas e especialistas acreditam que a tendência positiva actual continuará. Estes especialistas prevêem que muitos países introduzam novas leis e regulamentos, que criarão ambientes mais melhores e mais propícios às empresas, no sentido de se tornarem parceiros efectivos do desenvolvimento.



Tabela 5.4: Índice de liberdade económica em África, 2003-11

	Posição mundial	Resultado									
	2011	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Argélia	132	57.7	58.1	53.2	55.7	55.4	56.2	56.6	56.9	52.4	
Angola	161	-	-	-	43.5	44.7	46.9	47	48.4	46.2	
Benim	117	54.9	54.6	52.3	54	55.1	55.2	55.4	55.4	56	
Botswana	40	68.6	69.9	69.3	68.8	68.1	68.2	69.7	70.3	68.8	
Burkina Faso	85	58.9	58	56.5	55.8	55.1	55.7	59.5	59.4	60.6	
Burundi	148	-	-	-	48.7	46.9	46.2	48.8	47.5	49.6	
Camarões	136	52.7	52.3	53	54.6	55.6	54.3	53	52.3	51.8	
Cabo Verde	65	56.1	58.1	57.8	58.6	56.5	57.9	61.3	61.8	64.6	
República Centro-Africana	152	60	57.5	56.5	54.2	50.6	48.6	48.3	48.4	49.3	
Chade	165	52.6	53.1	52.1	50	50.1	47.8	47.5	47.5	45.3	
Comores	167	-	-	-	-	-	-	-	-	43.8	
Congo, República	168	47.7	45.9	46.2	43.8	44.4	45.4	45.4	43.2	43.6	
Congo, Rep. Dem.	172	-	-	-	-	-	-	-	-	40.7	
Costa do Marfim	122	56.7	57.8	56.6	56.2	54.9	53.9	55	54.1	55.4	
Djibouti	125	55.7	55.6	55.2	53.2	52.4	51.2	51.4	51	54.5	
Egito	96	55.3	55.5	55.8	53.2	54.4	58.5	58	59	59.1	
Guiné Equatorial	157	53.1	53.3	53.3	51.5	53.2	51.6	51.3	48.6	47.5	
Eritreia	176	-	-	-	-	-	-	-	-	36.7	
Etiópia	144	48.8	54.5	51.1	50.9	53.6	52.5	53	51.2	50.5	
Gabão	110	58.7	57.1	54.8	56.1	54.8	54.2	55	55.4	56.7	
Gâmbia	105	56.3	55.3	56.5	57.3	57.7	56.9	55.8	55.1	57.4	
Gana	95	58.2	59.1	56.5	55.6	57.6	57	58	60.2	59.4	
Guiné	137	54.6	56.1	57.4	52.8	54.5	52.8	51	51.8	51.7	
Guiné-Bissau	159	43.1	42.6	46	46.5	46.1	44.4	45.4	43.6	46.5	
Quênia	106	58.6	57.7	57.9	59.7	59.6	-	58.7	57.5	57.4	
Lesoto	156	52	50.3	53.9	54.7	53.2	52.2	49.7	48.1	47.5	
Libéria	160	-	-	-	-	-	-	-	-	46.5	
Líbia	173	34.6	31.5	32.8	33.2	37	38.7	43.5	40.2	38.6	
Madagáscar	81	62.8	60.9	63.1	61	61.1	62.4	62.2	63.2	61.2	
Malawi	119	53.2	53.6	53.6	55.4	52.9	52.7	53.7	54.1	55.8	
Mali	114	58.6	56.6	57.3	54.1	54.7	55.6	55.6	55.6	56.3	
Mauritânia	134	59	61.8	59.4	55.7	53.6	55.2	53.9	52	52.1	
Maurícias	12	64.4	64.3	67.2	67.4	69.4	72.6	74.3	76.3	76.2	
Marrocos	93	57.8	56.7	52.2	51.5	56.4	55.6	57.7	59.2	59.6	
Moçambique	109	58.6	57.2	54.6	51.9	54.7	55.4	55.7	56	56.8	
Namíbia	73	67.3	62.4	61.4	60.7	63.5	61.4	62.4	62.2	62.7	



Niger	126	54.2	54.6	54.1	52.5	53.2	52.9	53.8	52.9	54.3
Nigéria	111	49.5	49.2	48.4	48.7	55.6	55.1	55.1	56.8	56.7
Ruanda	75	47.8	53.3	51.7	52.8	52.4	54.2	54.2	59.1	62.7
São Tomé e Príncipe	150	-	-	-	-	-	-	-	-	49.5
Senegal	121	58.1	58.9	57.9	56.2	58.1	58.3	56.3	54.6	55.7
Seychelles	142	-	-	-	-	-	-	47.8	47.9	51.2
Serra Leoa	149	42.2	43.6	44.8	45.2	47	48.3	47.8	47.9	49.6
África do Sul	74	67.1	66.3	62.9	63.7	63.5	63.4	63.8	62.8	62.7
Suazilândia	97	59.6	58.6	59.4	61.4	60.1	58.4	59.1	57.4	59.1
Tanzânia	108	56.9	60.1	56.3	58.5	56.8	56.5	58.3	58.3	57
Togo	153	46.8	47	48.2	47.3	49.7	48.9	48.7	47.1	49.1
Tunísia	100	58.1	58.4	55.4	57.5	60.3	60.1	58	58.9	58.5
Uganda	80	60.1	64.1	62.9	63.9	63.1	63.8	63.6	62.2	61.7
Zâmbia	91	55.3	54.9	55	56.8	56.2	56.2	56.6	58	59.7
Zimbabwe	178	36.7	34.4	35.2	33.5	32	29.4	22.7	21.4	22.1



Notas

1. Os seguintes países estão incluídos: Argélia, Chade, Costa do Marfim, Tunísia, Nigéria, Mali, Botswana, Burkina Faso, Camarões, Egito, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Gana, Quênia, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Senegal, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.
2. Um pouco por todo o continente africano, multiplicaram-se as greves por melhores salários e condições de trabalho, nas instalações de grandes empresas multinacionais. Em Abril de 2010, na Guiné, trabalhadores da fábrica de alumínio Fria (parte da russa Rusal) conseguiram um relevante aumento salarial, o mesmo aconteceu a 7.000 grevistas numa instalação fabril da ArcelorMittal, na Argélia, em Janeiro de 2010. Nos Camarões, os trabalhadores do porto independente de Douala, operado pela multinacional francesa Bolloré, alcançaram um resultado similar, em Abril de 2010 (*Jeune Afrique*, 2010).
3. O ILP mede diversas componentes da liberdade política. Essas componentes incluem: eleições livres e justas; apuramento correcto dos votos; a medida em que os cidadãos têm liberdade de organização, em partidos políticos ou grupos; se existem votos significativos na oposição e se há uma real possibilidade de alternância; auto-determinação e liberdade relativamente a qualquer forma de domínio; uma razoável autodeterminação para grupos culturais, étnicos, religiosos e outras minorias; grau de descentralização do poder político.
4. O declínio da violência de actores não-governamentais desde 2006 fica a dever-se, em grande medida, à diminuição da intensidade nos conflitos na região do Darfur e na Costa do Marfim.
5. Ivanic e Martin (2008, p. 405), por exemplo, consideram que o forte aumento dos preços dos alimentos em 2007 e 2008 «poderá muito provavelmente fazer crescer substancialmente a pobreza global nos países de baixos rendimentos».
6. http://news.xinhuanet.com/english2010/world/2011-03/15/c_13780370.htm
7. Entre 2006 e 2009, a produção de petróleo na Nigéria caiu de 2,6 para cerca de 1,7 milhões de barris por dia. Esta queda foi devida a ataques contra locais de produção e sequestros de agentes internacionais pelo MEND, um grupo armado rebelde.
8. «A *Transparency International* define corrupção como abuso de poder em proveito pessoal. [...] O CPI de 2010 baseia-se em diversas avaliações e inquéritos de opinião a empresários, levados a cabo por instituições reputadas e independentes [...] De uma forma geral, os inquéritos e as avaliações utilizados para compilar o índice incluem questões relacionadas com o suborno de funcionários públicos, ausência de acesso a contratos públicos, peculato e questões que testam a força e a eficácia dos esforços públicos de luta contra a corrupção.» (*Transparency International*, 2010).

Referências

Bowden, A. (2010), “The Economic Cost of Maritime Piracy”, *One Earth Future Working Paper*, <http://oneearthfuture.org/images/imagefiles/The%20Economic%20Cost%20of%20Piracy%20Full%20Report.pdf>, consultado em Março de 2011.

British Broadcasting Corporation (BBC), 3 de Março de 2011,

<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-12642942>, consultado em Abril de 2011.

Chalk, P. (2008), *The Maritime Dimensions of International Security: Terrorism, Piracy and Challenges for the United States*, RAND Corporation, Santa Monica.

Freedom House (2011), *Freedom in the World 2011 - The Authoritarian Challenge to Democracy*, <http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=15>, consultado em Março de 2011.

Heidelberg Institute of International Conflict Research (2010), *Conflict Barometer 2010*, Department of Political Science, Universidade de Heidelberg, www.hiik.de/en/konfliktbarometer.

Ivanic, M. e W. Martin (2008), “Implications of Higher Global Food Prices for Poverty in Low-Income Countries”, *Agricultural Economics*, Vol. 39, suplemento, pp. 405-416.

Jeune Afrique (2010), No. 2583, 11 de Julho de 2010.

National Geospatial Intelligence Agency (s.d.), *Maritime Safety Information Portal*, http://msi.nga.mil/NGAPortal/MSI.portal?_nfpb=true&_pageLabel=msi_portal_page_65, acedido em Março de 2011.

Repórteres sem Fronteiras (2010), *Press Freedom Index 2010*, <http://en.rsf.org/press-freedom-index-2010,1034.html>, consultado em Março de 2011.



Transparency International (2010), *Corruption Perceptions Index 2010*, Berlim, http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/.

Wasser, L. (2009), "Somali Piracy Costs Suez Canal Business", *San Francisco Chronicle*, 29 de Abril de 2009.

Segunda parte

África e os seus parceiros emergentes





Capítulo 6: África e os seus parceiros emergentes

- As transformações globais oferecem oportunidades históricas.
- África deve unir-se para negociar com parceiros "velhos" e "novos"

África conheceu uma impressionante década de transformações. O continente fervilha com notícias de novos investimentos, novas cidades, novos aeroportos, novas refinarias. Os novos Leões africanos.

Antes, as conversas giravam em torno dos milhões de dólares de que África precisaria. Agora, os líderes falam da mesma forma de yuans chineses, rupias indianas, reais brasileiros, wons coreanos e liras turcas – as moedas dos poderes económicos emergentes, cujo crescimento sustentado desempenhou um papel fulcral na forma como o continente enfrentou a crise económica global de 2008/2009.

Esta impressionante década abriu uma nova era de oportunidades para o continente. O comércio entre África e os seus novos parceiros vale agora 673.4 mil milhões de USD anuais. Este ano, as *Perspectivas Económicas em África* descrevem e analisam este desenvolvimento das relações entre África e os «parceiros emergentes», que estão agora no topo da tabela dos decisores políticos mundiais, lado a lado com os «parceiros tradicionais» da Europa e da América do Norte. O estudo também analisa o que se pode esperar no futuro.

Com base em estudos centrais sobre África e as relações Sul-Sul¹, este relatório fornece um novo olhar sobre as novas, e em expansão, parcerias africanas. A crise de 2008/2009 mudou de forma dramática o centro de gravidade do mundo, que passou dos membros da OCDE para o Leste e o Sul. África está a beneficiar do investimento, do comércio e da ajuda, mas também das vantagens macroeconómicas, políticas e estratégicas que são geradas pela ascensão de países emergentes.

O tradicional tema das *Perspectivas Económicas em África* lança uma nova luz sobre a diversidade das relações em mutação africanas. A China assume o protagonismo, mas outros parceiros emergentes assumem uma larga fatia das relações. Os cinco principais parceiros emergentes de África são a China, a Índia e o Brasil – juntamente com a Coreia e a Turquia.

A parcela do comércio europeu e norte-americano desvaneceu-se rapidamente, mas ainda representa mais de metade do *stock* de comércio e investimento externo de África, e a sua prosperidade económica continua a ser fundamental para o crescimento africano. Seja como for, a actual situação representa um virar de página em mais de 50 anos de dependência excessiva em relação ao Ocidente, um período por vezes designado como era pós-colonial. Os laços com os parceiros tradicionais confrontam-se com mudanças profundas.

Os peritos avaliam positivamente, se bem que de forma cautelosa, o impacto dos parceiros emergentes no desenvolvimento africano. Em termos de transferência de tecnologia e acesso a financiamento, as perspectivas são boas. Não existem dados que apontem para que os novos parceiros estejam a prejudicar a industrialização de África, a sustentabilidade da dívida ou a governação, mas o continente necessita de uma estratégia clara de envolvimento, e todos os lados devem demonstrar uma maior transparência.

Para conseguirem maximizar os benefícios com as novas parcerias, as nações africanas devem retirar as devidas lições do seu relacionamento com os parceiros tradicionais e da experiência frutuosa da relação com as novas potências económicas. Visão e apropriação transformam as oportunidades em crescimento sustentável e partilhado. A independência económica que os países africanos estão a adquirir com a globalização pode ser sustentável se os países conceberem as suas próprias políticas de desenvolvimento e se as coordenarem em termos regionais e continentais, de forma a reunirem melhores condições para a negociação, tanto com os parceiros tradicionais como com os emergentes.

Caixa 6.1. Os «parceiros emergentes» de África

Tem sido contestada a utilização da denominação «novos parceiros» em relação a economias como a indiana ou a chinesa, pois têm um longo historial de relações com África (Kragelund, no prelo).

O termo «parceiros emergentes» aqui utilizado tenta capturar duas características:

1. são consideradas economias «emergentes» no contexto global;
2. as suas relações económicas com África foram marginais até à última década, mas estão em franco crescimento e espera-se que ainda floresçam mais.

Neste estudo, «parceiros emergentes» são parceiros económicos dos países africanos que não pertencem,



no início do novo milénio, ao clube de «doadores» tradicionais, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. A Coreia é o único país que aderiu ao CAD desde então, em 2010 (*).

É óbvio que esta categoria junta parceiros que têm diferentes estádios de envolvimento com os países africanos. Uma das contribuições deste relatório é documentar, analisar e retirar conclusões desta heterogeneidade.

Demonstra igualmente que qualquer tipologia das relações económicas globais de África tem necessariamente uma vida curta, dado o ritmo de mudança, tanto em natureza como em magnitude.

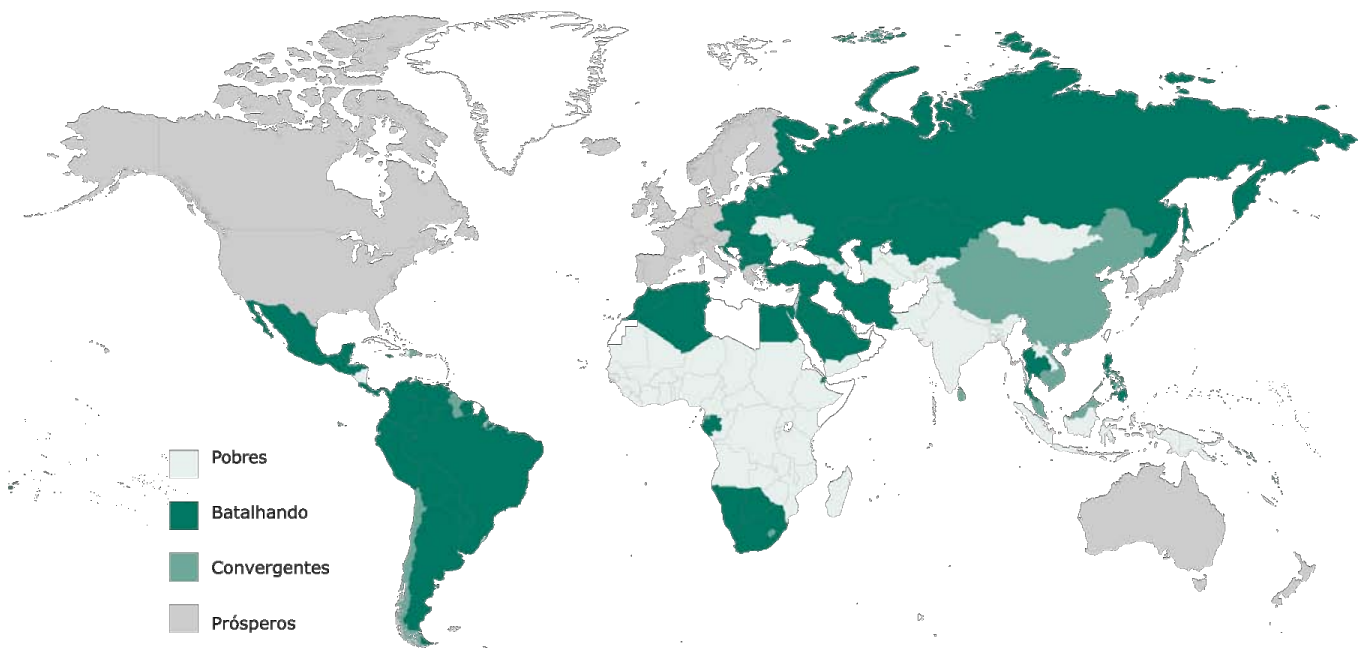
(* *Em Março de 2011, os 24 membros do CAD são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos da América e Comissão Europeia. Onze países da OCDE não são membros do CAD: Chile, República Checa, Estónia, Hungria, Islândia, Israel, México, Polónia, Eslováquia, Eslovénia e Turquia. Ver www.oecd.org/dac.*

África afasta o pós-colonialismo

A mudança do papel de África na globalização

O mundo já não pode ser dividido, de forma simplista, entre Norte e Sul, entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Para entender a complexidade desta mudança, este relatório baseia-se, e desenvolve, o conceito de James Wolfensohn de um mundo a «quatro velocidades» --*prósperos, convergentes, lutadores e pobres* - de acordo com os rendimentos e taxas de crescimento, em relação às potências industrializadas. Isto revela um novo mapa global de crescimento: alguns países em desenvolvimento estão a começar a alcançar os padrões de vida dos prósperos, outros lutam para superar o «tecto de vidro» do rendimento médio, enquanto outros não conseguem livrar-se da extrema pobreza. Dois períodos temporais emergem. Para a maioria das economias em desenvolvimento, os anos 90 foram outra «década perdida», atingida por crises financeiras e pela instabilidade (Figura 6.1). Alguns países africanos continuam a estagnar. O Norte de África e a região austral do continente lutaram, com o crescimento a responder fracamente à reforma.

Figura 6.1. O mundo a quatro velocidades nos anos 90



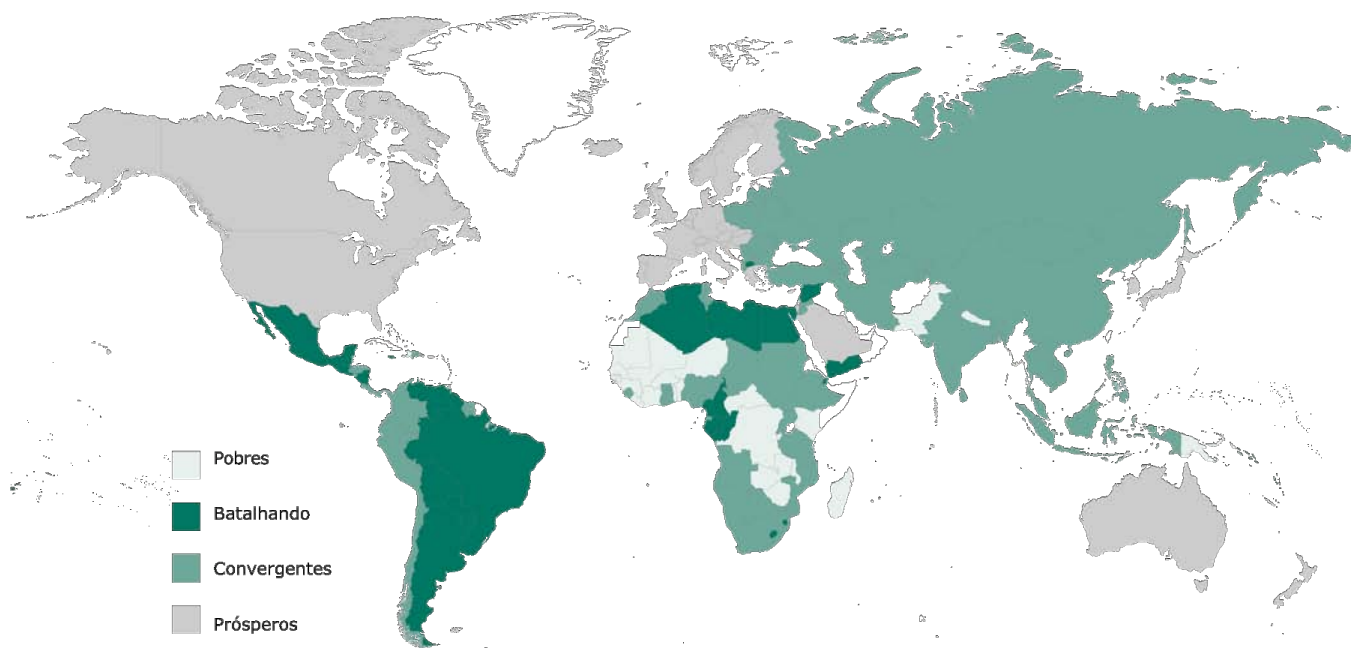
Source: OCDE (2010) baseado no Banco Mundial (2009). Este mapa é para fins ilustrativos e não envolve reconhecimento de estado ou soberania sobre todo o território abrangido.



Na primeira década do século XXI, antes da crise económica, muito do mundo em desenvolvimento conheceu o seu primeiro crescimento forte, desde há anos (Figura 6.2). No novo milénio, pela primeira vez desde os anos 70, o rendimento *per capita* africano cresceu mais rapidamente do que nos países de elevados rendimentos. O número de países convergentes – aqueles que registaram o dobro do crescimento do rendimento *per capita* das nações com elevados rendimento da OCDE – passou de 12 para 65. O número de países pobres desceu de 55 para 25. Nesta década, a taxa de crescimento média da China e da Índia situou-se entre o triplo e o quádruplo da média da OCDE.

Em África, se um grupo de países pobres – sobretudo na África Ocidental e Central – continuou com um fraco desempenho, não deixa de ser extraordinário que 19 países tenham conseguido passar para a categoria de convergentes, nos anos 2000, quando apenas dois o tinham conseguido nos anos 90. A maioria dos países que deu o salto ainda luta contra a pobreza e a desigualdade. No entanto, como o mapa seguinte demonstra, houve uma alteração impressionante no crescimento médio de África, por comparação com o resto do mundo.

Figura 6.2. O mundo a quatro velocidades na década de 2000 (antes da crise económica global)



Source: OCDE (2010) baseado no Banco Mundial (2009). Este mapa é para fins ilustrativos e não envolve reconhecimento de estado ou soberania sobre todo o território abrangido.

Se olharmos para os anos em que os países da OCDE entraram em recessão, a imagem ainda é mais impressionante: cerca de metade das economias africanas passaram para o grupo dos convergentes (Tabela 6.1).

Esta mudança deve ser vista com alguma precaução, pois o tamanho da brecha entre as economias prósperas e as outras, em 2009, pode bem distorcer a imagem média. Os dados revelam, porém, que a crise acelerou significativamente a mudança da riqueza global e África foi um dos beneficiários. Se esta mudança perdurar, ou se um novo crescimento na OCDE pode enviar de novo alguns países para a divergência, é algo que ainda não é possível saber.

A história de África e dos seus parceiros emergentes é um ponto-chave do realinhamento da economia mundial na última década. Com melhores políticas, o continente beneficiou de mais investimento, comércio e ajuda, bem como de vantagens macroeconómicas, políticas e estratégicas geradas pela ascensão dos países emergentes.

A rápida integração dos parceiros emergentes na economia mundial começou nos anos 80, e foi acelerada com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001. A China, a Índia, bem como outros,



registaram um elevado crescimento, a sua importância económica cresceu, e conheceram uma enorme redução da pobreza.

Tabela 6.1: Países africanos, por categoria, no mundo a quatro velocidades

	Década de 90	2000, antes da crise (2000-07)	2000, incluindo a crise (2000-09)
Prósperos	0	0	1
Convergentes	2	19	28
Lutadores	11	10	6
Pobres	34	21	14
Total	49	50	49

Fonte: Atualização da OCDE (2010).

Dados não disponíveis para a Líbia (coluna 1 e 3), São Tomé e Príncipe, Somália e Zimbabué (coluna 1, 2 e 3).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421318>

Existem impactos globais e bilaterais no crescimento e na pobreza noutros países pobres, incluindo em África. A dimensão global inclui o impacto nos salários, nas taxas de juro, nos preços dos produtos industriais e das matérias-primas, nos desequilíbrios globais e no investimento líquido. Esta dimensão global não é muito abordada quando se fala de combate à pobreza. A maioria das análises concentra-se nos laços entre a China e África: matérias-primas, comércio, investimento, créditos à exportação, ajuda e migrações. Na verdade, os parceiros emergentes não beneficiam todos os países africanos. Os países ricos em petróleo e em minerais tiveram benefícios desproporcionais, enquanto outros – especialmente aqueles que não têm laços diplomáticos com a China – não tiveram praticamente qualquer vantagem.

O «efeito de motor de crescimento» foi documentado e analisado em Garroway *et al.* (2010). Nos anos 90, os países do G7 lideraram o crescimento dos países em desenvolvimento, mas, já nos anos 2000, o impacto do crescimento chinês nos países de rendimentos baixos e médios aumentou significativamente. Neste período, uma alteração de 1% nas taxas de crescimento chinesas resulta numa mudança de cerca de 0.3% nos países de rendimento baixos e de 0.4% nos de rendimento médio. Rodrik (2010) argumenta que esta situação aumenta a dependência dos países pobres das exportações de matérias-primas não processadas, e – por causa da subvalorizada moeda chinesa – mina a sua industrialização. Com o argumento oposto, Garroway *et al.* (*ibid.*) sustentam que o efeito de motor de crescimento, ao sustentar a procura mundial de bens que os países pobres exportam, beneficia de igual forma os países produtores e não produtores de petróleo.

Um aumento estável da procura mundial desencadeou um «super ciclo» nos preços das matérias-primas (Standard Chartered, 2010). A aceleração da urbanização e o rápido crescimento das classes médias nos países emergentes têm um grande impacto na procura de mercadorias. A urbanização é particularmente intensiva em mercadorias e o consumo aumenta rapidamente, à medida que os rendimentos se aproximam de um nível classificado como «classe média»².

Para além deste aumento da procura, os desequilíbrios globais ajudaram a impulsionar os preços das mercadorias. Até 2006, o investimento das cada vez maiores reservas de moedas estrangeiras em obrigações do tesouro norte-americanas por parte dos novos actores deprimiu as taxas de juro globais, e fez aumentar os preços das mercadorias. África beneficiou desproporcionalmente, na medida em que produz mercadorias cujos preços provavelmente subirão mais e possui a maior parcela de recursos inexplorados (Collier, 2010).

A expansão, se for sustentada, deverá gerar mais benefícios para África. À medida que os países emergentes se transformam em economias avançadas – sem uma mudança radical no seu crescimento –, enriquecem e se tornam demograficamente mais maduros, o seu sucesso impulsionará as oportunidades de exportação de África. Quando os pobres partilharem a nova riqueza, mais de dois mil milhões de pessoas viverão em países que importam bens intensivos em trabalho, e menos pessoas viverão nos países que os exportam, abrindo ainda mais oportunidades para os produtos africanos. O crescimento sustentado dos gigantes emergentes pode ter um efeito negativo de curto-prazo nos sectores produtivos africanos, mas pode melhorar as perspectivas de longo-prazo (Chamon and Kremer, 2006). Se se continuar a redução das barreiras aos negócios e ao comércio, as economias africanas podem ganhar com a deslocalização da produção para longe das que hoje são as economias emergentes.



O Fundo Monetário Internacional (2011) considera que a alteração dos padrões de produção em grandes economias emergentes, como a China, pode ajudar os países com baixos rendimento a diversificar a sua produção. A experiência da Malásia, da Indonésia e do Chile, argumenta o FMI, mostra que países pobres com recursos naturais podem diversificar as exportações à medida que crescem, desde que as receitas dos recursos sejam usadas para incrementar a capacidade produtiva, incluindo capital infra-estrutural e humano. Por outro lado, África necessita de promover o desenvolvimento do sector privado, como sublinhado em diversas edições das *Perspectivas Económicas em África*.

As relações entre o continente africano e os seus parceiros emergentes necessitam, assim, de ser compreendidas no contexto da mudança global da riqueza.

Parceiros emergentes: dos bastidores para a boca de cena numa década

É fácil subestimar a importância das novas forças económicas para África. As pessoas conhecem a China, a Índia, e resto são elementos da paisagem económica africana, mas será que conhecem a magnitude desta importância, particularmente em termos comerciais?

A Tabela 6.2 mostra a evolução das exportações, importações e do total do comércio entre África e os parceiros emergentes, na última década. Como tendência clara, mostra que o comércio total africano mais do que duplicou, em termos nominais, de menos de 247 mil milhões de USD para 629 mil milhões.



Tabela 6.2: Parcela dos parceiros tradicionais e emergentes nas importações, exportações e comércio total de África 2000 e 2009 (em percentagem)

	2009			2000		
	Comércio	Exportações	Importações	Comércio	Exportações	Importações
Total parceiros tradicionais	63.5	67.6	59	77	78.3	75.4
UE25	44.3	43	45.6	53.5	51.3	56.4
Outros parceiros tradicionais	6.1	6.1	6.1	7.5	6.6	8.8
EUA	13.1	18.4	7.3	16.1	20.4	10.1
Total parceiros emergentes	36.5	32.4	41	23	21.7	24.6
China	13.9	13.1	14.7	4.7	4.6	4.9
India	5.1	6	4	2.3	2.4	2.1
Coreia	2.6	1.3	4	2.6	2.2	3.1
Brasil	2.5	2.4	2.7	1.7	2	1.3
Turquia	2.4	1.6	3.1	1.6	1.9	1.3
Tailândia	1.1	0.4	2	0.8	0.6	1.2
Federação Russa	1	0.5	1.6	0.6	0.3	1
Formosa	0.9	1.1	0.7	1.9	2.3	1.3
Emirados Árabes Unidos	0.9	1.3	0.5	0.2	0.2	0.1
Singapura	0.8	0.2	1.4	1	0.5	1.7
Malásia	0.7	0.5	1	0.5	0.3	0.7
Indonésia	0.7	0.6	0.8	0.8	0.6	1
Argentina	0.5	0.1	0.9	0.6	0.3	1
Arábia Saudita	0.4	0.7	0	0.4	0.6	0
Outros países (58)	3	2.6	3.5	3.3	2.9	3.8
Total	100	100	100	100	100	100
Valor total (milhares de milhões de USD)	673.4	350.8	322.5	246.4	142.4	104

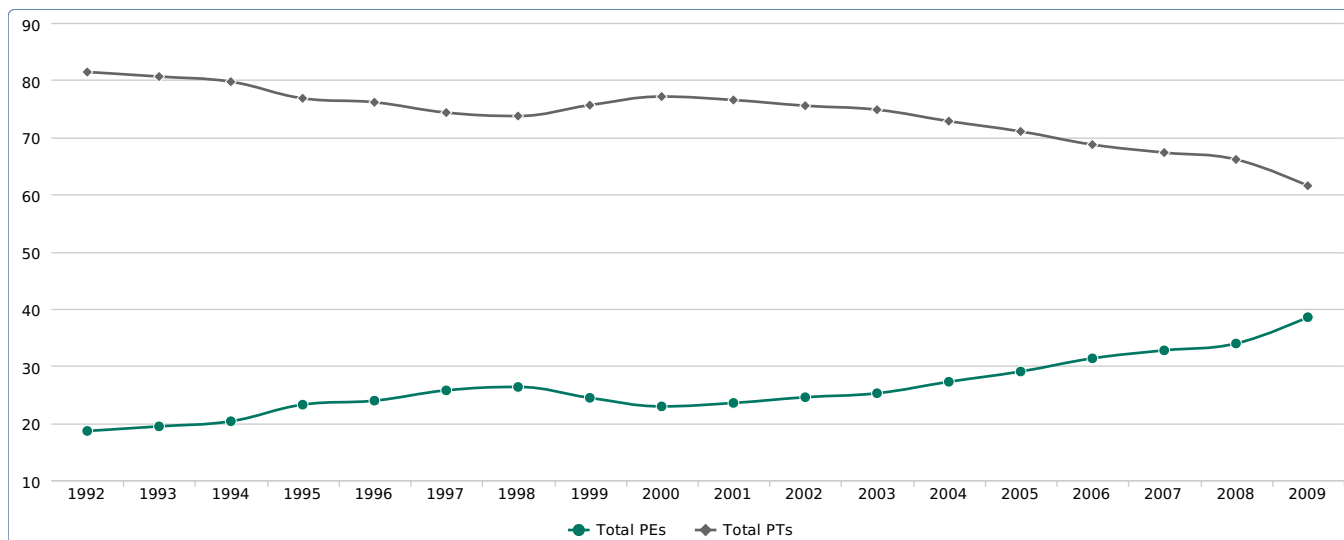
Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421337>

Outras tendências estão igualmente a emergir. Primeiro, a parcela do volume de comércio com as potências emergentes cresceu, de aproximadamente 23% para 39%. No mesmo período, a parte dos parceiros tradicionais encolheu, de cerca de 77% para 62% (Figura 6.3).



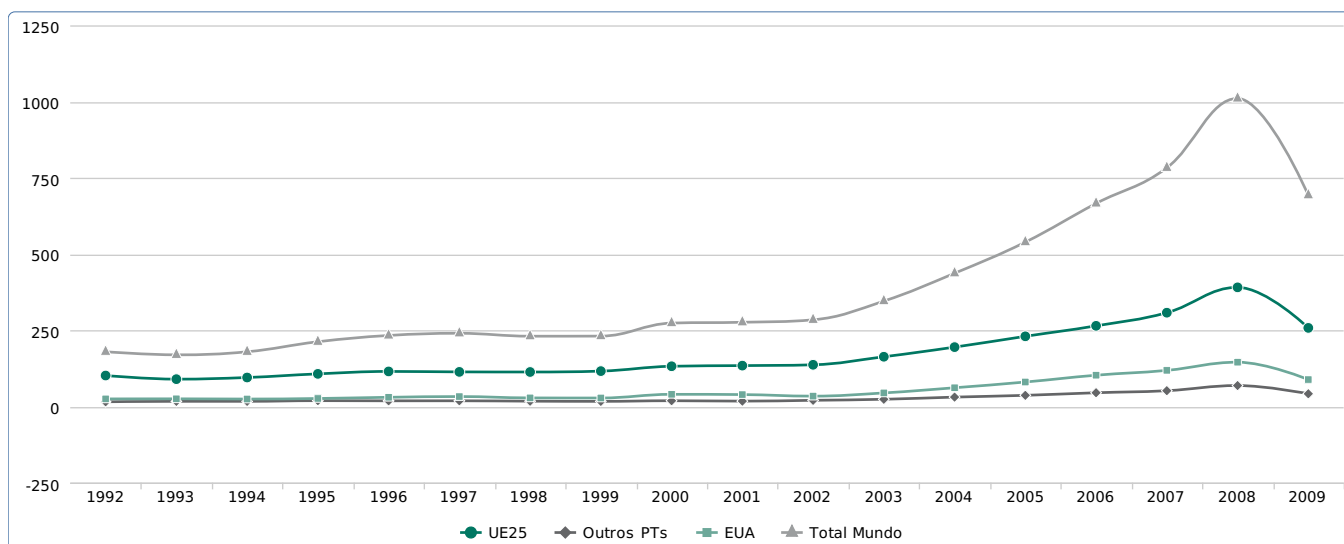
Figura 6.3: Peso dos parceiros emergentes e tradicionais no comércio com África (em percentagem)



Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.

Em segundo lugar, os volumes comerciais de África com os parceiros emergentes cresceram de forma significativa entre 2000 e 2009. A China representava menos de 5% do comércio africano no início da década – um valor que triplicou no final da década, chegando quase aos 16%. A parcela dos Estados Unidos, em 2000, era o triplo da da China, mas em 2009 a China já tinha ultrapassado aquele país. Em 2000, todos os parceiros, juntos, representavam menos de metade do volume de comércio africano com a União Europeia. Em 2009, as parcelas já estavam quase iguais e, em termos de tendências actuais, deverão em pouco tempo ultrapassar a União Europeia. É necessário, no entanto, recordar que os dados da Tabela 6.2 e da Figura 6.3 se referem ao comércio de mercadorias. Se se incluir o comércio de serviços de África com os parceiros tradicionais, a sua percentagem total do comércio é maior do que o reflectido pelos dados do comércio de mercadorias.

Figura 6.4: Comércio total de África com os seus parceiros tradicionais



Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.



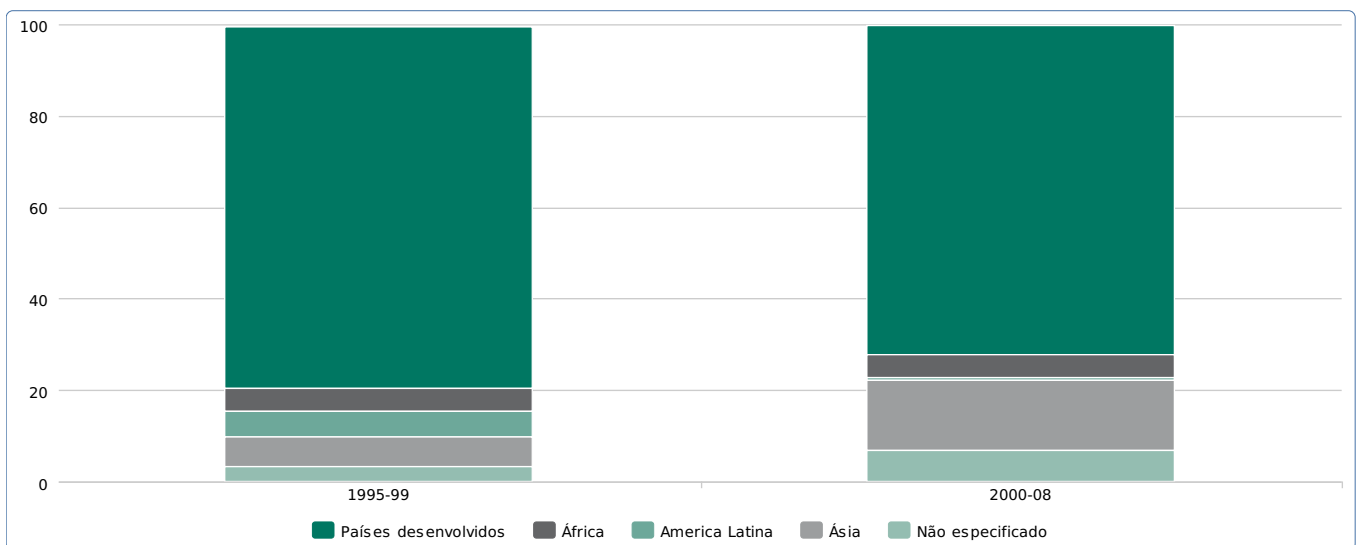
Os parceiros tradicionais mantêm-se centrais e continuam a crescer

Na última década, o volume do comércio africano com os parceiros tradicionais duplicou em valor nominal, como mostra a Figura 6.4. O volume total do comércio africano mais do que duplicou, o que explica o decréscimo da parcela dos parceiros tradicionais. O comércio africano com os parceiros tradicionais, porém, continua a ser crucial – perto de 62%, de acordo com os dados da Figura 6.4. A União Europeia continua a representar mais de 40% do comércio africano – o equivalente a 256 mil milhões de USD – e quase o triplo das trocas comerciais com a China. Os países africanos esforçam-se para tirar o maior partido possível das crescentes relações com as novas forças económicas, mas devem estar conscientes de que os velhos parceiros continuam a ser uma base sólida e em crescimento. A tendência decrescente das curvas da Figura 6.4, em 2009, não deve ser mal interpretada. O comércio africano não está estruturalmente em declínio, pelo contrário: a queda de 2009 reflecte o impacto da crise financeira. Os dados preliminares para 2010 apontam para a subida do comércio africano, tanto com novas como com velhas forças económicas. O comércio com os parceiros tradicionais só está a diminuir de importância em termos relativos, e porque existe um crescimento muito acelerado do comércio com os parceiros emergentes.

Em termos de Investimento Directo Externo (IDE), o domínio continuado dos parceiros tradicionais está em decréscimo. Como a Figura 6.5 ilustra, os países da OCDE – incluindo os parceiros tradicionais – ainda representam cerca de 80% dos fluxos de IDE para África. No entanto, a parcela dos países não OCDE – como o Brasil, a Índia e a China – cresceu de uma média de 18%, em 1995-1999, para 21% no período 2000-2008. A Europa e os Estados Unidos ainda dominam o IDE para os países africanos.

É preciso ter muita cautela quando se comparam os dados do investimento de parceiros tradicionais e emergentes. Não é fácil reunir dados credíveis em relação ao IDE africano, particularmente em relação às potências emergentes. Há grandes brechas nos dados registados e significativas discrepâncias entre diferentes fontes – muito difíceis de explicar por impossibilidade de acesso a todas as ferramentas metodológicas utilizadas. Para ultrapassar a questão da fraqueza dos dados, foi aplicado um inquérito especial a 40 Estados, conduzido pela equipa das Perspectivas Económicas em África responsável pela elaboração da análise dos países. Para além disso, foram coligidos dados dos bancos centrais de 14 países africanos, com os quais foi possível ilustrar a situação em 11 economias, de forma comparada (Tabela 6.3), por país de origem – algo indisponível noutras fontes.

Figura 6.5: Fluxos de IDE para África 1995-2008



Fonte: UNCTAD, OCDE

De qualquer modo, os dados disponíveis apontam para a relativa concentração dos actuais fluxos de IDE dos parceiros emergentes num número limitado de países – tipicamente, países ricos em recursos. Uma análise do ministério chinês do comércio (MOFCOM) revela que, em 2009, 76% do investimento em África se concentrou em países definidos pelo FMI (2007) como ricos em hidrocarbonetos – ou ricos em minerais – nomeadamente: Argélia, Angola, Botsuana, Camarões, RD Congo, República do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Guiné,



Libéria, Líbia, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, Serra Leoa, África do Sul, Sudão e Zâmbia. De uma forma geral, o IDE em África ainda se concentra em poucos países e sectores. O Norte de África tem sido o maior receptor anual de IDE, desde 2004, recebendo entre 30% e 50% de todo o IDE para o continente (UNCTAD, 2010b). Entre 2000 e 2010, cerca de 75% do IDE em África teve como destino países exportadores de petróleo. Para o IDE dos países membros da OCDE, este rácio é ainda maior, com 85%. O IDE dos parceiros emergentes concentra-se, actualmente, menos nos exportadores de petróleo do que o proveniente dos parceiros tradicionais.

A análise dos dados das PEA confirma que a União Europeia e os Estados Unidos continuam a ser a mais importante fonte de IDE para os países africanos. Na nossa amostra, os países tradicionais originaram perto de 85% do total dos fluxos de IDE no período 2000-2004 e 83% entre 2005 e 2010. A UE é o mais importante parceiro de IDE para os dez países³, representando 55% do total de fluxos em 2000-2004, diminuindo para uns ainda maioritários 44% em 2005-2010. Se na primeira metade da década os Estados Unidos foram origem de um quarto dos fluxos de IDE para os dez países, chegando perto dos 37% na segunda metade. Os parceiros emergentes, no seu conjunto, por seu turno, representavam ainda apenas cerca de um décimo dos fluxos de IDE, nos países da amostra. No entanto, esta parcela quase que duplicou entre a primeira e a segunda metade da década. O aumento da importância das economias emergentes como parceiros de investimento pode, assim, estar em marcha, com os fluxos de investimento a ultrapassar o comércio, em termos de magnitude. Na verdade, os parceiros emergentes já são muito relevantes em termos de investimento, se se tiver em consideração, para além dos fluxos de IDE, outro tipo de investimento.

Nos dois períodos, o IDE intra-africano é sempre muito maior, cerca de 5%, do que os fluxos chineses. Este padrão é particularmente marcante na África Oriental. Em parte, isto reflecte o facto de que o investimento de entidades privadas das economias emergentes em África tende a ser registado como IDE, enquanto os negócios onde operam empresas estatais envolvem uma série de instrumentos de financiamento e não são rotulados como IDE. A diferença entre as estimativas da UNCTAD, que identifica a China como um parceiro importante⁴, pode ter origem no facto de os fluxos de investimento chineses estarem concentrados em poucos países, não incluídos na nossa amostra. Isto é consistente com a informação contida no Boletim Estatístico do ministério chinês do comércio externo (MOFCOM): em 2009, os cinco principais destinos do IDE em África - Argélia, Nigéria, África do Sul, Sudão e Zâmbia - representaram 59% do total do IDE chinês no continente. Por outro lado, existem diferenças entre os fluxos de IDE registados por fontes oficiais chinesas e os valores fornecidos pelos bancos centrais dos países africanos da nossa amostra. Estas diferenças são, provavelmente, parcialmente explicadas pela utilização, por parte das autoridades chinesas e pelos bancos centrais da nossa amostra, de diferentes metodologias contabilísticas. Os países do Médio Oriente são, entre os parceiros emergentes, o que têm uma maior parcela de IDE, que duplicou - de 3 para 6%. Os outros países ainda são relativamente marginais, com valores inferiores a 1%, no final da década, mas a Índia está perto dos 2%.



Tabela 6.3: Fluxos de IDE para alguns países africanos na última década, por país de origem (em percentagem)

	2000-04	2005-10
Parceiros tradicionais	84.8	83.3
UE25	55.5	43.7
EUA	25.7	37.4
Todos os outros parceiros tradicionais	3.5	2.3
Parceiros emergentes	5.6	10.2
China	0.6	0.9
Índia	0.4	1.7
América Latina	0.3	0.2
Médio Oriente	3.2	6.1
Todos os outros parceiros emergentes	1.1	1.3
Intra-Africano	5	5.6
Não especificado	4.7	0.8

Fonte: Bancos centrais de países africanos.

A tabela foi construída usando dados dos países onde estavam disponíveis para os dois períodos: Marrocos, República do Congo, Djibouti, Gabão, Tanzânia, Maurícias, Malawi, Nigéria, Ruanda e Uganda.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421356>

Para a formulação de políticas de envolvimento com os parceiros emergentes, são necessários dados mais precisos sobre o IDE e o investimento. Apesar de incompletos, os dados da Tabela 6.3 do IDE são, provavelmente, os melhores que são disponibilizados por governos africanos, com a partição por parceiro, incluindo os emergentes. No entanto, o limitado número de países cobertos, a ausência de uma partição país/sector, questões de fiabilidade e a natureza necessariamente preliminar das conclusões que daí se podem retirar, são indicadores claros da importância de reforçar as capacidades estatísticas dos países africanos. Estes poderiam encorajar os parceiros tradicionais a ajudar ao seu reforço de capacidades nesta área.

A Tabela 6.4 combina os fluxos de APD de alguns membros do CAD - Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França e Japão - com estimativas de fluxos equivalentes a APD da China, do Brasil, da Índia, do Kuwait, da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes Unidos e da Turquia. As potências económicas tradicionais dominam a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), mas a ajuda dos parceiros emergentes está em franca expansão. A APD é a cooperação tal como definida e praticada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. Basicamente, refere-se aos fluxos dirigidos aos países em desenvolvimento e às instituições multilaterais, provenientes dos governos e destinados à promoção do desenvolvimento económico, de carácter concessional (OCDE, 2008).



Tabela 6.4a: Desembolsos brutos de APD (definição CAD/OCDE) de Parceiros Tradicionais, 2009 (milhões de USD)

	EUA	França	Alemanha	UK	Japão
Total fluxos APD 2009	29659.2	15538.8	13342.3	11698.3	16452.1
Total APD para África	7997.8	6445.5	2297.4	2932.0	1932.9
% África no total	27	41	17	25	12

Fonte: Estatísticas CAD/OCDE (excepto onde especificado), consultado em 1 de abril de 2011.

Estimativas equivalentes ao financiamento concessional do CAD, Smith e Zimmermann (no prelo) (1) Segundo a estimativa de Chin e Frolic (2007). (2) Em 2009, 68% dos 362 milhões de USD tiveram como destino organizações internacionais (IPEA, 2010). Do remanescente (assistência humanitária, bolsas de estudo e cooperação técnica), cerca de 12% têm África como destino (cálculos próprios, com base em dados IPEA, 2010). (3) Cálculos de Zimmermann e Smith (no prelo). Agrawal (2007) estima que a APD indiana para África entre 5-10% do total da ajuda do país, entre 2004 e 2007.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421375>

Tabela 6.4b: Desembolsos brutos de APD (definição CAD/OCDE) de Parceiros Emergentes, 2009 (milhões de USD)

Doadores emergentes	China	India	Brasil	Turquia	EAU	Arábia Saudita	Kuwait
Total fluxos APD 2009	1947.7*	488*	362*	707.2	1038.24	3245.8*	527.7*
total APD para Africa	n.a.	25.93	n.a.	46.96	147.19	n.a.	n.a.
% Africa no total	25% ¹	5-10% ³	12% ²	7%	14%		

Source: OECD/DAC statistics (except where specified).

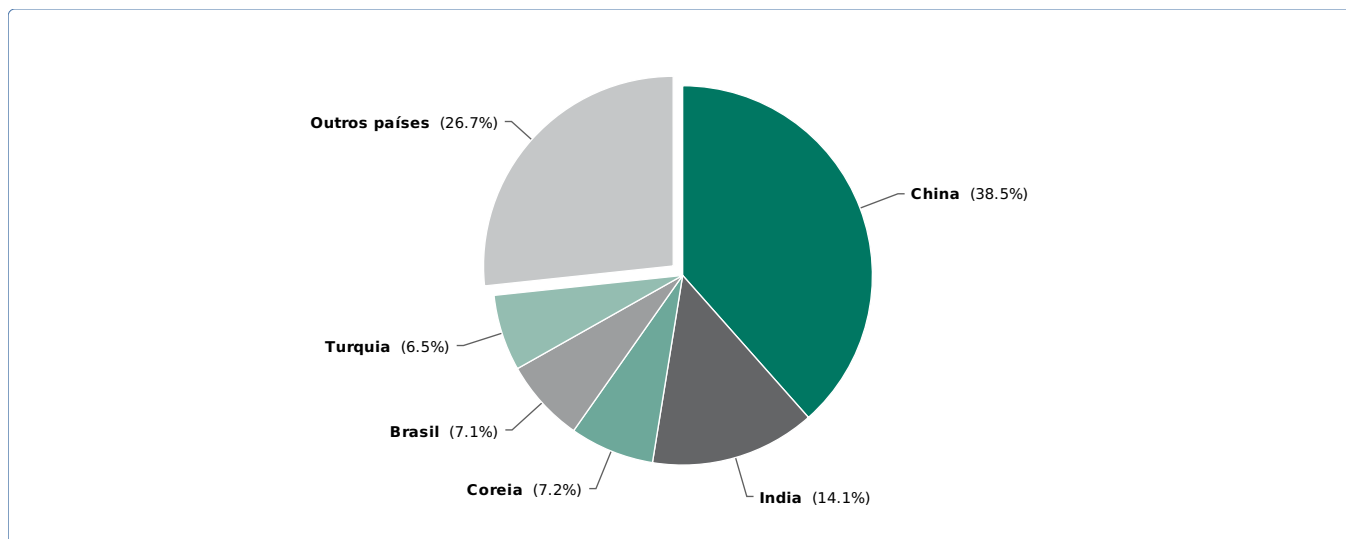
*DAC equivalent estimations of concessional finance by Zimmermann and Smith (forthcoming) (1) According to Chin and Frolic (2007) estimation. (2) In 2009, 68% of USD 362 Million went to international organisations (IPEA, 2010). Of the remainder (humanitarian assistance, scholarships and technical co-operation) around 12% went to Africa (based on own calculation of figures provided in IPEA 2010). (3) Zimmermann and Smith (forthcoming) calculations. Agrawal (2007) estimates Indian ODA to Africa at between 5-10% of Indian total ODA between 2004 and 2007.



A variedade de Parcerias Emergentes

The China trade is important to Africa but all the other emerging players together outweigh China in importance. Figure 6.6 below shows the shares of Africa's total trade, exports and imports, with different emerging partners. China only accounts for 38% of trade volume.

Figura 6.6: Comércio total de África com os parceiros emergentes (2009)



Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.

O *ranking* das economias emergentes é muito diferente quando se analisa o investimento directo externo ou o comércio. Por referência à tabela 6.3, entre as potências emergentes, a China representou cerca 10% do IDE para os países seleccionados e esta parcela demonstrou mesmo algum declínio. Em contraste, a Índia cresceu, de 7 para perto dos 17%, nos dois períodos. A nota referente ao Sudão deste relatório observa que a Índia é o mais importante parceiro emergente, depois da China e está a ajudar a resolver estrangulamentos infra-estruturais centrais⁵. Mas, o que mais se destaca é o IDE proveniente do Médio Oriente – cerca de 58% e em ascensão. O investimento directo não é, porém, a forma preferida de investimento dos parceiros emergentes em África, particularmente da China. Desta forma, a centragem no IDE acarreta o risco de obscurecer uma parte submersa do iceberg do investimento africano.

De uma forma geral, devido à sua importância quantitativa como parceiro comercial e ao número de países em que está envolvida, a China está inquestionavelmente a liderar o caminho das potências emergentes em África. Não só porque está no centro da mudança da riqueza global (OECD, *ibid.*) mas também porque o seu comportamento e o seu discurso ajudaram a mudar as percepções sobre o continente. A China e as outras potências emergentes não vêem África como o continente «sem esperança» descrito pelo *The Economist* em 2000, mas sim como um continente de oportunidades e um destino de investimento. Esta atitude está a ter efeitos mesmo nas potências tradicionais, cujo interesse por África está a renascer, com os impressionantes relatos sobre o «leão económico africano», agora pronto a ocupar o seu lugar ao lado do dragão chinês e do tigre indiano, segundo declarações do Banco Mundial (Okonjo-Iweala, 2010) e de um relatório do McKinsey Global Institute, intitulado «Leões em movimento» (Roxburgh *et al.*, 2010). Mesmo o *The Economist* reviu a sua posição, com um artigo de 2010, «Leões fora da jaula».

O número de países africanos com que as potências emergentes têm comércio é muito variável. A Tabela 6.5 integra o número de países africanos com os quais as potências emergentes têm um comércio total superior a 10 milhões de USD, a preços constantes⁶. A China, a Índia, a Coreia, o Brasil, a Tailândia, a Turquia e a Indonésia destacam-se com um comércio mais alargado com o continente. As nações emergentes mais pequenas têm laços comerciais muito mais limitados.



Tabela 6.5: Comércio entre países africanos e parceiros emergentes no valor mínimo de 10 milhões de USD anual

	Ordem	Exportações para África		Importações de África	
	2009	2000	2009	2000	2009
China	1	22	34	30	41
Índia	6	19	31	28	38
Coreia	10	13	15	22	29
Brasil	12	11	10	12	28
Turquia	13	13	13	9	24
Tailândia	16	15	14	19	25
Federação Russa	17	6	13	12	15
Formosa	19	14	10	14	12
Emirados Árabes Unidos	20	4	20	4	17
Singapura	22	7	9	14	18
Malásia	23	6	15	10	22
Indonésia	24	10	9	19	22
Argentina	27	8	3	10	17
Arábia Saudita	29	8	9	0	0
Outros 58 (média)	-	1	1.4	1	2.4

Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421394>

Da mesma forma, também o número de sectores em que há comércio com os parceiros emergentes varia muito. A Tabela 6.6. detalha o número de sectores em África em relação aos quais os parceiros emergentes têm um comércio total superior a 53 milhões de USD, a preços constantes⁸. Novamente, a China, a Índia, a Coreia, o Brasil, a Tailândia, a Turquia e a Indonésia destacam-se como tendo a maior variedade de comércio em termos sectoriais. Os actores emergentes mais pequenos tendem a ter comércio num número limitado de sectores.



Tabela 6.6: Comércio sectorial entre África a os parceiros emergentes com mínimo de 53 milhões de USD anual

	Ordem	Número de sectores de exportações africanas		Número de sectores de importações africanas	
		2009	2000	2009	2000
China	1	8	9	6	7
Índia	6	7	7	5	8
Coreia	10	6	4	4	6
Brasil	12	4	6	6	9
Turquia	13	6	7	5	7
Tailândia	16	4	4	5	6
Federação Russa	17	2	4	4	8
Formosa	19	4	3	4	4
Emirados Árabes Unidos	20	1	6	0	6
Singapura	22	4	4	5	7
Malásia	23	2	4	4	7
Indonésia	24	4	3	5	6
Argentina	27	1	0	3	4
Arábia Saudita	29	4	4	-	-
Outros 58 (média)	-	0.2	0.4	0.3	0.6

Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421413>

Como McCormick (no prelo) sublinha, a maior atenção às mudanças económicas em África concentra-se na China, na Índia e no Brasil. Mas, os observadores estão crescentemente a reconhecer a contribuição, para África e para a economia global, de outros parceiros emergentes.

Se existe consenso em relação à importância das maiores nações, já há pouco acordo quando se passa para o nível seguinte de parceiros emergentes, talvez porque apenas os gigantes globais têm um impacto mais vasto. Para além destes, os outros emergentes são importantes apenas em números limitados de países e sectores. Scott *et al.* (2010) analisa as potências médias emergentes que também têm laços significativos com África. Aplicando estes critérios aos países da Tabela 6.5., a Coreia e a Turquia emergem como candidatos óbvios para a segunda linha de parceiros emergentes de África, que tendem a concentrar-se em sectores mais específicos, num número limitado de países.

Esta diversidade de parcerias é uma enorme oportunidade para África. Cada vaga de países que se interessa pelo continente traz consigo uma nova gama de produtos, de bens de capital, de tecnologias, de *know-how* e de experiência de desenvolvimento. Cada um tem novas oportunidades para o comércio de bens, conhecimento e modelos.

A China tem uma vantagem comparativa em desenvolvimento infra-estrutural (Foster *et al.*, 2009), a Índia em conhecimento, áreas intensivas em competências e serviços (Sidiropoulos, 2004; Kragelund, 2008), e o Brasil em agricultura e transformação agro-alimentar (White, 2010; Ejigu, 2008). As necessidades africanas são talvez mais evidentes em infra-estruturas, pelo que os decisores políticos e os analistas se centraram na China. No entanto, o desenvolvimento africano precisa de ir mais além. Como sublinharam as Perspectivas Económicas em África de



2009, África pode usar as tecnologias de informação para ultrapassar alguns estrangulamentos em infra-estruturas. As necessidades, e o potencial, de África em termos de agricultura – especialmente para a segurança alimentar e o emprego – significam que novos parceiros, como o Brasil, estão bem posicionados para ajudar o continente a seguir em frente.

Novos e velhos parceiros ajudam África de forma complementar

A ascensão dos parceiros emergentes de África foi largamente analisada como uma corrida aos recursos africanos. O cenário global é, porém, mais complexo e mais positivo. As novas rotas comerciais abertas pelos países emergentes criam outras oportunidades para a transferência de tecnologia, e a maior variedade de formas de financiamento e cooperação são um estímulo para os políticos africanos.

Os parceiros emergentes competem pelo acesso aos recursos africanos, mas um olhar mais atento aos fluxos de comércio e investimento revela mais complementaridade do que concorrência – algo particularmente claro no caso da cooperação para o desenvolvimento. A Agenda de Acção de Accra, de 2008, saudou as parcerias de cooperação entre os países africanos e os parceiros emergentes e valorizou a cooperação Sul-Sul como um «complemento valioso para a cooperação Norte-Sul» (Zimmermann e Smith, no prelo). Os parceiros emergentes não são, no entanto, um grupo homogêneo. As oportunidades que oferecem são diversas, tanto em sectores e tipo de produtos comerciáveis como na tecnologia e inovação subjacente, no foco geográfico e no tipo de financiamento. Existem várias complementaridades entre os velhos e os novos parceiros.

Complementaridade nos produtos ...

Os países africanos compram às potências emergentes produtos diferentes dos que importam da Europa e da América do Norte. A importação de bens de consumo mais baratos da Ásia ajuda os consumidores africanos a aumentar o seu poder aquisitivo e a melhorar os níveis de vida. Bens mais baratos e mais adaptados ajudam as empresas africanas a aumentar a produtividade e puxam para cima a cadeia de valor. Tipicamente, os fluxos dos parceiros tradicionais concentram-se nos serviços, telecomunicações e serviços. De forma consistente com o ciclo global do produto de Vernon, os parceiros emergentes são mais activos na indústria transformadora e na agricultura.

A Tabela 6.7 ilustra o tipo de bens em que se concentram as exportações para África e revela a complementaridade entre parceiros emergentes e tradicionais. Por exemplo, a concentração em bens primários, combustíveis e produtos transformados está abaixo da média no caso dos parceiros tradicionais e acima da média para algumas potências emergentes. A China destaca-se no quadro das novas potências em termos da vastidão de exportações para o continente, numa comparação favorável relativamente à gama da Europa e da América do Norte. Outros parceiros emergentes têm uma menor gama de produtos, mas em sectores complementares aos dos seus rivais. Em termos de importações, os níveis de concentração no comércio com os velhos e os novos tende a seguir padrões semelhantes, ilustrando a «corrida aos recursos». Os Estados Unidos, juntamente com os maiores parceiros emergentes – Brasil, Indonésia, Índia e China – destacam-se como os «mais sedentos de bens primários» – aqueles para quem o petróleo e os minérios representam uma fatia desproporcional das importações totais.

Existe uma competição clara entre as potências emergentes e tradicionais por minérios, petróleo, pedras preciosas e colheitas agrícolas, o que beneficia os países ricos em recursos e lhes dá mais margem de manobra em termos de decisão política. Mas, a exploração dos recursos naturais não significa somente ganhos para África. As potências emergentes contribuem para a exploração, e prospecção de reservas, através do seu investimento e ajudam a construir infra-estruturas e sistemas de transportes. Estão a alargar a base de recurso exploráveis em África, para além do que os parceiros tradicionais podem fazer. A nota sobre o Sudão deste relatório sustenta que, apesar de o investimento dos parceiros emergentes ser orientado para os recursos, chega com a perspectiva de alavancar empréstimos sustentados em recursos para infra-estruturas cruciais em educação, energia e serviços de utilidade pública.



Tabela 6.7a. Distribuição do comércio entre África e os principais parceiros económicos, por sector (2009): Export. para África

Parceiros	Alimentos			Matérias primas	Combustíveis	Químicos	Bens manufacturados				Total
	0	1	4	2	3	5	9	8	6	7	
Código Sector ⁹	0	1	4	2	3	5	9	8	6	7	Total
UE25	7.4	1.3	0.3	2.3	8.4	11.4	2.8	7.3	16.5	42.1	100
Outros PT	14	0.2	0.1	3.1	1.8	10.8	1.9	4.2	9.7	54.3	100
EUA	12.6	0.3	1.7	4.9	8.3	8.7	11.5	6.1	6.4	39.6	100
China	2.9	0.1	0	0.4	0.6	5.6	0	18.4	30.7	41.2	100
Índia	5.1	1	0.1	1.3	19.6	17.9	0.3	5.9	22.4	26.6	100
Coreia	0.3	0.1	0	0.9	1.3	9.3	0	1.6	9.3	77.2	100
Brasil	46.9	2.3	2	7.6	3.6	4.4	0.1	2.7	9.5	20.8	100
Turquia	6.1	0.6	0.1	0.5	5.5	5.3	6.8	7.4	46.5	21.1	100
Tailândia	46.5	0.4	0.1	0.9	1.5	5.3	0	4	18.4	23	100
Rússia	29.2	0.1	2.3	8.3	21.6	8.1	4.3	1.6	17.5	7	100
Formosa	1.2	0.1	0	0.9	3.1	12.6	0.6	6.7	26.3	48.5	100
Emirados Árabes	13	1.1	0.6	3.9	7.7	20.2	3.6	7.7	16.4	25.9	100
Singapura	1.4	0.1	2.5	0.4	18.9	4	43.4	2.3	4.7	22.4	100
Malásia	7	0.2	41.8	3	0.5	8	0.5	7.3	13.3	18.3	100
Indonésia	9.8	0.6	27.1	2.5	0.4	13.5	-	7.6	25.9	12.6	100
Argentina	63.9	0.3	18	4.9	2.4	1.2	-	0.4	7.2	1.6	100
Outros países	23.8	0.7	3.4	4.9	9.8	12	1.8	3.3	25.2	15.2	100
Intra-Africano	12	2.7	1	4.4	36.4	8.7	1.1	6.1	14.2	13.4	100
Mundo	10.4	1	1.3	2.6	9.8	9.7	3	7.6	18	36.5	100

Source: OECD Development Centre calculations based on ComTrade data. Note: The STIC codification of ComTrade has ten sectors : (0) food & live animals ; (1) beverages and tobacco; (2) crude mater (excluding food and fuels); (3) mineral fuel and lubricants; (4) animal and vegetable oil, fat, and wax; (5) chemicals products; (6) manufactured goods; (7) machinery and transport equipment; (8) miscellaneous manufactured articles; (9) other refined commodities. Columns have been ranked by average degree of industrial sophistication.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932403648>



Table 6.7b. Distribuição do comércio entre África e os principais parceiros económicos, por sector (2009) (2009): Import. de África

Parceiros	Alimentos		Matérias primas		Combustíveis	Químicos	Bens manufacturados				Total
	0	1	4	2			3	5	9	8	
UE25	11.5	0.8	0.3	4.5	57.1	2.3	1.5	7.4	7.7	6.9	100
Outros PT	8.3	1	0.3	10	46.1	2.6	1.1	2.1	23.6	5.1	100
EUA	2.3	0.2	0.2	2.1	82	1.2	0.6	3.4	5.1	3.1	100
China	0.9	0.4	0.1	17.9	60.8	1.3	2.3	0.3	15	1.1	100
Índia	3.6	0	0	7.3	66	7	12.1	0.2	3.2	0.6	100
Coreia	1.7	0.9	0	12	57.2	1	0	0.8	23.7	2.6	100
Brasil	1.5	0.1	0	1.3	87.4	6		0.1	2.1	1.4	100
Turquia	4.7	0.9	0	7.6	25.9	11	35.9	1.8	7.8	4.4	100
Tailândia	5.5	0.1	0	21.5	37.4	9.3	3.3	1.1	17.3	4.5	100
Rússia	59.6	11.5	0.2	11.3	0	1.4	0.1	8.1	4.9	2.9	100
Formosa	0.5	0.2	0	4.9	75.6	1.5	0.2	0.4	15.4	1.2	100
Emirados Árabes	9.8	0.3	0.2	2.6	2.4	2.3	62.4	2.1	13.6	4.3	100
Singapura	17	0.5	0	3.2	22.7	8.7	2.9	3.2	16.4	25.4	100
Malásia	13.6	0.7	0.5	25.1	31.6	2.5	0.2	0.5	19	6.2	100
Indonésia	6.4	0.4	0	15.2	67.7	4.6		0.8	3.7	1.3	100
Argentina	2.2	2.4	0	11.9	33.2	30.9		1.1	11.7	6.6	100
Arábia Saudita	30.3	1	0.3	3.3		1.3	32.6	1.4	24.1	5.7	100
Outros países	16.1	2.8	0.5	10.9	39.7	10.3	2.3	3.2	8.7	5.5	100
Intra-Africano	11.5	1.7	1.2	4.2	32	10.3	0.4	4.6	16.1	18	100
Mundo	7.9	0.8	0.3	6.6	58	3.4	3.3	4.2	9.9	5.6	100

Source: OECD Development Centre calculations based on ComTrade data. Note: The STIC codification of ComTrade has ten sectors : (0) food & live animals ; (1) beverages and tobacco; (2) crude mater (excluding food and fuels); (3) mineral fuel and lubricants; (4) animal and vegetable oil, fat, and wax; (5) chemicals products; (6) manufactured goods; (7) machinery and transport equipment; (8) miscellaneous manufactured articles; (9) other refined commodities. Columns have been ranked by average degree of industrial sophistication.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932403648>

A complementaridade é igualmente observada na cooperação para o desenvolvimento. Nas décadas mais recentes, os parceiros tradicionais focaram os esforços de cooperação na redução da pobreza, nos sectores sociais e na governação. Em 1990, 82% da APD destinava-se à agricultura, à indústria, às infra-estruturas económicas e ao sector financeiro. Em 2004, a parcela da agricultura e da indústria tinha caído para metade, enquanto a saúde, a educação e a governação, no mesmo período, mais do que duplicaram, chegando, em 2004, a aproximadamente 51% do total dos fluxos de ajuda (Harrigan, 2007). As notas sobre os países deste relatório sublinham que os programas de cooperação dos parceiros emergentes complementam este foco sectorial dos parceiros tradicionais. Os parceiros emergentes, e não só a China, parecem mais focados em infra-estruturas e outros estrangulamentos estruturais similares. A nota sobre Cabo Verde mostra que os parceiros tradicionais se centram na governação e na capacitação institucional, enquanto os emergentes tendem a apoiar infra-estruturas públicas e a formação de capital humano, por via de programas e intercâmbio universitário, etc. Nas Maurícias, o envolvimento dos parceiros emergentes tem como alvo os sectores prioritários definidos pelo

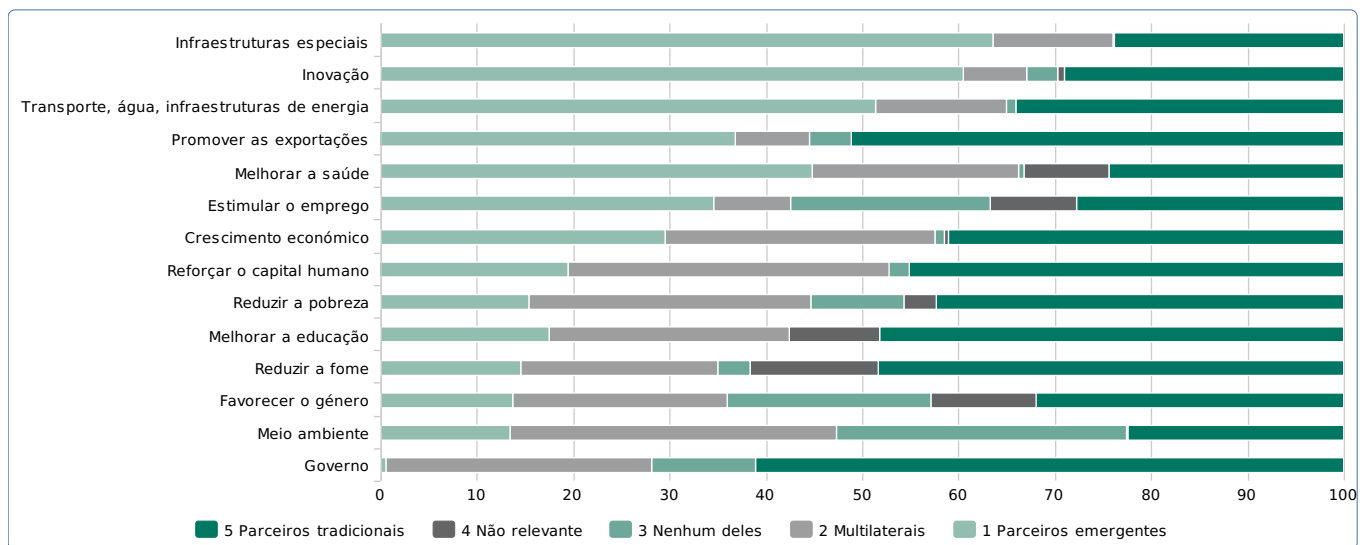


governo, como a indústria transformadora, a construção, a hotelaria e o imobiliário, onde os parceiros tradicionais não estão presentes. Em Moçambique ou no Chade, os parceiros tradicionais tendem a intervir nos sectores sociais; já os emergentes centram-se mais na agricultura e infra-estruturas ou em projectos produtivos. O inquérito que as *Perspectivas Económicas em África* aplicaram às partes interessadas confirma que os parceiros emergentes são considerados como mais eficazes relativamente a determinados objectivos de desenvolvimento (Figura 6.7)¹¹. Outros estudos contêm este dado: Kragelund (2010) identifica as infra-estruturas e a agricultura como sectores chave para o Brasil, a China e a Índia.

... em tecnologia e inovação...

Os países africanos beneficiam das tecnologias da Base da Pirâmide (BOP)¹² por via do IDE e de outros investimentos e financiamentos das potências emergentes. Em primeiro lugar, é mais provável que a tecnologia nas importações dos novos parceiros contribua mais para um *upgrade* tecnológico que a dos parceiros tradicionais. Mesmo com salários muito mais baixos, é muito rara a transferência de produção de produtos de alto valor acrescentado para países pobres, devido à dificuldade de manter ou alcançar um determinado nível de qualidade a preços competitivos. O mais importante ingrediente ausente da transferência de tecnologia é o conhecimento de produção, ou «as rotinas da produção que não se aprendem nos manuais mas que têm de ser adquiridas pela prática, que estão no centro da maioria dos processos inovadores» (Khan, 2009). Quando a tecnologia foi concebida num país em desenvolvimento, é mais facilmente adoptada, adquirida e imitada nos países africanos (Pal, 2008; Narula, 2010; OECD, 2010). Isto não implica, obviamente, que os países africanos possam absorver rapidamente estas tecnologias. O argumento apresentado refere-se ao lado da oferta; do lado da procura, alguns países africanos estão mais preparados para a tecnologia do que outros.

Figura 6.7: Percepção das vantagens comparativas de diversos tipos de parceiros de desenvolvimento por sectores, na perspectiva das partes interessadas nos países africanos



Fonte: Inquérito às partes interessadas, PEA 2011.

As parcelas da figura são respostas à questão: Quem, entre os seguintes parceiros, é tipicamente mais eficaz relativamente aos objectivos de desenvolvimento do país?

Em segundo lugar, com a ascensão dos parceiros emergentes, a inovação e a investigação&desenvolvimento já não são domínio exclusivo dos parceiros tradicionais (Hollanders & Soete, 2010). Uma onda de inovação com origem no Sul atingirá os países africanos, por via do comércio, do investimento, e de fluxos migratórios das economias emergentes. Os consumidores africanos comprarão cada vez mais produtos que incorporam tecnologia de base barata, que vai de encontro às necessidades de pessoas pobres (Kaplinsky, no prelo). Por outro lado, Pal (2008) encontra uma tendência para o alargamento do leque de investimento dos parceiros emergentes em África, à medida que vão encontrando mão-de-obra qualificada, mas ainda barata.



... e em foco geográfico

Também existe uma complementaridade entre parceiros tradicionais e emergentes em termos geográficos. A Tabela 6.8A mostra o destino das exportações africanas em 2009, e a distribuição desta parcela pelas regiões africanas. Os parceiros tradicionais estão mais presentes no Norte e no Ocidente do continente, e as novas potências são mais visíveis no Centro, no Leste, e na África Austral. Para as importações africanas (Tabela 6.8A), os parceiros tradicionais são centrais no Norte e na região Austral, enquanto os emergentes deixam a sua marca na África Ocidental e Oriental. Mas a geografia, por si só, não impõe as rotas comerciais: a África Austral está muito mais distante da Europa do que qualquer outra região do continente e, no entanto, é daqui que provêm cerca de 40% das suas importações, um valor acima do registado pela região Ocidental, geograficamente mais perto do continente europeu. Outros factores sistémicos, históricos e culturais desempenham aqui o seu papel.

A China e outras potências emergentes são conhecidas por se envolverem com países tipicamente negligenciados pelos parceiros tradicionais, o que se justifica, parcialmente, pela maior facilidade de penetração nestes mercados. Segundo dados da OCDE, os 10 principais receptores de investimento da OCDE são a África do Sul, o Egipto, a Nigéria, Marrocos, a Argélia, o Congo, a Líbia, as Maurícias, a Tunísia e o Gana. Os maiores receptores de investimento chinês também são, de acordo com os dados do Ministério do Comércio chinês (2010), a África do Sul, o Egipto, a Argélia, as Maurícias e a Nigéria, mas a lista inclui igualmente a Zâmbia, o Sudão, a RD Congo, a Etiópia, a Tanzânia, Madagáscar e a Guiné. Interessantemente, enquanto o Egipto é o segundo destino do IDE dos países da OCDE em África, o *stock* de IDE chinês no país, em 2009 (285 mil milhões de USD) é praticamente igual ao da Etiópia (283.4 mil milhões de USD).

Tabela 6.8a: Distribuição das exportações africanas por tipo de parceiro (2009, em percentagem)

	Exportações (distribuição por parceiro)							
	África Oriental	África Central	Norte África	África Austral	África Ocidental	Total África	Grupo não Petrolif.	Grupo Petrolif.
Total parceiros tradicionais	45.9	52.1	73.6	50	65.6	62	57	62.8
UE25	36.8	19.9	57.5	29.6	33.1	39.5	45.9	38.4
Outros parceiros tradicionais	3.6	3.9	4.9	11.5	3.2	5.6	4.7	5.8
EUA	5.5	28.3	11.2	8.9	29.3	16.9	6.4	18.6
Total parceiros emergentes	34.7	44.2	22.5	31.8	27	29.8	29.7	29.8
China	11.5	29	7.2	14.1	3.3	12	9.4	12.4
India	3.4	6.3	2.9	6.6	9.4	5.5	4.6	5.7
Coreia	2.2	1.8	0.9	1.6	0.5	1.2	1.3	1.1
Brasil	0.1	0.6	1.9	0.6	6.8	2.2	0.7	2.5
Turquia	0.9	0.1	2.5	1.4	1.1	1.5	1	1.6
Outros parceiros emergentes	16.7	6.4	7.1	7.5	5.9	7.3	12.6	6.5
Intra-Africano	19.4	3.7	3.9	18.2	7.4	8.2	13.3	7.4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Valor total (milhares de milhões de USD)	20.4	68.7	144.7	76.9	71.7	382.2	52.7	329.8

Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421451>



Tabela 6.8b: Distribuição das importações africanas por tipo de parceiro (2009, em percentagem)

	Importações (distribuição por parceiro)							
	África Oriental	África Central	Norte África	África Austral	África Ocidental	Total África	Grupo não Petrolif.	Grupo Petrolif.
Total parceiros tradicionais	31.6	51.2	61.6	56.3	45.4	53.1	44.3	56.8
UE25	20.0	41.3	50.6	39.7	33.3	41.1	33.5	44.1
Outros parceiros tradicionais	6.4	2.5	5.0	8.8	5.1	5.5	5.6	5.5
EUA	5.2	7.4	6.1	7.8	7.1	6.5	5.2	7.2
Total parceiros emergentes	41.2	28.6	34.3	34.9	45.5	36.9	40.4	35.6
China	1.3	4.9	2.1	2.3	2.7	2.4	1.8	2.7
India	14.1	12.5	10.5	13.6	18.0	13.2	14.9	12.5
Coreia	10.5	2.7	2.2	3.6	3.7	3.6	5.2	3.0
Brasil	1.5	1.3	3.0	2.0	7.9	3.6	5.7	2.7
Turquia	12.6	6.3	11.3	11.9	12.2	11.2	11.3	11.3
Outros parceiros emergentes	1.3	0.9	5.1	1.5	1.0	2.8	1.4	3.4
Intra-Africano	27.2	20.2	4.2	8.8	9.0	9.9	15.3	7.7
Total	100.0	100.0	100	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Valor total (milhares de milhões de USD)	39.7	33.3	150.2	57.8	77.8	358.9	109.6	249.3

Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421470>

Maior variedade de modalidades de financiamento e cooperação

As potências emergentes fornecem financiamento ao desenvolvimento a África de forma diferente dos parceiros tradicionais. Descobrir e comparar as duas formas é um desafio difícil. A parte dedicada aos fluxos de investimento e de ajuda desta secção explica que o aumento das relações com países que não são membros do CAD/OCDE levou a um alargamento das possibilidades financeiras.

Os parceiros emergentes, segunda a definição utilizada neste relatório, não são membros do CAD/OCDE – a única excepção é a Coreia, que mudou de estatuto quando aderiu ao CAD, em 2010. Este capítulo centra-se em toda a última década, razão pela qual a Coreia é analisada enquanto parceiro emergente. A passagem deste país de parceiro de desenvolvimento emergente a consagrado é sintomática do rápido ritmo de mudança na paisagem das parcerias com África.

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento tem princípios estritos para a condução e contabilização da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). O comité tem estado a negociar princípios de «boas práticas» em diversas áreas. Uma delas é o abrandamento das restrições relativas à compra, por parte dos receptores, de bens e serviços de que necessitam, de forma a que possam comprar onde conseguirem melhor qualidade a mais baixo preço –para desligar a ajuda do comércio. Assim, os créditos concedidos pelos Estados que fazem parte do comité, para a promoção das suas exportações, não são contabilizados como ajuda pública ao desenvolvimento. O apoio ao orçamento, se bem que não seja praticado de forma universal, é considerado melhor do que o financiamento com base em projectos.

Os parceiros emergentes adoptam uma abordagem mais holística à promoção das exportações, ao apoio ao



investimento directo e à concessão da ajuda ao desenvolvimento. Em parcerias com outros países do Sul, em África e noutras regiões, as novas potências económicas colocam em conjunto a negociação e implementação das diversas actividades. A cooperação Sul-Sul baseia-se na noção de um jogo de soma positiva, onde o comércio e o investimento são vistos como formas legítimas e eficazes de desenvolvimento económico, para os dois lados. Para muitos países emergentes, a cooperação para o desenvolvimento é apenas um elemento de um envolvimento mais vasto, que pretende o crescimento do comércio bilateral e o acesso a novos mercados. Os esforços de cooperação internacional são, frequentemente, conduzidos em conjunto com o sector privado. Os subsídios de créditos à exportação, por exemplo, são usados pelos governos para reduzir os riscos de entrada no mercado para as empresas, ou para a redução de custos operacionais, com a criação das necessárias infra-estruturas. (Potter, 2008; Chanana, 2009; Kiala, 2010).

As relações da Europa e da América do Norte com África, desta forma, concentram-se no IDE¹³ e na APD. As potências emergentes ainda não são grandes actores em termos de IDE, mas ultrapassam os parceiros tradicionais em financiamentos alternativos, cujo crescimento tem sido de tal vulto que levou o comité de desenvolvimento da OCDE, em 2011, a começar a trabalhar mais activamente nestes «outros fluxos oficiais» (OOF, ver Zimmermann e Smith, *ibid.*). A China, em particular, utiliza os seguintes instrumentos:

- **Créditos à exportação**¹⁴. Apoio às exportações nacionais na competição por mercados externos. O total dos créditos à exportação dos membros do CAD, entre 2004 e 2008, chegou aos 4.2 mil milhões de USD, dos quais apenas menos de 500 milhões se destinou a África. Num claro contraste, em 2009, a China desembolsou 29.6 mil milhões de USD em créditos à exportação globais. A Índia tem uma maior parcela de IDE clássico e níveis mais baixos de créditos à exportação do que a China (Athukorala, 2009) mas Chanana (2009) salienta que o Export Import Bank (Exim) indiano concedeu linhas de crédito de 2266 milhões de rupias (50 milhões de USD) e 4300 milhões (89 milhões de USD) em 2004 e 2010, respectivamente, dos quais mais de 60% tiveram a África como alvo.
- **Linhas de crédito garantidas por recursos naturais**. O Banco Exim chinês também utiliza exportações de recursos naturais ou acesso preferencial a recursos como garantia para projectos de infra-estruturas e como forma de pagamento de empréstimos. O mais famoso exemplo deste tipo de negócio é a joint venture negociada entre a China e a República Democrática do Congo, em 2007, analisada na Caixa 6.8. Outros exemplos bem conhecidos referem-se às linhas de crédito do Banco Exim para Angola (2 mil milhões de USD em 2004 e 2.5 mil milhões em 2007) para a construção de 1,300 km de ferrovias, 300 km de estradas, hospitais, escolas, habitação social, redes de telecomunicações e investimentos agrícolas. Estas linhas de crédito foram garantidas através de exportações de crude (Brautigam 2010a). Esta forma de financiamento, anteriormente utilizada pelo Japão na China, ficou conhecida como «modelo angolano» ou negócios «recursos por infra-estruturas» (R4I).
- **‘Créditos mistos’**. Os parceiros emergentes utilizam igualmente pacotes financeiros que combinam empréstimos concessionais e a taxas de mercado. (Brautigam, 2010a). A China é o parceiro mais activo na utilização de mecanismos híbridos de financiamento, incluindo misturas de IDE e créditos à exportação, com este último a ter, por vezes, elementos concessionais. Brautigam (2010b) estima o valor de empréstimos puramente concessionais, empréstimos a taxa zero e compromissos de subsídios da China para África (excluindo alívio da dívida) em mil milhões de USD (2007), 1.4 mil milhões (2008) e 2.1 mil milhões (2009). A mesma autora estima igualmente que os compromissos relativos a créditos à exportação somaram 2 mil milhões de USD, entre 2007 e 2009, enquanto os financiamentos não concessionais atingiram 5 mil milhões anuais. Tudo somado, todos estes fluxos financeiros alternativos chegaram a um compromisso anual médio de 7.1 mil milhões de USD, no período 2007-2009, um valor muito mais elevado do que a estimativa equivalente de Smith e Zimmermann-CAD de 1.9 mil milhões para 2009 - uma estimativa global, não apenas para África - que apenas tem em consideração o financiamento concessional (Tabela 3.2).

Outra questão avançada é o facto de os parceiros emergentes oferecerem, por vezes, um duplo benefício: um horizonte temporal mais largo, que permite um período de carência, combinado com a eficiência de um sector privado orientado para o lucro. Este método dá aos países africanos um maior potencial para uma subida na cadeia de valor, combinando a extracção de recursos com o valor acrescentado gerado pela construção de indústrias de processamento, como refinarias e complexos petro-químicos. Assim, desenvolvem-se projectos que, de outra forma, os actores privados teriam grande relutância em implementar. Os exemplos mais marcantes da China incluem a linha de crédito concedida à RD Congo em 2007, num valor superior a 6 mil milhões de USD, para projectos como a construção de 6000 km de estradas, ligando Kinshasa ao Leste do país, 3000km de ferrovias, hospitais, escolas e habitação social (Marysse e Geenen, 2009). Em 2010, a China realizou um negócio de 23 mil milhões de USD com a Nigéria, para a construção de 3 refinarias e de um complexo petro-químico. Por outro lado, algumas destas novas modalidades, como os negócios recursos por infra-estruturas, estão a levar os países africanos ricos em recursos a reinvestirem, pelo menos, uma parte das suas receitas no desenvolvimento nacional.



Os outros parceiros emergentes estão cada vez mais a imitar o modelo chinês de mistura de ajuda com investimento, se bem que a uma escala mais reduzida. Em 2007, por exemplo, o Senegal celebrou um acordo com o governo indiano e com a Arcelor Mittal de 2.2 mil milhões de USD, para lançar um projecto de extracção de minério de ferro, acompanhado de planos para a construção e renovação de linhas de caminhos-de-ferro, e para a construção de um complexo siderúrgico e de um porto. O nota desta edição das PEA referente a São Tomé e Príncipe reporta a emissão de uma linha de crédito indiana de 5 mil USD e a concessão de um subsídio de 1 milhão de USD para a criação de um «centro de incubação tecnológico» para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas e para cooperação técnica na agricultura, em infra-estruturas e no sector dos hidrocarbonetos. Em 2010, o governo do Gabão anunciou um investimento de 3.5 mil milhões de euros por multinacionais da Índia e de Singapura, para a construção de mil quilómetros de estradas, 5000 habitações sociais e a criação de uma Zona Económica Especial para o processamento de óleo de palma. Em contraste, o Brasil segue uma abordagem mais tradicional, separando de forma mais clara a ajuda do investimento. As práticas de cooperação dos países árabes são tipicamente mais próximas do modelo Ocidental, sendo certo que os sectores mais escolhidos para a ajuda, i.e, telecomunicações e turismo, reflectem mais as vantagens comparativas dos doadores do que as prioridades de desenvolvimento dos receptores. Um caso que se destaca é o investimento de 540 milhões de USD na RD Congo, por parte da Rakeen, uma empresa dos Emirados Árabes Unidos, para a construção de um complexo hoteleiro e de vários centros comerciais (AFP).

O impacto destas diferentes práticas e do alargamento do espectro de actores na governação global da ajuda ao desenvolvimento é explorado na Caixa 6.1.

Caixa 6.2. A governação global da cooperação para o desenvolvimento: padrões em mudança

A abordagem mais integrada dos parceiros emergentes às parcerias de desenvolvimento não é tão estranha aos actores tradicionais como pode parecer à primeira vista. Desde logo, eles próprios utilizavam a ajuda ligada. Os parceiros tradicionais começaram a desistir desta prática com o «pacote de Helsínquia», de 1991, de acordo com o princípio de que a ajuda ligada distorcia o comércio, frequentemente em detrimento do receptor (Morrisey, 1993). Por outro lado, sempre existiu algum grau de diversidade na filosofia e na prática dos membros da OCDE. O Japão e a Coreia mostraram tradicionalmente mais simpatia pela combinação entre o comércio, o financiamento e a cooperação do que as suas contrapartes ocidentais. Parcialmente, trata-se de um reflexo da sua própria experiência de desenvolvimento económico e da tentativa de tirar o melhor partido das suas parcerias de desenvolvimento. Talvez influenciados pelas novas potências, alguns actores tradicionais estão a procurar novas sinergias entre a ajuda e outros fluxos oficiais, incluindo créditos à exportação, para promover o acesso dos países em desenvolvimento a financiamento de longo-prazo. Alguns destes ajustamentos podem ser datados por referência ao aumento do envolvimento dos parceiros emergentes. Como algumas parcerias bilaterais, também o Banco Mundial dá um novo destaque ao sector privado das regiões, à criação de emprego e à competitividade. A agricultura e o desenvolvimento rural, bem como as infra-estruturas, surgem agora de forma mais proeminente nas carteiras dos doadores tradicionais do que o que sucedia na última década.

Em contraponto, mesmo não havendo provas de uma aproximação aos padrões Ocidentais, as nações emergentes estão em rápida mudança e a incorporar algumas das práticas e padrões do Comité da OCDE. Com a progressiva maturidade da sua cooperação para o desenvolvimento, estão a enfrentar alguns dos desafios que se colocaram à Europa e à América do Norte: coerência entre programas de cooperação e objectivos estratégicos nacionais, controlar uma grande variedade de actores, proteger a imagem pública do país enquanto parceiro de desenvolvimento. Estes desafios são mais sentidos nos grandes países, com o envolvimento de diversos departamentos governamentais com um grande número de parceiros de desenvolvimento. Alguns países não OCDE começaram, assim, a usar os seus padrões, por exemplo, para o registo de ajuda ao desenvolvimento. Os Emirados Árabes Unidos começaram a reportar a ajuda em 2010. Outros, como o Brasil, estão a optar por registar a ajuda ao desenvolvimento segundo princípios próximos, ou mesmo inspirados, aos da OCDE. Um crescente número de parceiros emergentes estão a criar instituições como os comités de ajuda ao desenvolvimento para analisar e dirigir os seus quadros de ajuda.

Está, deste modo, a emergir um novo cenário de cooperação internacional. Primeiro, os parceiros emergentes estão a oferecer formas alternativas de cooperação aos países africanos. Segundo, os parceiros tradicionais, mesmo continuando a respeitar os seus princípios de eficácia da ajuda, coerência de políticas para o desenvolvimento e ajuda desligada, estão a acolher estas novas parcerias de desenvolvimento (OECD, 2011) e decidiram promover a aprendizagem mútua com os emergentes (Declaração de Bogotá, Março de 2010). Um bom exemplo desta institucionalização de partilha de experiências é o Grupo de Estudo China-CAD¹⁶.



Com a incerteza que reina, não é provável que surja um único paradigma para a cooperação internacional, num futuro próximo – o que não é necessariamente uma má notícia. Na perspectiva dos países africanos, é duvidoso que um tal paradigma fosse, de qualquer forma, desejável. Algumas vezes importantes em África, na verdade, vêem a ascensão e o sucesso dos parceiros emergentes como forma de acelerar a acção dos parceiros tradicionais no cumprimento da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda. Entretanto, alguns parceiros emergentes estão a adoptar princípios e práticas similares aos dos parceiros tradicionais. Uma repercussão negativa para África poderia ser o abrandamento da implementação da Declaração de Paris por parte dos parceiros tradicionais, usando como argumento a «pouca ortodoxia» dos parceiros emergentes. Neste contexto, os doadores do CAD repetiram o seu compromisso relativamente à Declaração de Paris. A Agenda de Acção de Accra, de 2008, convidou agentes da cooperação Sul-Sul para ajudarem a desenhar a agenda da eficácia da ajuda. O Fórum de Alto Nível de Busan (HLF-4, 2011) também foi concebido como passo para o desenvolvimento de um entendimento comum da «eficácia da ajuda».

Fonte: Centro de Desenvolvimento da OCDE

Os parceiros emergentes, e a China em particular, são vistos como entregando «projectos chave na mão» e como sendo mais rápidos do que os parceiros tradicionais. A nota sobre o Benim deste relatório, por exemplo, sublinha o facto de que, de uma forma geral, os parceiros emergentes são menos burocráticos do que os tradicionais. Outra importante diferença entre emergentes e tradicionais é relativa à utilização da condicionalidade política, um elemento importante dos programas de ajuda bilaterais e multilaterais dos parceiros tradicionais desde a década de 80 (Nissanke, 2010). No entanto, a relutância dos emergentes na imposição de condições não significa uma falta de controlo nos projectos. Os dados apontam para o alto grau de exigência dos agentes chineses quando se trata da utilização e implementação de linhas de crédito (Aguilar e Goldstein, 2009). Para além disso, os parceiros emergentes actuam mais com ajuda a projectos do que com ajuda a programas. Em consequência, os fundos são canalizados directamente para as empresas contratantes dos parceiros emergentes, o que é um forte incentivo a uma conclusão com sucesso dos projectos e reduz os riscos de indevida apropriação de fundos. Os dois acordos do Banco Exim da China em Angola, por exemplo, especificam que 70% dos contratos de engenharia civil devem ser atribuídos a empresas chinesas e pelo menos 50% dos custos de produção devem ser supridos pela China, uma parcela que, na prática, ainda é maior (Tan-Mullins *et al.*, 2010). Mas, não existem dados que sustentem que a cooperação dos parceiros emergentes seja mais eficaz, de forma sistemática. As notas das PEA em relação a Angola e à Guiné Equatorial apontam para algumas preocupações expressas sobre a qualidade dos projectos chineses¹⁷.

Pode a cooperação triangular maximizar as complementaridades entre parceiros emergentes e tradicionais? A nota das PEA sobre Cabo Verde refere um projecto de um centro tecnológico que diversos parceiros tradicionais e emergentes – aqueles forneceram o financiamento, estes o *know-how*, mais adaptado ao contexto africano. A nota sobre Moçambique refere a cooperação triangular do Brasil em projectos de investigação para o aumento da produtividade agrícola, nomeadamente com o Japão e a África do Sul. A Caixa 6.2 desenvolve mais a questão do potencial da cooperação triangular.

Caixa 6.3. Cooperação triangular: tirar partido da complementaridade entre os parceiros tradicionais e emergentes de África.

De uma forma geral, a cooperação triangular é concebida como cooperação internacional envolvendo três parceiros, com o objectivo explícito de promover o desenvolvimento – por vezes expressamente referidos como parceiros tradicionais, emergentes e beneficiários (cf. Altenburg/Weikert 2007).

Os principais benefícios da cooperação triangular centram-se no desenvolvimento de capacidades e na aprendizagem mútua: «a cooperação Sul-Sul e trilateral são novas modalidades de ajuda que podem ter um forte potencial para o desenvolvimento de capacidades» (mensagens centrais do Fórum Ministerial de Alto Nível de Accra; comparar também com Altenburg/Weikert 2007). O país desenvolvido pode funcionar como mero financiador para o que poderia ser visto essencialmente como Cooperação Sul-Sul, ou pode participar activamente, contribuindo com a sua *expertise* e apoio técnico ao projecto.

A cooperação trilateral pode igualmente aspirar à utilização da *expertise* específica que os doadores emergentes estão a trazer para o palco (UNDP 2004; Fordelone, 2009). Neste contexto, o ECOSOC sustenta que os doadores emergentes, que ainda estão em processo de desenvolvimento, «podem estar em melhor posição e ter uma experiência relevante para responder às necessidades e problemas dos países»¹⁸ (ECOSOC 2008, 15; para um debate sobre as vantagens das tecnologias intermédias, ver CUTS-



CITEE 2005, 4). Considera-se que os parceiros emergentes que receberam ajuda no passado (ou que ainda a recebem) trazem consigo experiência e *know-how* quando se trata de aconselhar os países em desenvolvimento: partilham, frequentemente, características e linguagens económicas, sociais e políticas, o que lhes permite adaptar a sua ajuda às condições locais, com baixos custos de transacção.

Ainda são raros os exemplos de cooperação para o desenvolvimento de alto nível no quadro trilateral, e, no momento, existem particularmente em programas de cooperação de pequena escala, sobretudo em formação e capacitação. No entanto, é certo que vários países estão a procurar activamente a cooperação trilateral, numa tendência crescente – entre estes contam-se o Brasil, a África do Sul ou o México. Outros, como a China, parecem ser mais cautelosos na sua abordagem à cooperação trilateral – o que pode ter origem no facto de considerarem o seu sucesso em África como fruto da dissociação relativamente aos «parceiros tradicionais», com uma narrativa onde consta a ausência de laços coloniais com o continente, e de se assumirem igualmente como países em desenvolvimento. Uma cooperação mais estreita com os Estados Ocidentais poderia por em causa esta posição alternativa. Os Estados africanos têm uma preocupação explícita sobre a cooperação trilateral, pois pode reduzir a sua margem de manobra, ao integrar os parceiros num só grupo.

Fonte: Sven Grimm e Sanne van der Lugt, Centre for Chinese Studies, Universidade de Stellenbosch



Industrialização, dívida e governação: Mais receios do que danos

Apesar da grande diversidade de parcerias poder ser benéfica para o desenvolvimento de África, existem receios de que a intensa interacção com os novos parceiros possa não só aumentar a sobre-especialização do continente em matérias-primas não processadas, mas também minar o paciente trabalho dos parceiros tradicionais na redução da dívida e afectar a qualidade da governação. Os resultados mantêm-se em aberto nestas três dimensões. Apesar de não existirem provas consolidadas destes receios, os riscos existem efectivamente, requerendo o aumento da cooperação entre os decisores políticos africanos e o reforço da transparência por parte de todos os parceiros.

Novas oportunidades para a indústria africana

Os dados disponíveis sugerem um optimismo cauteloso. Nos últimos 10 anos, os produtos manufacturados em África duplicaram, tendo como destino principal as economias emergentes, em detrimento das potências tradicionais. No entanto, a diversificação económica do continente continua a ser um desafio. À medida que África se integra na economia mundial e se posiciona na cadeia de valor global (CVG)¹⁹, serão inevitáveis duros ajustamentos em alguns subsectores e segmentos do mercado de trabalho.

O aumento das importações chinesas em África e de outros parceiros emergentes pode ser considerado como produção em vez de desvio de comércio (Berthélemy, 2009). A ajuda financeira e de desenvolvimento da China funciona como um subsídio às exportações chinesas para África, ou seja, uma distorção em relação ao livre comércio. Através da criação de comércio, a produção interna é cada vez mais substituída por importações provenientes de um país parceiro mais eficiente, o que faz com que o país comece a importar dentro de um bloco comercial do qual não importava anteriormente. Nos casos de desvio, a distorção do livre comércio conduz à substituição de importações inicialmente mais baratas e oriundas de países terceiros por produtos comparativamente mais caros dentro de um bloco comercial (Viner, 1950).

Os produtos manufacturados no Sul contribuem para a melhoria do bem-estar dos consumidores africanos através dos seus preços e utilidade. A análise do Malawi neste relatório demonstra como a presença de parceiros emergentes permitiu aos malawianos aceder a uma maior variedade de bens e serviços. Por exemplo, os medicamentos genéricos indianos são mais baratos do que outras marcas de parceiros tradicionais. Em termos globais, a China tornou-se, durante a última década, no maior fornecedor individual de produtos manufacturados em África, representando cerca de 1/5 de todas as importações africanas (ver tabela 6.9a).

Tabela 6.9a: Importações africanas de produtos manufacturados por origem (2000-09, em percentagem)

	2000	2005	2008	2009
Total parceiros tradicionais	75.5	67.1	60.5	58.8
UE25	57.4	51.9	46.6	46
EUA	9.5	7.5	6.8	6.8
Outros parceiros tradicionais	8.6	7.7	7.1	6
Total parceiros emergentes	24.5	32.9	39.5	41.2
China	5.8	11.9	18.4	19.5
Outros parceiros emergentes	18.7	21	21.1	21.7
Total	100	100	100	100
Valor total (milhares de milhões de USD)	72.7	140.4	249.5	219.6

Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421489>

Entre 2000 e 2009, o comércio africano foi maioritariamente dominado pelo rápido aumento das exportações de petróleo provocado pela subida dos preços médios de venda de 35 USD em 2000 para 100 USD em 2009. No



entanto, esta tendência tende a encobrir o facto das exportações africanas de manufacturas - incluindo máquinas, equipamentos de transporte e matérias-primas processadas, mas excluindo as do sector alimentar (SITC 6 - 9) - terem praticamente duplicado o seu valor nominal entre 2000 e 2009, altura em que o comércio entre os países africanos e as potências emergentes igualou o comércio com os parceiros tradicionais (figura 6.8).

Grande parte do aumento das exportações de manufacturas foi absorvido pelos parceiros emergentes, particularmente pelos de menor dimensão. Esta tendência reflecte a visão global deste relatório relativamente aos parceiros emergentes, o que corresponde a uma visão inclusiva de todos os parceiros do Sul e não apenas da China ou de alguns «gigantes». O envolvimento de países emergentes numa escala inferior à da China, da Índia, do Brasil, da Coreia ou da Turquia representa no seu conjunto um importante papel na diversificação da produção africana. A tabela 6.9b em baixo compara as percentagens relativas dos parceiros emergentes e dos parceiros tradicionais nos mercados de exportação de manufacturas em África (em oposição aos volumes absolutos registados na figura 6.8). Em 2000, África exportou 3.4% de produtos manufacturados para a China e 14.8% para outros parceiros emergentes. Em 2009, estes valores tinham aumentado respectivamente para 11.3% e 22.7%, grande parte em detrimento da União Europeia e, em menor escala, dos EUA.

Tabela 6.9b: Exportações africanas de produtos manufacturados, por destino (2000-09, em percentagem)

	2000	2005	2008	2009
Total parceiros tradicionais	81.8	76.7	69.2	66
UE25	58.4	54.3	47.3	46.6
EUA	14.3	11.8	12	10.3
Outros parceiros tradicionais	9.1	10.6	9.9	9.1
Total parceiros emergentes	18.2	23.4	30.8	34
China	3.4	5.3	7	11.3
Outros parceiros emergentes	14.8	18.1	23.8	22.7
Total	100	100	100	100
Valor total (milhares de milhões de USD)	39.3	68.9	104.1	75.8

Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.

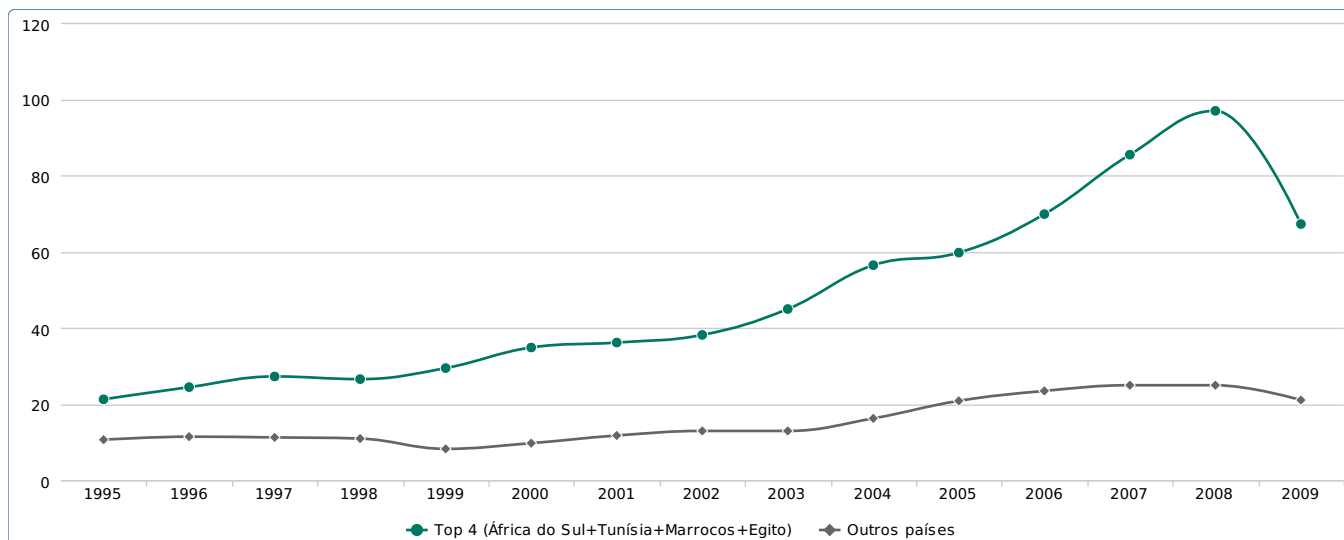
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421508>

A África exporta uma percentagem cada vez maior de manufacturas para os países em desenvolvimento. Comparativamente aos parceiros tradicionais e, para além da China, outros parceiros emergentes têm importado uma quantidade cada vez mais diversificada de produtos africanos. Contrariamente, a percentagem de exportações diversificadas de manufacturas africanas para a UE a 25 membros, para os EUA e para a China tem vindo a diminuir desde 2000.

É possível registar algum progresso no desempenho de África em termos de exportação de manufacturas. Porém, e apesar da tendência ascendente das exportações do continente, estas permanecem concentradas num pequeno número de países. Os Estados africanos necessitam assim de atrair um vasto número de parceiros emergentes e de envolver outros países do Sul. Tal como a figura 6.9 ilustra, os principais exportadores industriais em África apresentam uma fase significativa de «arranque» (take-off) na exportação de manufacturas, incluindo-se entre eles a África do Sul, a Tunísia, Marrocos, o Egipto, a Argélia e as Maurícias; o mesmo padrão é aplicável ao resto do continente visto como um todo. Enquanto a maioria dos países começa num nível muito baixo, o ritmo do crescimento é actualmente da mesma ordem de magnitude desde 2000. Os dados mais recentes de 2009 devem ser interpretados com particular cuidado devido ao impacto da crise internacional.



Figura 6.9: Exportações africanas de bens manufacturados (1995-2009)



Fonte: Cálculos do Centro de Desenvolvimento da OCDE, com base em dados ComTrade.

O reequacionar das relações económicas de África com os parceiros emergentes pode dar origem a novas oportunidades de diversificação para o continente.

1. Os preços elevados das matérias-primas permitiram a acumulação de moeda estrangeira destinada ao financiamento das importações de bens de capital necessários para a melhoria da situação económica;
2. Os países emergentes estão a tornar-se em grandes fontes de inovação para a África. A percentagem de investigação e desenvolvimento global conduzida nos países em desenvolvimento tem aumentado substancialmente, permitindo a difusão de tecnologias mais adaptadas ao aumento da procura dos consumidores que representam a «base da pirâmide» económica. Há quatro décadas atrás, a percentagem de investigação e desenvolvimento global que tinha lugar no mundo em desenvolvimento era apenas de 2% e, mesmo grande parte desse valor, era dedicado à satisfação das necessidades dos consumidores de elevado rendimento (Singer e al., 1970). Em 2010, a mesma percentagem aumentou para mais de 1/5 (Hollanders e Soete, 2010), tendo como uma das suas causas principais o rápido crescimento da procura pelas populações mais pobres, principalmente na China e na Índia. Cirera e Markwald (ibid.) defendem também que o comércio intra-africano cria oportunidades adicionais para a diversificação e o desenvolvimento tecnológico entre o Sul. Um dos exemplos da adaptação tecnológica está na utilização de carregadores solares de telemóveis ligados a novas tecnologias LED na África ocidental. Um sistema desenvolvido pela China permite, por menos de um dólar por dia, carregar três telemóveis e fornecer luz eléctrica a uma família sem ligação a nenhuma rede de energia. Para os consumidores, estes benefícios não se limitam a bens de consumo, uma vez que os telemóveis são também importantes bens de capital na agricultura, enquanto a electricidade facilita a aprendizagem das crianças em casa e na escola. Várias secções do AEO por país concluem que os parceiros emergentes contribuem para a transferência de tecnologia e para a diversificação económica. No caso do Uganda isso verifica-se através da criação de emprego, de maiores receitas de exportação, da diversificação da capacidade produtiva e transferência de tecnologia; na Namíbia concretiza-se através da tecnologia e da inovação, do emprego e da diversificação económica.
3. As diásporas das novas potências económicas são uma importante fonte de transferência tecnológica através do seu conhecimento tácito e especializado. As novas técnicas introduzidas na agricultura por pequenos investidores chineses são um bom exemplo desta transferência.
4. Os países africanos ambicionam Zonas Económicas Especiais²¹ e o modelo de desenvolvimento chinês, procurando atrair investimento externo e aumentar a transferência de tecnologia, conhecimento e competências (Brautigam e Tang, 2011). As zonas especiais podem combinar infra-estruturas de topo e procedimentos administrativos mais rápidos com incentivos fiscais que contribuam para ultrapassar as barreiras do desenvolvimento africano (Brautigam, Farole e Tang, 2010). A criação de emprego é outro dos objectivos principais dos países africanos, conforme demonstra o caso do projecto Lekki na Nigéria (World



Bank, 2011). Finalmente, as zonas especiais estão ligadas à economia local não só através de serviços financeiros, de logística, expedição e seguros, mas também através da contratação de serviços locais de transporte, saúde, restauração e habitação por parte das empresas estrangeiras. As análises das PEA por país assinalam o processamento de minerais na Zâmbia e de mármore no Egito em zonas económicas especiais.

Para aproveitar estas oportunidades é necessário promover ajustamentos e ultrapassar alguns obstáculos. As diferenças de produtividade entre os países africanos e as potências económicas emergentes podem reter a diversificação dos bens comercializáveis. Enquanto os consumidores africanos beneficiam do acesso a importações de bens de consumo e de vestuário mais baratos por parte dos novos parceiros, a integração progressiva das economias africanas na cadeia de valor global pode contribuir para manter as economias africanas confinadas às secções mais inferiores dos processos produtivos. O aço é o produto mais sofisticado que a África do Sul envia em quantidades significativas para a China. O novo triângulo no sector do comércio têxtil representa outro exemplo (figura 6.10). São principalmente os países da África ocidental que exportam algodão cru para a China, a qual se transformou de um importante produtor num importador líquido a longo-prazo (fluxo 1 na figura em baixo). O fio de algodão e os tecidos regressam ao sudeste do continente (fluxo 2) principalmente como componentes de fábricas de baixa tecnologia geridas por chineses e que têm como destino o mercado norte-americano (fluxo 3). O quarto fluxo consiste na importação de vestuário barato para o conjunto do continente africano.

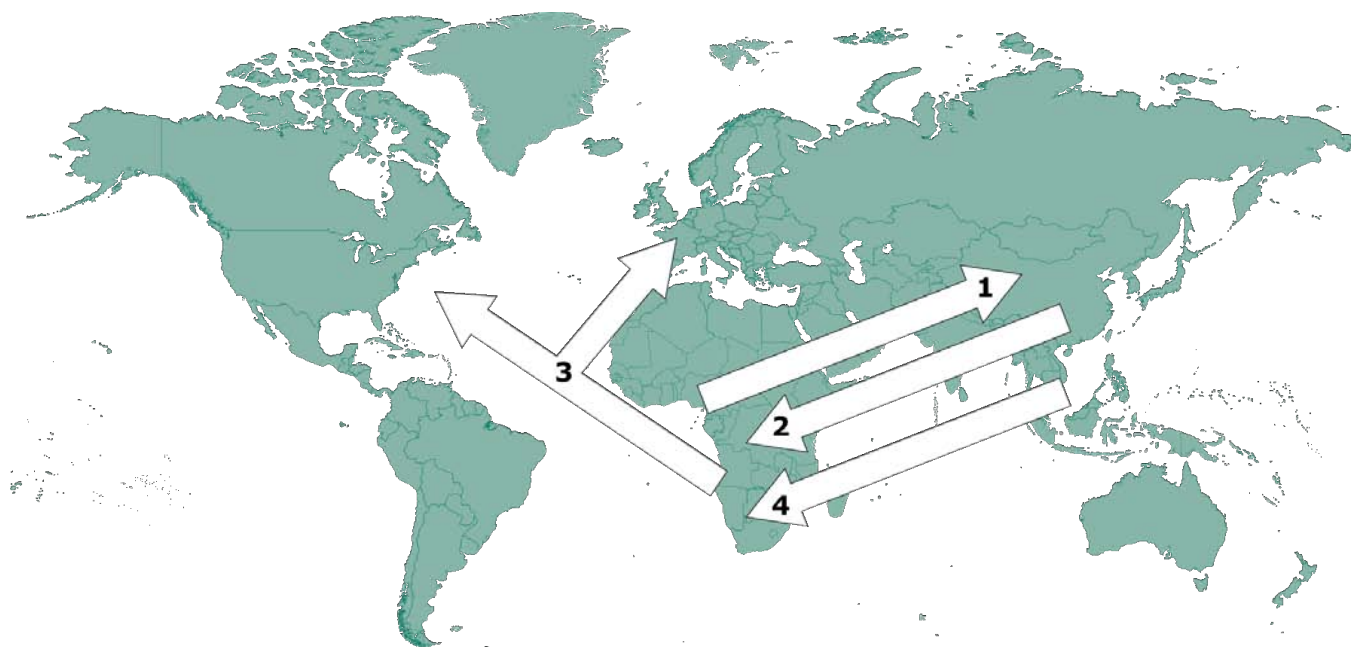
Caixa 6.4. Canais de tecnologia e divulgação de conhecimentos

- Rotatividade: os trabalhadores empregados ou treinados por firmas estrangeiras transferem novas competências para as firmas locais através da sua mudança de emprego ou contribuem para a difusão de tecnologia através da criação das suas próprias empresas;
- Efeitos de demonstração: as firmas locais adoptam as tecnologias mais avançadas dos investidores estrangeiros, imitando-as e invertendo o funcionamento tecnológico;
- Ligações verticais: as empresas estrangeiras podem transferir tecnologia para fornecedores locais dos seus inputs ou compradores dos seus produtos finais. Em particular, os fluxos de investimentos das PME's dos países emergentes podem representar uma perspectiva promissora, especialmente se forem adequadamente apoiados por políticas públicas.

Fonte: Saggi (2002).



Figura 6.10. O novo triângulo do comércio chinês de têxteis



- 1- Importações de algodão da África (ocidental)
- 2- Fio de algodão e exportações têxteis para África (matéria-prima para 3)
- 3- Exportações de vestuário por empresas chinesas em África para os EUA (AGOA) e a UE
- 4- Exportações de vestuário para África (consumo final)

Source: Asche (a publicar). Este mapa é para fins ilustrativos e não envolve reconhecimento de estado ou soberania sobre todo o território abrangido.

De acordo com McCormick, não existe uma resposta definitiva para a questão dos acordos de África com economias emergentes beneficiarem ou prejudicarem a industrialização do continente. O comércio, o investimento directo estrangeiro e a ajuda ao desenvolvimento podem ter efeitos diferentes e, até mesmo, contraditórios. O seu impacto depende de factores como as modalidades de colaboração, a adaptação dos projectos e programas à capacidade de ambas as partes, a existência de acordos institucionais adequados e a adesão geral aos princípios de entendimento mútuo, do respeito e da transparência. Os países devem apoiar-se nas potencialidades existentes para o seu processo de industrialização. A produção de manufacturas em África tende a ser intensiva no factor trabalho e está ligada a produtos simples como alimentos processados, têxteis, calçado, mobília e produtos metais básicos. As potencialidades podem ser encontradas em matérias-primas, capacidades inovadoras ou competências tradicionais que podem ser adaptadas a novos produtos. A caixa 6.4 apresenta dois exemplos diferentes para ilustrar como uma estratégia pode funcionar ou descarrilar pela competição de economias emergentes.

O risco dos elevados preços das matérias-primas poderem exacerbar a sobre-especialização de África em recursos naturais pode estar a ser exagerado. O forte aumento das matérias-primas entre 2003 e 2008 deveu-se maioritariamente à procura crescente da China e da Índia (Farooki, 2010). Este «superciclo» de matérias-primas aumentou o risco dos países africanos contraírem a «doença holandesa» (Dutch disease) - uma situação onde a entrada de moeda estrangeira decorrente das exportações de recursos naturais faz aumentar a valorização da moeda interna e cria pressão sobre os salários, reduzindo a competitividade dos restantes sectores produtivos que não estão ligados aos recursos (Corden e Neary, 1982). Porém, e na prática, os efeitos da Dutch disease provocada pelo aumento do consumo das potências emergentes são normalmente limitados. Em primeiro lugar, as pressões sobre os salários tendem a ser reduzidas uma vez que a China emprega uma grande parte dos seus trabalhadores nacionais nos projectos ligados aos recursos como acontece, por exemplo, com a construção de infra-estruturas (Christensen, 2010). Em segundo lugar, dado que as actividades comerciais externas ao sector dos recursos estão ainda subdesenvolvidas em África, a principal questão é aumentar a produção nestes sectores, ao invés de evitar choques externos resultantes da valorização da moeda interna (Goldstein et al.,



2006). Em terceiro lugar, o investimento chinês nos recursos tem, na verdade, financiado a construção de infra-estruturas necessárias, removendo constrangimentos ao crescimento. Apesar da economia angolana permanecer altamente dependente dos recursos, em 2010, e pelo terceiro ano consecutivo, o sector não-petrolífero cresceu a um ritmo mais rápido do que o sector petrolífero (ver secção sobre Angola). Finalmente, em quarto lugar, não existem provas de que os parceiros emergentes sejam responsáveis por algum tipo de «maldição» política associada aos recursos, ou de que a governação nos países africanos tenha piorado devido às novas economias.

Caixa 6.5. O impacto dos parceiros emergentes nas manufacturas africanas: dois exemplos em contraste

Indústria de vestuário: perda para a China. Alguns países tentaram utilizar os benefícios do AGOA para construir ou reavivar a indústria de exportação de vestuário intensiva no factor trabalho. A estratégia permitiu que países como as Maurícias, Madagáscar, o Quénia, o Lesoto e a Suazilândia aumentassem de forma firme as suas exportações de vestuário. No entanto, desde o fim do Acordo Multi-fibras no início de 2005, a China aumentou fortemente as suas exportações de vestuário para os Estados Unidos e para a Europa. A análise dos dados COMTRADE indica que, entre 2005 e 2009, as exportações chinesas para os EUA aumentaram em 457%, elevando-se de 2.1 mil milhões de USD para 11.9 mil milhões. Ao mesmo tempo, os países africanos que tentavam aceder ao mercado norte-americano viram a sua quota de mercado cair de 2.6% para 1.3%. O vestuário é assim um dos sectores onde o efeito competitivo indirecto do comércio chinês tem travado o desenvolvimento das exportações africanas.

Produção de sapatos para o mercado da Etiópia: o sucesso de pequenos países com boas competências. Tal como vários países africanos, a Etiópia registou um fluxo intenso de importação de sapatos chineses no início de 2000 (Gebre-Egziabher 2007; Sonabe et al. 2009). No entanto, em contraste com os países vizinhos, a Etiópia recuperou o controlo do mercado interno e estabeleceu-se como um exportador credível de sapatos de pele para a Europa e para a América do Norte. Este sector está bastante desenvolvido na Etiópia, onde existe uma grande quantidade de população animal (Bini, 2004). No início de 2000 o sector da pele animal começou a melhorar e o subsequente desenvolvimento da indústria de sapatos foi motivado não só pelo crescimento das fábricas de sapatos existentes, mas também pela entrada de novos produtores (Sonabe et al 2009). Grande parte dos novos produtores pertencia a uma segunda geração de produtores de sapatos e, se por um lado, conheciam já a indústria, por outro possuíam um nível de educação superior aos dos seus progenitores. Os novos empresários estavam dispostos a introduzir novas ideias em termos de design do produto, de métodos de produção, de gestão do trabalho, de marketing e de comercialização, com o objectivo de competir com as importações e com as micro-empresas. O *cluster* emergente de sapatos em Addis Abeba beneficiou da disponibilidade de matérias-primas, da experiência e das competências dos empresários deste sector e da sua capacidade e disponibilidade para inovar, principalmente no que diz respeito à melhoria da qualidade produtiva (ver também UNIDO, 2009).

Fonte: McCormick (a publicar).

As zonas económicas especiais em África não revelaram ainda o seu potencial para a transferência de tecnologia, para a criação de empregos e de valor acrescentado. Em 2010 estavam a ser criadas 6 zonas económicas especiais em África, com o apoio da China (tabela 6.11). No entanto, não se espera que todas elas sejam bem sucedidas devido às mesmas razões pelas quais as zonas de exportações nem sempre têm promovido a diversificação com sucesso. Tal como explica Ancharaz (a publicar), saber se os benefícios económicos das zonas especiais permitirão reembolsar os custos das redes de estradas, de serviços e de comunicações, continua a ser uma questão em aberto. O número de zonas económicas especiais em África é demasiado pequeno para despoletar uma vaga de industrialização a nível continental. As oportunidades para a divulgação de tecnologias são mais limitadas em casos onde as empresas locais não têm acesso a estas zonas - como no caso das Maurícias - ou quando a participação nas mesmas está restrita, conforme acontece noutras situações (Ancharaz, a publicar).

Os custos fiscais das zonas especiais necessitam de ser revistos, bem como o peso que impõem sobre as infra-estruturas existentes. O *African Economic Outlook* de 2010 destacou os riscos de tratamento diferenciado entre os detentores locais e estrangeiros de capital, em termos da mobilização de recursos públicos. Os governos vão certamente perder receitas fiscais provenientes das zonas especiais devido aos vários benefícios fiscais atribuídos às empresas das economias emergentes. Para além disso, enfrentam encargos de dívida mais pesados devido aos empréstimos contraídos para financiar infra-estruturas e serviços.

Os benefícios da transferência de conhecimentos e competências através das zonas económicas especiais depende da forma como estas são construídas (Brautigam e Tang, 2011). Os governos africanos devem envolver



os parceiros locais de desenvolvimento de forma estratégica, atraindo investidores locais, estabelecendo ligações com institutos de investigação e desenvolvimento, planeando transferências das relações accionistas a longo-prazo, tal como a China fez com as zonas especiais que criou, por vezes com parceiros de Singapura. Para além disso, as zonas económicas devem fazer parte de um plano de desenvolvimento regional mais alargado. A zona de livre comércio Lekki na Nigéria é apresentada como parte do desenvolvimento de uma nova cidade na península Lekki. O objectivo é construir uma zona de livre comércio e uma cidade internacional para o desenvolvimento de comércio, turismo e indústrias. Para que estas zonas beneficiem o continente, os governantes necessitam de conceder fortes incentivos às economias emergentes, utilizando a mesma estratégia de stick-and-carrot que teve tanto sucesso na promoção do investimento privado nas próprias potências emergentes. A zona Jin Fei desenvolvida pelos chineses nas Maurícias faz parte de um esforço do governo para atrair investimento estrangeiro e para tirar proveito da posição do país como ponto de acesso entre a Ásia e a África. O acordo especifica que, caso os agentes de desenvolvimento não cumpram os indicadores desejados, incluindo a obtenção de cerca de 700 milhões de USD dentro de 8 anos, terão de devolver a região ao governo (World Bank, *ibid*).

Tabela 6.10. Resumo das Zonas Oficiais de Cooperação Económica e Comércio China-África

País/ Zona	Investimento Total	Início do planeamento	Estado actual	Actores envolvidos no desenvolvimento	Área de Indústria
Zâmbia, Chambishi	410 milhões USD	2003	Em curso/ em construção	China Non-ferrous Metal Mining Group	Cobre e indústrias mineiras relacionadas
Zâmbia, Lusaka	Subzona	Não disponível	Em construção	China Nonferrous Metals Corporation	Vestuário, utensílios alimentares, tabaco e equipamento electrónico
Nigéria, Lekki	369 milhões USD	2003	Em construção	China Civil Engineering Construction, Jiangning Development Corporation, Nanjing Beyond, China Railway	Equipamento de transporte, indústria têxtil e ligeira, utensílios domésticos e telecomunicações
Nigéria, Ogun	500 milhões USD para a primeira fase	Início de 2004	Em construção	Guangdong Xinguang, South China Developing Group	Materiais de construção e cerâmica, instrumentos de ferro, processamento de madeira, medicina, computadores e iluminação
Maurícias, Jin Fei (originalmente Tianli)	940 milhões USD	2006-07	Em construção	Shanxi-Tianli Group, Shanxi Coking Coal Group, Taiyuan Iron and Steel Company	Desenvolvimento de propriedades, serviços (turismo, educação, finanças), manufacturas (têxteis e vestuário, maquinaria e indústrias de alta-tecnologia)
Etiópia, Oriental (Eastern)	101 milhões USD	2006-07	Em construção	Yonggang (retirou-se), Qiyuan Group, Jianglian International Trade, Yangyang Asset Management, Zhangjiagang Free Trade Zone (não é accionista)	Maquinaria electrónica, aço e metalurgia, e materiais de construção



A importância da transparência para pôr termo aos receios da sustentabilidade da dívida

Durante a década passada, foram acordadas reduções significativas da dívida pelos doadores do CAD e pelos bancos multilaterais a um grande número de países da África subsariana, no âmbito das iniciativas *Países Pobres Altamente Endividados* (PPAE, 1996 e 1999 para a iniciativa reforçada) e *Iniciativa Multilateral para o Alívio da Dívida* (MDRI, 2005).

Ora, vários autores sublinharam que, findas estas iniciativas, as causas do sobreendividamento continuariam sempre presentes (Berthélemy, 2001 ; Easterly, 2002). Temeu-se, assim, que os *parceiros emergentes relançassem os países devedores na espiral do sobreendividamento* (Banco Mundial, 2006). Se, de momento, não se observa aumento geral da dívida, existe claramente um risco, em especial para os estados mais frágeis.

É bastante difícil avaliar a realidade do reendividamento dos países africanos beneficiários de reduções da dívida: estas são, muitas vezes, bastante recentes e a informação pública coerente com os dados do passado é sempre publicada com atraso. Acresce ainda que a iniciativa PPAE apenas se reflecte parcialmente nas estatísticas: a redução da dívida surge ao ritmo dos reembolsos efectuados pelos países desenvolvidos para a conta dos países endividados. A MDRI, por seu lado, é registada no plano de contabilidade como uma diminuição da dívida. Por fim, muitos contratos chineses estipulam reembolsos sob a forma de fornecimento de matérias-primas, com montagens institucionais complexas (consulte a secção 6), o que torna os reembolsos aleatórios em termos monetários.²¹

Além disso, a relação entre a expansão das parcerias de África e o seu reendividamento é complexa. Reisen (2007 e 2008) mostra que os países emergentes têm um impacto sobre a sustentabilidade da dívida dos países africanos através de vários canais:

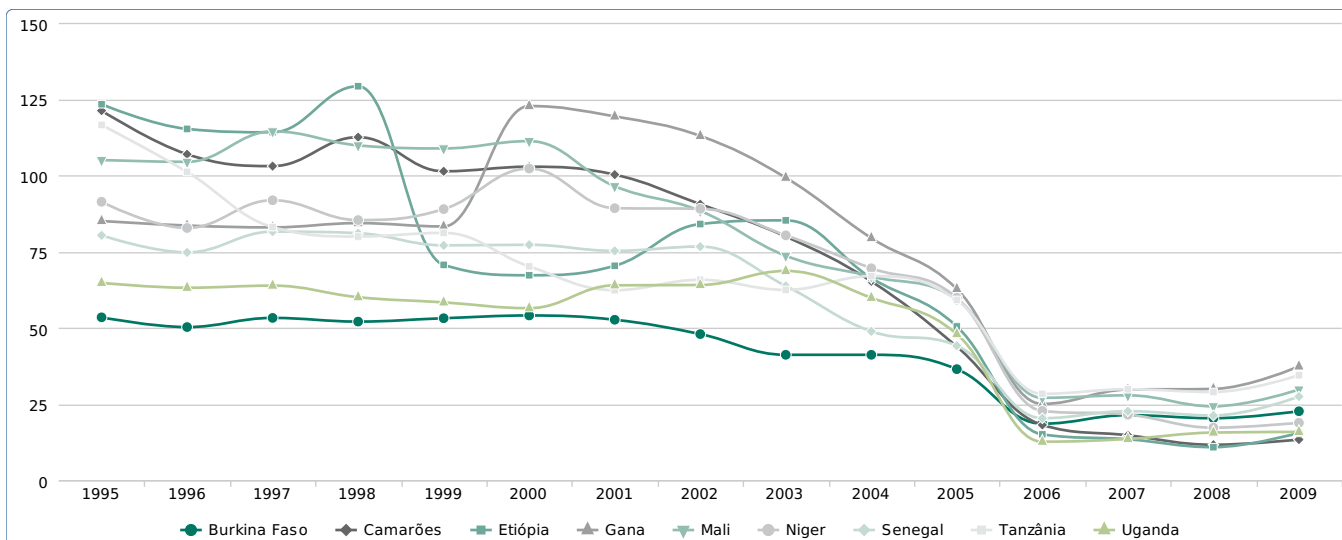
os financiamentos acordados podem incrementar o montante da dívida, mas as doações, que, provavelmente, constituem uma parte significativa do (*cf. supra*), revelam uma tendência a aligeirar o seu peso, facilitando os reembolsos em divisa;

os próprios empréstimos, incluindo os empréstimos não concessionais, podem ter um impacto positivo, caso financiem projectos produtivos que apresentem rendimentos superiores à taxa de juro. É o caso dos empréstimos chineses a África, nomeadamente os do Exim-Bank e os créditos à exportação: orientados para o melhoramento das infra-estruturas, reforçam as perspectivas de crescimento a longo prazo (sob reserva de uma manutenção adequada). Ora, a análise clássica da dívida não tem, muitas vezes, em conta a relação entre os empréstimos e o crescimento futuro;

finalmente, os países emergentes têm um impacto sobre os recursos que permitem o reembolso dos empréstimos externos: acréscimo do volume das exportações, aumento dos preços das matérias-primas (consulte a secção 1), redução dos custos dos produtos importados e das obras públicas, doações, etc.



Figura 6.11: Dívida africana pós-PPAE (Dívida externa/ rácios PIB, 1995-2009)



Fonte: Dahoun e Raffinot (*ibid.*), base de dados da Agência Francesa de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420919>

Tomadas estas precauções, a figura 6.11 não transmite a imagem de um reendividamento rápido após as reduções acordadas pelos *parceiros tradicionais*. Pelo contrário, a dívida continua a decrescer para os países que atingiram o ponto de conclusão PPAE antes da MDRI: para estes, a redução da dívida mais significativa sucede após o ponto de conclusão.²² Juntamente com uma conjuntura favorável, nomeadamente a subida dos preços das matérias-primas antes e depois da crise de 2008, tais reduções da dívida criam uma situação inédita para o financiamento dos países africanos. No total, Reisen (*ibid.*) estima que a China contribui pouco para o reendividamento africano, na medida em que os principais beneficiários da cooperação chinesa, como o Sudão ou Angola, são ricos em recursos naturais e não beneficiaram de reduções da dívida.

Parece, no entanto, existir um risco mais forte para aqueles países africanos que receberam uma redução significativa da dívida. Chaponnière (2007) sublinha, assim, que a cooperação chinesa se alargou aos países africanos de baixo rendimento, como a Etiópia, o Mali ou a Tanzânia, e que, mesmo os empréstimos chineses sendo mais reduzidos para os países que não dispõem de matérias-primas, podem ser significativos em relação aos seus recursos e, portanto, em termos de endividamento, se as taxas de concessão forem insuficientes. Dahoun e Raffinot (*idem*) salientam, à luz do exemplo etiópico, que os países emergentes contribuem, e bem, para o reendividamento dos países africanos que receberam reduções significativas da dívida. Com efeito, se analisarmos os dados publicados e retomados na figura 6.11, o reendividamento da Etiópia não parece muito relevante. Contudo, os dados mais recentes dos programas do FMI e do Ministério das Finanças mostram que o reendividamento progrediu rapidamente após o alcance do ponto de conclusão da iniciativa PPAE em conjunção com a MDRI.



Tabela 6.11: Etiópia, dívida pública em percentagem do PIB

	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10
Total dívida pública	-	-	-	70.5	40.0	39.8	36	40.6
Interna	-	-	-	30.9	28.4	28.1	22	21.5
Externa (FMI incluído)	78.7	73.3	48.9	39.6	11.6	11.7	14.1	19.0
Multilateral	49.6	46.4	39.7	32.2	5.8	-	-	-
Bilateral pública	28.6	24.3	6.4	5.1	4.2	-	-	-
Comercial	0.5	2.5	2.9	2.3	1.5	-	-	-

Fonte: FMI, relatórios cr08264, cr08260 e cr10175.

Os dados relativos à dívida externa antes de 2004/05 diferem segundo os relatórios.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932406099>

Desde 2009/2010, a dívida do sector público já praticamente retomou o seu nível pré-MDRI, ou seja, 5,6 mil milhões de dólares, em 2009/2010, contra 6 mil milhões, em 2005/2006. Ainda que o essencial deste reendividamento se deva aos organismos financeiros internacionais e a sustentabilidade do total da dívida não pareça ameaçada²³, os empréstimos dos países não membros do Clube de Paris contribuíram para ela: representam 17,5% do total da dívida pública em 2009/2010. O Exim-Bank chinês, nomeadamente, efectuou dois empréstimos, em Novembro de 2009 (349 milhões de USD) e em Janeiro de 2010 (25 milhões de USD).²⁴ A China torna-se, assim, o terceiro credor à Etiópia, em 2009/2010, com 11% dos novos empréstimos – atrás da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) do grupo Banco Mundial (34,3%) e do FMI (11,5%) – e o primeiro bilateral, à frente da Índia (4,8%).

O crescimento dos financiamentos dos países emergentes faz-se acompanhar duma mudança de atitude, nomeadamente por parte da China, que se aproxima das posições dos credores tradicionais. Assim, as condições dos financiamentos chineses são em conformidade com as normas de concessão dos parceiros tradicionais (Bräutigam 2010). Estes dois empréstimos do Exim-Bank chinês comportam uma taxa de juro de 2%, uma maturidade de 20 anos e 7 (e, respectivamente, 8) anos de diferimento de amortização. De acordo com as informações disponíveis, estas condições correspondem a empréstimos largamente concessionais na acepção do CAD: segundo Dahoun e Raffinot (*idem*), as taxas de concessão, calculadas com a taxa de actualização *standard* de 10%, são de cerca de 58 e 59%, respectivamente. Tal inscreve-se numa tendência geral de aproximação às práticas dos parceiros tradicionais.

Acresce que a China acordou reduções significativas da dívida e assume um papel de credor cada vez mais em conformidade com a ortodoxia financeira. Os países emergentes aspiram a uma posição mais importante na governação financeira internacional, nomeadamente através da sua participação no G20, mas também uma presença reforçada nas organizações internacionais. O crescimento das quotas dos países emergentes no seio do FMI apenas poderá reforçar esta tendência.²⁵ Esta é visível no domínio do endividamento dos países africanos. A China anunciou várias iniciativas de anulação da dívida africana:

mais de mil milhões de dólares de dívida dos países africanos mais pobres aquando do primeiro fórum China-África, em Outubro de 2000; de acordo com Wang & Bio-Tchané (2008), terá, efectivamente, anulado perto de 10,5 mil milhões de yuans, ou seja, cerca de 1,3 mil milhões de dólares, entre 2000 e 2002 ; 10 mil milhões de yuans de dívida de 33 PPAE e PMA mantendo relações diplomáticas com a China, em 2006; estes mesmos países viram acordada a anulação das dívidas a título de empréstimos com taxas de juro que atingiriam a maturidade em 2009, no quadro do «Plano de acção trienal de Charm El-Cheikh, de 2010-2012», adoptado por altura do 4.^o fórum China-África, no mesmo ano; 25,6 mil milhões de yuans de dívida para os «países pobres altamente endividados e os países menos avançados», ou seja, 3,8 mil milhões de dólares, aquando da cimeira relativa aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A China assume doravante a sua posição de credora de forma cada vez mais semelhante aos credores tradicionais. Por exemplo, antes de 2000, a dívida do Mali para com a China possuía um estatuto de dívida «adormecida»: constituía um empréstimo reconhecido como tal, mas a China não exigia praticamente



reembolso algum, o que representava um problema técnico à análise da sustentabilidade, pois esta prática aumentava o montante nominal da dívida sem ter incidência real sobre a sua carga financeira. Subsequentemente, a China adoptou uma política mais de acordo com as práticas dos mutuantes tradicionais, anulando parte da dívida em questão, mas solicitando o pagamento efectivo do montante restante em falta. Algo paradoxalmente, a carga efectiva dos países africanos devedores à China aumentou. Assim, apesar de os termos e condições dos empréstimos chineses diferirem dos dos credores tradicionais (Foster *et al.*, *ibid.*), as suas motivações parecem aproximar-se um pouco destes.

Contudo, a China não adoptou claramente as normas do Clube de Paris e da iniciativas PPAE e MDRI (Wang & Bio-Tchané, *ibid.*). Especificamente, acordou reduções da dívida a países não considerados elegíveis pelas instituições de Bretton Woods, como o Zimbabué. A China também ainda não deu o passo que lhe permitiria tornar-se membro do Clube de Paris, porém participa desde há alguns anos nas reuniões deste grupo de credores públicos com os credores não membros do Clube de Paris e do sector privado.

Neste contexto, as instituições de Bretton Woods procuram enquadrar o reendividamento africano, graças a um controlo da concessão de empréstimos dos países que recebem os seus financiamentos e segundo o Quadro de Sustentabilidade da Dívida (DSF), que visa impedir aos mutuantes de fundos o empréstimo a países que ultrapassaram os níveis de endividamento considerados como tectos (Caixa 6.5). Este quadro não se dirige, como tal, contra os financiamentos dos países emergentes; já restringiu os mutuantes de fundos tradicionais que pretendiam desenvolver os seus financiamentos por empréstimos; no entanto, trata-se de um travão potencial ao acréscimo de empréstimos dos países emergentes. O alcance do DSF é, todavia, limitado. Em primeiro lugar, o seu bom funcionamento pressupõe uma estreita coordenação entre todos os credores, o que já se revela difícil com os credores tradicionais públicos e privados, mas mais ainda com os credores emergentes (Djoufelkit-Cottenet, 2006). Os interesses comerciais e diplomáticos dos credores emergentes poderiam incitá-los a libertar-se de restrições, nomeadamente ocultando informações (Reisen & Ndoye, 2008), de tal forma que não tenham sido associados à definição do DSF. Os credores emergentes podem tentar fazer-se passar por «passageiros clandestinos», procurando ser reembolsados - incluindo sob forma de acesso a matérias-primas - por países que poderiam estar, além do mais, em falta com os pagamentos.

Caixa 6.6. A regulação do financiamento internacional dos países com baixo rendimento pelas instituições de Bretton Woods

No quadro dos programas de ajustamento estrutural, o FMI e o Banco Mundial introduziram condicionantes relativas aos empréstimos externos, de modo a que os países sob ajustamento que recebiam os respectivos empréstimos concessionais não fossem, mais tarde, vítimas de sobreendividamento, o que comprometeria a sua capacidade de os reembolsar. Os governos deviam comprometer-se a não se endividar durante o programa, mediante condições não concessionais ou sob um tecto fixo bastante baixo. Trata-se de evitar que um país que beneficia de financiamentos concessionais (ou de doações) se endivida simultaneamente, em condições «duras»: tal implicaria, com efeito, uma espécie de transferência entre credores - os credores concessionais «financiando» em parte os reembolsos dos outros - e viria a comprometer o princípio de igualdade de tratamento entre credores. Esta prática perdura nos quadros dos programas mais recentes, como o Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF) e a Linha de Crédito Ampliado (ECF). Por exemplo, a Etiópia comprometeu-se, no seu novo programa com o FMI, a não pedir emprestados mais de 500 milhões de dólares por ano em condições não concessionais durante o programa. A taxa de concessão, que é, em geral, de 35% pode ascender a 50% no Burundi, ou inclusive 100%, no caso da Libéria. Esta é exigida para todo o financiamento soberano nos países de baixo rendimento (PBR) e em certos países de rendimento intermédio (PRI), mesmo se o programa de fundos for um programa sem financiamento.

Além disso, a política de combate aos empréstimos não concessionais posta em prática pelo Banco Mundial visa reforçar a coordenação entre credores em torno do *Quadro de Sustentabilidade da Dívida* (DSF, 2005) e desencorajar os empréstimos não concessionais através de medidas dissuasoras aplicáveis aos países credores, reduzindo o volume dos financiamentos AID ou «endurecendo» as suas condições para os países que não respeitem o limiar mínimo de concessão. O DSF tem por objectivo impedir que os países de baixo rendimento incrementem o seu endividamento, se os respectivos rácios ultrapassarem certos níveis. Estes níveis dependem da qualidade da sua governação, medida pelo *Country Policy and Institutional Assessment* (CPIA) do Banco Mundial. Criticado, nomeadamente porque as projecções que sustentam a análise não dão conta da relação entre os financiamentos recebidos e o futuro crescimento dos recursos, o DSF foi revisto em 2009, num sentido menos restritivo (IMF, 2009; World Bank & IMF, 2009). Toma melhor em conta o impacto sobre o crescimento e exclui do perímetro da dívida pública a dívida das empresas que contraem empréstimos sem garantia do Estado e cujas operações apresentem um risco limitado para as finanças públicas. Consulte www.imf.org/concessionality.



O risco existe, portanto, embora o espaço fiscal criado pela reduções significativas da dívida consentidas pelos *parceiros tradicionais* seja utilizado para reembolsar novas dívidas, sobretudo não concessionais, aos *parceiros emergentes*: o caso do Gana é emblemático, o qual, na sequência da MDRI, conseguiu, em 2007, efectuar empréstimos no mercado financeiro internacional, a uma taxa mais de dez vezes superior à dos organismos como o Banco Mundial ou o BAfD. Um outro risco, igualmente importante, mas menos visível, concerne o desenvolvimento da dívida pública interna. esta tem tendência a evoluir, não só nos países emergentes, mas também nos países de baixo rendimento (*cf. supra* o caso da Etiópia), à medida que os sistemas financeiros internos se fortalecem. Para a maior parte dos países africanos, as instituições de Bretton Woods e os credores tradicionais estão desprovidos de meios de pressão, dado que os países que alcançaram o fim das iniciativas PPAE e MDRI beneficiam incondicionalmente da redução da dívida. As eventuais pressões concernem apenas, portanto, os países que ainda não atingiram o ponto de conclusão ou que ainda não aderiam à iniciativa PPAE, cujo número é, actualmente, bastante reduzido. Este tipo de tensão manifestou-se aquando da redução da dívida acordada no ponto de conclusão da iniciativa PPAE, que está sujeita a um certo número de condições variáveis, conforme os países. O caso da República Democrática do Congo (RDC) encontra-se entre os mais bem documentados (Caixa 6.6).

Caixa 6.7. Tensões entre credores “tradicionais” e “emergentes” - o caso da República Democrática do Congo

A particularidade da RDC é o facto de estar atrasada no processo de redução da dívida, devido à turva situação interna. A partir de 2007, os contratos foram negociados com a China em condições, à partida, pouco transparentes, sendo as obras de infra-estruturas efectuadas em «troca duma concessão mineira explorada por uma *joint venture*. O montante acumulado é de 9 mil milhões de dólares, ou seja, cerca de 80% do PIB da RDC. Como salienta Cappelaere (2011) :

«Criou-se um braço de ferro com o FMI, que opôs um fim de não receber ao alívio da dívida congoleza se a garantia do Estado acordada sobre o pacote mineiro dos contratos chineses não fosse retirada... O FMI foi, finalmente, satisfeito: a garantia foi retirada e os contratos estipulados em 6 mil milhões, duas condições para que o Congo seguisse o seu percurso na direcção do ‘ponto de conclusão’ tão aguardado».

Por outro lado, o Banco Mundial manteve durante algum tempo a sua oposição, nomeadamente por motivos de governação nas indústrias extractivas (Cappelaere, *ibid.*). Devido aos seus interesses estratégicos, a China faz uso da sua influência e dos seus conselheiros junto das autoridades congolezas, para que se encontrasse uma solução que lhe permitisse manter a sua presença na exploração das inúmeras oportunidades que oferece o subsolo congolês.

Em conclusão, o impacto dos financiamentos dos parceiros emergentes é, de momento, reduzido: estes não parecem constituir, a curto prazo, uma ameaça à sustentabilidade da dívida dos países africanos de baixo rendimento. Acresce que se verifica que a China, o credor mais considerável entre estes *parceiros*, adopta uma atitude cada vez mais próxima à dos credores tradicionais. O *risco* permanece, não obstante, em especial para os estados mais frágeis. Uma transparência acrescida nas transacções financeiras das economias africanas com o conjunto dos seus parceiros serviria tanto para tranquilizar os credores do Clube de Paris como para reforçar a credibilidade dos parceiros emergentes, enquanto actores da governação financeira internacional. A exigência de transparência só deveria ser mais bem cumprida se partisse das próprias instituições africanas.

O Impacto sobre a governação

Não existem provas de que os parceiros emergentes tenham agravado a corrupção em África (caixa 6.7). Contrariamente, existem sinais de que, em alguns casos, a sua presença pode melhorar o controlo nacional sobre a agenda de desenvolvimento.

Kragelund (*a publicar*) destaca os impactos das transformações dos últimos anos na apropriação das políticas de desenvolvimento. A apropriação significa, neste sentido, a utilização de recursos para financiar as prioridades nacionais de um determinado país e não as prioridades dos seus financiadores (UNCTAD, 2007)²⁵. Um dos primeiros passos neste processo consiste na formulação de estratégias nacionais que estabeleçam metas claras e específicas, bem como instrumentos-chave em termos de políticas a adoptar e mecanismos efectivos de monitorização. A apropriação está também ligada à ideia de «espaço de acção política» que se refere essencialmente à capacidade dos Estados definirem os seus próprios objectivos de desenvolvimento que devem reflectir os seus desafios específicos e os recursos disponíveis para alcançar as metas estabelecidas (UNCTAD,



ibid). As novas modalidades de financiamento e cooperação oferecidas pelos parceiros emergentes, bem como o efeito de crescimento resultante da deslocação do centro da economia mundial para sul e para leste, têm naturalmente um impacto sobre o controlo da agenda nacional dos Estados.

A cooperação com os parceiros emergentes é por vezes descrita como uma relação sem condicionalismos associados, o que cria uma percepção de maior espaço de manobra de acção política para os governos africanos devido aos fundos disponíveis e à competição crescente entre doadores. No entanto, na ajuda chinesa existe uma certa dose de condicionalidade. A ajuda chinesa para a construção de infra-estruturas está frequentemente ligada à utilização de recursos chineses, tanto em termos dos materiais e meios necessários, como em termos da força de trabalho.

Porém, e apesar de ser uma forma de ligação económica, a cooperação para o desenvolvimento prestada por este país não está explicitamente ligada a uma condicionalidade política. Apesar de não ser possível traçar um quadro simplista da relação entre os parceiros emergentes e o espaço de acção política, no seu conjunto, os parceiros emergentes contribuem mais para a abertura deste espaço nos países africanos ricos em recursos (Kragelund, *ibid.*).

Entre os efeitos positivos dos fluxos de investimento dos países emergentes inclui-se a facilitação da mobilização de recursos internos nos países abundantes em recursos naturais, através do *boom* das matérias-primas (AEO, 2010). Este impacto pode contribuir para importantes investimentos públicos através da redução dos custos financeiros, abrindo assim caminho a uma política mais autónoma. Para além disso, as próprias experiências de desenvolvimento dos países emergentes apontam para uma multiplicidade de escolha de caminhos para os países africanos, alargando assim o seu leque de paradigmas e de opções credíveis.

A cooperação com os parceiros emergentes torna-se cada vez mais popular entre os países africanos, à medida que as infra-estruturas, os edifícios governamentais e os estádios se tornam mais visíveis, com uma construção mais rápida, menos onerosa e menos burocrática que a ajuda proveniente dos doadores tradicionais. A análise deste relatório sobre o Benin demonstra que os parceiros emergentes têm maior sensibilidade e rapidez de resposta para as necessidades identificadas por este país. Da mesma forma, a secção sobre o Burundi revela a concessão mais rápida de ajuda por parte da China. O Burundi submeteu um pedido à China na sequência do seu compromisso anunciado em 2006 de construir 30 hospitais em África. A construção do primeiro hospital começou em Maio de 2009 e terminou 18 meses depois.

Na Guiné-Bissau, as *Perspectivas* revelam que a China oferece e executa projectos específicos com maior celeridade do que os parceiros tradicionais. Para as autoridades governamentais, a cooperação com os países emergentes é vista como menos onerosa em termos administrativos do que a cooperação com os parceiros tradicionais, uma evidência que é comprovada pelo relatório sobre o Malawi.

Caixa 6.8. Indicadores de Governação: Não existem provas de agravamento perante o envolvimento crescente da China

Uma das preocupações principais, particularmente entre os parceiros tradicionais, é a de que os novos parceiros emergentes, e a China em especial, possam ter um impacto negativo sobre a boa governação dos países africanos ricos em recursos e, por conseguinte, sobre a sua capacidade de transformar estes recursos em «benção», ao invés de constituírem uma «maldição». De acordo com a análise de Wolf (*a publicar*) sobre a evolução dos dois indicadores mais conhecidos de governação durante a última década, não existem provas que corroborem os receios mencionados.

Comparando os valores de 2002 e 2009 dos Indicadores de Governação de **Kaugmann, Kraay e Mastruzzi** sobre *i*) corrupção e *ii*) qualidade da regulação nos 16 países da África Sub-sahariana classificados pelo FMI (2007) como países ricos em minerais ou hidrocarbonetos, é possível chegar às seguintes conclusões:

A Mauritânia é o único país que registou alterações negativas significativas em ambos os indicadores; porém, a China não tem estado muito envolvida na indústria de recursos deste país.

Na Nigéria, onde os recursos têm atraído fortemente o envolvimento da China, as mudanças na qualidade da regulação têm sido positivas;

Em todos os restantes países não foi registada nenhuma alteração positiva ou negativa.

O Índice **Mo Ibrahim** mede o fornecimento de bens e serviços públicos aos cidadãos. Angola e a RD do Congo estão classificadas entre os cinco países com as alterações mais positivas na sua posição entre 2001/02 e 2008/09. Os maiores aumentos são atribuídos a Angola e à Libéria (+15.9 pontos), à Serra Leoa (+8.9 pontos), ao Burundi (+8.1 pontos), ao Congo-Brazzaville (+67), e à RD Congo e à Zâmbia (+5.5

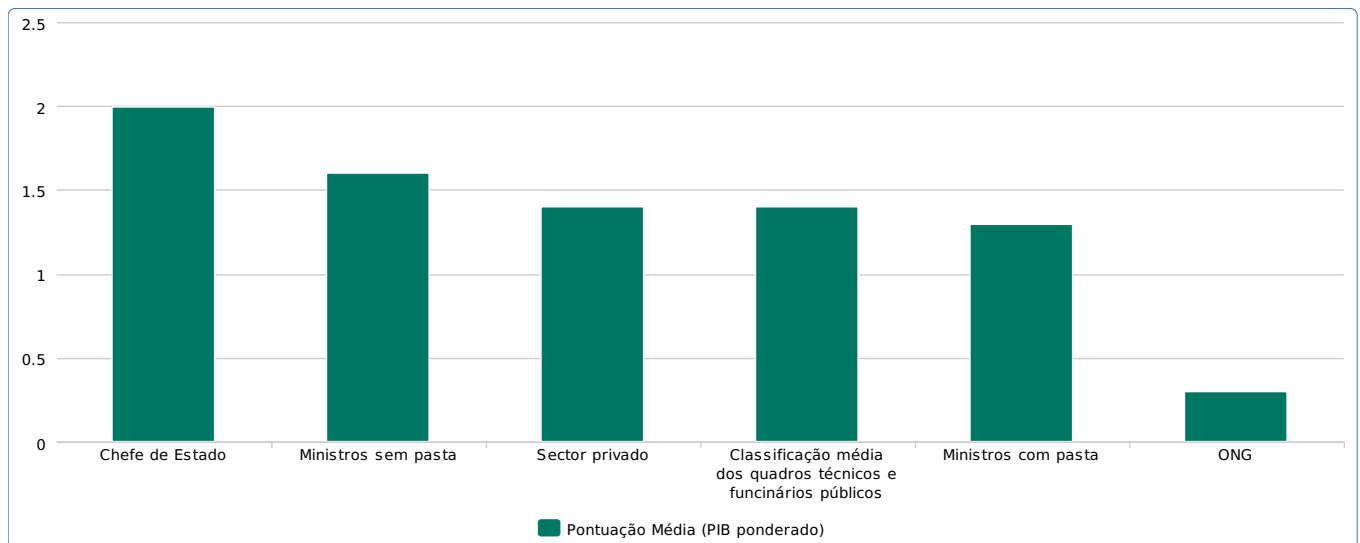


pontos). O forte aumento de Angola e da RD do Congo merece um destaque especial, uma vez que ambos os países celebraram acordos alargados com a China relativamente a infra-estruturas ligadas ao sector dos recursos.

Os governos africanos utilizam a disponibilidade adicional de recursos financeiros para aumentarem o seu espaço de manobra política, ao invés de alternarem entre doadores, salvo algumas excepções como é o caso do Zimbabué. A análise específica sobre o Burundi neste relatório revela que os novos parceiros como a China têm concedido aos governos maior liberdade de acção no seu relacionamento com os doadores. Por exemplo, enquanto a maioria dos parceiros suspendeu a cooperação e repatriou os seus representantes durante a guerra civil de 1993-2005, a China manteve-se, dando ao Burundi um espaço de abertura durante este período difícil. Depois de 2002, as relações entre a China e Angola foram principalmente reforçadas através de vários empréstimos do China Exim Bank e do China Development Bank que têm o petróleo como garantia. Porém, a China não monopolizou a política externa de Angola que continua a utilizar o seu crescente poder económico para negociar com outros actores (Tan-Mullins et al., *ibid.*). De forma semelhante, o governo da República Democrática do Congo procurou renegociar os seus acordos com os actores internacionais tendo por base o acordo celebrado com o China Exim Bank para o financiamento de infra-estruturas (Henderson, 2008; UN-OSAA, 2010). Segundo Gabas (2009), o poder dos negociadores africanos para renegociar o Acordo de Cotonu com a União Europeia tem sido impulsionado pela presença em África de países como a China.

Os parceiros emergentes tendem a dar maior prioridade e controlo sobre as políticas de desenvolvimento aos gabinetes presidenciais em detrimento da ligação aos ministérios, fortalecendo assim a centralização política. Por regra, os parceiros tradicionais têm trabalhado principalmente com ministérios e representantes ao mais alto nível (Figura 6.12; ver também neste relatório as secções sobre o Burquina Faso e Marrocos). Enquanto o período do Poverty Reduction Strategy Paper iniciou um processo de descentralização do poder dentro dos países africanos, os parceiros emergentes podem ter despoletado um processo contrário no sentido da centralização. Relativamente ao Lesoto, o AEO reporta que as organizações da sociedade civil encaram a ajuda chinesa com suspeição, destacando em particular a ausência de transparência. No Chade foram também registadas queixas sobre a opacidade dos acordos.

Figura 6.12: Quem gere as Parcerias Emergentes?



Fonte: AEO 2011 stakeholder survey.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420938>

Os efeitos positivos dos parceiros emergentes na autonomia política de África são superiores nos países ricos em recursos, os quais beneficiam de fluxos significativos de investimentos e da capacidade de renegociar os acordos existentes com os parceiros tradicionais (Kragelund, *ibid.*). Dado que a dependência dos parceiros emergentes relativamente às importações africanas tem vindo a aumentar rapidamente - a um ritmo inclusivamente mais rápido do que o dos parceiros tradicionais (UN-OSAA, 2010) - os países africanos exportadores de matérias-primas tem possibilidade de aumentar o seu espaço de acção política, o que pode igualmente alargar o seu poder de negociação com os parceiros tradicionais. Porém, os aumentos nos preços das matérias-primas não são



apenas notícias boas. Em primeiro lugar, apesar do aumento de preços causado pelo crescimento da procura («superciclo») poder manter-se por um longo período de tempo (UN-OSAA, 2010), os preços das matérias-primas continuam a ser flutuantes, o que reduz a autonomia das políticas adoptadas (Akyüz, 2008). Em segundo lugar, o *boom* das matérias-primas pode levar ao adiamento de reformas e, finalmente, apesar do acesso a empréstimos baratos e com prazos de carência alargados poder financiar investimentos cruciais, estes empréstimos continuam a ter de ser reembolsados.



Aproveitar as oportunidades proporcionadas pelas novas políticas

A África está progressivamente mais integrada na economia mundial e as suas parcerias cada vez mais diversificadas, revelando oportunidades económicas sem precedentes. Mas os cidadãos africanos e os investidores temem que o aumento da concorrência nos mercados locais e de exportação joguem contra eles. Os governos estão a lutar para encontrar formas de maximizar os benefícios, minimizar os riscos e proporcionar aos africanos as oportunidades económicas e sociais que correspondam às necessidades de uma população crescente. Isso exige um salto na qualidade da formulação de políticas e de governação, que pode ser alcançado através do envolvimento mais activo com os parceiros tradicionais e emergentes na prossecução dos objectivos de desenvolvimento. A coordenação regional é também essencial.

As novas potências, que vêm mantendo um crescimento rápido, têm uma voz cada vez mais activa na governação mundial em *fora* internacionais, tais como o grupo de 20 nações (G-20). Os países africanos também se estão a mover das relações Norte-Sul características do período pós-colonial na direcção de relações mais ricas, mais diversas, mais centradas nos negócios e em parcerias mais maduras. As mudanças da última década são menos uma revolução do que a aceitação generalizada de um nível saudável de diversidade, de abordagens complementares e da necessidade de todos os parceiros aprenderem uns com os outros na procura de um forte e sustentado crescimento dos países africanos.

A existência de um conjunto amplo de instrumentos de cooperação é uma boa notícia para a África, mas alguns desafios antigos permanecem, como a importância de maximizar a participação local na agenda do desenvolvimento. Isto requer uma estratégia interna sobre como as parcerias estão a ser utilizados como parte de políticas de longo prazo na indústria, na agricultura e em outros sectores. Como este relatório das PEA 2011 mostra, vários países começaram a formular essa estratégia: a estratégia de engajamento da Namíbia está formalizada e a assistência prestada pelos parceiros emergentes está integrada no plano de desenvolvimento nacional; do mesmo modo, a estratégia de envolvimento dos Camarões com os parceiros emergentes está enquadrada na visão de desenvolvimento do país até 2035. Em Marrocos, operadores chineses estão a investir activamente no país para combater o peso das importações chinesas e diminuir o défice comercial; em Cabo Verde, o governo trabalha com um vasto conjunto de parceiros tendo em vista a modernização da capacidade produtiva e das infra-estruturas; na Guiné Equatorial, funcionários negociam em chinês com os seus homólogos chineses.

Alguns velhos desafios ressurgiram: o aumento do financiamento pode prejudicar a qualidade dos projectos financiados. Por exemplo, os grandes investimentos em infra-estruturas necessitam ser acompanhados por um orçamento adequado para as despesas de manutenção e em linha com a estratégia de desenvolvimento do país. Como a caixa de 6,8 mostra, o continente viveu desafios semelhantes durante o *boom* das mercadorias, nas décadas anteriores, e as lições devem ser aprendidas para evitar repetir erros do passado.

Caixa 6.9. Lições e advertências da história: Gastos em Infra-estruturas e Desenvolvimento Africano nas décadas de 1960 e 70

Os grandes projectos de infra-estruturas em África verificados na última década trazem-nos à memória o último grande *boom* económico na região, nas décadas de 1960 e 1970. Esse *boom* terminou num fracasso, com as economias a contraírem dívidas insustentáveis e a aplicar severos programas de ajustamento estrutural. O fracasso de muitos dos projectos desse tempo ficou como exemplo emblemático de uma inadequada estratégia de desenvolvimento. A construção de barragens em cursos de água assoreados, de estradas de quatro faixas sem nenhuma utilidade e de grandes investimentos siderúrgicos que nunca entraram em operação – são algumas das histórias que levam a olhar com pessimismo as perspectivas de desenvolvimento para a região. Demasiadas vezes tais projectos não tinham viabilidade, nem se adequavam às frágeis economias locais.

No entanto, é importante lembrar o contexto. À época, África estava apenas a adaptar-se às independências e havia muito optimismo quanto às perspectivas para o crescimento e desenvolvimento económico. A ortodoxia da época apelou para a acumulação de capital fixo - máquinas, portos e estradas. A lógica parecia implacável: os países pobres têm um grande número de pessoas sub-empregadas pelo que a escassez de trabalho não poderia ser o problema. Argumentou-se que a escassez de capital constituiu o principal nó de estrangulamento.

A industrialização da União Soviética na década de 1950, alcançada pelo recurso à poupança forçada destinada a fábricas, máquinas e grandes projectos de infra-estruturas, encorajou a ideia de que o crescimento económico era determinado pelo investimento (Mallaby, 2004). Muitos líderes africanos do período pós-independência, de Nasser no Egipto a Nkrumah no Gana, ficaram impressionados com o



modelo soviético e inspirados para iniciar grandes projectos de infra-estruturas na esperança de que eles iriam acelerar o desenvolvimento. Foram também encorajados pelo Ocidente (p. e., Rostow, 1960).

Os primeiros sinais de alerta de falhas fundamentais registaram-se no Gana. Com os seus planos de transformar o Gana numa sociedade industrial moderna, o presidente Nkrumah tinha conseguido atingir, inicialmente, progressos consideráveis (Meredith, 2002). Baseando-se em planos que tinham sido originalmente elaborados pelos britânicos (Nugent, 2004), foram construídas escolas, hospitais e estradas a um ritmo sem precedentes e foi concluído o sistema de grandes barragens hidroeléctricas no rio Volta. No “Segundo Plano Quinquenal” (1959-1964) foram alargadas, ainda mais, as prioridades em despesas com infra-estruturas e serviços sociais - 80 por cento do orçamento. A sustentabilidade do sistema de infra-estruturas foi posta em causa pela alteração das condições externas, com a queda abrupta verificada no preço mundial do cacau em 1961, forçando o governo a introduzir novos e pesados impostos, que provocaram agitação social. Posteriormente, muitos dos projectos não foram concluídos ou foram abandonados.

Na República Democrática do Congo (antigo Zaire), a segunda fase do projecto hidroeléctrico Inga começou em 1973 e foi concluído em 1977, com um custo de 260 milhões de USD. Os trabalhos de construção da linha de alimentação eléctrica ao Katanga, numa extensão de 1.100 milhas (1.770 km) tiveram início em 1973, e foram concluídos em 1982, com um custo final de cerca de mil milhões de USD, quatro vezes mais do que a estimativa inicial. Na altura, a indústria do cobre passava por graves dificuldades e foram abandonados os planos de expansão ligados ao projecto Inga II. Apenas 18% da capacidade hidroeléctrica do Inga II e cerca de 20% da capacidade das linhas de alimentação foram utilizadas (Meredith, 2004).

O petróleo foi descoberto na Nigéria em 1959 e as receitas derivadas da sua exploração começaram a fluir a partir de meados dos anos 1970. Isso deu origem a grandes investimentos de prestígio, incluindo a construção de uma nova capital, em Abuja. O governo gastou entre 8-10 mil milhões de USD para tentar criar uma indústria siderúrgica, com a construção de uma Fábrica de Aço em Ajaokuta. As previsões apontavam para que a fábrica de Ajaokuta iniciasse a sua actividade em Setembro de 1979 mas, 30 anos depois, ainda não tinha produzido aço.

O que é que correu mal com os projectos?

1. As condições do financiamento externo mudaram bruscamente a partir do *boom* dos anos 1960 e início dos anos 1970 e os gastos tiveram de ser drasticamente reduzidos, em especial após a crise da dívida de 1982, o que determinou o aumento do custo dos empréstimos para níveis proibitivos e prejudicou a viabilidade de muitos projectos.
2. Muitos projectos tinham poucas ou nenhuma perspectiva de viabilidade económica, alguns, pela natureza política dos próprios projectos (estádios de futebol e palácios presidenciais), outros pela falta de planeamento e gestão. Tais projectos falharam devido a uma inadequada previsão dos custos de manutenção, a tabelas de preços irreais e à prevalência de uma péssima gestão (Nissanke, 2010).
3. A inexistência de capital humano capacitado para manter as infra-estruturas. Os hospitais não tinham médicos nem enfermeiros. Havia uma falta generalizada de engenheiros e de técnicos. Tal não constitui surpresa dada a escassez de competências no momento das independências. Poucos dos novos Estados africanos tinham mais de 200 estudantes universitários. Nas antigas colónias francesas ainda não existiam universidades. Segundo Meredith (2004), mais de três quartos dos recursos humanos de nível superior, no governo e nas empresas privadas, eram estrangeiros.
4. O conhecimento estrangeiro não resolveu os problemas. Os especialistas estrangeiros muitas vezes não identificaram correctamente o tipo de projectos mais adequados - muitos dos fracassos mais retumbantes foram financiados por doadores bilaterais e multilaterais, tais como o projecto hidroeléctrico de Inga. Num relatório do Banco Mundial (Wapenhans Report, 1992), foi reconhecido que “a cultura da aprovação do empréstimo” profundamente enraizada na alta administração do Banco Mundial havia causado um inexorável declínio no desempenho e na qualidade das operações bancárias. Geograficamente, a região africana foi a que mais problemas teve, com alguns países a atingirem muito baixas taxas de sucesso, na ordem dos 17,2%. Ou seja, quatro em cinco projectos em África foram considerados como *falhados* de acordo com os próprios critérios do banco (Rich, 2002).

Que lições podem ser tiradas?

A história deixa claro que as decisões de investimento relativas a projectos de infra-estruturas actualmente realizados por parceiros emergentes precisam de ser devidamente orçamentadas e enquadradas de forma coerente numa estratégia de desenvolvimento sustentável, realista e concebida internamente. Os projectos que forem aprovados precisam de ter alta e ampla relevância para o desenvolvimento dos países e devem



ser escolhidos para serem sustentáveis não só nas condições económicas actuais dos países mas também em momentos de dificuldades económicas a nível nacional ou mundial.

Fonte: adaptado de Mold (2011).

Novos desafios estão também a emergir. Uma questão-chave para a África tem sido a de lidar com uma grande variedade de programas de assistência oficial ao desenvolvimento dos parceiros tradicionais. No entanto, esta fragmentação permitiu aos países beneficiários explorar a concorrência entre os doadores. As grandes potências emergentes operam numa escala mais coordenada, colocando dificuldades aos governos africanos. Alguns países acham difícil negociar com a Índia ou a com China, cujas populações excedem a população do continente africano não sendo, assim, possível competir. A maioria dos países africanos necessita de reforçar a sua capacidade de negociação a fim de garantir que as parcerias sejam mutuamente vantajosas.

Em 2010, o Gabinete do Assessor Especial das Nações Unidas para a África, sugeriu um quadro operacional para os governos africanos lidarem com os parceiros emergentes. Os governos devem monitorar o comércio, a ajuda externa e o investimento directo estrangeiro, analisar os objectivos estratégicos das economias emergentes, juntamente com as oportunidades e ameaças e desenvolver uma abordagem estratégica para maximizar os benefícios e para ganhar influência. Devem também trabalhar com outros governos, com a União Africana, com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e com os grupos regionais com o objectivo de maximizar o poder de negociação e evitar guerras de influência.

Kimenyi e Lewis (2011) propõem medidas de política mais concretas: (i) alcançar um consenso nacional - com a sociedade civil e outros interessados - sobre as prioridades nacionais e as necessidades de desenvolvimento e insistir para que os parceiros emergentes canalizem o IDE e a cooperação para essas áreas; (ii) usar o *boom* das mercadorias para negociar a oferta de infra-estruturas para a diversificação, a industrialização e o desenvolvimento económico; (iii) usar o "nova disputa por África" para manter os parceiros tradicionais a cumprirem as suas promessas de ajuda, especialmente em áreas onde competem com parceiros emergentes e (iv) tomar providências para a manutenção de grandes projectos de infra-estruturas financiados ou implementados por parceiros emergentes.

Kragelund (ibid.) apresenta uma mensagem semelhante: os países africanos deverão minimizar a dependência de fluxos financeiros voláteis provenientes de parceiros externos e certificar-se que usam o financiamento externo para fins de desenvolvimento produtivo. Os recursos dos países africanos ricos devem alavancar o seu poder de influência junto de parceiros emergentes com o objectivo de promover a transformação estrutural da economia. Precisam também construir uma capacidade analítica para controlar os fluxos financeiros, definir prioridades e desenvolver uma estratégia de compromisso com os parceiros emergentes. Os países africanos devem reconhecer a grande heterogeneidade dos seus parceiros emergentes e procurar equilibrar os seus interesses entre eles.

A Parceria Estratégica Global África do Sul-China, acordada em Agosto de 2010, é um modelo das relações entre a África e as economias emergentes. Ambos os países se comprometeram a trabalhar para um modelo de comércio mais equilibrado e para incentivar o comércio de produtos manufacturados de valor acrescentado. A China irá, de acordo com o documento, "aumentar o investimento na indústria transformadora da África do Sul e promover a criação de actividades de valor acrescentado na proximidade das fontes de matérias-primas".²⁸

Os quadros reguladores do investimento, muitas vezes não concedem incentivos adequados aos investidores de países parceiros tradicionais e emergentes. Os governos africanos devem fazer esforços adicionais para combater a política e as fraquezas dos recursos humanos que têm impedido as agências de promoção de investimentos de definir o quadro regulamentar necessário para acolher e beneficiar de investimentos, incluindo os oriundos das desenvolvidas zonas económicas especiais chinesas.



A coordenação regional é necessária para acolher os novos gigantes

Com o rápido crescimento das parcerias em África, a integração regional tornou-se crucial. Enquanto África continuar dividida não será capaz de aproveitar ao máximo a competição entre os parceiros. Para adquirir uma massa crítica para as negociações, os governos africanos devem coordenar as políticas de forma mais eficaz e partilhar parte da sua soberania a nível supra-nacional. As iniciativas existentes no âmbito da União Africana, incluindo o mecanismo africano de exame pelos pares (*African Peer-Review Mechanism*) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), precisam de ser reforçados e concretizados.

A integração regional precisa de um novo impulso. A África tem uma agenda clara para a integração económica, que remonta a 1960 (Grant e al. no prelo). No entanto, apesar de um calendário já aprovado, o progresso tem sido lento e os prazos não foram cumpridos. As comunidades económicas regionais continuam a enfrentar os desafios da instabilidade política, uma pobre diversificação económica, múltiplos e sobrepostos membros, insuficiência de recursos financeiros e uma má aplicação de protocolos comuns e do processo de tomada de decisões, entre outros aspectos (cf. capítulo 3).

Os parceiros tradicionais podem apoiar a integração económica regional, através dos seus próprios objectivos de apoio ao desenvolvimento económico de África e da concessão de financiamentos, por exemplo, aos grupos regionais. No âmbito do *African Growth and Opportunities Act* (AGOA) os EUA apoiam a criação de pólos regionais para a competitividade do comércio com vista a ajudar as sub-regiões africanas a tirar proveito do direito de preferência de acesso ao mercado ao abrigo do AGOA. A União Europeia está a negociar Acordos de Parceria Económica com os grupos sub-regionais e é um importante fornecedor de ajuda ao desenvolvimento a nível regional, com o objectivo específico de reforçar a integração regional.

Os parceiros emergentes financiam e constroem infra-estruturas de transportes, contribuindo assim para enfrentar um grande obstáculo à integração regional. Mas, enquanto a agenda africana para a integração económica regional tem recebido o apoio explícito dos parceiros emergentes, até à data a maior parte do apoio tem sido concedido a nível bilateral (Caixa 6.10).

Caixa 6.10 A China, a Índia, o Brasil e a Agenda de Integração Regional em África

1. O Fórum para a Cooperação entre África e a China (FOCAC), que definiu, em 2006, a Política da China para a África, permanece o quadro de referência para as relações com o continente, incluindo referências à União Africana e a grupos regionais, mas não especificando o apoio da China a essas instituições. Alguns apoios foram destinados à manutenção da paz em África e a iniciativas de segurança, tais como a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento de África (IGAD) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). A China tem oferecido apoio para algumas actividades da União Africana e, recentemente, os dirigentes têm evidenciado uma tendência crescente para se envolver com África a um nível mais multilateral e apoiar a integração regional. No entanto, o empenho da China continua a ser predominantemente bilateral, com forte foco no desenvolvimento de infra-estruturas.
2. Na Cimeira Índia-África, em Abril de 2008, a Declaração de Delhi deixou claro que a Índia pretende reforçar a sua parceria com a UA e os grupos regionais. Ainda não está claro como essa intenção se irá manifestar quanto à data e à forma da cooperação indiana que até agora tem chegado sob a forma de formação técnica e de investimentos do sector privado.
3. Durante o seu mandato, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva foi um dos mais veementes defensores do reforço da posição de África na cena internacional, realizando inúmeras visitas ao continente, com representantes do sector privado. No entanto, o Brasil tem vindo a prosseguir uma cooperação em larga medida bilateral. Em Julho de 2010, no entanto, a CEDEAO e o Brasil realizaram uma Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado na ilha do Sal (Cabo Verde).

Para além das suas intenções declaradas, existe a preocupação de que os novos e antigos actores económicos e os seus homólogos africanos estejam a prejudicar a integração regional estabelecendo acordos comerciais bilaterais. Asche (no prelo) argumenta que isso se aplica às relações com as três grandes potências: a União Europeia, os EUA e a China. Os acordos bilaterais relacionados com investimentos podem ser uma boa solução tendo em conta que as políticas de investimento não estão harmonizadas pelos grupos africanos e que as agências de promoção do investimento defendem os interesses nacionais. No entanto, no comércio, como os grupos regionais africanos se esforçam por criar uniões aduaneiras com tarifa externa comum, os acordos do lado africano deverão ser celebrados a nível regional e não bilateralmente. Contudo, tal não se aplica, por exemplo, ao Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (ACDC), celebrado entre a União Europeia e



a África do Sul.

Na última década, as negociações comerciais entre a UE e outros países da África subsariana foram pensadas de modo a serem conduzidas com grupos regionais a fim de promover a integração, mas foram dominadas por negociações bilaterais. As comunidades económicas de África integram dois tipos de países. Aqueles que foram classificados como países menos desenvolvidos não precisam assinar acordos com a UE para continuar a beneficiar das preferências comerciais europeias. Os que foram classificados como países de rendimento médio só têm a perder, no comércio com a UE, em não assinar um acordo de parceria económica já que voltam a estar sujeitos a um conjunto de tarifas como é o caso, por exemplo, dos Camarões, da Costa do Marfim ou do Gana. Na ausência de consenso entre os países menos desenvolvidos e os de rendimento médio sobre os grupos regionais, as nações de rendimento médio decidiram assinar individualmente, em violação de tratados regionais, ou em pequenos subgrupos, como o Botsuana e outros países da África Austral. A CE concordou com negociações separadas com os países só quando a "complexa dinâmica do grupo" dificultar os acordos regionais, mas apenas a título provisório (Comissão Europeia, 2010).²⁹

Em teoria, a atitude chinesa é mais favorável à integração regional mas, no essencial, opera da mesma forma que o previsto nos tratados bilaterais exigindo concessões tarifárias. Apesar das ambiciosas aspirações da Comunidade do Leste Africano (CLA), que declarou um mercado comum em 1 de Julho de 2010, e a proposta de uma enorme zona de comércio livre compreendendo a CLA, o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), as comunidades económicas regionais africanas tendem a ficar mais fracas a menos que os líderes africanos as apoiem decisivamente de modo a colocá-las na linha de frente das importantes negociações comerciais, incluindo com a China.

Em última análise, o impacto dos parceiros emergentes em matéria de integração regional em África está em os países africanos gerirem e tirarem proveito da cooperação internacional, do IED e de outros instrumentos financeiros. No final, as potências económicas emergentes não podem desenhar a integração regional para a África. O seu interesse não se baseia no desenvolvimento da solidariedade e da saúde económica dos países de África, mas nas suas próprias necessidades económicas e políticas (Kimenyi e Lewis, *ibid.*). Como Le Pere e Sheldon (2007) apontam, existem perspectivas de crescimento económico em resultado do envolvimento com as potências emergentes, mas a chave reside também na capacidade dos países africanos articularem políticas pro-crescimento, na democratização e inclusive sistemas de governo, em melhores políticas e governação empresarial; na resolução de conflitos e em práticas de trabalho mais competitivas.

A nível sub-regional, os governos devem consultar-se mutuamente sobre as prioridades nacionais e regionais, fugir das "guerras de incentivos" quando os países tentam competir entre si, para o investimento e a ajuda. Uma melhor coordenação irá assegurar aos países africanos maior poder de negociação (UN-OSSA, 2010). No mesmo sentido, a Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda e a Agenda para Acção de Acra devem ser postas em prática no âmbito dos programas regionais de África. Como nenhum país pode negociar com as potências emergentes a integração regional, os países precisam de se reunir e definir uma estratégia clara e comum para a cooperação com os parceiros emergentes. Devem identificar as prioridades regionais para o financiamento dos doadores e os investimentos. Do ponto de vista de financiamento, muitos projectos em África são demasiado pequenos para que as potências emergentes os tomem em consideração. Somente grandes projectos regionais serão atraentes para esses parceiros (Caixa 6.10).

Caixa 6.11 Fundos Soberanos: uma fonte inexplorada por África?

Fundos de Riqueza Soberanos dos novos poderes económicos estão cada vez mais interessados no mundo em desenvolvimento, e estão a reciclar os excedentes para os países em desenvolvimento.

Isto representa uma grande oportunidade, já que estes investimentos têm perspectivas estáveis e de longo prazo, o tipo de financiamento necessário aos países em desenvolvimento. No entanto, a base de dados de estudos históricos relativos às transacções de fundos Türkisch (no prelo), mostra que os investidores continuam a investir pouco em África, apesar das enormes oportunidades. Os investimentos africanos em infra-estruturas previsto nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) das Nações Unidas são apenas parcialmente financiados e, portanto, África permanece altamente dependente de financiamentos externos. Apenas 1% dos activos dos fundos soberanos seriam suficientes para responder àquela necessidade. Os fundos têm vindo diversificar-se para lá dos recursos naturais e são particularmente visíveis na África do norte e do sul, onde as telecomunicações e os meios de comunicação estão em voga. Fora destas regiões, têm sido utilizados na compra de terrenos.

No entanto, apesar do elevado retorno existem barreiras específicas para os fundos soberanos em África, que têm de ser abordadas. Algumas são estruturais e exigem respostas políticas de longo prazo, tais como a falta de tecnologias chave. Além disso, os fracos ratings soberanos e um fraco quadro regulamentar



contribuem para a percepção da volatilidade dos retornos. Outras barreiras ao investimento em África são de curto prazo. São precisas políticas mais deliberadas e coordenadas a fim de atrair e cooperar com os fundos de riqueza soberanos. A comunidade internacional e as principais instituições financeiras poderiam também ajudar a canalizar os fundos para África através da criação de mais instrumentos para atrair investimentos e reduzir a incerteza através da recolha e partilha de informação relevante. Em particular, a falta de metas e de investimento líquido parecem obstar a um investimento significativo a partir dos fundos de riqueza soberana. Há, portanto, necessidade uma coordenação regional a fim de oferecer oportunidades cruzadas de investimento de infra-estruturas de escala com os direitos aos benefícios ligados ao acesso a múltiplos mercados.

Fonte: Turkisch (*no prelo*).



O caminho a seguir

Um quadro regulador do envolvimento de potências económicas emergentes e tradicionais deve ser desenvolvido, a nível continental, provavelmente ao nível da União Africana, com consulta ao sector privado e à sociedade civil. Tal quadro deverá ter como finalidade traçar os objectivos africanos e definir uma estratégia clara para atingir esses objectivos. A União Africana, o Banco de Desenvolvimento Africano, a NEPAD e as comunidades económicas regionais devem prestar o apoio necessário aos governos de modo a identificar as prioridades nacionais de desenvolvimento e monitorizar o comércio, a ajuda e as relações de investimento com parceiros emergentes (OSSA, *ibid.*). As instituições devem, também, “coordenar a análise estratégica dos locais, a nível regional ou continental, onde as acções são adequadas”. Uma corrida para atrair a maior quantidade de investimento ou de auxílio por parte dos parceiros emergentes deve ser evitada. Devem ser feitas tentativas em toda a África para coordenar os regimes de preferência comerciais com os parceiros tradicionais e emergentes. Isso permitirá à África agilizar o comércio com o resto do mundo com menor custo. Finalmente, as mesmas instituições podem ser utilizadas quando a negociação coordenada for necessária - e poderão servir para proteger os interesses dos países não exportadores de mercadorias, que tendem a ser marginalizados pelos parceiros emergentes. Organizações fortes e eficazes necessitam de estar bem preparadas e estruturadas e capazes de fornecer inputs adequados ao processo de tomada de decisões regionais e de implementar as políticas eficientemente.

A agenda doméstica também é desafiadora e requer uma reforma sustentada. A fim de a África colher plenamente os benefícios do envolvimento com as potências emergentes, os países africanos precisam de estabilidade, crescimento e políticas de desenvolvimento. Abrir um novo espaço para o desenvolvimento do sector privado é fundamental. Se África não conseguir definir estratégias sólidas e negociar pro-activamente, existe o risco de que os novos actores globais a pressionem a especializar-se na exportação de matérias-primas. O tempo está ainda do lado de África e esta pode aproveitar as novas relações e garantir que elas contribuam para a sua diversificação em sectores como a indústria transformadora, os serviços e a agricultura. A necessária liderança precisa ser estabelecida a nível supra-nacional.

África não precisa de mais plataformas de diálogo, mas sim de mais progressos tangíveis na via da integração regional. Os parceiros emergentes podem ajudar o seu desenvolvimento através de infra-estruturas. O continente pode ter orgulho na sua boa gestão macroeconómica. Para preservar esta conquista, os investimentos em grandes infra-estruturas têm de ser acompanhados por um orçamento adequado dos custos de manutenção e priorizados de forma consistente com a estratégia de desenvolvimento dos países. A coordenação regional melhora o poder de negociação dos países africanos e contribui para aumentar a escala dos projectos de investimento a níveis em que os parceiros emergentes podem ter uma contribuição significativa para o desenvolvimento do sector privado, resultando num círculo virtuoso de maior integração económica a nível regional.

A mudança na riqueza global terminou com o pós-colonialismo e a ampliação das parcerias de África reflecte a normalização das suas relações internacionais. O desafio é garantir que esta mudança resulte num crescimento forte, sustentado e partilhado para o continente. Para ter sucesso, os países africanos devem unir-se a fim de tirar partido da concorrência entre os seus parceiros e deixar os seus modelos competir e provar a sua eficácia.

Ler foneticamente

Dicionário

Os pessimistas dizem que os gigantes económicos emergentes estão a roubar África. Os optimistas consideram que África já pertence ao clube das potências emergentes. A conclusão das Perspectivas Económicas em África é a de que existem oportunidades distintas, mas que os decisores políticos africanos necessitam de assegurar que as relações com todos os parceiros, antigos e novos, estão enquadradas no objectivo de alcançar a ideia de desenvolvimento dos seus próprios países, e não a dos países parceiros. Distribuir os ganhos por toda a sociedade africana é a chave para a estabilidade e o vigor sustentado destas parcerias emergentes.



Notas

1. Ver, particularmente, Goldstein *et al.* (2006), UNCTAD (2010), UN-OSAA (2010) e AfDB (no prelo).
2. Para uma análise da ascensão da classe média em países em desenvolvimento, ver Kharas (2010).
3. As grandes discrepâncias nos dados do IDE reportados por diferentes fontes dão uma ideia da dificuldade presente na análise dos fluxos de IDE: o MOFCOM regista, em 2007, 390.3 mil milhões de USD em fluxos originários na China com destino à Nigéria; já o Conselho de Promoção do Investimento Nigeriano regista, para o mesmo ano, um fluxo proveniente da China de 43.4 mil milhões de USD. Mesmo os dados de diferentes entidades chinesas são contraditórios: Deborah Brautigam assinala que o *stock* oficial de IDE chinês na Nigéria, de acordo com o MOFCOM, é de 795.91 mil milhões de USD, em 2008, mas já o Conselho Económico Chinês fala de 7.24 mil milhões de USD. (Brautigam, Blog China in Africa Real story: www.chinaafricarealstory.com/2010/02/chinese-investment-in-africa-whats-real.html)
4. Os caminhos-de-ferro indianos — Rites (Rail India Technical and Economic Services) e Ircon —, por exemplo, assinaram um acordo com os caminhos-de-ferro sudaneses para o desenvolvimento integral das ferrovias do país. Em 2004, a Bharat Heavy Electricity Ltd (BHEL) assinou um contrato para a construção de uma central termo-eléctrica de 500 MW no Sudão, no valor de 457 milhões de USD. A indiana ICSA Ltd. assinou um acordo com a Corporação Eléctrica do Sudão para a execução de um projecto chave na mão de 139.95 milhões de USD (2006).
5. Este patamar (10 milhões de USD) foi escolhido empiricamente para ilustrar a disseminação da correspondente distribuição. 10 milhões de USD são equivalentes a 1 milhão por sector, se os fluxos por país estivessem equitativamente distribuídos por sector.
6. Foram usados deflatores diferentes para as importações e exportação africanas, calculados pelo FMI. Os deflatores têm o ano 2000 como base (2000 = 100).
7. Este patamar (53 milhões de USD) foi escolhido empiricamente para ilustrar a disseminação da correspondente distribuição. 53 milhões de USD são equivalentes a 1 milhão por sector, em 53 países africanos (se os fluxos sectoriais estivessem equitativamente distribuídos por país).
8. Foram usados deflatores diferentes para as importações e exportação africanas, calculados pelo FMI. Os deflatores têm o ano 2000 como base (2000 = 100).
9. ComTrade tem dez sectores: (0) alimentos & gado; (1) bebidas e tabaco; (2) matérias brutas (excluindo alimentos e combustíveis); (3) combustíveis minerais e lubrificantes; (4) óleos e gorduras vegetais e animais, cera; (5) produtos químicos; (6) bens manufacturados; (7) máquinas e equipamentos de transportes; (8) artigos manufacturados vários; (9) outras mercadorias refinadas. As colunas forma ordenadas pela grau médio de sofisticação industrial.
10. Metodologia do inquérito às partes interessadas: os autores das notas sobre os países das PEA, que incluem a avaliação económica e as previsões macroeconómicas, efectuem missões no terreno, com recolha de dados nos institutos nacionais de estatística e a realização de entrevistas com uma série de funcionários governamentais e representantes do sector privado, da sociedade civil e das organizações internacionais. Este ano, foi aplicado um inquérito especial para reunir e comparar os resultados das entrevistas das partes interessadas africanas relativamente às actividades dos parceiros emergentes. As respostas foram recolhidas em 40 países, representando 83% da população africana e 92% do PIB do continente. O inquérito usa medidas qualitativas, numa escala de 5 pontos, com o objectivo de fornecer indicadores subjectivos. Onde aplicável, as respostas foram medidas em função do PIB e /ou da população.
11. De acordo com a definição de Prahalad (2005): » aqueles 4 mil milhões de pessoas que vivem com menos de 2 USD por dia».
12. O IDE reflecte o objectivo de obtenção de um interesse duradouro por parte de uma entidade numa economia que não a do investidor. O interesse duradouro implica a existência de uma relação de longo-prazo entre o investidor directo e empresa e um grau significativo de influência na gestão da empresa (definição de referência da OCDE). Para mais detalhes, ver Estatísticas de Investimento Directo Internacional, OCDE.
13. Os governos fornecem créditos oficiais à exportação através de Agências de Créditos de Exportação (ACE), apoiando os exportadores nacionais na competição por vendas fora do país. As ACE fornecem créditos aos compradores estrangeiros, tanto directamente como por via de instituições financeiras privadas que beneficiam da sua cobertura, em termos de seguros ou de garantias. As ACE podem ser instituições governamentais ou companhias privadas que operam em nome do governo. (http://www.oecd.org/about/0,3347,en_2649_34169_1_1_1_1_1,00.html).



14. Conversão de rupias para USD baseada na taxa de câmbio oficial da base de dados Indicadores de Desenvolvimento Mundial (Banco Mundial).
15. http://www.oecd.org/document/36/0,3746,en_2649_34621_44173540_1_1_1_1,00.html e www.iprcc.org/front/article/article-list.action
16. Tiveram de ser evacuados 150 pacientes do Hospital Central de Luanda, construído há quatro anos, pela Sociedade de Engenharia do Ultramar Chinesa, num investimento de 8 milhões de USD, devido há existência de fissuras nas paredes.
17. A capacitação enquanto base para a cooperação triangular não deve ser limitada aos países em desenvolvimento: como os países desenvolvidos prosseguem frequentemente políticas baseadas nas suas próprias perspectivas, o que pode prejudicar o desenvolvimento dos parceiros receptores, «existem requisitos para a sensibilização e capacitação dos países desenvolvidos, de forma a dar a perspectiva dos países em desenvolvimento às partes interessadas dos primeiros» (CUTS-CITEE 2005, 4).
18. Cadeia de Valor Global: «O conjunto de actividades necessárias para transformar um produto ou serviço desde a sua concepção até às fases intermédias de produção e entrega ao consumidor, incluindo também o seu destino final após utilização» (Kaplinsky, 2000); alternativamente, «O processo de especialização e fragmentação geográfica da produção, com a transferência das secções produtivas mais intensivas no factor trabalho para os países em desenvolvimento» (Cattaneo, *et al.* 2010).
19. As manufacturas são definidas, neste caso, como a agregação dos seguintes sectores ComTrade: (6) produtos manufacturados; (7) maquinaria e equipamentos de transporte; (8) artigos manufacturados diversos; (9) outras matérias-primas refinadas. As colunas foram organizadas por média de desenvolvimento industrial.
20. As ZEE são geralmente definidas como áreas geograficamente delimitadas, administradas por uma única entidade e que oferecem determinado tipo de incentivos (normalmente importações isentas de taxas e procedimentos aduaneiros simplificados, por exemplo) a negócios que se estão fisicamente localizados dentro dessa zona (World Bank, 2008).
21. O FMI fez pressão para melhorar a transparência dos contratos, convertendo os reembolsos em termos monetários, como no caso do aeroporto de Nouakchott, na Mauritânia.
22. Existe uma mudança de lógica entre as duas iniciativas: onde a iniciativa PPAE apenas visava a redução da dívida a um nível suportável, a MDRI visa a anulação total do montante da dívida multilateral até 2003 ou 2004, segundo as instituições (Raffinot, 2008). Para os países que beneficiaram da iniciativa PPAE mais tarde, a MDRI intervém directamente no ponto de conclusão. Para conhecer a situação pormenorizada dos países africanos em relação às iniciativas de redução da dívida PPAE e MDRI, consulte Dahoun e Raffinot (*idem*) e www.africaneconomicoutlook.org.
23. Consulte IMF (2010a e b).
24. Segundo o boletim estatístico do Ministério das Finanças etíópico: Federal Republic of Ethiopia (2010). Estes números parecem não compreender uma dívida a título de um crédito do fornecedor para com a empresa chinesa ZTE, superior a mil milhões de USD. Dois outros empréstimos à taxa de mercado foram, ainda, acordados pela China em 2010, para cerca de 700 milhões de USD. As condições financeiras de tais empréstimos, acordados sob a forma de “pacotes (packages)”, não são conhecidas.
25. Na sequência da reforma de Novembro de 2010, que deveria entrar em vigor em 2012, a China torna-se o terceiro maior accionista do FMI (6,394% das quotas), enquanto o Brasil (2,316%), a Índia (2,751%) e a Rússia (2,706%) dão entrada nos dez principais accionistas. Apesar desta reforma, a China, agora a segunda economia mundial, antes do Japão, terá, ainda assim, uma quota e direitos de voto inferiores a este, que disporá de 6,46% das quotas. www.imf.org/external/np/sec/pr/2011/pdfs/quota_tbl.pdf.
26. O ponto central está assim no controle. Desta forma, e seguindo a definição de Whitfield (2008: 4), a apropriação é «o grau de controlo que os governos receptores conseguem manter sobre os resultados das políticas implementadas».
27. A figura apresenta respostas à seguinte questão: qual o grau de envolvimento de cada *stakeholder* local nas parcerias com os parceiros emergentes?
28. Zimmermann and McDonnell (2008).
29. “China, South Africa upgrade relations to “comprehensive strategic partnership””, *Xinhua News*, 24 de Agosto de 2010, http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2010-08/24/c_13460144.htm
30. APE provisórios com os MIC foram celebrados como “trampolim” para APE definitivos sob a pressão de anulação de uma isenção da OMC sobre preferências comerciais unilaterais, em Dezembro de 2007.



Referências

PEA 2011-Documentos Especiais

Ancharaz, V. D. (*forthcoming*), Can Chinese SEZs spur industrial development in Africa? Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Asche, H. (*forthcoming*), Domestic Policy Implications of Chinese Economic Engagement in Africa, Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Cirera X. and R. Markwald (*forthcoming*), The level of Sophistication and technological content of African Exports. Does Africa benefit from South-South trade? Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Grant, C, M.Dube and G. Chapman (*forthcoming*), "How can African countries harness Emerging Partners to foster regional and sub-regional integration?" Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Hugon, P. (*forthcoming*), L'Afrique se trouve t elle aujourd'hui là où l'Asie se trouvait il y a quelques décennies, Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Kaplinsky R. (*forthcoming*), Technology Transfer: What Can Africa Expect from China And India? Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Kragelund, P. (*forthcoming*), Emerging Partners and Governance: Does the rise of emerging partnerships increase ownership of development policies and widen the policy space for African governments? Centro de Desenvolvimento da OCDE.

McCormick, D. (*forthcoming*), Africa and its Emerging Development Partners: Helping or Hindering Industrialisation? Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Raffinot, M. and D.B. Dahoun (*forthcoming*), Partenaires émergents: Quels enjeux pour la soutenabilité de la dette africaine, Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Turkisch E. (*forthcoming*), *Sovereign Wealth Funds as Investors in Africa: Opportunities and Barriers*, Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Wolf, C. (*forthcoming*), Natural Resource Rent Management in Africa in the Presence of New Partners at the Example of China, Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Bibliografia

AFDB, OECD and UNECA, (2010), African Economic Outlook – Public resource mobilisation and Aid, Organisation for Economic Cooperation and Development, Development Centre and African Development Bank, Paris.

AFDB, OECd and UNECA, (2009), African Economic Outlook – Innovation and ITC in Africa, Organisation for Economic Cooperation and Development, Development Centre and African Development Bank, Paris.

African Development Bank, (*forthcoming*), China as an Emerging Development Partner for Africa: Myth or Reality? African Development Bank Group, Tunis.

Agrawal, S., (2007), Emerging donors in International Development Assistance – the India Case. International Development Research Centre, Canada.

Aguilar, R. and A. Goldstein, (2009), "The Chinisation of Africa: The Case of Angola", *The World Economy*, 32(11).

Akyüz, Y., (2008), Global Rules and Markets: Constraints over Policy Autonomy in Developing Countries, Working Paper No. 87, Policy Integration and Statistics Department, International Labour Office, Geneva.

Altenburg, T. and J. Weikert, (2007), Trilateral Development Cooperation with 'New Donors', Briefing Paper 5/2007, German Development Institute, Bonn.

Athukorala, P.C., (2009), "Outward Foreign Direct Investment from India", *Asian Development Review*, 26(2).

Bell, R.M., (2007), Technological learning and the development of productive and innovative capacities in the



industry and infrastructure sectors of the Least Developed Countries: What roles for ODA? Paper prepared for UNCTAD Division for Africa, Least Developed Countries, Science Policy Research Unit, University of Sussex, Brighton.

Berthélemy, J.C., (2009), Impact of China's Engagement on the Sectoral Allocation of Resources and Aid Effectiveness in Africa. Paper presented at the African Economic Conference 11 - 13 November, Addis Ababa.

Berthélemy, J.C., (2001), HIPC Debt Relief and Policy Reform Incentives, communication à la WIDER Conference on Debt Relief 17-18 août, Helsinki.

Bini, A., (2004), "Upgrading In the Leather Value Chain: The Learning Experience of Ethiopian Tanneries", D. McCormick and C. Rogerson, eds, *Clothing and Footwear in African Industrialisation*, African Institute of South Africa, Pretoria.

Brautigam, D., (2010a), China, Africa and the international aid architecture, Working Paper No. 107, African Development Bank Group, Tunis.

Brautigam, D., (2010b), Chinese Finance of Overseas Infrastructure, prepared for the OECD-IPRCC China-DAC Study Group, Organisation for Economic Cooperation and Development, Paris.

Brautigam, D., T. Farole and X. Tang, (2010), China's Investment in African Special Economic Zones: Prospects, Challenges, and Opportunities, Economic Premise No. 5 March, World Bank, Washington, D.C.

Brautigam, D. and X. Tang, (2011), "African Shenzhen: China's special economic zones in Africa", *Journal of Modern African Studies*, 49(1).

Cappelaere, P., (2011), Congo (RDC) puissance et fragilité, L'Harmattan, Paris.

Cattaneo, O., G. Gereffi and C. Staritz, (2010), Global Value Chains in a Postcrisis World - A Development Perspective, World Bank, Washington, D.C.

Chamon, M. and M. Kremer, (2006), Economic Transformation, Population Growth And The Long-Run World Income Distribution, Working Paper No. 12038, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.

Chanana, D., (2009), India's Transition to a Global Donor - Limitations and Prospects, ARI 123/2010, Real Instituto Elcano, Madrid.

Chaponnière, J.R., (2007), "La Chine : une aide difficile à mesurer", *La Lettre des économistes de l'AFD*, 15.

Chin, G. and R.M. Frolic, (2007), Emerging donors in International Development Assistance- the China Case, International Development Research Centre, Canada.

Christensen, B.V., (2010), China in Africa A Macroeconomic Perspective, Working Paper 230 November 2010, Center for Global Development, Washington, D.C.

Collier, P., (2010), *The Plundered Planet: Why We Must - and How We Can - Manage Nature for Global Prosperity*, Oxford University Press, Oxford.

Corden, M.W. and P.J. Neary, (1982), "Booming Sector and De-Industrialisation in a Small Open Economy", *Economic Journal*, 92(368).

CUTS-CITEE, (2005), Trilateral Development Cooperation: An Emerging Trend, CUTS Briefing Paper No. 1/2005, CUTS - Centre for International Trade, Economics & Environment, Jaipur.

Diao, X., P. Hazell, D. Resnick and J. Thurlow, (2006), The Role of Agriculture in Development: Implications for Sub-Saharan Africa, Discussion Paper No. 29, Development Strategy and Governance Division, International Food Policy Research Institute, Washington D.C.

Djoufelkit-Cottenet, H., (2006), "Bilan des annulations PPTTE et IADM et perspectives de réendettement", *Lettre des économistes*, Agence française de développement, 14.

Dorward, A., J. Kydd, J. Morrison and I. Urey, (2004), "A Policy Agenda for Pro-Poor Agricultural Growth", *World Development*, 32(1).

Easterly, W., (2002), "How Did Heavily Indebted Poor Countries Become Heavily Indebted? Reviewing Two Decades of Debt Relief", *World Development*, 30(10).

ECOSOC, (2008), Trends in South- South and Triangular Development Cooperation, Background study for the



Development Cooperation Forum, United Nations Economic and Social Council, New York.

Ejigu, M., (2008), "Toward energy and livelihoods security in Africa: Smallholder production and processing of bioenergy as a strategy", Natural Resources Forum, 32.

European Commission, (2010), Trade, Growth and World Affairs. Trade Policy as a Core Component of the EU's 2020 Strategy. 612/4, EU Communication, Brussels.

FAO, (2008), Brazil and African Countries Cooperation - Opportunities for enhancing Smallholder Farming productivity through small scale irrigation and Rainwater Harvesting, Food and Agriculture Organisation, Rome.

Farole, T., (2008), Special Economic Zones in Africa: Comparing Performances and Learning from Global Experience, World Bank, Washington, D.C.

Farooki, M., (2010), China's Commodities Demand, The Financial Crisis And Economic Recovery: What Now For Resource Rich African Economies? Development Policy and Practice Unit The Open University (UK), United Kingdom.

Foster, V., W. Butterfield, C. Chen and N. Pushak, (2008), Building Bridges: China's Growing Role as Infrastructure Financier for Sub-Saharan Africa, Trends and Policy Options No.5, World Bank - PPIAF, Washington, D.C.

Gabas, J.J., (2009), "Emerging Countries and International Cooperation", C. Jaffrelot, ed, The Emerging States. The Wellspring of a New World Order, Columbia University Press, New York.

Garroway, C., B. Hacibedel, H. Reisen and E. Turkisch, (2010), The Renminbi and Poor-Country Growth, Working Paper No. 292, Organisation for Economic Cooperation and Development, Development Centre, Paris.

Gebre-Egziabher, T., (2007), "Impacts of Chinese Imports and Coping Strategies of Local Producers : The Case of Small-scale Footwear Enterprises in Ethiopia", Journal of Modern African Studies, 45(4).

Goldstein, A., N. Pinaud, H. Reisen and X. Chen, (2006), The Rise of China and India - what's in it for Africa? OECD Development Centre Studies, Organisation for Economic Cooperation and Development, Development Centre, Paris.

Harrigan, J., (2007), "The Doubling of Aid to Sub-Saharan Africa: Promises and Problems", Journal of Contemporary African Studies, 25(3).

Henderson, J., (2008), "China and global development: towards a Global-Asian Era? ", Contemporary Politics, 14(4).

Hollanders, H. and L. Soete, (2010), "The growing role of knowledge in the global economy", A World of Science, 8(4).

IMF, (2011), New Growth Drivers for Low-Income Countries: The Role of BRICs, International Monetary Fund, Washington, D.C.

IMF, (2010a), Ethiopia: 2010 Article IV Consultation and First Review of the Arrangement under the Exogenous Shocks Facility—Staff Report, Country Report No. 10/175, International Monetary Fund, Washington, D.C.

IMF, (2010b), The Federal Democratic Republic of Ethiopia: Second Review of the Arrangement under the Exogenous Shocks Facility—Staff Report, Country Report No. 10/339, International Monetary Fund, Washington, D.C.

IMF, (2009), *Debt Limits in Fund Supported Programs: Proposed New Guidelines*, International Monetary Fund, Washington, D.C.

IMF, (2007), Guide on Resource Revenue Transparency, International Monetary Fund, Washington, D.C.

IPEA, (2010), *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: primeiro levantamento de recursos investidos pelo governo federal*, Boletim de Economia e Política Internacional No. 3, Instituto de Pesquisa Economica Aplicada, Brazil.

Jerve, A.M. and H. Selbervik, (2009), Self Interest and Global Responsibility: Aid Policies of South Korea and India in the Making, CMI Report No. 9, Chr. Michelsen Institute, Bergen.

Kaplinsky, R. and M. Morris, (2000), A Handbook for Value Chain Research, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton.



- Khan, M.H., (2009), Learning, Technology Acquisition and Governance Challenges in Developing Countries, Project Report, Department for International Development, London.
- Kharas, H., (2010), The Emerging Middle Class in Developing Countries, Working Paper No. 285, Organisation for Economic Cooperation and Development - Development Centre, Paris.
- Kiala, C., (2010), The Impact of China Africa Aid Relations - the Case of Angola, Policy Brief No. 1, African Economic Research Consortium, Nairobi.
- Kimenyi, M.S. and Z. Lewis, (2011), "The BRICs and the New Scramble for Africa", E. Aryeetey, E. Asmah, M.S. Kimenyi, Z. Lewis, J.M. Mbaku, N. Moyo, J. Mutenyo, J. Page, E.S. Suruma and O. Taiwo, eds, Foresight Africa: The Continent's Greatest Challenges And Opportunities For 2011, Brookings Institution, Africa Growth Initiative, Washington, D.C.
- Kragelund, P., (2010), The potential role of non-traditional donors' aid in Africa, Issue Paper No. 11, International Centre for Trade and Sustainable Development, .
- Kragelund, P., (2008), "The Return of Non-DAC Donors to Africa: New Prospects for African Development?", Development Policy Review, 26(5).
- Le Pere, G. and G. Sheldon, (2007), China, Africa and South Africa: South - South Cooperation in a Global Era, Institute for Global Dialogue, Midrand South Africa.
- Mallaby, S., (2006), The World's Banker - A Story of Failed States, Financial Crises, and the Wealth and Poverty of Nations, Penguin Books, New York.
- Marysse, S. and S. Geenen, (2009), "Win-win or unequal exchange ? The case of the Sino-Congolese cooperation agreements", Journal of Modern African Studies, 47(3).
- Meredith, M., (2005), The State of Africa - A History of Fifty Years of Independence, The Free Press, London.
- MOFCOM, (2010), 2009 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment, Ministry of Commerce People's Republic of China, Beijing.
- Mohan, G. and M. Tan-Mullins, (2009), "Chinese migrants in Africa as new agents of development? An analytical framework", European Journal of Development Research, 21(4).
- Mold, A., (2011), Will history repeat itself?: infrastructure spending and African Development, mimeo, Organisation for Economic Cooperation and Development, Development Centre, Paris.
- Morrissey, O., (1993), "The Mixing of Aid and Trade Policies", World Economy, 16(1).
- Nissanke, M., (2010), "Reconstructing the Aid Effectiveness Debate", G. Mavrotas, ed, Foreign Aid for Development: Issues, Challenges, and the New Agenda, Oxford University Press, Oxford.
- Nissanke, M. and A.M. Jerve, (2008), Aid Effectiveness to Infrastructure: A Comparative Study of East Asia and Sub-Saharan Africa. JBICI Research Paper No. 36-1, Japan Bank for International Cooperation, Tokyo.
- Nugent, P., (2004), Africa Since Independence, Palgrave MacMillan, Basingstoke.
- OECD, (2011), Draft DAC Statement on "Welcoming New Partnerships In International Development Co-Operation", DCD/DAC/A(2011)5, Organisation for Economic Cooperation and Development, Development Cooperation Directorate, Paris.
- OECD, (2010), Perspectives on Global Development 2010 - Shifting Wealth, Organisation for Economic Cooperation and Development, Development Centre, Paris.
- OECD, (2008), Is it ODA? Factsheet November 2008, Organisation for Economic Cooperation and Development, Paris.
- Okonjo-Iweala, N., (2010), What's the Big Idea? To reposition Africa as the Fifth BRIC-A Destination for Investment, not just Aid, How has a decade of change shaped development thinking? Harvard Kennedy School, May 14 2010, World Bank.
- Pal, P., (2008), Surge in Indian Outbound FDI to Africa: An Emerging Pattern in Globalization, paper presented at the Global Studies Conference May 16-18, University of Illinois, Chicago.



- Potter, D.M., (2008), *Modes of Asian Development Assistance*, Nanzan University, Nagoya.
- Prahalad, C.K., (2005), *The Fortune at the Bottom of the Pyramid: Eradicating Poverty through Profits*, Pearson Education/ Wharton School Publishing, New Jersey.
- Raffinot, M., (2008), *La dette des tiers mondes*, La Découverte, Paris.
- Reisen, H., (2008), *Des donateurs traditionnels aux prêteurs émergents en Afrique*, Repères No. 57, Organisation for Economic Cooperation and Development, Development Centre, Paris.
- Reisen, H., (2007), *Is China Actually Helping Improve Debt Sustainability in Africa? Preliminary draft*, International Conference "Emerging Powers in Global Governance" 6-7 July 2007, Organisation for Economic Cooperation and Development, Paris.
- Reisen, H. and S. Ndoye, (2008), *Prudent versus Imprudent Lending to Africa: From Debt Relief to Emerging Lenders*, Working Paper No. 268, Organisation for Economic Cooperation and Development, Development Centre, Paris.
- Rich, B., (2002), "The World Bank under James Wolfensohn", P. Jonathan R. and W. Jeffrey A., eds, *Reinventing the World Bank*, Cornell University Press, London.
- Rodrik, D., (2010), *Is Chinese Mercantilism Good or Bad for Poor Countries?* Project Syndicate.
- Rostow, W., (1960), *The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Roxburgh, C., N. Dörr, A. Leke, A. Tazi-Riffi, A. van Wamelen, S. Lund, M. Chironga, T. Alatovik, C. Atkins, N. Terfous and T. Zeino-Mahmalat, (2010), *Lions on the Move: The Progress and Potential of African Economies*, McKinsey Global Institute, New York.
- Saggi, K., (2002), "Trade, FDI and International Technology Transfer: A Survey", *World Bank Economic Observer*, 17(2).
- Scott, J., M. vom Hau and D. Hulme, (2010), *Beyond the BICs: Identifying the 'Emerging Middle Powers' and understanding their Role in Global Poverty Reduction*, BWPI Working Paper No. 137, The University of Manchester, Manchester.
- Sidiropoulos, E., (2011), *India and South Africa as Partners for Development in Africa? Briefing Paper ASP/AFP BP 2011/01*, Chatham House, London.
- Singer, H., C. Cooper, R.C. Desai, C. Freeman, O. Gish, S. Hall and G. Oldham, (1970), *The Sussex Manifesto: Science and Technology for Developing Countries during the Second Development Decade*, Institute of Development Studies, Brighton.
- Sonobe, T., J.E. Akoten and K. Otsuka, (2009), "An Exploration into the Successful Development of the Leather-Shoe Industry in Ethiopia", *Review of Development Economics*, 13(4).
- Standard Chartered Bank, (2010), *The Super-Cycle Report*, Global Research, Standard Chartered Bank, London.
- Tan-Mullins, M., G. Mohan and M. Power, (2010), "Redefining 'Aid' in the China-Africa Context", *Development and Change*, 41(5).
- The Economist, (2010), "Uncaging the Lions: Business is Transforming Africa for the Better", *The Economist*, June 12.
- UN OSAA, (2010), *Africa's Cooperation with New and Emerging Development Partners: Options for Africa's Development*, United Nations Office of the Special Adviser on Africa, New York.
- UNCTAD, (2010a), *South South Cooperation - Africa and the New Forms of Development Partnership*, Economic Development in Africa Report 2010, United Nations Conference on Trade and Development, Geneva.
- UNCTAD, (2010b), *World Investment Report 2010*, United Nations Conference on Trade and Development, Geneva.
- UNCTAD, (2007), *Reclaiming Policy Space - Domestic Resource Mobilization and Developmental States*, Economic Development in Africa No. UNCTAD/ALDC/AFRICA/2007/1, United Nations Conference on Trade and Development, Geneva.



- UNDP, (2004), UNDP /Japan Partnership supporting South-South cooperation: Innovative triangular cooperation towards the Millennium Development Goals (1999-2004), United Nations Development Programme, New York.
- UNIDO, (2009), Industrial Development Report. Breaking In and Moving Up: New Industrial Challenges for the Bottom Billion and the Middle-Income Countries, United Nations Industrial Development Organization, Vienna.
- Viner, J., (1950), The Customs Union Issue, Carnegie Endowment for International Peace, New York.
- Wang, J.Y. and A. Bio-Tchané, (2008), "Africa's Burgeoning Ties with China: Maximizing the Benefits of China's Increasing Economic Engagement with Africa.", *Finance and Development*, 45(1).
- White, L., (2010), "Understanding Brazil's new drive for Africa", *South African Journal of International Affairs*, 17(2).
- Whitfield, L., (2008), "Introduction: Aid and Sovereignty", *The Politics of Aid. African Strategies for Dealing with Donors*, Oxford University Press, Oxford.
- Wolfensohn, J., (2007), "The Four Circles of a Changing World", *International Herald Tribune*, .
- World Bank, (2011), *Africa's Future and the World Bank's Support to It*, World Bank, Washington, D.C.
- World Bank, (2010), *Chinese Investments in Special Economic Zones in Africa: Progress, Challenges and Lessons Learned*, draft version 2010-11-04, World Bank, Washington, D.C.
- World Bank, (2009), *IDA Countries and Non-Concessional Debt: Dealing with the Free-Rider Problem in IDA14 Grant-Recipient and Post-MDRI countries*, World Bank, Washington, D.C.
- World Bank, (1992), *Effective Implementation: Key to Development Impact: Report of the World Bank's Portfolio Task Force, (The Wapenhans Report)*, Working paper M, World Bank, Washington, D.C.
- World Bank and IMF, (2009), *A Review of Some Aspects of the Low-Income Country Debt Sustainability Framework*, World Bank and International Monetary Fund, Washington, D.C.
- Yamashiro Fordelone, T., (2009), *Triangular Cooperation and Aid Effectiveness*, Paper presented at the OECD/DAC Policy Dialogue on Development Cooperation Mexico City, 28-29 September 2009, Organisation of Economic Cooperation and Development, .
- Zimmermann, F. and I. McDonnell, (2008), "Broader Ownership for Development", *Development Centre Studies*, ed, *Financing Development 2008 Whose Ownership?* OECD, Paris.
- Zimmermann, F. and K. Smith, (forthcoming), *More Money, More Actors, More Ideas: For International Development Co-operation*, Organisation for Economic Cooperation and Development, Development Cooperation Directorate, Paris.

Terceira parte

Estudos de países





Angola

A economia de Angola manteve-se estagnada no primeiro semestre de 2010, como resultado da acumulação de atrasados de dívida pública interna, mas as perspectivas para 2011 e 2012 são favoráveis face à recuperação dos preços do petróleo.

O crescimento económico terá que registar um impacto significativo sobre a desigualdade, a pobreza e o desemprego dos jovens, que continuam a ser questões críticas no país, devido ao forte aumento populacional.

Nos últimos dez anos, Angola diversificou consideravelmente os seus parceiros económicos e o papel das economias emergentes (fora do continente africano) aumentou muito acentuadamente.

A economia de Angola é largamente dependente do sector petrolífero e foi duramente atingida pelo colapso dos preços do petróleo e da procura, em 2009. Sendo, durante alguns anos, uma das economias que mais cresceram no mundo, o crescimento real do PIB registado em 2010 foi de apenas 3,4%, após 2,4%, em 2009 (muito abaixo dos 13,3% verificados em 2008). Apesar da recuperação dos preços do petróleo, o crescimento foi prejudicado por atrasos nos pagamentos do governo aos sectores de construção e infra-estruturas. No entanto, as perspectivas são boas e o crescimento deve chegar a 7% em 2011, impulsionado pelos preços elevados do petróleo e pela retoma do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

A inflação continua a ser um desafio para Angola. Depois de anos de descida sustentada, a inflação subiu 6% em 2008, atingindo 13,7%, e cresceu novamente um ponto percentual em 2010. Para 2011, prevê-se uma descida para 11,7%. Este regresso da inflação explica-se pela deterioração da taxa de câmbio e pelos fortes aumentos do preço da gasolina e do gasóleo, após a abolição dos subsídios aos preços dos mesmos. A inflação deverá manter-se nos dois dígitos em 2010 e 2011, devido às limitações estruturais nos transportes públicos e na distribuição da produção agrícola.

Os esforços para apoiar a taxa de câmbio, em 2009, determinaram uma forte queda das reservas monetárias. Isso motivou uma revisão da política monetária que foi consagrada na nova Constituição, aprovada em Fevereiro de 2010. O Banco Nacional de Angola (BNA) compartilha a responsabilidade na definição da taxa de juro e da política cambial com os Ministérios do Planeamento e das Finanças. Com a recuperação do saldo orçamental e da balança corrente, em 2010, suportada pela subida dos preços do petróleo, espera-se um afrouxamento das políticas monetárias em 2011, em benefício da actividade do sector privado.

Embora o sector não petrolífero tenha crescido, em média, 14% nos últimos quatro anos, a diversificação económica continua a ser fraca. Os sectores da construção e infra-estruturas são fortemente dependentes do PIP, enquanto o crescimento na agricultura reflecte mais adequadamente a ultrapassagem dos constrangimentos resultantes de 27 anos de guerra no país, a qual terminou em 2002. A indústria mineira está ainda concentrada no petróleo e diamantes, embora a retoma pré-guerra das explorações de ouro, de minério de ferro e de cobre esteja em marcha. O comércio, que se desenvolveu informalmente durante a guerra, foi fortemente perturbado em 2010 pela deslocação do mercado Roque Santeiro decidida pelo governo, até então o maior mercado da África subsariana. A indústria manufactureira está largamente concentrada em actividades relacionadas com petróleo e gás.

Embora a capacidade do sector público para atrair investimentos privados dirigidos aos vários sectores continue problemática, o governo tem conseguido, desde 2002, abordar os grandes desafios sociais e económicos, sem grandes surtos de violência. A médio prazo, a falta generalizada de recursos humanos qualificados constitui um dos principais entraves ao crescimento. Com um ambicioso plano de desenvolvimento das infra-estruturas, impulsionado pela primeira notação de risco de crédito do país e pela entrada maciça de crédito, o governo espera, a curto prazo, melhorar o acesso aos serviços básicos.

A economia de Angola continua, em grande parte, impulsionada pelo investimento público, que é marcado pelo clientelismo político e pela corrupção. Os programas nacionais de planeamento continuam a destacar a necessidade de uma melhor coordenação das políticas públicas e há uma clara necessidade de uma política nacional de desenvolvimento de infra-estruturas. Estão a ser feitos esforços para impulsionar o sector privado e reduzir a dependência do investimento público.

A adopção de uma nova Constituição, em Fevereiro de 2010, cimentou ainda mais a posição do Presidente José Eduardo dos Santos, no poder há 30 anos. As eleições presidenciais foram suprimidas (é eleito presidente o



cabeça de lista do partido vencedor nas eleições legislativas) e o cargo de primeiro-ministro foi substituído pelo de vice-presidente, sob a autoridade directa do presidente. Apesar de definido o limite de dois mandatos presidenciais de cinco anos cada, não são levadas em conta as três décadas anteriores de Eduardo dos Santos no poder, permitindo-lhe continuar presidente até 2022.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), existem cerca de 70 000 refugiados angolanos na República Democrática do Congo, 25 000 na Zâmbia, 6 000 na Namíbia e 2 000 no Congo. Estes perderão o seu estatuto de refugiados de guerra no final de 2011. A adequada reintegração desses refugiados representa um novo desafio para o governo angolano, a par das tarefas de gestão eficiente das riquezas naturais não renováveis do país e da criação de empregos. Uma melhor gestão exigirá o fortalecimento das instituições e um abrandamento da ação das lideranças no poder, tanto a nível político como económico.

Tabela 1: Indicadores macroeconómicos

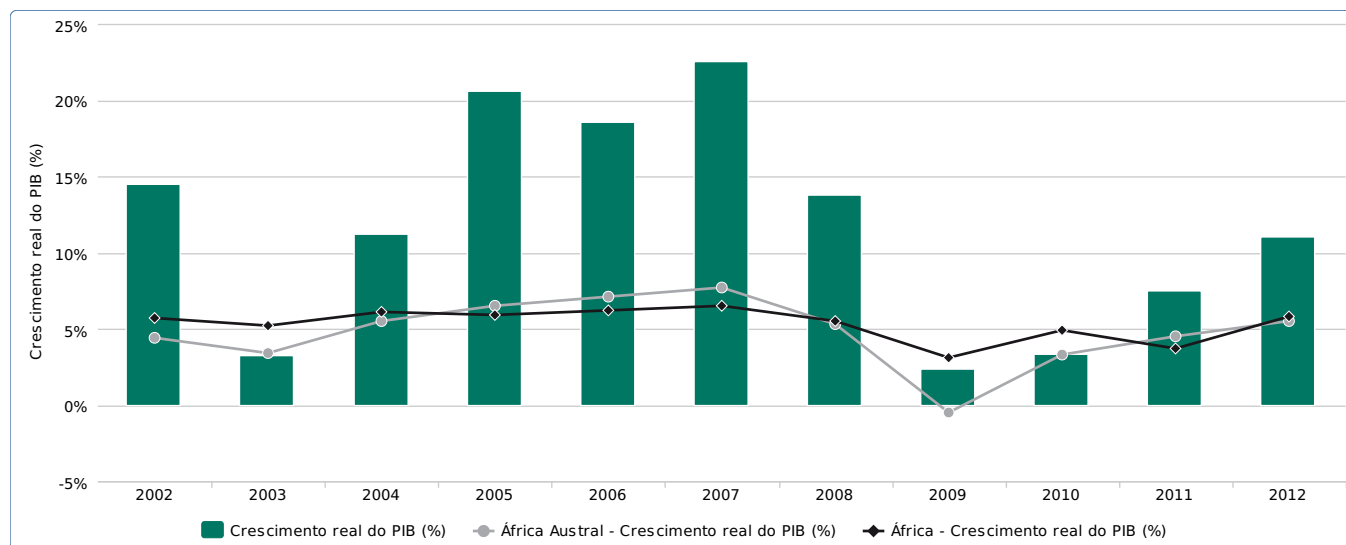
	2009	2010	2011	2012
Crescimento real do PIB	2.4	3.4	7.5	11.1
Inflação medida pelo IPC	13.7	14.7	11.7	12.1
Saldo Orçamental % PIB	-8.6	7.3	6.7	8.1
Balança Corrente % PIB	-10	1	-3.8	3.5

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421565>

Figura 1: Crescimento do PIB real (S)



Fonte: Dados do FMI e das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420957>



Cabo Verde

A economia de Cabo Verde sofreu uma forte queda do investimento estrangeiro na sequência da crise mundial, mas o crescimento tem sido sustentado por um avultado programa de investimentos públicos em infraestruturas.

O país enfrenta um duplo desafio nos próximos anos: a necessidade de continuar a diversificar a sua estrutura económica e, ainda, de se preparar para o aumento iminente dos gastos sociais na sequência da eliminação progressiva da ajuda externa.

O arquipélago tem uma abordagem pró-activa aos seus numerosos parceiros económicos, procurando promover a máxima complementaridade em projectos de investimento, bem como na cooperação para o desenvolvimento.

A economia de Cabo Verde evidenciou sinais de recuperação, após o impacto negativo da crise financeira mundial, com o produto interno bruto (PIB) estimado a atingir 5,3% em 2010, contra 3,6% em 2009. Em 2010, registaram-se sinais de recuperação no turismo e no transporte aéreo e, ainda, um forte impacto do Programa de Investimentos Públicos (PIP). No entanto, em 2010, o investimento directo estrangeiro (IDE) e os financiamentos associados à construção continuaram a diminuir. As perspectivas para 2011 permanecem incertas com o investimento, em grande parte oriundo da União Europeia (UE), a crescer lentamente. As remessas dos emigrantes permaneceram praticamente constantes em 2010, após um ligeiro decréscimo de 2,2% verificado em 2009.

A taxa de inflação situou-se em 2,1% em 2010, contra 6,7% em 2008, em resultado, principalmente, da paridade fixa do escudo cabo-verdiano (ECV) ao euro (EUR) e da forte componente da importação de bens e serviços no quadro do PIP. A inflação deverá subir ligeiramente em 2011 devido ao aumento dos preços das mercadorias e dos combustíveis e ao lento relançamento da actividade económica privada.

O governo colocou em prática uma estratégia ambiciosa que promove, por um lado, o avultado PIP em infraestruturas e, por outro, a melhoria do ambiente de negócios e a criação de estratégias de marketing e de certificação. À medida que estas estratégias forem gerando benefícios directos destinados à população e fomentem um alto valor acrescentado no turismo, sairá reforçada, a médio prazo, a capacidade da economia resistir aos choques externos, a tendência para reduzir as taxas de pobreza e, finalmente, a implementação com sucesso do PIP. Além disso, a retoma dos fluxos de IDE será fundamental para a materialização do PIP uma vez que o país depende dos financiamentos externos para os programas de investimento de grande dimensão.

Para combater o impacto da crise e para reestruturar a economia, tendo em conta a graduação de Cabo Verde como país de rendimento médio (PRM), o governo reforçou o PIP de 2010 a 2012 com vista a ultrapassar as fraquezas no sector dos transportes, na energia e na água. Devido ao PIP, o défice orçamental deteriorou-se consideravelmente passando de 6,3%, em 2009, para 13,7% em 2010 e deverá continuar alto em 2011.

A fim de reduzir a sua forte dependência das importações de combustíveis, Cabo Verde tem um plano, orçado em 300 milhões de USD, para cobrir 25% das suas necessidades com recurso às energias renováveis até 2011 e 50% até 2020. O país está a criar parques eólicos *onshore* nas ilhas do Sal, da Boavista, de Santiago e de São Vicente, que deverão estar operacionais em Junho de 2011 e produzir 28 megawatts (MW). Este é o primeiro projecto eólico de grande escala em África e o primeiro projecto de energias renováveis promovido por uma Parceria Público-Privada (PPP) na África subsaariana.

Cabo Verde é um dos poucos países que podem atingir os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015. Quatro desses oito objectivos (atingir o ensino primário universal, promover a igualdade de género, reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna) foram alcançados no final de 2010. A sustentabilidade destes resultados depende muito do apoio dos doadores. Em 2010, no entanto, alguns doadores têm vindo a cessar o apoio a diversos sectores sociais. Com a sua graduação como PRM, Cabo Verde enfrenta uma redução do acesso a empréstimos concessionais e solicitou uma extensão para o período de 2012 a 2015, a fim de aceder aos instrumentos inerentes aos países menos avançados (PMA), no pressuposto de que aquele espaço de tempo será suficiente para ultrapassar os principais estrangulamentos estruturais.

O PIP visa o crescimento do investimento privado entre 2011 e 2012, com o objectivo de fomentar pólos de crescimento em linha com a Estratégia de Transformação Económica de 2003 (ETE), nomeadamente no turismo, nas pescas (exportação e processamento), na criação de uma plataforma de transportes, nos serviços financeiros



e nas tecnologias de informação e comunicação. Apesar das tentativas de utilizar a sua situação geopolítica e a estabilidade económica para encontrar novos parceiros, os parceiros comerciais, bem como os investidores, continuam a ser maioritariamente europeus. A diversificação tem sido mais lenta do que o previsto pelo governo.

Cabo Verde solicitou à UE o alargamento do seu estatuto de PMA até 2011, durante as negociações dos novos acordos comerciais, incluindo os serviços, as regras de origem favoráveis e as quotas de exportação de peixe. A cooperação com o Brasil centra-se, principalmente, nas áreas da educação e no reforço da formação. As trocas com a China estão focalizadas na construção de infraestruturas. Cabo Verde está a reforçar as suas relações com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Desde 2010 tem vindo a acolher o Instituto da África Ocidental (IAO) e o Centro Regional da CEDEAO para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética.

Na frente política, o ano de 2011 assistirá a eleições legislativas e presidenciais em Cabo Verde. Tanto umas como outras já se realizam pela quarta vez. As eleições legislativas já tiveram lugar em 6 de Fevereiro. Após uma forte disputa, o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) venceu as eleições, conseguindo 37 dos 72 assentos parlamentares. O principal partido da oposição, o Movimento para a Democracia (MPD), conseguiu 33 assentos. As eleições presidenciais terão lugar seis meses após as legislativas.

Tabela 1: Indicadores macroeconómicos

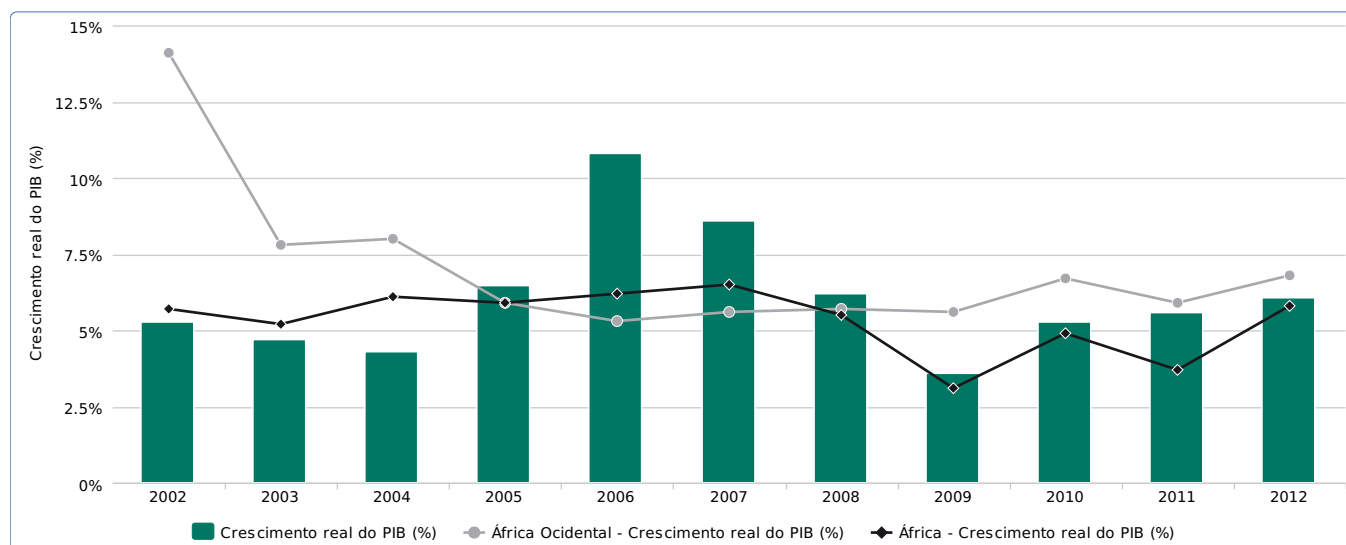
	2009	2010	2011	2012
Crescimento real do PIB	3.6	5.3	5.6	6.1
Inflação medida pelo IPC	1.2	2.1	3	2.1
Saldo Orçamental % PIB	-6.3	-13.7	-11.3	-8.9
Balança Corrente % PIB	-9.9	-18.4	-15.5	-13.2

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421584>

Figura 1: Crescimento do PIB real (W)



Fonte: Dados do FMI e das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420976>



Guiné-Bissau

O crescimento económico da Guiné-Bissau atingiu 3,6% em 2010 devido ao alto preço da castanha de caju, à construção sustentada de habitação privada e aos investimentos em grandes projectos de infraestruturas.

Os principais desafios políticos do novo Governo, em 2011, serão: Promover a estabilidade, implementar reformas no sector da defesa e combater o narcotráfico.

Os principais parceiros emergentes da Guiné-Bissau são a China, o Brasil e a Índia. A China está presente principalmente através da cooperação bilateral e de grandes projectos de infraestruturas, enquanto a Índia tem fortes laços comerciais no sector da castanha de caju. O Brasil tem-se envolvido em projectos de formação no sector da educação.

O crescimento económico da Guiné-Bissau acelerou ligeiramente para 3,6% em 2010, contra 3,0% em 2009, graças ao aumento do preço da castanha de caju, à construção sustentada de habitação privada e aos grandes projectos de infraestruturas. O impacto indirecto da crise económica mundial, sentida principalmente no volume das receitas públicas de exportação e das remessas dos emigrantes, tem sido atenuado por um forte aumento da procura mundial de castanha de caju. A intensificação da instabilidade política, no entanto, resultou na retirada do apoio ao orçamento por parte da União Europeia (UE), um dos principais parceiros de desenvolvimento do país. O crescimento económico deverá aumentar para 4,5% e 4,8%, em 2011 e 2012, respectivamente, sustentado pelo aumento da produção agrícola, pelas exportações de castanha de caju e pelo Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em projectos mineiros e de infraestruturas. O principal risco reside na persistente instabilidade política, que pode determinar uma redução ainda maior do financiamento dos doadores, prejudicando a execução do programa de investimentos públicos nos próximos anos. A médio prazo, a inflação deverá manter-se dentro da meta de 3% do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), mantendo o bom desempenho de 2010.

A normalização das relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em Janeiro de 2008, continuou a produzir efeitos em 2010. Para além do apoio concedido ao abrigo da Assistência de Emergência Pós-Conflito (EPCA), para apoiar os programas do governo, em 2008 e 2009, em Maio, a Guiné-Bissau beneficiou de um programa ao abrigo da Extended Credit Facility (ECF), pelo período de três anos, no valor de 22,4 milhões de Direitos de Saque Especiais (DSE).

A queda do volume das exportações da castanha de caju, quando comparado com o volume das mesmas no ano anterior, em consequência das más condições climáticas verificadas, foi compensada pela subida dos preços, aumentando o valor global das exportações e contribuindo para a redução do défice comercial. Essa melhoria em termos de trocas, no entanto, não foi suficiente para compensar o corte da ajuda ao orçamento por parte da UE em 2010, e o resultado foi um aumento gradual do défice da balança de transacções correntes.

A Guiné-Bissau continua a ser altamente dependente da agricultura de subsistência, da exportação da castanha de caju e da ajuda externa. A fim de diversificar a sua economia e promover o crescimento, a Guiné-Bissau precisa de implementar profundas reformas na administração pública (em particular segurança e defesa), bem como investir na agricultura e em infraestruturas de base para os transportes e para a energia. A exploração dos seus recursos minerais, com grande potencial, que se espera ter início em breve, poderá vir a gerar recursos significativos destinados a financiar estes investimentos.

Em Dezembro de 2010, a Guiné-Bissau concluiu a iniciativa HIPC - *Heavily Indebted Poor Countries* (Dívida dos Países Pobres Fortemente Endividados), que deve resultar numa redução da dívida de 1,3 mil milhões de USD e colocar o país na posição de poder aliviar a dívida ao abrigo da MDRI - *Multilateral Debt Relief Initiative* (Iniciativa para o Alívio da Dívida Multilateral).

Os principais parceiros emergentes da Guiné-Bissau são a China, o Brasil e a Índia. A China tem estado envolvida no país principalmente através da cooperação bilateral e de grandes projectos de infraestruturas, enquanto a Índia tem tradicionalmente mantido fortes laços comerciais no sector da castanha de caju e só recentemente começou a intensificar a sua cooperação bilateral. O Brasil tem vindo a suportar projectos no domínio do reforço de capacidades no sector da educação e começa a tornar-se um importante parceiro comercial.

A tentativa de golpe liderada pelo Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General António Indjai e a sua posterior nomeação, muito contestada, como Chefe do Estado-Maior, dominaram a cena política em 2010. Estes acontecimentos políticos resultaram na suspensão do apoio ao orçamento por parte da UE, que tinha



assegurado o financiamento da Reforma do Sector da Defesa e da Segurança (RSS) e o pagamento dos salários dos professores e funcionários públicos. O apoio financeiro dos doadores, a médio prazo, dependerá, em grande parte, da consolidação da estabilidade política.

Os principais desafios do novo governo, em 2011, serão: promover a estabilidade política, implementar reformas no sector da defesa e combater o narcotráfico. O desempenho económico dependerá do êxito do governo na resolução destes problemas.

Tabela 1: Indicadores macroeconómicos

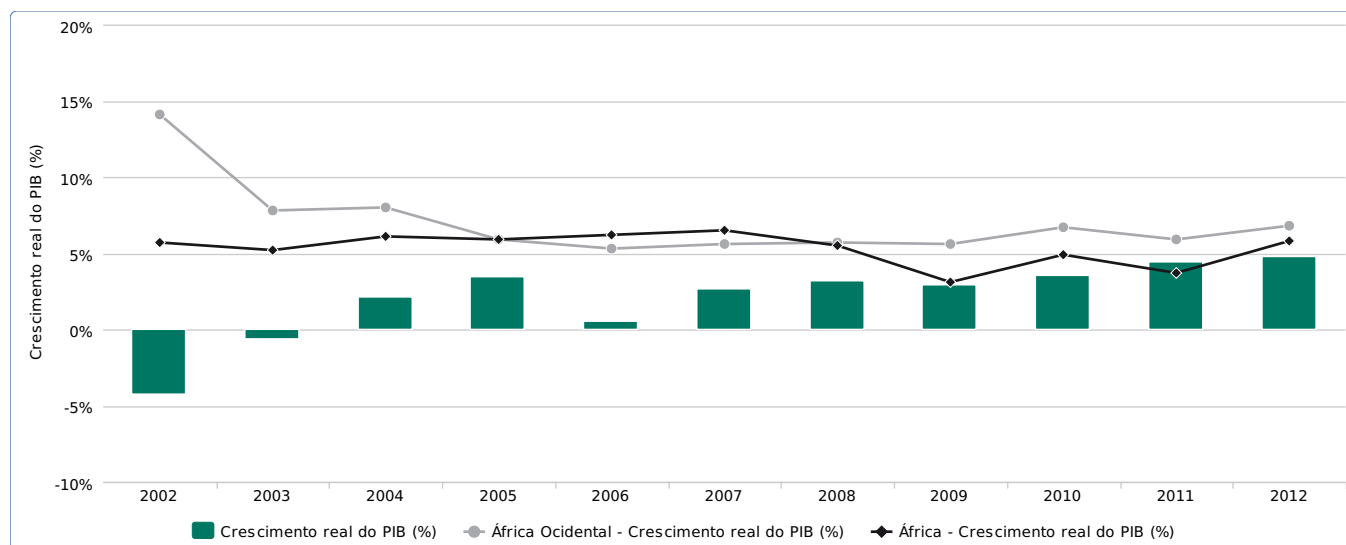
	2009	2010	2011	2012
Crescimento real do PIB	3	3.6	4.5	4.8
Inflação medida pelo IPC	-1.6	2.6	2.7	2.6
Saldo Orçamental % PIB	2.8	-0.2	-2	-1.2
Balança Corrente % PIB	-4.1	-5.6	-6.2	-6.1

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421603>

Figura 1: Crescimento do PIB real (W)



Fonte: Dados do FMI e das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932420995>



Moçambique

Embora o crescimento de Moçambique continue a ser elevado, o governo, os doadores e a sociedade civil questionam o modelo de desenvolvimento baseado em megaprojectos.

A dificuldade em baixar os níveis de pobreza de forma sustentada, combinada com a alta internacional dos preços do petróleo e dos géneros alimentícios, poderá redundar em agitação social no futuro.

Moçambique pretende reduzir a sua dependência dos doadores ocidentais estabelecendo ligações prudentes com parceiros emergentes pela via do IDE.

A economia de Moçambique continuou a exibir um bom desempenho em 2010, crescendo, de acordo com as estimativas, cerca de 8,1%. Em 2009, o crescimento foi alcançado apesar da queda nos preços do alumínio, compensada pela entrada massiva de investimentos directos estrangeiros (IDE) destinados a projectos carboníferos, enquanto em 2010 a economia foi beneficiada tanto pelo IDE como pela recuperação registada nos preços do alumínio. Além disso, o carvão extraído a partir de megaprojectos, implantados na província de Tete, vai reforçar as exportações em 2011. Espera-se um aumento das exportações, embora o saldo da balança corrente permaneça estruturalmente negativo devido à dependência do país das importações de géneros alimentícios, de petróleo e de produtos manufacturados. Moçambique deverá manter, a médio prazo, taxas de crescimento altas, impulsionadas pelos megaprojectos.

A taxa de inflação atingiu os dois dígitos em 2010, devido à eliminação do subsídio aos preços internos dos combustíveis entre Março e Agosto de 2010, ao aumento dos preços internacionais dos combustíveis e dos bens alimentares, à desvalorização do metical face ao dólar americano e ao rand sul-africano, a um mau ano agrícola e a políticas monetárias pouco restritivas. A inflação deve cair para um dígito em 2011, contida pelos subsídios aos preços dos transportes urbanos e da farinha de trigo, por uma política monetária mais apertada e pelo reforço da estratégia nacional de produção de alimentos. O principal risco na previsão do crescimento reside no facto de a recuperação dos preços internacionais dos combustíveis e dos alimentos e as más condições meteorológicas poderem resultar em dificuldades no controlo da inflação. Apesar da impressionante taxa de crescimento, os distúrbios de rua registados em Setembro de 2010 e os novos dados sobre a pobreza evidenciaram a fraca relação entre o desempenho macroeconómico e as condições de vida da maioria da população. A agitação social obrigou o governo, doadores e instituições internacionais a reconsiderar o modelo de crescimento de Moçambique. Este modelo está centrado em megaprojectos nas indústrias extractivas, de iniciativa de investimento directo estrangeiro, que estão em grande parte isentos de tributação, com o desenvolvimento humano financiado por contribuições de doadores. O governo lançou o Plano de Estratégia para a Redução da Pobreza (PARPA III), para o período de 2010 a 2014, que, para além do desenvolvimento humano, se centra na produção e produtividade agrícolas e na criação de empregos nas pequenas e médias empresas (PME).

O ambicioso programa de obras públicas do governo, a implementar ao longo dos próximos anos, deverá resultar num aumento substancial do défice. As despesas de capital cresceram mais de 3 pontos percentuais do PIB entre 2008 e 2012. O investimento público, financiado por empréstimos não-concessionais, incidirá em infraestruturas asseguradas por parcerias público-privadas (PPP) ao longo dos *corredores* de desenvolvimento. Tais projectos vão absorver praticamente todas as disponibilidades orçamentais previstas para o período de 2011 a 2013 privilegiando, numa primeira fase, grandes investimentos estrangeiros destinados a ligar as áreas extractivas à costa. O emprego na agricultura e nas PME deverá beneficiar do efeito de arrastamento ao longo dos *corredores* de desenvolvimento. Os doadores continuam a apoiar o desenvolvimento humano, embora a sua contribuição para o orçamento, que representou quase 50% das receitas em 2010, vá começar a ser gradualmente eliminada.

O modelo de crescimento de Moçambique continua muito concentrado nas indústrias extractivas. Duas Zonas Francas Industriais (ZFI) serão criadas em Nacala, em 2011, seguidas de mais cinco ZFI e uma Zona Económica Especial (ZEE), a criar antes de 2014. Não é evidente que este modelo beneficie a população por efeito de arrastamento, face ao fracasso do governo em promover a produção interna e os serviços existentes ligados a megaprojectos. O corredor de Nacala-Moatize, no entanto, possui potencial para ter um grande impacto sobre a economia. As províncias de Nampula e da Zambézia têm potencial agrícola considerável e grandes populações. As trocas com os países vizinhos, o Malawi, a Zâmbia e o Zimbabwe poderão ser potenciadas.

Moçambique beneficia da diversificação de seus parceiros de desenvolvimento, especialmente a China, o Brasil e a Índia. Estes novos parceiros complementam a acção prioritária dos doadores tradicionais nos sectores sociais,



privilegiando as infraestruturas e a agricultura. Durante a crise económica mundial, a procura crescente de recursos naturais contribuiu para sustentar a economia de Moçambique. Parceiros emergentes também financiaram vários projectos de pesquisa visando aumentar a produtividade agrícola. Até ao momento, no entanto, os grandes investimentos em infraestruturas têm sido predominantemente orientados para aumentar a produtividade das indústrias extractivas, em vez de beneficiar a economia local. A participação mais estruturada, tanto com os parceiros tradicionais como com os emergentes, é necessária para incorporar os projectos futuros no plano de desenvolvimento nacional.

A pobreza continua muito generalizada em Moçambique, não obstante o crescimento sustentado do PIB na última década. A taxa de pobreza da população caiu de 69,4% em 1997 para 55% em 2010, mas a situação estagnou e as disparidades regionais permanecem muito altas. A crescente desigualdade pode levar a tensões sociais, sobretudo se os preços dos alimentos permanecerem altos e o governo não der ouvidos ao cidadão moçambicano comum.

Os indicadores de desenvolvimento têm melhorado nos últimos anos, mas a maioria dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) não poderá ser alcançada a menos que o governo e os doadores reforcem o seu empenho ao longo dos próximos cinco anos. Desafios básicos, tais como a melhoria da qualidade da educação e da saúde e a luta contra o HIV/SIDA, continuam a evidenciar uma dimensão impressionante.

Tabela 1: Indicadores macroeconómicos

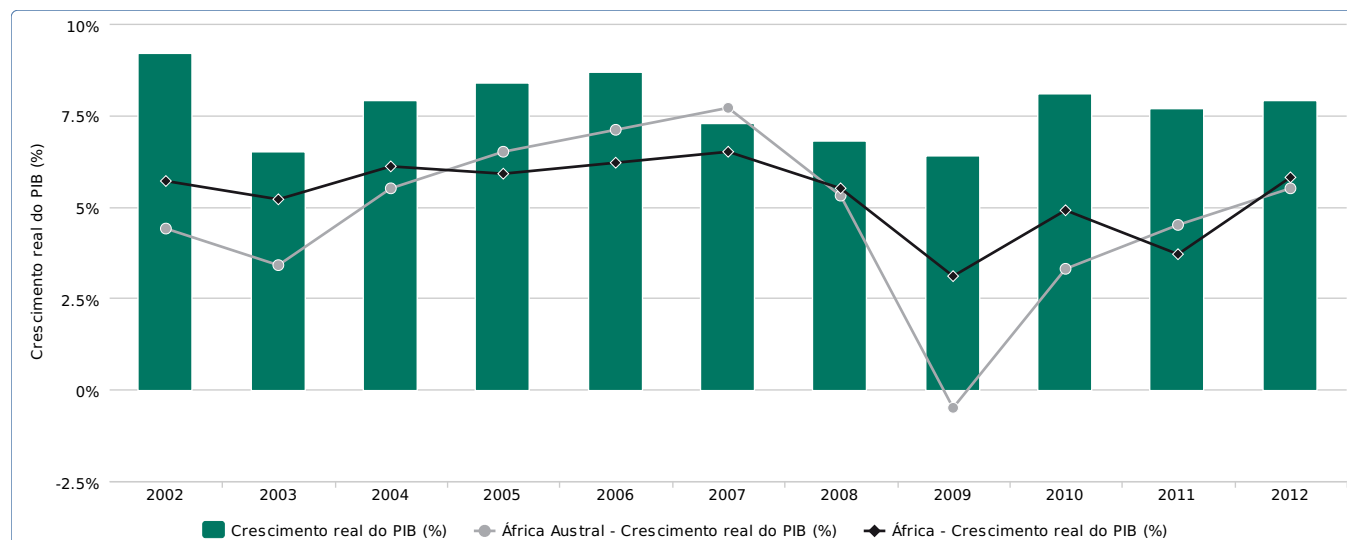
	2009	2010	2011	2012
Crescimento real do PIB	6.4	8.1	7.7	7.9
Inflação medida pelo IPC	3.5	12.7	9.2	7.3
Saldo Orçamental % PIB	-5.1	-5.4	-6	-5.4
Balança Corrente % PIB	-10.9	-11.2	-10.3	-11

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projecções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421641>

Figura 1: Crescimento do PIB real (S)



Fonte: Dados do FMI e das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projecções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421033>



São Tomé e Príncipe

Em 2010, a economia registou um crescimento estimado de 4,5%. A partir de 2011, os grandes investimentos privados na prospecção de petróleo e a construção de um porto de águas profundas deverão impulsionar o crescimento para os níveis de pré-crise de 6% em 2012.

Com o objectivo de transformar o arquipélago num pólo regional de transportes e estimular o desenvolvimento do país, o novo primeiro-ministro tem vindo a diversificar os laços comerciais e diplomáticos com parceiros emergentes, particularmente da sub-região africana.

Apesar de registados alguns progressos, os indicadores sociais continuam a registar baixos valores. O crescimento económico, centrado em actividades pouco diversificadas, não conseguiu criar oportunidades de emprego para os camponeses pobres e para os jovens residentes nas zonas urbanas.

O produto interno bruto (PIB) da República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) desacelerou em 2009, mas registou uma ligeira recuperação em 2010, para um valor estimado de 4,5%. O crescimento foi sustentado pela ajuda externa e pelo sector terciário, nomeadamente a construção civil, o turismo e o comércio de retalho. Prevê-se que a economia registre um crescimento de 5,0%, em 2011, e de 6,0%, em 2012, suportado pelo investimento directo estrangeiro (IDE) na prospecção de petróleo e pela construção de um novo porto de águas profundas. Porém, as expectativas de longo prazo permanecem altamente dependentes das perspectivas, ainda incertas, do potencial de exploração petrolífera, cuja produção não é esperada antes de 2016.

As políticas macroeconómicas permanecerão restritivas. A política orçamental visa conter a despesa corrente primária através de uma melhor gestão das finanças públicas. Ao mesmo tempo, as medidas jurídicas e técnicas, combinadas com taxas mais altas de importação relativas aos projectos de investimento futuros, devem melhorar gradualmente as receitas fiscais. A política monetária está orientada para a manutenção do novo regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, introduzido em Janeiro de 2010. A inflação, ainda em grande parte determinada pela importação de bens alimentares e pelos preços do petróleo, diminuiu para cerca de 11,4%, em 2010, contra 16,7%, em 2009, graças ao rigor económico imposto pela indexação ao euro. Esta tendência de queda deve continuar, desde que as políticas orçamentais permaneçam dentro dos objectivos propostos e os preços internacionais dos alimentos se mantenha estáveis. Entretanto, persistem grandes desafios estruturais: o crescimento do peso da dívida, a crescente vulnerabilidade a choques externos e a falta de diversificação da economia.

Até que as receitas do petróleo se concretizem, e se tal vier a acontecer, o governo continuará fortemente dependente do financiamento externo. Até às eleições presidenciais de 2011, o IDE não deverá retomar os níveis verificados antes da crise. Em 2010, os investimentos foram impulsionados pelo sector público e financiados por donativos e empréstimos concessionais. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) permaneceu no mesmo nível de 2009, embora os desembolsos tenham sido retidos até depois das eleições legislativas, realizadas em Agosto. Até agora, a APD tem compensado a falta de dinamismo do IDE ao longo de 2010, sustentando um ligeiro aumento do crescimento económico. No entanto, a APD poderá cair em 2011, dadas as crescentes pressões sobre os orçamentos dos doadores.

Os parceiros emergentes vêm desempenhando um papel crucial no desenvolvimento económico e social de S. Tomé e Príncipe. O Taipé Chinês tem uma presença já antiga e consolidada, mas o Brasil e a Índia estão a intensificar a sua cooperação bilateral. A Nigéria, Angola e outros países vizinhos estão, igualmente, a intensificar as suas relações com o país. O novo primeiro ministro manifestou interesse em diversificar as relações comerciais e diplomáticas com os parceiros emergentes, a fim de estimular o desenvolvimento de STP. Num momento caracterizado pela crescente concorrência por recursos escassos, S. Tomé e Príncipe pretende envolver-se com vários parceiros emergentes, promovendo, simultaneamente, a colaboração com os seus parceiros tradicionais.

O ano de 2010 foi marcado pelas eleições autárquicas, regionais e legislativas, em Agosto, das quais resultou um governo minoritário que poderá ter dificuldades em aprovar legislação, ou mesmo permanecer no cargo por muito tempo. O novo primeiro-ministro continua empenhado em transformar a economia de STP num pólo regional de actividades de transbordo de mercadorias. O primeiro-ministro propõe-se promover a diversificação da economia, com o objectivo de diminuir a dependência do país em relação à prospecção e produção petrolíferas, cujas perspectivas se apresentam incertas. A curto prazo, as perspectivas económicas dependerão da estabilidade do novo governo e do sucesso das eleições presidenciais, a ter lugar em Junho de 2011.



A pobreza, estimada em cerca de 54%, em 2009, continua muito difundida em áreas rurais e na periferia das zonas urbanas. A busca de oportunidades de emprego promove a migração urbana, o que coloca uma pressão crescente sobre as infra-estruturas da capital e alimenta o sector informal – estimado em 63% da economia. Os serviços públicos como a electricidade, o saneamento, a saúde e a gestão de resíduos terão de crescer significativamente se STP pretender manter a tendência de crescimento dos indicadores sociais.

Tabela 1: Indicadores macroeconómicos

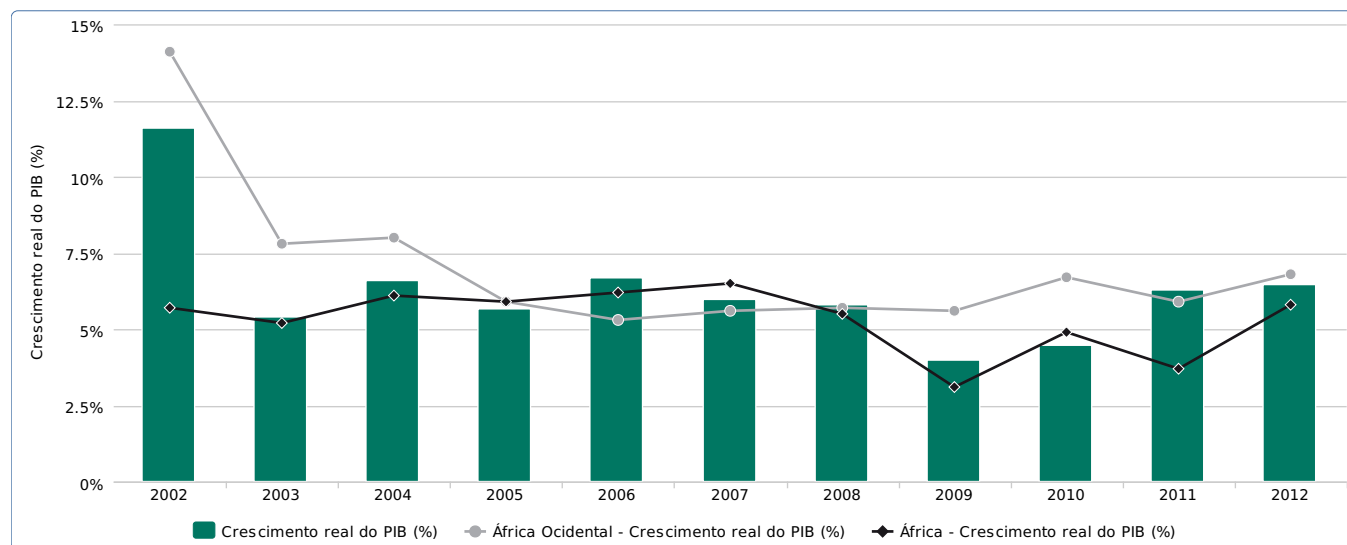
	2009	2010	2011	2012
Crescimento real do PIB	4	4.5	5	6
Inflação medida pelo IPC	16.7	11.4	7.5	6.7
Saldo Orçamental % PIB	17.6	-7.7	3.3	-8.4
Balança Corrente % PIB	-26.2	-28.1	-35.8	-34.2

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421622>

Figura 1: Crescimento do PIB real (W)



Fonte: Dados do FMI e das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421014>



GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

O grupo do Banco Africano de Desenvolvimento engloba uma instituição financeira de desenvolvimento multilateral regional, cujos membros são todos os 53 países de África e 24 países da Ásia, Europa e Américas do Norte e do Sul.

O objectivo do banco é aprofundar o desenvolvimento económico e o progresso social dos países africanos, individual e colectivamente. Para este propósito, o banco promove o investimento de capital público e privado para o desenvolvimento, principalmente facultando empréstimos e subsídios para projectos e programas que contribuam para a redução da pobreza e para um desenvolvimento sustentável alargado em África.

As operações não concessionais do banco são financiadas a partir dos seus recursos ordinários em capital. Além disso, as filiais de fácil acesso do banco – o Fundo de Desenvolvimento Africano e o Fundo Fiduciário da Nigéria – oferecem financiamento concessional a países de baixo rendimento que são incapazes de contrair empréstimos nos termos de mercado.

Até ao final de 2010, o grupo do Banco Africano de Desenvolvimento aprovara cumulativamente 3 526 empréstimos e subsídios para compromissos de quase 55.93 mil milhões de UA (79.23 mil milhões de USD). Os compromissos foram estabelecidos com 53 países membros e instituições regionais para apoiar projectos e programas de desenvolvimento na agricultura, transportes, serviços públicos, indústria, educação e serviços de saúde. Desde meados dos anos '80 do século XX, uma parte significativa dos compromissos também foi destinada à promoção da reforma económica e a programas de ajustamento que ajudassem a acelerar o desenvolvimento sócio-económico. Cerca de 58.8% do total de compromissos do grupo do banco foram financiados em termos não concessionais, enquanto o remanescente beneficiou de financiamento concessional.

Para mais informações sobre o Banco Africano de Desenvolvimento, consulte www.afdb.org

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

O PNUD representa a rede de desenvolvimento global da Nações Unidas, uma organização que defende a mudança e que liga países a conhecimentos, experiência e recursos, de forma a ajudar os povos na construção de uma vida melhor. O PNUD está presente em 166 países, 45 dos quais em África, trabalhando com eles nas respectivas soluções para os desafios de desenvolvimento nacional e global. À medida que estes países desenvolvem capacidades locais, recorrem às pessoas do PNUD e à sua vasta lista de parceiros.

A rede do PNUD interliga e coordena esforços nacionais e globais, para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Encoraja, em todas as suas actividades, a protecção dos direitos humanos e a capacitação das mulheres. O *Relatório do Desenvolvimento Humano* anual, encomendado pelo PNUD, centra o debate global em questões fundamentais para o desenvolvimento, fornecendo novas ferramentas de medição, análises inovadoras e propostas de políticas muitas vezes controversas.

Para mais informações sobre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, consulte www.undp.org



ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS

A OCDE representa um fórum único, onde os governos trabalham em conjunto para fazer face aos desafios económicos, sociais e ambientais da globalização. A OCDE está, igualmente, na vanguarda dos esforços para compreender e ajudar os governos a responder a novos desenvolvimentos e preocupações, tais como governação empresarial, a economia da informação e os desafios de uma população envelhecida. A organização oferece um cenário no qual os governos podem comparar experiências de políticas, buscar respostas para problemas comuns, identificar boas práticas e trabalhar para a coordenação de políticas internas e internacionais.

Os países membros da OCDE são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, República Eslovaca, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América. A União Europeia participa no trabalho da OCDE.

As publicações OECD difundem amplamente os resultados das recolhas estatísticas da organização e de investigação sobre questões económicas, sociais e ambientais, bem como as convenções, directrizes e normas acordadas pelos seus membros.

O Centro de Desenvolvimento da OCDE foi criado em 1962, enquanto plataforma independente para a partilha de conhecimentos e diálogo político entre países membros da OCDE e economias em desenvolvimento, permitindo a interacção destes países em pé de igualdade. A partir de Março de 2011, 16 países não pertencentes à OCDE passam a ser membros efectivos do Conselho Directivo do centro. O centro chama a atenção para questões sistémicas emergentes que, provavelmente, terão impacto no desenvolvimento global e, mais especificamente, para desafios ao desenvolvimento enfrentados pelos países emergentes e em desenvolvimento da actualidade. Serve-se de uma análise com base em provas e parcerias estratégicas para ajudar os países a formular soluções políticas inovadoras para os desafios globais do desenvolvimento.

Para mais informações sobre o centro e os seus membros, consulte www.oecd.org/dev

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA

A Comissão Económica para África (CEA) foi criada pelo Conselho Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas (ONU), em 1958, como uma das cinco comissões regionais da ONU. O mandato da CEA consiste na promoção do desenvolvimento económico e social dos seus estados membros, no encorajamento da integração intra-regional e na fomentação da cooperação internacional para o desenvolvimento de África.

O papel duplo da CEA, enquanto braço regional da ONU e parte do cenário institucional regional em África, coloca-a numa posição privilegiada para contribuir de forma única para os esforços dos estados membros no sentido de enfrentarem os seus desafios de desenvolvimento.

Em termos de estratégia, a CEA centra-se em conseguir resultados nas áreas da integração regional, apoiando a visão e prioridades da União Africana e indo ao encontro das necessidades específicas e dos desafios globais emergentes de África. Nesse aspecto, a comissão coloca um enfoque especial no trabalho analítico relevante para as políticas e estabeleceu-se na vanguarda do pensamento para o desenvolvimento económico e social, servindo de suporte a estados membros e organizações sub-regionais e regionais. Partindo do seu trabalho analítico, a CEA funciona como advogado político em questões basilares de desenvolvimento e desempenha um papel de destaque na criação de consenso no continente.

Para mais informações sobre a Comissão Económica para África, consulte www.uneca.org

Perspectivas Económicas em África 2011

Resumo

10ª edição das *Perspectivas Económicas em África*

Primeira parte: Desempenho e perspectivas em África

Capítulo 1: Situação macroeconómica e perspectivas futuras

Capítulo 2: Fluxos financeiros externos

Capítulo 3: Políticas comerciais e integração regional

Capítulo 4: Desenvolvimento humano

Capítulo 5: Governação política

Segunda parte: África e os seus parceiros emergentes

Capítulo 6: África e os seus parceiros emergentes

Terceira parte: Estudos de países

Os estudos dos países lusófonos completos em português estão disponíveis na página seguinte:
www.africaneconomicoutlook.org

Angola

Cabo Verde

Guiné-Bissau

Moçambique

São Tomé e Príncipe

O Anexo Estatístico está disponível em inglês e francês em: www.africaneconomicoutlook.org



IPAD
Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

